

LUÍS ROBERTO DE PAULA

(De Paula, L.R.)

**A DINÂMICA FACCIÓNAL XERENTE:  
ESFERA LOCAL E PROCESSOS SOCIOPOLÍTICOS NACIONAIS  
E INTERNACIONAIS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL  
APRESENTADA AO DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA DA  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO  
PAULO.

ORIENTADORA: PROFA. DRA. MARIA ARACY DE PADUA LOPES DA SILVA

SÃO PAULO  
MARÇO/2000

## RESUMO

Os Xerente, autodenominados Akwě, formam com os Xavante (autodenominados A'wě), de Mato Grosso, o ramo central das sociedades de língua Jê e contam atualmente com uma população de quase 1.800 pessoas distribuídas em 33 aldeias, mantendo sua língua materna e seus cerimoniais mais importantes com vitalidade. O território Xerente — composto pelas terras indígenas Xerente e Funil — localiza-se no cerrado do Estado do Tocantins, na banda leste do rio Tocantins, 70 km ao norte da capital, Palmas. Desde a fundação do Estado do Tocantins, em 1989, seu território é foco das atenções regionais (e nacionais) devido a sua localização estratégica. Encontra-se atualmente rodeado de projetos de desenvolvimento incentivados pelos governos federal e estadual, em parceria com a iniciativa privada, interessados na produção de grãos, principalmente da soja. Essa dissertação tem como objetivo central analisar as relações políticas travadas tanto entre as facções Xerente, como também suas alianças com distintos atores não-indígenas presentes no campo político das esferas local e regional. (Conselho Indigenista Missionário, Procuradoria da República, Governo do Estado, Prefeitura Municipal, Funai, Missão Batista, etc). Embora o foco seja as facções, a visão, as noções e as práticas políticas Xerente, a pesquisa abrange um universo muito maior de campos sociais que aquele circunscrito ao interior das terras indígenas. Os Xerente fazem política nesses campos ampliados, que incluem, entre outros planos, as políticas municipais e regionais, a constituição de associações indígenas, além do envolvimento de órgãos federais e organizações não governamentais de escopo nacional e internacional em diversos eventos que vêm ocorrendo nessa esfera local a partir da criação e consolidação do estado do Tocantins.

## SUMÁRIO

### Agradecimentos

### Introdução

A. Objetivos .....	1
B. O problema .....	6
b.1. O cenário político do contato .....	8
b.1.1. Campo político e arena. ....	9
b.2.. Alguns conceitos analíticos: poder, política, recursos e suportes. ....	14
b.2.1. Facção e facciosismo .....	16
b.3. A noção de situação histórica e o campo político da esfera local.....	24
C. Trajetória da pesquisa .....	29

### Capítulo 1 - Uma historiografia do contato

1.1. Os Akwêe as frentes pioneiras - da resistência ao contato definitivo dos Xerente. ....	42
1.2. Os Akwê -Xerente e as missões.....	52
1.2.1. A Missão Batista .....	62
1.3. As disputas territoriais em Tocantínia .....	65
1.3.1. Das promessas do Imperador à atuação do SPI.....	66
1.3.2. O processo de demarcação da “Área Grande” .....	72
1.3.3. As tentativas de demarcação da T.I. Funil .....	80

### Capítulo 2. O Estado do Tocantins e a esfera local: morada dos Xerente.

2.1.“Tocantins sem Ação”.....	84
2.1.2. Um panorama socioeconômico do Estado do Tocantins .....	88
2.1.2. Projetos de Desenvolvimento em curso.....	93
A) PRODECER .....	95
B). Hidrelétrica do Lageado .....	97
C) Hidrovia Araguaia – Tocantins .....	98
D) Ferrovia Norte-Sul .....	102
E) Palmas: uma capital sob encomenda .....	103
2.1.3 . Os Xerente diante dos projetos de desenvolvimento. ....	106
2.2. A esfera local .....	110
2.2.1. Municípios da Esfera Local .....	110
a) Tocantínia. ....	110
b) Miracema do Tocantins .....	111
c) Pedro Afonso .....	113
d) Rio Sono .....	114
e) Demais municípios .....	115
2.2.2. Os Xerente.....	116
2.3. Da “divisão” política Xerente. ....	122

### Capítulo 3 - O campo político da esfera local e regional.

1. O campo político regional .....	124
1.1. O processo de emancipação do Estado do Tocantins .....	124
1.2. Os governos estaduais do Tocantins e a questão indígena .....	129
1.3. A Funai, o Cimi e a Procuradoria Regional da República .....	137
2. O campo político da esfera local .....	151
2.1. Religiosidade e Política .....	163

### Capítulo 4 – Estrutura Social Xerente: Parentesco e facciosismo

4.1. Os Xerente e os modelos .....	169
4.1.1. Os Xerente vistos por Nimuendajú. ....	169
4.1.2. Os Xerente vistos por Maybury-Lewis.....	173
4.1.3. Os Xerente vistos por Lopes da Silva e Farias (1983 a 1989).....	176
□ artigo “Pintura corporal e sociedade: os ‘partidos’Xerente”.....	176

□ A monografia de Farias: “Fluxos Sociais Xerente” .....	178
4.2. Parentesco e facciosismo.....	181
4.2.1. Facção.....	185
4.2.2. Clãs e facção.....	186
4.2.3. Distinções inter-clânicas.....	190
4.2.4. Distinções intra-clânicas ou segmentação intra-linhagens?.....	194
4.2.5. Interregno: conflitos faccionais em tempos antigos.....	199
4.2.6. Conflitos intra-linhagens, alianças e composição faccional.....	205
5. Poder , política e territorialidade entre os Xerente.....	214
5.1. As atribuições da chefia e de autoridade segundo as etnografias precedentes.....	216
5.2. Papéis políticos e de autoridade.....	219
5.2.1. Caciques e lideranças. ....	220
5.2.2. Autoridade.....	222
5.2.3. Classes de idade e facciosismo. ....	225
5.3. Casos de transmissão de chefia.....	230
5.4. Facciosismo e territorialidade .....	241
5.4.1. Dos aldeamentos antigos às zonas geopolíticas.....	243
5.4.2. As zonas geopolíticas.....	253
a) Sakrê pra .....	253
b) P.I.X. ....	253
c) B.C. ....	258
d) Mirassol.....	259
Capítulo 6 – Análise de Eventos: 1992-1998.....	263
6.1. A constituição e o fim da Associação Indígena Xerente.....	267
6.1.1. O Estatuto da AIX: algumas considerações.....	270
6.1.2. A fundação da Associação Indígena Xerente: centralizando o facciosismo... ..	272
6.1.3. A Segunda Diretoria: a dinâmica faccional Xerente de volta.....	277
6.1.4. A Terceira diretoria: hegemonia da "Facção Pró-Funai".....	280
6.1.5. A última diretoria da AIX: a hegemonia da "Facção Pró-estado".....	286
6.2. A tentativa de deposição do administrador da Funai .....	293
6.2.1. Um Xerente desaldeado entra em ação: a versão da ADR Funai. ....	294
6.2.2. A versão do Estado .....	296
6.2.3. As versões Xerente. ....	296
6.2.4. O desenlace final. ....	302
6.3. A participação indígena em processos eleitorais. ....	304
6.3.1. A participação Xerente nos processos eleitorais de 1988 e 1992.....	306
6.3.2. O processo eleitoral de 1996 e a cisão da "Facção Pró-estado". ....	310
6.3.3. A participação de um cacique não alinhado. ....	313
6.3.4. O desfecho do processo eleitoral de 1996: um aprendizado para os Xerente .....	316
6.4. O processo eleitoral de 1998 e seus reflexos na esfera local .....	318
Conclusão.....	323
Bibliografia.....	329
Anexos.....	338

*“ O que o sociólogo ou o etnógrafo não fazem, em muitos casos, é se situarem. É, por exemplo, dizer a si mesmos: ‘Eu sou, eu, etnógrafo, um homem da sociedade capitalista que não pode vir a este lugar longínquo a não ser graças a um conjunto de equipamentos e instrumentos fornecidos por uma sociedade capitalista e meu trabalho servirá culturalmente à mesma sociedade e também, provavelmente, em um plano de interesse. Aqui estou porque se colonizou ou porque não se deu ajuda suficiente; sou pois, eu próprio testemunha em mim mesmo de minha sociedade quando interrogo este homem, na exata medida em que meu informante é testemunha da sua. Por outras palavras: ambos estamos situados um em relação ao outro e esta situação é de tal ordem que, afinal, defino-me por ele assim como ele se define por mim.’ Em primeiro lugar, é preciso ser um homem esquisito para ser etnógrafo. Mas, fiquem tranqüilos: para ser ideólogo ou filósofo é também preciso ser esquisito. Seja como for, é mais simples ficar em casa, não é mesmo?”*

(Jean-Paul Sartre<sup>1</sup>)

---

<sup>1</sup> Sartre no Brasil - A Conferência de Araraquara – Paz e Terra/UNESP- Coleção Pensamento Crítico – vol. 65 -1987 (pag.67)

## **Agradecimentos**

Aos meus pais, seu Antonio e dona Josefa, e meus irmãos – Aparecida de Lourdes, Antonio Domingos, Maria Izabel, Sebastião Angelo, Cacilda Luzia e Conceição Aparecida. Migrantes, como eu, do interior paulista – da saudosa Catanduva - tiveram que batalhar muito para sobreviver nesta cidade grande. Eu, como temporão, fui sempre um privilegiado.

À minha irmã Maria Izabel, um agradecimento especial: se não fosse pelos seus “puxões de orelha”, eu jamais teria chegado até aqui.

À Lúcia Ferreira, ex-professora do colegial e amiga até hoje. É pela formação intelectual que ela me propiciou que minhas convicções políticas são estas e não outras e que meus passos definitivos rumo à universidade puderam ser dados.

À minha “segunda família”, pelo carinho e compreensão proporcionado nos últimos três anos: Dalmo e Raquel, Maria Luíza e Luís Alfredo, respectivamente, sogro, cunhada e “tios”.

A todos aqueles que compartilharam da minha formação acadêmica e, principalmente, de minha experiência de vida: sem os insights propiciados pelas conversas de botequim, pela militância partidária e sindical, pelos corredores e salas da FFLCH e por uma série de outras viagens, este trabalho certamente poderia ter tomado outra direção. Algumas dessas pessoas merecem uma citação especial, sem prejuízo à memória dos demais: Alcilene, Laura, Lina, Mariza, Maria José, Maria Rita, Melvina, Renata Alves, Rose Satiko, Silvia Lopes e Yumi; Alexandre e Eduardo Kishimoto, André Gattaz, Adriano “Arquivo dos Sonhos”, Gláucio, Carlos “Banessa”, Enio, Fedola, Fernandão, Laércio, Pedrinho, Redinha, Toninho e Wagner Moraes.

Um agradecimento especial à Yumi Kawamura Gonçalves e Maria Rita Avanzi pelas “copideskagens” e “colos” em diversos momentos da Pós. (e da “pré-pós”).

Agradeço particularmente a Fernando Vianna pela detalhada, “reflexiva” e rica revisão final dessa dissertação.

A Marcos Rufino e Marcelo Roman, que além de interlocutores em diversas fases dessa pesquisa, acompanharam parte de minhas aventuras pelo norte goianense in loco.

A Roberto Morales, Cássio Inglez e Henio Barreto pelas trocas intelectuais e solidariedade.

Aos professores: Heloísa Fernandes e Fernando Limonge ( pelo incentivo que me deram para seguir a carreira acadêmica); José de Souza Martins (pelas aulas magistrais sobre o campesinato brasileiro) e Roberto Cardoso de Oliveira (pelas polêmicas em torno da “fricção interétnica” e pelas reflexões filosóficas ).

Agradeço especialmente a alguns professores deste Departamento que contribuíram de diversas formas para meu aprendizado: Margarida Moura, que com suas aulas emocionadas fez com que eu abandonasse a torre de marfim da Filosofia; Dominique Gallois, pela clareza teórica e luta incansável na causa indígena; Sylvia Caiuby, Paula Montero e José Magnani, pelos ensinamentos no período de graduação e, Márcio Silva e Eliane Camargo, por ajudarem a elucidar, respectivamente, os enigmas do parentesco e da lingüística.

À Lux Vidal pelo incentivo e solidariedade sempre presentes.

À Paula Montero e João Pacheco de Oliveira pelas dicas fundamentais em meu exame de qualificação. Ao Professor João Pacheco, minha dívida é enorme: seus trabalhos sempre foram os principais instrumentos para as reflexões e análises que se seguem nessa dissertação.

Apesar das complicações e des-rumos existentes nesse cipoal que é o campo indigenista brasileiro, agradeço em conjunto a André Toral, Eduardo Carrara, Paulo Serpa, Gilberto Azanha, Maria Elisa Ladeira e Antonio Carlos Magalhães, pelo aprendizado a mim proporcionado em todas as fases do Estudo de Impacto Ambiental da Hidrovia Araguaia-Tocantins. A André Toral, Eduardo

Carrara e Paulo Serpa por bancarem suas convicções indigenistas até as últimas conseqüências.

Aos colegas do MARI, pelas descontraídas, tensas e profícuas discussões.

Aos funcionários do Departamento de Antropologia: Ivanete, Rose, Celso e Ednaldo.

Ao pessoal de Tocantínia, representados por Heleninha, Iracema e Padre Pedro (in-memorian), por me receberem em sua casa como um filho, num lugar marcado pela tensão interétnica e de classes.

Ao pastor batista Rinaldo de Mattos pelas informações prestadas a mim durante o decorrer dessa pesquisa.

À Silvia T. Wewering (Irmã Silvia), pela suas informações precisas, pela amizade e pela sua incansável luta junto aos Xerente.

À Laudovina e Isaura, missionárias do CIMI regional do Tocantins. Apesar de nossas divergências pontuais, considero-me parte da mesma tribo. Apenas o clã é que talvez seja diferente.

Aos funcionários da ADR da FUNAI em Gurupi e na área Xerente, por sempre terem me proporcionado o suporte necessário para que eu realizasse sem grandes percalços minhas pesquisas de campo. Particularmente esse agradecimento é endereçado a Edson Beiriz, Alair Faúla e Manoel Batista.

A Procuradoria da República no Tocantins, em especial, ao Dr. Mário Lúcio de Avelar e Nivieni Maciel.

À Juliana, minha companheira de batalha, convívio e reflexão. Sem o seu carinho, incentivo e, principalmente, otimismo diante das mazelas sociais atuais - virtude derivada de sua “estranha mania de ter fé na vida” - a essas oras eu já estaria provavelmente na Selva de Lancadona.

À minha orientadora Aracy Lopes da Silva. Seria impossível agradecer em palavras o que ela me proporcionou nesses quase seis anos de convivência.



Apesar do estilo em primeira pessoa, grande parte das reflexões presentes nessa dissertação é proveniente de suas sempre instigantes e precisas problematizações. Só posso então dizer: obrigado por tudo!

Enfim, aos Xerente. Em meio a séculos de opressão, esse povo continua a trilhar um caminho próprio de resistência à submissão política e cultural. Meu maior desejo, a despeito das possíveis contribuições ao campo antropológico, é que essa dissertação sirva como um instrumento de reflexão sobre a trajetória histórica Xerente e sua atual situação social e, quem sabe, para subsidiar a luta pelos seus direitos imemoriais, principalmente, àqueles referentes a sua autonomia territorial e política.

Esta pesquisa contou com o financiamento do CNPq – através de Bolsa de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo – e da FAPESP – através do Projeto Temático “Antropologia, História e Educação: a Questão Indígena e a Escola” (Processo 94/3492-9) desenvolvido pelo MARI - Grupo de Educação Indígena do Departamento de Antropologia da FFLCH/USP. Sou grato a essas instituições pelo apoio recebido.

## Introdução

### A) OBJETIVOS

A proposta de apresentar um relato etnográfico sobre os Xerente através de um recorte em sua dimensão política implica, como não poderia deixar de ser, em considerar contribuições e limites dos estudos de Antropologia Política e daqueles que examinam situações de contato interétnico. Acredito que, através da articulação de noções conceituais destes dois ramos interdependentes da antropologia, será possível identificar e analisar os processos sociais e políticos por meio dos quais os Xerente constituem, ao longo do tempo, uma verdadeira sociedade histórica.

Um dos temas principais dessa dissertação é o estudo do fenômeno do facciosismo<sup>2</sup> político indígena, o que não significa que o foco recaia apenas nas articulações e arranjos existentes entre os Xerente. Pelo contrário, o entendimento do facciosismo Xerente só é possível quando se observa a ampla rede de alianças e interesses na qual as facções indígenas se articulam com diversos atores não-indígenas que, como elas, estão envolvidos no campo político da esfera local<sup>3</sup>. Ou seja, a tentativa é a de romper com a oposição “sociedade indígena” versus “sociedade envolvente”, abandonando definitivamente uma concepção que veja a primeira como uma mônada isolada. A noção de situação histórica formulada por Oliveira Filho (1977;1988) e seu diálogo com os autores da “Escola de Manchester” (Gluckman, Swartz, Nicholas, V. Turner, entre outros), são de grande valia para essa superação.

Os Xerente (Jê Centrais), autodenominados Akwě<sup>4</sup>, mantêm contato intenso com segmentos não-indígenas locais e supra-locais há, no mínimo, 250 anos. Até os dias de hoje, os Xerente são chamados por muitos regionais pelo termo “caboclos”. Na área que ocupam desde o século XVIII – que só foi demarcada, em sua maior parte, em 1972 -, encontravam-se, até 1980, muitos posseiros e fazendeiros. Além das atividades básicas de subsistência – caça, pesca e “roças de toco” – mantinham, com ainda continuam a manter, parte de seu sustento diário através do trabalho em lavouras e criação de gado

---

<sup>2</sup> Embora seja habitual, nos textos de Antropologia brasileira, o uso do anglicanismo faccionalismo, opto por utilizar, nesta dissertação, o termo facciosismo, disponível da língua portuguesa.

<sup>3</sup> Ver, mais adiante, a definição de “esfera local” tal como emprego aqui .

<sup>4</sup> A autodenominação Xerente aparece na literatura de viajantes e etnólogos com diferentes grafias ( Acuen e Akwen, por exemplo). Nesta dissertação, assumo a grafia Akwě, pois é desta forma que os próprios Xerente, atualmente, grafam sua autodenominação. Os Xavante, corroborando a proximidade etnolingüística, autodenominam-se A’wě ou Auwě (Maybury-Lewis,1984:40)

nas fazendas circunvizinhas às suas aldeias<sup>5</sup>. Durante muito tempo os Xerente conviveram com missionários católicos e batistas que por aquelas redondezas passaram ou ficaram. Há séculos vivendo junto aos “brancos”, os Xerente acabaram por “aprender” muito sobre e com “os brancos”, a recíproca também sendo, provavelmente, verdadeira.

Em um trânsito longo e contínuo, sempre entrelaçado às múltiplas facetas que o “mundo dos brancos” tinha a lhes oferecer, os Xerente adquiriram, somaram e fundiram às suas, diferentes e distintas artimanhas e estratégias de vivência política e social<sup>6</sup>. Os Xerente preservam a sua língua materna e seus arranjos sociais mais vitais. Portanto, não estamos falando em hipótese alguma de uma “sociedade em colapso” (NIMUENDAJÚ,1942:8), mas sim, de um grupo que se mantém como uma "entidade cultural e lingüística diferenciada" perante a sociedade regional. (MAYBURY-LEWIS,1979:220).

A fundação do estado do Tocantins, em 1988, e a onda desenvolvimentista que esse evento trouxe consigo - com todas as suas implicações socioambientais - vieram a exacerbar de maneira mais explícita contradições sóciopolíticas e históricas que há muito existiam naquela região do antigo norte goiano. Como tentarei demonstrar, durante esse período, os Xerente passaram a encontrar novos espaços para a expressão de seu facciosismo político, a partir do envolvimento de novos atores sociais no campo político da esfera local e regional. Mesmo privilegiando eventos que emergiram a partir da especificidade deste novo contexto sóciopolítico, tentarei indicar e discutir alguns espaços e contextos nos quais a ação faccional Xerente tem se manifestado ao longo do tempo.

Uma das formas de expressão do facciosismo Xerente em nossos dias pode ser averiguada através da observação da constante fragmentação de suas aldeias. Tal fenômeno deita suas raízes no começo da década de 80, com o processo inicial de

---

<sup>5</sup> Já em 1964, Cardoso de Oliveira assinalava que *“Todavia os atritos entre índios e ‘brancos’ assumem maior gravidade nessa área, notadamente no que se refere às relações como os Xerente, no município de Tocantínia. A cidade-sede do município, por exemplo, acha-se toda ela empenhada em expulsar o mais rápido possível os índios das terras que por direito lhes pertencem, desde tempos imemoriais. O caso Xerente é de grande relevância para a compreensão da dinâmica de uma frente pastoril de uma determinada sociedade em expansão.”* (Cardoso de Oliveira, 1996 [1964]: 180).

<sup>6</sup> Digo isso interpretando, para o caso Xerente, o que disse Oliveira Filho: *“O contato entre grupos étnicos com culturas distintas pode levar a complexificar os esquemas mentais e os padrões de ação de cada um, abolindo as diferenças mais óbvias de contextos (presentes/ausentes) e de fins declarados, criando modalidades de adaptação mútua, interdependência e dominação, sem no entanto suprimir as diferenças nos modos próprios de pensar, sentir e agir, tornadas agora mais sutis e mais difíceis de captar.”* (Oliveira Filho, 1988:265).

divisão das grandes aldeias Xerente do passado<sup>7</sup>, mas que ganha maior intensidade a partir da fundação do Estado do Tocantins. Tentarei mostrar que este fenômeno geopolítico - que costuma ser identificado como “nefasto” e explicado panfletariamente (tanto por não-índios, como pelos próprios Xerente) como efeito direto da “desunião” grupal - está, na verdade, bastante vinculado ao processo de autonomia (econômica e política) que os Xerente têm vivenciado ultimamente. Veremos que, por detrás dessa manifestação mais visível do facciosismo Xerente, intercala-se uma multiplicidade de fatores que será discutida de maneira pormenorizada no decorrer desta dissertação. Dentre tais fatores, enumero, por ora, apenas alguns: a) ocupação territorial estratégica e aumento demográfico; b) desavenças e alianças políticas históricas inter e intra-clânicas e de linhagens ; c) a afirmação e emergência de novos papéis sociais (professores; agentes de saúde; diretores de associação, vereadores; etc); e) a entrada no campo político das esferas local e regional de novos atores não-indígenas.

Contraponho-me, de certo modo, aos estudos efetuados anteriormente sobre os Xerente (Nimuendajú,1942; Maybury-Lewis,1979; Farias,1990; Lopes da Silva & Farias,1992) que, como veremos, são marcados por abordagens estruturais ou estrutural-funcionalistas. De minha parte, apresento e analiso uma dinâmica processual, portanto, histórica, procurando entender de que modo as facções Xerente participam ativamente nos processos decisórios em curso no estado do Tocantins. Também busco compreender o que, hoje, confere ineditismo à atuação política Xerente.

No primeiro capítulo, construo etnograficamente alguns contextos históricos anteriores, importantes no sentido de perceber o já antigo aprendizado sóciopolítico Xerente diante dos diversos segmentos não-indígenas que com eles se defrontaram ao longo do tempo. Além disso, essa remissão a contextos antigos, nos ajudará a perceber a inserção de diversos atores não-indígenas no campo político da esfera local, particularmente aqueles que ainda ali se encontram presentes. No segundo capítulo analiso aspectos econômicos, sociais e geográficos, focalizando, entre outras coisas, os diversos projetos de desenvolvimento e de infra-estrutura deles decorrentes em curso na esfera local e regional. No capítulo seguinte abordo as articulações e interesses que orientam as disputas de diversos atores envolvidos nos campos políticos local e regional. Nos dois capítulos seguintes, são focalizados e rediscutidos as etnografias e os modelos

---

<sup>7</sup> Estou entendendo por grandes aldeias um conjunto de grupos domésticos que se mantiveram por longo tempo “unidos”, de um lado, por deterem laços comuns de parentesco, políticos e cerimoniais (Farias,1990:53) – e, por outro, pela assistência oferecida pela Funai, via a instalação de postos indígenas. (P.I.s) em seu território.

de “estrutura social” elaborados pelos antropólogos já citados a respeito dos Xerente, à luz das relações de parentesco, clânicas, territoriais e de distribuição de poder. Avalio, assim, a atualidade daqueles modelos diante do contexto sociocultural atual que examino. Por fim, no Capítulo 6 – intimamente articulado ao Capítulo 3 - tentarei demonstrar de maneira mais detalhada, através da análise de alguns eventos selecionados, a hipótese em que se baseia esta dissertação: de que é impossível compreender a dinâmica faccional Xerente sem que se levem em conta os arranjos e interesses políticos e econômicos locais e supra-locais que a ela se encontram articulados e que envolvem, necessariamente, a participação ativa de organismos governamentais e não-governamentais (não-indígenas). Como veremos, uma vez definidos esses eventos, que sintetizam a problemática proposta na dissertação, o passo seguinte será o de perceber como os atores envolvidos - indígenas e não-indígenas - participaram e se apropriaram de tais eventos, buscando entender as estratégias de disputa pela hegemonia do campo político, principalmente o da esfera local.

Esse trabalho, apesar de não objetivar explicitamente a busca de soluções, fornecerá subsídios para as discussões voltadas às reais possibilidades de autonomia política e econômica das populações indígenas inseridas irremediavelmente num mundo globalizado. A análise da participação dos Xerente em eventos tais como a fundação e funcionamento da Associação Indígena Xerente (AIX), a tentativa de deposição do Administrador Regional da Funai em Gurupi e sucessivas eleições municipais e estaduais revela caminhos e dificuldades que os Xerente têm encontrado quando se lhes apresenta o tema da autonomia diante dos diversos tipos de “tutela” aos quais estão expostos.

As atuais lideranças Xerente, junto com suas respectivas facções, têm se comportado como verdadeiros estrategistas políticos: dominam, ou pelo menos acessam de maneira eficaz, os recursos materiais, humanos e normativos disponíveis na esfera local e regional, transformando-os em suportes para seus fins políticos. Mesmo apresentando dificuldades em lidar com recursos de ordem burocrática - o domínio fluente da escrita; a elaboração de prestações de contas, etc.- estas novas lideranças, através de um aprendizado dado pelo trânsito entre os vários atores presentes na esfera local, dominam alguns aspectos da política “do branco”, ao mesmo tempo em que mantêm a legitimidade necessária diante de suas respectivas “comunidades”.

O objetivo central deste trabalho é, portanto, o de estudar a dimensão propriamente política de uma determinada situação de contato interétnico através da

percepção da distribuição do poder entre os vários atores indígenas e não-indígenas que compõem a esfera local, na qual historicamente atuam as facções Xerente.

Metodologicamente optei pela etnografia de eventos significativos ocorridos no campo político da esfera local, em que a ação dos Xerente como sujeitos políticos em busca de uma crescente autonomia se revelasse em sua marcha dinâmica mas nem sempre livre de conflitos e contradições. O intuito é, através desse exame, tanto captar processos, pressões e jogos políticos (aliados, na maioria das vezes, a interesses econômicos) originados de agentes não-indígenas (institucionais ou individuais representativos de órgãos, partidos ou forças políticas governamentais e não governamentais estaduais, federais e mesmo internacionais) e incidentes na esfera local, quanto entender o modo Xerente de fazer política faccional.

A etnografia desses eventos foi o caminho metodológico mais rico para alcançar esse objetivo, em contraposição a outras opções metodológicas – como a elaboração de modelos de ordem mais, digamos, abstratas – menos apropriados à captação de dinâmicas e processos em curso em situações sociais complexas, fragmentadas, internamente diversificadas e vivenciadas por atores sociais múltiplos e com posturas variáveis, multifacetadas e, na maioria das vezes, conflitantes. Por outro lado, a opção pela etnografia de eventos exigiu recortes firmes que preservassem nítido o foco da tese – os Xerente na política e seu facciosismo – já que as situações analisadas têm, necessariamente, desdobramentos em várias direções, que enveredam pelos campos da ciência política, das análises partidárias, das políticas públicas federais em várias dimensões, da história, etc.

Embora seja possível, para fins analíticos, “isolar” o político<sup>8</sup>, é também evidente que esta é apenas uma dentre as várias dimensões do universo sociocultural Xerente, pois ele se constitui de maneira dialética, através de processos históricos e da articulação dinâmica entre o “político”, o “econômico”, o “simbólico”, o “social”, etc. A ênfase dada ao aspecto político nesta dissertação não implica, em hipótese alguma, em sua separação dos demais aspectos que compõem o universo sociocultural Xerente. Isto porque, como veremos, se, por um lado, a dimensão política não se confunde com as outras dimensões da vida social, por outro, ela as utiliza e as transforma em suportes para seus próprios fins.

---

<sup>8</sup> Discutirei as noções de “política”; “poder”, “suporte”, “recursos” mais à frente.

As relações que efetivamente ocorrem entre as facções Xerente e entre elas e os demais grupos não-indígenas - articulados e organizados na esferas local e regional - são apropriadas segundo estratégias e interesses políticos específicos de cada um, possibilitando a manipulação e negociação de regras que constituem os respectivos campos normativos em interação, transformando-os em suportes através do pragmatismo e da efetividade de suas ações. Por outro lado, a transformação de toda sorte de recursos materiais e humanos em suportes para fins políticos, ao expandirem o controle sobre tais recursos, possibilita aos vários atores (indígenas e não-indígenas) um diferencial significativo no jogo que se desenvolve pela conquista do poder político na esfera local e regional.

Muito provavelmente, antes que se chegue ao fim dessa dissertação, terão se formado várias outras facções e coalizões faccionais Xerente. Mais do que isso, os arranjos faccionais ampliados – que, como veremos, envolvem a coalizão das facções indígenas com atores não-indígenas na esfera local e regional – terão ganho novos contornos, dissidências e rearranjos.

A tarefa proposta aqui é, portanto, um tanto quanto inglória. Descrever, analisar e circunscrever a dinâmica faccional e ampliada Xerente é como tentar colocar uma camisa de força num processo político que é bastante circunstancial e efêmero e, no entanto, vital para a afirmação étnica e social desta população indígena centro-brasileira. A esperança, então, é que a descrição e a análise das esferas local e regional observadas dê conta de evidenciar tal dinâmica e de auxiliar no entendimento de outros momentos (passados e futuros) da vida política Xerente.

## **B. O PROBLEMA**

Os Xerente constituem um grupo étnico que mantém constantes relações políticas, sociais e econômicas com outros grupos indígenas e determinados segmentos não-indígenas há séculos. A história do contato dessa população indígena com a "civilização ocidental", que remonta pelo menos ao século XVIII<sup>9</sup>, foi certamente marcada por processos de incorporação, troca e transformação do seu universo sociocultural. É impossível compreender essa situação de contato em seus conflitos propriamente políticos tomando como base a idéia de uma suposta "cultura original" ou "pura", pois

---

<sup>9</sup> De acordo com a documentação histórica até agora conhecida. Ver Ravagnani, 1991; Farias, 1990 e 1994.



esse tipo de abordagem levaria ao congelamento de uma imagem do grupo, impedindo a compreensão das dinâmicas múltiplas e complexas ali envolvidas.

Seria cansativo repetir a grande variedade de reflexões e abordagens teóricas presentes no campo da produção antropológica sobre o “encontro de sociedades”. Trabalhos como o de Cardoso de Oliveira (1996[1964]) e de Oliveira Filho (1988), entre outros, já apontaram, com a devida precisão, os problemas e obstáculos existentes nos estudos pioneiros sobre o contato interétnico, como aqueles desenvolvidos pelas escolas funcionalista, da aculturação, da “transfiguração interétnica”, etc..<sup>10</sup>

Assim, minha perspectiva sobre o contato interétnico parte da premissa teórica de que não há um núcleo atemporal que caracterize os Xerente - ou qualquer outro grupo social - ou seja, que é nos processos históricos que seu universo cultural e sua identidade se articulam e se constituem. Concordo, pois, com Oliveira Filho, para quem o contato interétnico não só não é destrutivo, como é um fato

“... que preside à própria organização interna e ao estabelecimento da identidade de um grupo étnico.” (Oliveira Filho, 1988:58)<sup>11</sup>.

Não obstante, a abordagem aqui empreendida não se furta a apresentar, para efeitos analíticos, aspectos que distinguem as “visões de mundo” que se encontram presentes na situação de contato focalizada. Ou seja, ao fazer referência a determinadas noções presentes de maneira específica no “universo sociocultural” Xerente, tento, na medida do possível, apresentar os interesses e crenças que orientam, também de maneira distinta, a participação de diversos outros atores envolvidos na esfera local, privilegiando particularmente a configuração do seu campo político.

O que interessa reter até aqui é que as distinções que apresento no decorrer dessa dissertação, entre estilos e noções de alguns dos diversos atores presentes na esfera local, não buscam reificar o dualismo entre “grupo indígena” e “sociedade envolvente”. Trata-se, pois, de apreender como se realizam os interesses políticos que orientam a ação de cada um daqueles atores, assumindo que as ações políticas em curso na esfera local se constituem em interconexão através de arranjos e re-arranjos processuais, num tempo que não é apenas estrutural, mas histórico. (Oliveira Filho, 1988:9).

---

<sup>10</sup> Ver Capítulo 1 do trabalho de Oliveira Filho (1988).

<sup>11</sup> Para uma crítica à escola contatualista ver Viveiros de Castro, 1999.

Ao me defrontar com a complexidade apresentada pelo “objeto de pesquisa” focalizado nessa dissertação – os confrontos e alianças em curso entre as facções Xerente e os demais atores não-indígenas envolvidos no campo político da esfera local e regional –, optei por dialogar com algumas das noções apresentadas pelos autores da escola processualista inglesa, particularmente nas coletâneas Political Anthropology (1966) e Local-Level Politics (1968). Além dessa linha de abordagem, os trabalhos desenvolvidos por Oliveira Filho (1977;1988) - particularmente suas reflexões sobre o facciosismo entre os Tikuna e a noção de situação histórica – são as principais fontes de interlocução teórica e metodológica presentes nessa dissertação. Justifico tal escolha pelo fato de que os instrumentais propiciados pela escola processualista inglesa – as noções de arena, campo político, facção, liderança, clique, recursos, suportes, bem como as definições de poder e política etc – , somados à utilização deles feita por Oliveira Filho, são bastante eficazes no encaminhamento da análise aqui proposta, já que permitem captar e compreender dinâmicas, escolhas e configurações que se dão em situações concretas específicas, tais como as vividas pelos Xerente e aqui enfocadas.

### **b.1. O cenário político do contato.**

Uma das preocupações centrais dos estudos empreendidos pela antropologia política britânica é a demarcação das esferas nas quais os processos políticos ocorrem numa determinada situação de contato interétnico. Para que este objetivo seja conseguido, faz-se necessário pensar a extensão temporal e espacial que é constitutiva de todo processo político. (Swartz,1968:6).

É assim que os adeptos do que veio a ser chamada de escola processualista britânica – Gluckman, Swartz, Tuden, V.Turner, Nicholas, Bailey, entre outros – propõem estudos que focalizam especificamente cenários políticos de determinadas situações de contato interétnico. Nesse registro, duas noções são apresentadas por esses autores: arena e campo político (political field). Em que pese, em linhas gerais, a grande semelhança existente em suas definições, cada um dos autores assinala contribuições específicas quando as instrumentalizam para a análise dos processos políticos que focalizam. Sem pretender querer dar conta da vasta gama de nuances que aparecem no conjunto de aplicações das noções de arena e campo político, apresento, a seguir,

algumas das abordagens que julgo mais importantes para a construção da noção de esfera local ao final desta seção.

### ***b.1.1. Campo político e arena.***

Swartz (1966;1968) distingue campo político (political field) de arena. Para o autor, um campo político pode ser pensado como uma área espaço-temporal na qual as atividades políticas ocorrem (Swartz, 1966:247), o que muito se assemelha a uma das definições de arena, como veremos mais abaixo, assinaladas por Nicholas e Bailey.<sup>12</sup>

Swartz propõe que a definição e identificação de um campo político parta do seguinte pressuposto metodológico:

“...the interest and involvement of the participants in the process being studied and its contents include the values, meanings, resources, and relationship employed by these participants in that process.” (Swartz, 1968:9)

Nicholas e Bailey (1968:271) consideram, em princípio - de modo praticamente idêntico à definição de campo político de Swartz - uma arena como “... the environment in which political contention occurs.”. Esta definição é aprofundada a seguir, quando os dois autores distinguem arena de environment:

"The word 'environment' can be understood at two levels, corresponding to the two levels of the word 'arena'. If we take the village community as an arena, then all manifestations of the national political system constitute a significant part of its environment. This environment includes such things as electoral rules laid down by the central government, subsidies provided for local development, and all the other manifold resources and restraints that today impinge upon village communities." (Nicholas and Bailey, 1968:271).

---

<sup>12</sup> É o próprio Swartz (1968: 9/10) que alerta para a sua pequena discordância em relação ao modo como Nicholas e Bailey utilizam-se da noção de *arena* na Introdução à Parte IV de *Local-Level Politics*. “ *In their introduction to Part IV in this volume, they use arena in two explicitly different senses: the first is identical with my use of field and the second ('the arena is viewed as the environment in which political contention occurs') is very close to my use of arena.* ”

Num trabalho anterior (1966), o mesmo Nicholas assinalava alguns critérios por ele utilizados para distinguir a arena na qual se focalizavam seus estudos - denominada de *factional political system* - daquelas de maior escala. O primeiro critério que pode ser utilizado para a identificação de uma arena deste tipo é através do vínculo pessoal que existe entre líderes e seguidores, diferente, portanto, de arenas de maior escala, nas quais, por exemplo, tais laços são dissolvidos por sucessivas mediações:

“Factional political systems are never found in large-scale arenas. The tie between leader and follower in a faction, as we shall see below, is based upon a personal transaction between them. As arenas grow larger, leader-follower ties dissolve into quasi-groups networks; supporters may have only a second – or third-hand connection with the leader.”  
(Nicholas, 1966: 54).

Reificando, de certo modo, o dualismo culturalista, Nicholas destaca outros critérios utilizados para a identificação desses sistemas políticos faccionais: trata-se de arenas, caracterizadas anteriormente através da estagnação econômica (recursos fixos), que, em rápida mudança social<sup>13</sup>, apresentam regras dos conflitos políticos de maneira ambígua e fluida.

“Segmentary factional political systems are frequently found in arenas where rapid social change is under way, where the rules of political conflict are fluid and ambiguous. These same arenas – peasant villages or tribal societies in contact with the urban, industrial world – are frequently characterized by economic stagnation; resources are fixed.” (Nicholas, 1966: 58).

Como veremos mais abaixo, as contribuições de Nicholas rendem muito mais quando o autor se debruça sobre o tema do facciosismo. No que se refere à delimitação do cenário político, Nicholas, a meu ver, empobrece as concepções apresentadas por Swartz, V. Turner e Tuden, como também teremos a oportunidade de observar a seguir.

---

<sup>13</sup> A idéia de que os conflitos faccionais tendem a ser intensificados quando um “povoado” (*village*) passa por períodos de rápida transformação é compartilhada por outros autores, como é o caso de Yadava (1968): “*Factionalism has been stimulated by rapid social e cultural change. The role or status ambiguity in potentially competitive situations allows competition to become so intense that conflict results. The failure, for one reason or another, of institutionalized mechanisms to resolve the conflict (or the absence of such a mechanism) allows the growth of factionalism.*” (1968:909).

Adianto que, para estes últimos autores, o campo político define-se por um intenso dinamismo - suas fronteiras dependem do interesse e envolvimento de uma diversidade de atores, independentemente do tipo de recursos e valores que consigo carregam. Já em Nicholas, o campo político – arenas de pequena escala – define-se por critérios e recursos opostos àqueles contidos em arenas mais amplas (environment). Ou seja, o campo político no qual Nicholas centra suas análises é transformado através de fatores externos gerados pelo environment que o circunda.

Essa visão unilateral da mudança já podia ser encontrada na noção de encapsulamento elaborada por Bailey (1960), conforme bem assinala Oliveira Filho (1988):

"Para esse autor [Bailey] os grupos tribais e as aldeias indianas são grupos em pequena escala, com estruturas multifuncionais e pouco diferenciadas em termos de atribuições específicas. Contrastam, assim, com as estruturas mas abrangentes de um Estado-Nação, as quais procedem a uma grande especialização de atividades, dispondo de uma soma de recursos muito maior." (Oliveira Filho, 1988:50).

Se, nos estudos sobre o contato no Brasil, tínhamos um confronto “cultural” entre os “grupos tribais” e a “sociedade nacional”, a oposição apresentada por Nicholas entre arenas de pequena escala – definidas através de critérios faccionais, laços pessoais, recursos fixos etc - e arenas mais amplas (environment) - assentadas em critérios burocráticos – acaba por reificar a idéia de que as primeiras estão sempre em condições de subordinação e dependência em relação às últimas.

A linha de abordagem apresentada por Swartz parece-me muito mais frutífera para o estudo de um campo político dinâmico, como é o caso daquele configurado na esfera local que será aqui focalizada. Vejamos.

Swartz distingue, de maneira bastante explícita, campo político de arena, utilizando, para isso, o pressuposto referido acima<sup>14</sup>. (Swartz,1968:9).

---

<sup>14</sup> “The boundary between the field and the arena is not conceived as necessarily or ‘normally’ offering a barrier to the movement of the processes being studied. It is simply an empirical reality, discovered in the course of investigation and it is at least as likely to be fluid as it is to be permanent.” (Swartz,1968:15).

“Despite this, it is practical and useful to mark off a social and cultural space around those who are directly involved with the field participants but are not themselves directly involved in the processes that define the field.(...) The usefulness of this second space [arena] would depend upon its focusing theoretical attention on important problems which might not have been so clear were we to proceed with the concept ‘field’ alone.” (Swartz, 1968: 9).

Swartz reitera a natureza dinâmica de sua abordagem do campo político quando postula que tal campo teria a capacidade intrínseca de expandir-se ou retrair-se através da entrada (ou saída) de atores no processo político em curso:

“The field would expand as new actors and groups become involved in the processes connected with the sales, and would contract as actors and groups ceased participation in them.” (Swartz, 1968:13).

Radicalizando mais ainda essa proposta metodológica, Swartz – junto com V.Turner e Tuden, na Introdução de *Political Anthropology* (1966) - questionam pressupostos clássicos que insistem em distinguir ações e relações presentes num campo político de contato interétnico:

“More importantly, the nature and intensity of the relations between parts, and the structure of the total field, will have changed. Oppositions will have become alliances, and vice versa. Asymmetric relations will have become symmetric relations. High status will have become low status and vice versa. New power will have been channeled into new authority and old authority defenestrated. Closeness will have become distance, and vice versa. Formerly integral parts will have segmented; formerly independent parts will have fused. Institutionalized relationships will have become informal; social regularities will have become irregularities.” (Swartz, V.Turner & Tuden , 1966:37).

Em suma, a identificação e delimitação de um campo político numa situação de múltiplos atores e fronteiras cambiantes passa pela definição de critérios metodológicos absolutamente interdependentes<sup>15</sup>:

- a) a identificação do(s) processo(s) político(s) em análise;
- b) a identificação do envolvimento direto dos atores sociais no(s) processo(s) político(s) analisado(s) e a articulação dos primeiros com outros atores sociais que não participam diretamente dos processos políticos focalizados. Ou seja, o campo político deve ser delimitado através da observação do envolvimento direto dos atores nos processos políticos focalizados, enquanto que a percepção de sua fronteira perante as demais arenas depende da observação do envolvimento indireto no campo político de outros atores sociais.
- c) o envolvimento ou retirada dos atores do processo focalizado (ou seja, a expansão ou retração do campo político);
- d) a observação do dinamismo processual existente no campo político, ou seja, a ambigüidade e a dificuldade de determinar as fronteiras entre o que é formal e informal; simétrico e assimétrico; regular e irregular, institucional e não-institucional etc.

São esses os instrumentos principais com os quais pretendo refletir sobre os processos políticos abordados nesta dissertação. Antes de discorrer sobre as noções de situação histórica e de esfera local, é importante tentar definir alguns conceitos analíticos fundamentais para uma maior precisão da análise que será apresentada.

## **b.2.. Alguns conceitos analíticos: poder, política, recursos e suportes.**

Nicholas (1968) distingue três tipos de recursos. Os recursos materiais, que seriam constituídos pela riqueza (1968:273) - ou fatores econômicos (1968:301) - em suas várias formas: dinheiro, máquinas, mercadorias, terras, etc.. O controle sobre recursos materiais é utilizado para tornar um grupo de seguidores economicamente dependentes de uma liderança, ou seja, de modo a transformá-los em suporte para fins

---

<sup>15</sup> Parece-me bastante claro que essa abordagem aprofunda a contribuição metodológica apresentada por Gluckman quando propunha três critérios indispensáveis para se analisar uma dada situação social : a) um conjunto limitado de atores sociais (indivíduos ou grupos); b) ações e comportamentos sociais destes atores; c) um evento ou conjunto de eventos, que referencia a situação social a um dado momento. (Ver: Oliveira Filho, 1988:55).

políticos. É nesse sentido que o autor considera tais seguidores como recursos de um segundo tipo: recursos humanos. O terceiro e último tipo de recurso é chamado por Nicholas e Bailey de “rules”:

“In addition to material and human resources, rules themselves, which are a part of the political culture of a society... Each culture has rules about which conduct will receive public approval and which will receive public disapproval.” (Nicholas & Bailey, 1968: 273).

Nesta dissertação, as regras são entendidas como normas que orientam idealmente, em parte, a ação de cada um dos atores sociais nos processos políticos analisados. Sua aplicabilidade é vista aqui como sujeita à ação de fatores contextuais, relacionais e de motivação individual.

A noção de suporte é compartilhada de maneira geral pelos autores da escola processualista. Segundo Swartz, V.Turner & Tuden (1966:10), suporte é qualquer coisa que

“...contributes to the formulation and/or implementation of political ends..”

Swartz (1968) reconhece, posteriormente, que esta definição é bastante genérica. A legitimidade seria um tipo de suporte<sup>16</sup>. Da mesma forma, a ativação de laços familiares por uma liderança ou o controle de recursos materiais e humanos (facções)<sup>17</sup> também poderiam ser identificados como tipos de suporte. Nicholas e Bailey deixam mais caracterizada a idéia de suporte ao afirmarem que os recursos só adquirem essa qualidade quando usados para um determinado fim político:

“Resources and restraints become politically relevant only when they are recognized as such, that is to say, when there are rules about how to make use of them.” (Nicholas & Bailey, 1968:273).

Em outras palavras, os recursos possuem, em princípio, uma natureza não-política.

<sup>16</sup> “Legitimacy is a type of support that derives not from force or its threat but from the values held by the individuals formulating, influencing, and being affected by political ends.” (Swartz, V.Turner, Tuden, 1966:10)

<sup>17</sup> “The faction leader must have greater control over resources ( material, human, or both) than any of his supporters, because they are involved in a transaction in wich the leader gives something – a job, land, money, protection, etc. – in return for political support.” (Nicholas, 1966:56).



Nicolas (1966) assinala que uma atividade política é definida como

“...organized conflict over public power. ‘Power’ is control over resources, whether human or material.(...) Participants in political activity attempt to expand their control over resources; or, if they do not, they are not engaged in political action.” (Nicholas, 1966:52)<sup>18</sup>.

A utilização das noções de poder e política nesta dissertação baseia-se nas concepções acima. Assim, concebo poder como o controle (e a expansão desse controle) sobre recursos humanos, materiais e normativos que se encontram disponíveis nos processos políticos que configuram o campo político da esfera local. É o que Salisbury (1968 apud Oliveira Filho,1988) denomina como conflitos por recursos socialmente valorizados. O adjetivo político e o substantivo política relacionam-se àquelas atividades sociais nas quais os atores (indígenas e não-indígenas) cooperam ou competem de maneira pública com vistas à conquista da hegemonia<sup>19</sup> não só no campo político da esfera local, como também nos demais campos políticos que a ele se encontram articulados

Como veremos a seguir, o facciosismo é entendido nesta dissertação como uma das estratégias de manifestação de conflitos políticos. O pressuposto de que uma atividade política define-se pela sua publicidade poderia nos levar a sugerir que a atividade faccional – ação que, na maioria das vezes, é articulada “nos bastidores”- não poderia, logicamente, ser entendida como uma atividade política. Portanto, um esclarecimento se faz necessário. Se as articulações “de bastidores” - que determinam os arranjos entre diversas facções Xerente e os demais atores não-indígenas - escapam muitas vezes ao conhecimento público, o resultado de tais articulações e o andamento

<sup>18</sup> Essa sua definição segue a dos demais autores processualistas: para que um conflito seja considerado político necessariamente ele deve ser de conhecimento público da ampla maioria dos membros da (s) comunidade (s) em interação numa determinada arena. *"The adjective political ...will apply to everthing that is at once public, goal-oriented, and that involves a differential of power (in the sense of control) among the individuals of the group in question"*. (Swartz, V. V.Turner & Tuden,1966:7)

<sup>19</sup> Gramsci define hegemonia como a capacidade de uma classe (ou classes) em controlar, através da persuasão (e não da coerção), a direção *intelectual e moral* (ideológica) da *sociedade civil*, portanto, não apenas da *sociedade política* (o aparelho político-jurídico do Estado). (Santos,1980). A definição de hegemonia gramsciana implica, portanto, na necessidade da classe dominante (ou que almeja o domínio) conquistar, além do aparelho de Estado, o ‘consenso espontâneo das massas’ (ou a sua passividade) diante das orientações imprimidas por ela à vida social. (Gramsci,1979:11). Apenas como um adendo à concepção gramsciana de hegemonia, J. Brow (1988) utiliza-se de uma definição de Raimond Williams, para quem hegemonia *"...does not just passively exist as a form of dominance. It has continually to be renewed, re-created, defended and modified. It is also continually resisted, limited, altered, challenged by pressures not all its own."* (Williams apud Brow, J.,1988: 312). É nesse sentido que utilizo a noção de hegemonia nesta dissertação.

dos conflitos que dali resultam são reconhecidos amplamente, não só por grande parte da população indígena, como também pelos demais atores não-indígenas envolvidos no campo político focalizado.

### **b.2.1. Facção e facciosismo.**

No Capítulo 4 discutirei com mais detalhes algumas definições de facção empregadas em alguns trabalhos elaborados sobre grupos indígenas pertencentes à família linguística Jê, particularmente dos Jê Centrais (Xavante e Xerente). Por ora, apresento algumas contribuições sobre esse tema de autores vinculados à escola processualista britânica.

Uma das preocupações centrais da escola inglesa refere-se ao estudo de processos políticos baseados em conflitos de ordem faccional. (Siegel & Beals, 1960; Nicolas, 1966;1968; Graham,1968; Friedrich,1968; Bailey,1968;1970). De maneira geral, o facciosismo é visto por todos como uma das possíveis maneiras dos conflitos políticos serem manifestos<sup>20</sup>.

Um dos trabalhos pioneiros sobre o tema do facciosismo foi elaborado por Siegel & Beals (1960) numa formulação de orientação claramente funcionalista, que valoriza a coesão e a integração sociais. Tais autores definem facciosismo de uma modo explicitamente negativo ao afirmarem que

“factionalism is overt conflict within a group which leads to the increasing abandonment of cooperative activities.”  
(1960:399).

Dentre os três tipos de manifestação dos conflitos faccionais - parties , schismatic (de cisma) e pervasive (difuso)<sup>21</sup> – os autores deixam claro que os dois últimos podem levar grupos de uma dada sociedade ao abandono das atividades cooperativas, mas que, só no caso do facciosismo difuso, o processo de desintegração atingiria os sub-grupos mais coesos da mesma sociedade. (1960:399). Essa “gradação desintegrativa” é explicada pelo fato de que o desenvolvimento do facciosismo difuso depende de dois

<sup>20</sup> Balandier já assinalou que Weber foi um dos primeiros teóricos a reconhecer que o Estado, longe de se confundir com a política, *não passa de uma das suas manifestações históricas*. (Balandier, 1987:35). A mesma idéia está contida na clássica afirmação de Clastres, para quem o poder político é universal e não se confunde com o poder estatal centralizado. (Clastres,1990:17).Portanto, o facciosismo também deve ser entendido como uma das manifestações históricas da política.

<sup>21</sup> Sigo aqui a tradução elaborada por Oliveira Filho (1977:272)

fatores interdependentes: primeiro, a sociedade em questão deve ser constituída por grupos transitórios e desorganizados (1960:399) e, segundo, pelas pressões desintegrativas externas (Siegel & Beals, 1960:399).

Nicholas, apesar de discordar da visão negativa apresentada por Siegel e Beals sobre o facciosismo (Nicholas, 1966:56), de certa forma, realça a segunda variável ( “um padrão de tensão da comunidade”) apresentada de maneira tímida pelos dois autores, ao afirmar que

“I have tried show that factions constitute a form of political organization that is particularly well adapted to certain kinds of arenas.” (Nicholas, 1966:58).

Posteriormente, Nicholas e Bailey (1968) reafirmam essa concepção segundo a qual o facciosismo não é necessariamente disjuntivo:

“Although factions are likely to be off by situations of change, they do not always themselves prove unstable and may become the characteristic pattern of political interaction.” (Nicholas & Bailey, 1968:278)

O que para Siegel e Beals aparece como um processo destrutivo – o “pervasive factionalism” - Nicholas vê apenas como um novo fator a impulsionar o que já é característico de uma arena faccional.

“Universal adult franchise elections of village council members, as well as members of state legislative assemblies and the Indian parliament, provide a new focus for conflict between factions.” (Nicholas, 1966:58).

É nesse mesmo registro que se inserem as contribuições de Graham (1968). Ao acompanhar o processo de sucessão de um determinado “sistema faccional”, o autor propõe uma abordagem bastante dinâmica do facciosismo, na qual podemos vislumbrar de maneira implícita a concepção indicada por Nicholas de um certo padrão de interação faccional. Graham assinala que geralmente um sistema faccional exige, como não poderia deixar de ser, a presença de, no mínimo, duas facções, que ele denomina sistema bifaccional. Dois delineamentos possíveis podem tomar sistemas desse tipo. Primeiro, uma das duas facções poderia vir a se tornar maior que a outra, “permitindo” (ou não) que essa última pudesse continuar a se manifestar. Teríamos nesse caso a

criação de um sistema de facção dominante. (dominant-faction system). Um segundo delineamento, inverso ao primeiro, poderia ocorrer.

A cisão e emergência de outros agrupamentos a partir dos primeiros, levaria um sistema bifaccional a tornar-se trifaccional, até chegar ao limite possível de fragmentação, o multifacciosismo.

“...an informal conflict may begin as bifactional, become trifactional, and finally be transformed into a dominant-faction system by the fusion of two of its three groups; or the conflict cycle may begin with the emergence of a minor faction, and the resultant dominant-faction system may become bifactional and then disintegrate into multifactionalism.”  
(Graham, 1968:324).

Uma das discussões mais caras aos teóricos do facciosismo filiados à escola inglesa - afora a tipologia estabelecida por Siegel & Beals - diz respeito ao fato de que uma unidade política faccional se contrapõe de maneira direta à existência de grupos corporados.

Graham, ao distinguir um conflito faccional de outras formas de conflito político, corrobora esta ilação:

"Factions are not legitimate; that is to say, the values of the corporate group in which they exist do not sanction their activity, and they invite severe penalties if they transgress any of these values; they have to organize themselves and compete for power according to informal or pragmatic rules"  
(Graham,1968:324).

Yadava (1968), seguindo Mayer (1961) e Firth (1957), ao caracterizar o que seja uma facção, também a contrapõe aos critérios que demarcam grupos corporados:

“ ...a faction is a flexible, interest-oriented quasi-group and its membership need not be confined by traditional cleavages along kin and caste lines. More often individuals cross over such boundaries to become members of a faction”  
(Yadava,1968:900).

Por fim, Nicholas é bastante enfático ao distinguir a condição de quasi-groups de uma facção de outras formas de agrupamentos “corporados” e passíveis de se envolverem em conflitos de ordem política:

“No phenomenon in the field of political relations is less adapted to architectural analysis than that of factional political organization. Political parties, royal families, lineages, and clans – the kinds of groups involved in ‘conventional’ political conflicts – are all corporate groups with continuity and fixed structural properties.” (Nicholas, 1966:52).

Como decorrência dessa concepção que caracteriza as facções em contraposição ao funcionamento de grupos corporados, esses teóricos do facciosismo de modo geral, tendem a explicar a formação desses agrupamentos políticos “sui generes” através do fenômeno de liderança.

“... the faction is without ideological focus; it is recruited around a leader or a clique of leaders, using a diversity of allegiances.(...) It may be that factions, in the sense of uninstitutionalized groups without an ideology, with little professional ethic, recruited by diverse ties, simply do not have the ability to make effective use of bureaucratic resources.” (Nicholas & Bailey, 1968:278/279).

Goldman & Palmeira (1996) endereçam a seguinte crítica à escola processualista.

“A crítica processualista da década de 60 opera, então, um novo descentramento, ao criticar as noções de sistema e função e valorizar o processo político enquanto tal, bem como as interações sociais concretas. Poderíamos perguntar, contudo, se um novo recentramento não se opera aqui, recentramento que se dá a partir do pressuposto de um predomínio das relações interindividuais e que acaba desembocando num transacionalismo individualista e manipulatório.” (Goldman & Palmeira, 1996:3).

Já em 1977 Oliveira Filho formulava essa mesma crítica, ao apontar o modo um tanto individualista e utilitarista através da qual essa linha teórica aborda o fenômeno do facciosismo, o que levaria a deixar de lado a “dimensão inconsciente da vida social”. Para o autor,

“A interdependência dialética entre indivíduo e grupo é totalmente rompida, surgindo em cena uma individualidade puramente metafísica, movendo-se em um quadro de liberdade absoluta, de orientação racional e maximizante (em sentido estritamente utilitário) sem atualizar normas, padrões de comportamento e modelos cognitivos sociais.” (Oliveira Filho, 1977:270).

O autor recorre a Cardoso de Oliveira, para quem

“...o que freqüentemente acontece é agirmos ou vivermos movidos por vetores (valores) dos quais temos pouco ou nenhum conhecimento.” (Cardoso de Oliveira apud Oliveira Filho, 1977:271).

Como solução para essa celeuma, Oliveira Filho incorporará as discussões levadas a cabo por Barth (1968), pois este evitará trabalhar

“...com uma noção de indivíduo que não esteja qualificada segundo papéis sociais e não omitirá ou restringirá ‘a importância dos princípios estruturais (“formal frameworks”) atuantes na sociedade, vendo-os ao contrário como fatores básicos de mobilização de adeptos’.” (Oliveira Filho, 1977:272/273).

Para concluir essa discussão, Oliveira Filho afirmará um pressuposto metodológico significativo para o pesquisador interessado nos estudos sobre facciosismo:

“...enquanto o líder [do grupo estudado] se serve de clivagens maiores (parentesco, religião, etc) como um idioma por meio do qual ele busca unir e homogeneizar os componentes de sua facção, atribuindo um ‘sentido’ definido às disputas, o investigador tem como seu dado primeiro exatamente o produto dessa redução procedida pelo líder,

cabendo-lhe então procurar apresentar os múltiplos critérios pelos quais uma facção é efetivamente constituída, desvendando as relações (contradições e compatibilidades) entre a sua ideologia e a sua realidade.” (Oliveira Filho, 1977:265/276 – grifos do autor).

No registro dessa exposição, tentarei demonstrar que a dinâmica faccional Xerente deve ser vista como um padrão de organização política – conforme já assinalou Maybury-Lewis - que independe de qualquer tipo de “pressão externa”. Em uma passagem do livro “O Selvagem e o Inocente”, Maybury-Lewis ilustra claramente esse fato:

“Eu começava a perceber que a política de intriga entre facções era o princípio vital para a maior parte dos homens Xerente. Era o que os tornava tão espertos e fazia deles tão bons oradores. Era também o que dava aos Xerente mais poderosos uma autoconfiança que os protegia mesmo contra os efeitos corrosivos da civilização.” (Maybury-Lewis, 1990:213)

Dentre as contribuições dos autores da escola processualista britânica, arrisco a propor, seguindo Graham, que a organização política Xerente seria marcada fundamentalmente pelo multifacciosismo. Dependendo dos processos políticos em curso, essa organização multifaccional pode adquirir configurações bifaccionais, trifaccionais etc.. Os processos políticos analisados nesta dissertação e a comparação com as análises apresentadas particularmente por Maybury-Lewis são demonstrações que ajudarão a reforçar essa hipótese. Por fim, apesar da facções Xerente não assumirem em momento algum características de grupos corporados - ou seja, suas composições não dependem necessariamente de regras rígidas e predeterminadas presentes de maneira específica em sua organização social – deve-se levar em conta os “vetores sociais” ou clivagens (principalmente, as relações de parentesco entre afins e a organização clânica) como critérios tão determinantes para sua composição (das facções) quanto a intencionalidade (Oliveira Filho, 1988:10) levada a cabo por cada uma das poderosas lideranças Xerente

Nesse registro e partindo do pressuposto inicial de que as facções Xerente se organizariam de maneira análoga às dos Xavante ( Maybury-Lewis,1984: 367), recorro a uma citação do mesmo autor, por ser bastante elucidativa da complexidade organizacional do facciosismo Akwë (Xavante e Xerente) de modo geral:

"A filiação clânica por si só não é significativa. Adquire significado apenas contextualmente. O contexto, por sua vez, é configurado pela estrutura faccionária da comunidade, que se constrói a partir de agrupamentos clânicos sem, no entanto, corresponder necessariamente a eles. É, portanto, mais importante para os moradores de uma determinada aldeia saber com que linhagem um recém-chegado tem ligações do que descobrir a que clã pertence". (Maybury-Lewis, 1984:224).

O facciosismo Xerente é concebido por mim como uma atividade eminentemente política, mesmo resguardando a peculiar distinção "nativa" que os Xerente manifestam sobre esse assunto, como veremos no Capítulo 5 desta dissertação.

Para fins de precisão de linguagem e clareza conceitual nesta dissertação, caracterizo, analiticamente, a dinâmica faccional Xerente através dos confrontos e articulações existentes entre grupos domésticos, aldeias, linhagens ou segmentos de linhagem, relações estas em que não seja observada idealmente nenhuma articulação com os demais atores não-indígenas envolvidos no campo político das esferas focalizadas. As unidades políticas daí resultantes são então denominadas facções. Por outro lado, quando se tratar de um arranjo político no qual se encontrem articuladas determinadas facções indígenas e distintos atores não-indígenas, denominarei esse processo de dinâmica faccional ampliada, entendendo, por fim, que coalizão faccional ampliada é a unidade política daí resultante.

Nesse sentido, caracterizo como política faccional as ações e articulações que uma determinada facção, sob a direção de uma ou mais lideranças indígenas, transformam os recursos (materiais, humanos e normativos) presentes em seu universo sociocultural, em suportes com vistas à conquista da hegemonia no campo político focalizado frente às facções e/ou coalizões faccionais ampliadas rivais.

A ação política faccional ampliada se distingue analiticamente da faccional devido, primeiro, ao envolvimento de atores não-indígenas nos processos políticos em curso e, segundo, pelos tipos de recursos que são transformados em suportes para a conquista dos fins políticos propostos. Dentre tais recursos, destacam-se aqueles originários do campo normativo burocrático que orientam a ação dos atores não-indígenas envolvidos no campo político em disputa. Sob este tipo de orientação burocrática, encontramos os partidos políticos; as escolas (inclusive as que se encontram nas T.I.s Xerente); a



Associação Indígena, os novos papéis sociais (professores, agentes de saúde, vereadores, cargos na Funai, no Estado, na Prefeitura, etc.).

Assim, temos o seguinte quadro analítico:

Campo Político da Esfera local e Regional		
Dimensões Recursos	Política faccional	Política faccional ampliada
Materiais	Bens simétricos (p. ex.: expansão territorial; funções sociais “tradicionais”).	Bens assimétricos (p. ex.: cargos e salários).
Humanos	Lideranças indígenas (caciques, pajés, conselho dos velhos); grupos domésticos e facções.	Atores não-indígenas (p. ex.: equipes do Cimi, da Funai, Representantes de Partidos Políticos).
Normativos	Campo normativo do universo sociocultural Xerente (p. ex.: exogamia de metades, organização clânica, regras de residência e de parentesco, etc.)	Campos normativos normalmente assentados na racionalidade burocrática (p. ex.: estatutos, regras eleitorais, organização do Estado etc.)

A separação entre política faccional e política faccional ampliada é pensada, aqui, como dispositivos distintos de organização da ação política na esfera local. Não pretendo reificar a dicotomia interno/externo, tradicional/moderno. O que importa é reter que as duas ordens de ação política, ao mesmo tempo que se interpenetram, devem também ser diferenciadas analiticamente, para que seja possível observar as transformações e (re) significações que se operam de ambos os lados.

É possível adiantar que a dinâmica faccional Xerente mesmo assentada no dualismo de suas metades exogâmicas e instrumentalizada geralmente pela identificação clânica, em hipótese alguma pode ser confundida (ou fundida) a estes grupos sociais (clãs e metades). Pelo contrário, quanto mais se amplia o campo político da esfera local, com a inserção de novos atores sociais e os arranjos e re-arranjos faccionais ampliados que daí decorrem, mais autonomia ganha a organização política Xerente em relação aos demais arranjos sociais, o que possibilita um espaço de liberdade cada vez maior para a

atuação das suas facções. Espero deixar isto claro através da etnografia que constitui esta dissertação.

### **b.3. A noção de situação histórica e o campo político da esfera local.**

Em linhas gerais, a noção de situação histórica de Oliveira Filho está referenciada em grande parte das contribuições da escola processualista inglesa, como o próprio autor admite.(1977:8; 1988:42). Dentre os aspectos presentes no delineamento da noção de situação histórica, os que julgo mais importantes são os seguintes:

- a) Foco: “fenômenos propriamente políticos e ênfase em períodos de curta duração” (Oliveira Filho, 1977: 7), nos quais sejam observados “modelos de distribuição de poder entre diversos atores sociais” (1977:5).
- b) Do modelo: “ ...o modelo referido é então uma construção do observador com intuítos analíticos, não se restringindo a ordem jurídica (legal, constitucional) ou ao plano da consciência dos atores, mas procurando apreender a capacidade ordenadora efetiva desses elementos em relação aos processos sociais concretos.” (Oliveira Filho, 1977:5).
- c) Composição: “conjunto de determinados atores e forças sociais, cada um com diferentes recursos, padrões de organização interna, interesses e estratégias.” (Oliveira Filho, 1977: 4)
- d) Tipo de conflito: “privilegiar aqueles conflitos relacionados ao controle de recursos socialmente valorizados (tal como sugere Salisbury,1978)”. (Oliveira Filho, 1988:11)
- e) Definição: “a capacidade, por parte de determinados agentes (instituições e organizações) de produzir uma certa ordem política através da imposição de interesses, valores, padrões organizativos sobre os outros componentes da cena política.” (grifo do autor). (Oliveira Filho, 1977:4)
- f) A produção da ordem política: “não só pelo uso repetido da força que se mantêm a regularidade da dominação, mas pelo estabelecimento de diferentes graus de compromisso, o grupo dominante, ao ceder a interesses não só que os seus, obtêm consenso, e exerce a dominação em nome de interesses gerais.” (Oliveira Filho, 1977:4)

- g) A consecução da tutela: “o padrão de legalidade não decorre de um consenso pré-existente, ele é fabricado pelos próprios atores envolvidos, em função de suas posições assimétricas, lançando mão das virtualidades contidas nos diferentes referenciais de ação ali existentes.” (Oliveira Filho, 1988:194).

Os quatro primeiros pressupostos – foco, modelo, composição e tipo de conflito - são, ao meu ver, um detalhamento mais preciso e atualizado dos instrumentais metodológicos presentes na noção de campo político conforme apresentada pelos autores da escola processualista britânica. Entretanto, em virtude das complexas relações políticas vivenciadas pelos Xerente, principalmente a partir da fundação do Estado do Tocantins, a aplicação dos três pressupostos seguintes – definição, a produção da ordem política e a consecução da tutela - exige algumas ressalvas.

No campo político da esfera local, do qual participam ativamente as facções Xerente em coalizão com agentes não-indígenas, é bastante difícil pré-determinar quem é, de fato, o agente produtor da ordem política (o grupo dominante), ou seja, aquele que impõe valores, interesses e padrões organizativos aos outros componentes da cena política. Essa identificação, dos produtores da ordem política, depende de uma análise das interrelações e arranjos contextuais em curso entre os diversos atores sociais em cada um dos processos políticos focalizados. Talvez seja exatamente nesse ponto que resida a maior dificuldade em se aplicar integralmente o modelo de situação histórica ao objeto histórico aqui focalizado – a esfera local. Diferentemente de antigos contextos históricos vivenciados pelos Xerente, nas quais a sua subordinação política a diversos atores sociais era um tanto quanto mais explícita- particularmente manifesta pela contínua aliança entre a Igreja Católica e o Estado, como veremos no Capítulo 1 - no período histórico aqui analisado a intensa fragmentação do campo político local e regional tem proporcionado aos Xerente espaços substanciais para experimentarem momentos de autonomia e de poder decisório. Ou seja, diferentemente da “situação de reserva” vivenciada pelos Tikuna, na qual “...a noção de situação histórica poderia ser definida pela capacidade que assume temporariamente uma agência de contato [no caso, o S.P.I.] de produzir, através da imposição de interesses, valores e padrões organizativos, um certo esquema de distribuição de poder e autoridade entre os diferentes atores sociais ali existentes...” (Oliveira Filho,1988:59), na esfera local aqui estudada não é possível falarmos de uma unívoca relação entre os Xerente e um “Estado Tutelar” – ou mesmo, com uma única irmandade religiosa”- mas, sim, das distintas relações travadas por suas

facções diante, por exemplo, dos diversos “Estados” e “Igrejas” que a elas se apresentam: no primeiro caso, temos as administrações governamentais nas suas respectivas esferas (Governo do Estado; Prefeitura de Tocantínia; A Funai em Brasília, no Tocantins ou, ainda, nos Postos Indígenas; a Procuradoria Regional da República, e, no segundo, os distintos segmentos católicos e protestantes.<sup>22</sup>

Assim, a análise dos processos políticos focalizados nessa dissertação leva em conta parte das considerações de Oliveira Filho: trata-se de fenômenos políticos e de curta duração, situados em tempo real, nos quais é possível construir modelos de distribuição de poder entre um conjunto de atores e forças sociais, cada um deles com diferentes interesses, valores e padrões organizativos, que competem por recursos socialmente valorizados. Por outro lado, a relação entre pólo dominante/pólo dominado (Oliveira Filho, 1988:10) que a noção de situação histórica acaba por induzir é atenuada nessa dissertação através da proposta de se pensar o campo político da esfera local como um espaço no qual os atores sociais envolvidos podem, dentro de uma dinâmica processual, desempenhar tanto papéis de dominação – ou seja, atuando de modo a controlar espaços de poder (e da sua produção) em disputa - como de subordinação, dependendo do processo político focalizado<sup>23</sup>.

Esta dissertação adota, pois, uma abordagem adequada à demonstração de que, paralelamente à falência do “Estado Tutelar”, os Xerente, ou melhor, suas facções, têm conquistado gradativamente um espaço considerável para o exercício de sua autonomia política – em que pesem os obstáculos que encontram nesse caminho - através de diversos arranjos e articulações com outros atores sociais envolvidos direta ou indiretamente no campo político local e regional.

Levando-se em conta as considerações expostas até aqui, cabe definir esfera local como uma área espaço-temporal que se configura através da interconexão de diversos campos, tais como o econômico, o religioso, o demográfico, o geográfico e o político. O foco desta dissertação recai, vale repetir, sobre o campo político, cuja delimitação analítica segue os seguintes critérios:

---

<sup>22</sup> Essa diferença de abordagem não deve ser pensada apenas como fruto de uma suposta oposição “estrutural” entre os “Tikuna em reserva” versus “os Xerente na esfera local”, mas também, pelo fato do estudo de Oliveira Filho ter-se realizado na década de 70 e o aqui focalizado nas portas do ano 2000. Portanto, continuamos na história.

<sup>23</sup> E aqui, vale a pena voltar aos pressupostos apresentados por Swartz, V. Turner & Tuden (1966:37) sobre a configuração de um campo político. Ver páginas 11/12 .

- a) a identificação e escolha de eventos que envolvem a participação direta e ativa de facções indígenas;
- b) a tentativa de apreensão das articulações, confrontos e da trajetória histórica de inserção (participação e retirada) de cada um dos atores sociais no campo político focalizado;
- c) a identificação da articulação (suporte) de outros atores sociais com aqueles que estão diretamente envolvidos dos processos políticos analisados. Ou seja, trata-se de observar o grau de envolvimento entre atores sociais provenientes de outros campos políticos e os da esfera local;
- d) a circunscrição dos recursos humanos, materiais e normativos que são controlados e transformados em suportes por cada um dos atores sociais envolvidos nos processos políticos analisados. O importante aqui é delimitar, na medida do possível, as especificidade dos campos normativos (interesses, normas, noções) que orientam a ação política dos diferentes atores sociais envolvidos, bem como os recursos materiais e humanos que os mesmos atores controlam, garantindo-se o contraste analítico entre as diferentes estratégias por eles apresentadas.

Assim, os processos políticos analisados nesta dissertação – que configuram o campo político da esfera local e regional - apresentam os seguintes atores sociais :

- a) As facções Xerente, que têm suas ações políticas regidas por um campo normativo próprio, mesmo constituído através da articulação e incorporação histórica de valores e ações oriundas do contato secular com diversos segmentos não-indígenas;
- b) Os segmentos não-indígenas: sitiantes, fazendeiros, posseiros, população urbana, missionários (batistas e católicos), agentes governamentais e não governamentais (Cimi, Funai, Procuradoria da República, partidos políticos, administrações municipal e estadual, ONGs, antropólogo, entre outros) imbuídos de interesses e estratégias de ação política próprios e contraditórios mas que, dependendo do processo político escolhido, podem ser encontrados ora em confronto, ora em articulação com as diversas facções Xerente

As esferas local e regional no período de tempo aqui focalizado, têm como característica principal a constante ampliação de seus campos políticos, fenômeno que

pode ser apreendido através do envolvimento de novos atores sociais e a conseqüente configuração de eventos inéditos a partir da fundação do Estado do Tocantins.

As problemáticas abordadas pela escola britânica dos anos 60, depois de deixarem a cena principal dos debates antropológicos nas décadas subseqüentes de predomínio da orientação estruturalista francesa, voltam ao primeiro plano em anos recentes, agora sob novas luzes e sob o impacto de novos processos sociais, políticos e econômicos globais e locais. Neste sentido, são oportunas aqui menções – ainda que breves – a algumas concepções contemporâneas que me ajudam a expressar com maior precisão noções importantes para o desenvolvimento desta dissertação. Permitem também esclarecer os parâmetros atuais a partir dos quais fiz minha leitura da bibliografia processualista.

Assim, cabe dizer que os mais recentes debates sobre como circunscrever (ou não) os limites e as fronteiras possíveis de serem imaginadas num encontro multicultural (Hannerz,1997) proporcionam uma idéia mais precisa do que estou entendendo aqui pela noção de esfera local.

Segundo Hannerz,

“Compondo um pequeno conjunto de metáforas geográficas, ‘limite’ parece combinar com ‘fronteira’ e com ‘zona fronteira’ [Borderland]. Mas esses últimos termos não implicam linhas nítidas e sim regiões, nas quais uma coisa gradualmente se transforma em outra, onde há indistinção, ambigüidade e incerteza.” (1997:20).

Indo ao encontro dessa assertiva, as distinções geográficas, de “visões de mundo”, de objetivos etc., que faço no decorrer dessa dissertação – entre esfera local e regional e a rede de ramificações nacionais e internacionais a elas articuladas, ou mesmo, entre política faccional e ampliada – , se podem ser pensadas em termos da apresentação e análise da problemática aqui abordada, em hipótese alguma são tão facilmente perceptíveis quando nos encontramos em “campo”, diante dos intensos cruzamentos entre os diversos fluxos (locais, nacionais e transnacionais) que ali se interconectam de maneira processual. De qualquer forma, apesar das ambigüidades, indistinções e incertezas das ‘zonas fronteira’ selecionadas para efeitos dessa dissertação, quero afirmar, com Hannerz (1997:19), que

“o que importa, nesse argumento, são as interpretações locais, os esquemas locais de significação”.

A noção de esfera local não é mais do que uma tentativa de atender a essa demanda.

### C. TRAJETÓRIA DA PESQUISA

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa iniciada em janeiro de 1994<sup>24</sup>, quando tive a oportunidade de passar cerca de dez dias entre os Xerente. Este primeiro contato, ainda como aluno do curso de graduação em Ciências Sociais, foi propiciado pelo convite oferecido pela Profa. Dra. Aracy Lopes da Silva frente ao meu interesse pelas questões relativas à problemática indígena durante as disciplinas oferecidas nesta área.

Como “passaporte”, na primeira viagem, levei alguns exemplares do livro “Grafismo Indígena”, organizado pela Profa. Lux Vidal, do qual faz parte o artigo “Pintura Corporal e Sociedade: os ‘partidos’ Xerente”, fruto de uma troca na qual a Profa. Aracy se comprometia a publicar um trabalho sobre os Xerente e “devolvê-lo” aos mesmos. A recepção foi calorosa nas duas aldeias que me hospedaram durante este período (Vão Grande e Porteiras).

De volta do campo, e olhando meu caderno de anotações, o que mais me chamou a atenção foi o que me pareceu um excessivo número de aldeias então existentes no território Xerente – cerca de 18 – uma vez que, nos dados coletados por Farias, em 1989, encontrei referência à existência de apenas 9 aldeias, quantidade que se mantinha praticamente idêntica aos dados de Nimuendajú (1942[1930;1937]); Maybury-Lewis (1979 [1956/1963]) e Lopes da Silva & Farias (1992 [1984;1987,1988,1989]<sup>25</sup>).

Dois outros temas apareceram em meio às minhas anotações: o primeiro relacionado à construção de uma ponte sobre o Rio do Sono, limite leste do território e que, naquele momento, deixava meus interlocutores Xerente das duas aldeias que estive “revoltados”; o segundo, comentado de maneira bem esporádica, dizia respeito ao funcionamento de uma associação indígena entre eles.

---

<sup>24</sup> A pesquisa de campo foi feita em seis etapas, entre 1994 e 1998, totalizando cerca de 5 meses.

<sup>25</sup> Entre colchetes, os anos de realização das pesquisas de campo dos respectivos autores.

Olhando em retrospectiva, duas considerações são importantes. Até aquele momento, eu não havia definido qual o tema que abordaria e, por outro lado, apesar de algumas informações fragmentadas sobre projetos governamentais em curso na região, meu olhar sobre o entorno da área Xerente fôra praticamente nulo. Hoje em dia, percebo a importância desta primeira visita, já que as aldeias em que fiquei possuem facções politicamente fortes, que mantêm vínculos com vários atores não-indígenas decisivos no campo político da esfera local: o governo do Estado, a Funai, o Cimi e os missionários batistas. Os dois assuntos acima mencionados - a construção da ponte sobre o Rio do Sono e o funcionamento da associação indígena - viriam a se consolidar, no decorrer da pesquisa, como centrais para a compreensão do facciosismo Xerente.

O projeto que então elaborei – “Os Xerente e a Política: a esfera local na dinâmica dos processos nacionais e internacionais” – tinha como objetivo central a apreensão da inserção dos Xerente no campo político das relações interétnicas. A proposta era a de perceber como, em decorrência das especificidades da esfera local, os Xerente vieram a se constituir como um dos atores fundamentais no que tange à tomada de decisões referentes a projetos econômicos e políticos oriundos de intervenções municipais, estaduais e federais naquela esfera.

No projeto, eu enunciava a tentativa de apreender dois níveis mais gerais, com os quais a esfera local estava articulada: 1) o da dinâmica regional, dado pelas relações faccionais travadas entre os próprios Xerente e entre estes e atores não-índios; 2) a presença de ramificações do “sistema mundial”, tais como os órgãos institucionais, privados e públicos, nacionais e internacionais, cuja intervenção já parecia bastante decisiva na dinâmica local.

Assim, um dos objetivos era o de mapear os vários atores não-indígenas que mantêm relações políticas e econômicas com as facções Xerente. Perguntava-me sobre o modo pelo qual tais relações eram apropriadas pelo grupo no processo de reconfiguração de sua organização política através da observação de suas alianças e estratégias. Enfim, por ser marcante a presença dos Xerente no campo político local, parecia-me clara a disposição deles em participar de processos políticos próprios à sociedade “moderna”: associações, partidos políticos, ONGs etc..

A abordagem teórica que me propunha seguir, naquele momento, era claramente referenciada pelos trabalhos de Balandier, principalmente pela sua noção de situação



colonial, e pelos trabalhos do primeiro Cardoso de Oliveira, em particular, sua noção de fricção interétnica. Imbuído desse arsenal teórico, que viria a ser rediscutido e redefinido posteriormente, de volta ao campo, em julho de 1995<sup>26</sup>, tracei então o caminho inverso.

Nesta segunda etapa de pesquisa de campo – 25 dias - em vez de ir diretamente às T.I.s Xerente, passei mais da metade do tempo deslocando-me entre as cidades de Tocantínia, adjacente a essas terras indígenas, Palmas, capital do recém-criado estado do Tocantins, e Gurupi, sede da Administração Regional da Funai. Estabeleci, assim, contatos com vários dos atores não-indígenas participantes do campo político que eu tinha me proposto a estudar: o Cimi ; representantes da BRIDDLERCH DELEN, uma ONG com sede em Luxemburgo; a Administração Regional da Funai e os “funcionários” com atuação direta na área (chefes-de-posto, enfermeiros, administrador regional); os pastores da Igreja Batista; a Procuradoria da República em Palmas; e mais uma variedade de atores sociais residentes nas cidades de Tocantínia e Miracema (padres, radialistas, prefeitos, vereadores, fazendeiros, comunidades rurais etc.). Devido a tais contatos, obtive um conhecimento mais detalhado sobre a série de projetos governamentais (estaduais e federais) e não-governamentais (ONGs) incidentes na região, alguns já em curso, e que viriam, tempos mais tarde, a tensionar as relações entre as próprias facções Xerente e entre elas e os demais atores não-indígenas, entre os quais me incluo. O restante dos dias desta segunda pesquisa de campo passei novamente no P.I. Xerente, tendo a oportunidade de visitar outras aldeias (Bela Vista, Cercadinho e Salto) e ampliar meus contatos com outros Xerente.

Em virtude destes diálogos e observações, deduzi a existência, entre os Xerente, de dois agrupamentos políticos opostos, cuja distinção expressar-se-ia, inclusive, em suas localizações espaciais. Esses grupos estariam aliados ao governo do estado do Tocantins e à Administração Regional da Funai em Gurupi, respectivamente. Tanto a Procuradoria da República quanto o Cimi, devido às suas divergências com a administração do governo estadual, acabariam por dar suporte à ADR/Gurupi, apesar de manterem reservas entre si.

---

<sup>26</sup> O período de um ano e meio transcorrido entre a primeira e esta segunda viagem serviu para definir o meu real interesse em ingressar na área de etnologia. Duas disciplinas foram fundamentais nesta direção: a primeira, “Antropologia Política”, ministrada pela Profa. Paula Montero no segundo semestre de 1994, deu-me o arsenal teórico inicial para a elaboração do projeto. A segunda, cursada no primeiro semestre de 1995, “Pesquisa de Campo em Antropologia”, ministrada pela Professora Aracy Lopes da Silva para os alunos dos anos finais de graduação em Ciências Sociais, foi fundamental para a elaboração definitiva do projeto de mestrado que viria a ser apresentado ao PPGAS-USP, no final daquele ano.

O agrupamento supostamente vinculado ao Estado do Tocantins era praticamente uma incógnita, apesar de eu ter estabelecido contato com uma das suas lideranças políticas mais influentes, que naquele momento era um dos diretores da Associação Indígena Xerente (A.I.X). Esta liderança disse-me que um dos diretores da gestão passada, vinculado ao agrupamento rival, teria sido derrubado pelos “Xerente”, acusado de desviar dinheiro da A.I.X. Mais tarde, esta liderança também sofreria a mesma acusação. O Cimi, devido ao seu projeto de apoio e construção da A.I.X, aparecia para mim de maneira um tanto ambígua em suas relações políticas com os dois agrupamentos rivais. Apesar de assessorarem ambos os grupos - já que as sucessivas diretorias da A.I.X. ora tinham seus principais cargos controlados por um, ora por outro -, a equipe do Cimi manifestava constantemente severas críticas ao agrupamento ligado ao governo estadual.

No quebra-cabeça que se ia configurando, passei a acreditar que apenas um trato cuidadoso em minhas diversas relações (com índios e não-índios) possibilitaria o sucesso da pesquisa. Em um campo político em que todos os atores não-indígenas se utilizam da “divisão” existente entre os Xerente com vistas a interesses políticos e econômicos próprios, um dos expedientes que passei a utilizar, objetivando conquistar o trânsito almejado, foram os meus constantes apelos sobre a necessidade dos Xerente se unirem em torno de um objetivo comum, que eu dirigia a cada um dos agrupamentos políticos com que me defrontava.

Na verdade, este posicionamento chocava-se diretamente com o que eles achavam que eu deveria realmente fazer. Por um lado, ficava claro que, por trás de convites irrecusáveis de caciques e lideranças Xerente para passar “alguns dias em tal aldeia”, existia uma clara tentativa de cooptação para uma das suas facções. Por outro, o fato de desejar transitar por todas as aldeias - assunto que fiz questão de deixar claro desde o primeiro momento - propiciou uma certa desconfiança de todas as facções sobre os meus reais interesses. Perguntas tais como: “Você é a favor ou contra a pavimentação de tal estrada?”, “O que você achou da atitude de fulano, de tal aldeia, sobre tal assunto?” etc., colocavam-me diante de uma encruzilhada: se não respondia, dificultava a troca de informações com o interlocutor; se respondia, a “notícia” corria por várias aldeias com as quais nem imaginava que meu interlocutor tivesse relações tão próximas. Consegui - apesar de vez ou outra ser literalmente “cooptado” por uma delas - manter um bom relacionamento com todas as facções ali organizadas, fato este que me proporcionou

um olhar mais global sobre suas articulações e estratégias.<sup>27</sup> No decorrer das pesquisas, apenas uma vez fui diretamente questionado por uma facção Xerente, sobre meus “reais” interesses e objetivos. Acredito que, devido ao silêncio quase unânime das demais em relação a tais interesses, a continuidade da pesquisa foi “autorizada” tacitamente pelo interesse que os próprios Xerente têm em discutir seu próprio fazer político e refletir sobre ele.

Outro elemento que veio à tona nesta etapa da pesquisa foi a percepção de que a participação dos Xerente nas eleições municipais de 1992, com a eleição de um vereador indígena, estava em sintonia com a fundação da Associação Indígena Xerente. A articulação entre esses processos políticos ajudou-me muito a perceber o jogo das forças políticas que atuavam na esfera local e regional, possibilitando uma compreensão mais afinada do facciosismo Xerente e de suas alianças com outros atores não-indígenas. A pesquisa ganhou uma nova direção, que se somou às demais, na busca da compreensão das novas formas de atuação e organização política que os Xerente passaram a adotar.

Ainda que de maneira superficial, os dados que obtive nesta fase da pesquisa possibilitaram-me uma reflexão preliminar: a existência de uma bipartição na organização política Xerente poderia estar relacionada de maneira simétrica às suas duas metades exogâmicas – Doí e Wahirê. No decorrer das idas a campo fui percebendo que, se no “atacado”, a bipartição política e a sua relação com as metades exogâmicas possibilitavam algumas “pistas” para o aprofundamento da análise em curso, tais suposições esbarravam no dinamismo que regia as articulações e

desarticulações das coalizões faccionais Xerente. O “mecanicismo” subjacente a esta primeira hipótese, ao encobrir a complexidade dos arranjos políticos em curso no campo político da esfera local, não permitia revelar, naquele momento, algo que eu só viria perceber tempos mais tarde: o elevado grau de autonomia que a dinâmica faccional Xerente detinha perante aos demais planos que compõem seu universo sociocultural<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> Um caso exemplar da dificuldade enfrentada pelo pesquisador em um campo político marcadamente faccional, é narrado por Maria Helena Barata (1993).

<sup>28</sup> Um fato interessante que marcou esta minha estadia foi o de ter recebido, numa festa de nomeação realizada no P.I. Xerente, o nome de *Wakuke*. No decorrer da dissertação, serão narrados alguns casos que demonstram a vitalidade e a importância dos nomes próprios entre os Xerente.

Na terceira vez que fui a campo, em janeiro de 1996, já era aluno do PPGAS-USP e pesquisador do MARI / USP Grupo de Educação Indígena<sup>29</sup>. O objetivo desta nova etapa, de 30 dias, foi aprofundar a série de questões levantadas nas pesquisas anteriores. Na cidade de Tocantínia, tentei conseguir junto aos órgãos governamentais (Câmara Municipal, Prefeitura, Tribunal Eleitoral, etc) documentos referentes tanto às eleições municipais de 1992 – nas quais houve uma grande participação dos Xerente com a eleição de um vereador indígena – como em relação ao processo de demarcações da reserva, iniciado em 1972 e terminado em 1991. O resultado foi negativo em ambos os casos<sup>30</sup>.

A meu ver, estas dificuldades deveram-se ao fato de que a cidade de Tocantínia, encravada no território Xerente, de tão pequena, possibilita aos moradores uma rápida identificação do “estranho” – naquele momento, eu já estava absolutamente identificado como aliado dos índios. Por outro lado, consegui construir uma amizade sólida com o padre local – figura pública respeitada e venerada –, o que me propiciou uma relação tranqüila com os moradores da cidade, mas, evidentemente, não com as forças político-partidárias que detêm o controle das instituições locais. Não por acaso, após a morte do padre, em julho de 1997, esse quadro mudou abruptamente. Passei ainda um fim de semana numa fazenda de um morador local, com o qual havia feito amizade no decorrer das pesquisas. Fiquei surpreso em encontrar ali dois índios Xerente que estavam trabalhando nas roças da fazenda. Ampliei a visita às aldeias que compunham o território Xerente (passando aí cerca da metade do período de campo), principalmente as aldeias mais distantes de

Tocantínia, que se localizam à margem do Rio do Sono (Aldeia da Ponte, Novo Horizonte e Barra do Jenipapo), limite norte da “área grande”. Continuei minha coleta de informações junto aos demais atores não-indígenas (Cimi, Funai, missionários batistas, principalmente). Entretanto, ainda faltava o estabelecimento de relações com o até então incógnito agrupamento Xerente supostamente vinculado ao “Estado”.

Na quarta etapa da pesquisa, iniciada em julho de 1996, passei grande parte dos 40 dias de campo nas aldeias Xerente. Finalmente, consegui estabelecer relações com o

---

<sup>29</sup> A partir dessa pesquisa, todas as minhas viagens a campo foram financiadas com recursos da FAPESP provenientes do Projeto Temático em curso no MARI- Grupo de Educação Indígena, “Antropologia, História e Educação Indígena” (Processo nr. 94/3492-9).

<sup>30</sup> Durante dois dias verifiquei na Câmara de Vereadores de Tocantínia as Atas das Sessões desde 1966. Estranhamente, as atas referentes aos anos de 1972 e 1973 – anos nos quais ocorreu a primeira demarcação da T.I. Xerente – não estavam juntas às demais. Perguntei ao assessor o destino das referidas atas e ele me afirmou de maneira um tanto quanto constrangida que elas haviam “pegado fogo”!

referido agrupamento. Procurei um dos caciques de maior influência e, pelo fato de estarmos naquele momento às vésperas das eleições municipais, a relação se estabeleceu rapidamente, já que havia um interesse enorme sobre a minha pessoa com vistas a “orientações” sobre sua estratégia de ação eleitoral. Tanto este cacique como uma outra liderança daquela região – professor indígena e diretor da primeira e da última gestão da Associação – estavam concorrendo ao cargo de vereador na cidade de Tocantínia, por uma coalizão faccional ampliada, encabeçada pela União do Tocantins (U.T.), que tem como maior representante o atual governador Siqueira Campos<sup>31</sup>. O contato constante com estes dois personagens, além dos demais membros daquela coalizão, propiciaram-me pistas definitivas para a apreensão da dinâmica faccional Xerente.

Duas observações puderam ser feitas nesse primeiro contato. O chefe de posto da Funai nessa região é, até os dias de hoje, o único índio Xerente a ocupar um cargo administrativo com razoável poder decisório. Outro ponto que vale destaque é que as costumeiras enxurradas de pedidos feitas a qualquer “estranho” que se aventure por aquelas redondezas - desde projetos econômicos até compra de artesanatos e doações em dinheiro - foram grande parte delas efetuadas por escrito, diferentemente do agrupamento rival, onde são feitas verbalmente. Vejamos dois trechos de documentos entregues a mim por lideranças e caciques da referida região:

“P/ o Sr. Inesquecido Antropólogo: Cumprimentamos cordialmente e consoante entendimento de vossa Excelêntíssimo Senhor Antropólogo, no sentido de pedir ajuda de 8 bolsa estudantil para pessoas que tenham dificuldades do estudo...” (documento datilografado em 29/07/96)

“Inesquecido Senhor Antropólogo: Apraz-me dirigir-se ao Senhor, no sentido de pedir ajuda numa certa quantia de (100) cem real; ficarei muito contente caso o senhor atender esta quantia pedida”. (19/07/1996).

Uma cena um tanto quanto insólita deve ser registrada aqui. Numa das idas e vindas entre as aldeias Xerente e Tocantínia, encontrava-me, certa vez, tomando uma cerveja num dos bares da cidade. Percebi, de repente, que algumas caminhonetes “F-1000” estacionavam próximas ao bar. Cerca de seis senhores começaram a “puxar papo” comigo e se sentaram à mesa em que eu estava. Durante umas duas horas, de uma

---

<sup>31</sup> Em 1997, ingressou no P.F.L. Antes fora deputado federal pela ARENA-GO. Como governador do Tocantins - em seus primeiro e segundo mandatos – foi filiado ao P.D.C.

maneira bastante tranqüila e divertida, fui questionado sobre meus objetivos naquela inóspita região<sup>32</sup>. Declararam-me, por seu turno, sem muitas cerimônias, que eram proprietários de fazendas de gado em Tocantínia e nas cidades circunvizinhas, sendo, a maioria deles, originários de cidades do interior de São Paulo, particularmente, de São José do Rio Preto e de Ribeirão Preto. Pela primeira e única vez – posteriormente, um membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tocantínia viria a me esclarecer - eu havia me defrontado diretamente com representantes do mais forte (e mais “pardo”) dos poderes regionais: a União Democrática Ruralista/U.D.R.

Tive ainda a oportunidade de travar contato com o cacique da aldeia do Funil – área mais próxima da cidade, que só foi demarcada quase 20 anos após a demarcação da maior parte do território Xerente, fato este que tem repercussões significativas em suas redes de relações políticas. Novamente, pelo fato desse cacique estar pleiteando o cargo de vereador pelo PMDB, o contato se deu com relativa facilidade. Assim, eu identificava supostamente um terceiro agrupamento faccional entre os Xerente, “o pessoal do Funil”.

Como veremos no decorrer desta dissertação, o agrupamento vinculado ao “Governo Estadual”, até aquele momento, parecia manipular, com muito mais sucesso que outros grupos, os recursos de ordem burocrática: tinha maior facilidade com a escrita; entre suas lideranças estavam o único vereador Xerente eleito na cidade de Tocantínia e o único chefe de posto indígena da Funai das duas T.I.s. Por outro lado, não foi surpresa perceber que várias das lideranças e seguidores pertencentes ao agrupamento vinculado à A.D.R. Funai ocupavam vários cargos junto ao órgão tutelar. No caso do “pessoal do Funil”, o forte prestígio do cacique desta aldeia e seu bom trânsito tanto junto à Funai quanto ao “governo” do Estado, permitiam-me caracterizá-los através de uma trajetória aparentemente distinta dos demais agrupamentos Xerente.

Estas suposições eram bastantes genéricas e, aos poucos, foram sendo redefinidas, através da construção de uma etnografia mais detalhada e dinâmica. Tais agrupamentos, que apareciam para mim, de início, como monolíticos, vieram a se revelar, como será demonstrado na dissertação, perpassados por conflitos intrafaccionais, que os levam a um constante processo de fracionamento e realinhamento. Além do mais, em todos eles, existem lideranças que dominam os códigos “burocráticos” com a mesma habilidade.

---

<sup>32</sup> Por mais de uma vez, moradores de Tocantínia me perguntaram se eu não era da “federal”.

Com isto, foi sendo gradativamente descartada a hipótese de existir alguma concatenação direta entre os agrupamentos Xerente e as metades exogâmicas. Tratava-se não mais de buscar apreender as modificações (ou não) estruturais dos modelos de organização social Xerente, mas sim, de investigar a dinâmica histórica de sua organização política faccional.

A quinta fase da pesquisa deu-se em julho (10 dias) e outubro de 1997 (6 dias), com um caráter diferente. Por estar desenvolvendo esta pesquisa, fui indicado pela Profa. Aracy a participar da elaboração do Componente Indígena Xerente do EIA/RIMA – Estudo e Relatório de Impacto Ambiental - sobre a Hidrovia Araguaia-Tocantins. Além disso, fui indicado pela Funai para participar da elaboração do P.C.A. (Plano de Controle e Manejo Ambiental) sobre a proposta de pavimentação de um trecho de 7 km da estrada TO-O10, que, cortando a aldeia do Funil, liga Tocantínia a Palmas. Estas duas experiências possibilitaram o estabelecimento de relações com atores sociais de interesses claramente contrários à autonomia social e política dos Xerente: empreiteiros interessados em pavimentar as estradas que cortam seu território; esquemas de “política de clientela”; indivíduos ligados aos órgãos estaduais de meio ambiente e a órgãos federais, responsáveis por “zelar” pelos impactos dos grandes projetos de desenvolvimento em curso na região. Apesar de me terem colocado, diversas vezes, em situações que contrariaram minhas convicções políticas pessoais, essas experiências acabaram por possibilitar dados e reflexões que vieram a enriquecer significativamente esta pesquisa.

Um pequeno parênteses. Minhas relações com a Administração Regional da Funai e seus funcionários na área Xerente, da mesma forma que aconteceu com os missionários batistas, foram sempre pautadas pela camaradagem. No caso da Funai, acredito que esse fato se deva, em grande parte, à aliança tácita que foi se construindo entre mim e o seu ex-administrador regional, Edson Beiriz. Parte das informações expressas nessa dissertação não teriam sido conseguidas sem o suporte da ADR Funai em Gurupi, de seus funcionários em área, das equipes do Cimi e dos pastores da missão batista. Cumpre lembrar que no decorrer da dissertação, faço uso de fontes secundárias tais como matérias publicadas em jornais (locais e nacionais) e parte da documentação a respeito da relação entre SPI/Funai e os Xerente, que se encontra arquivada no Serviço de Documentação (SEDOC) do Museu do Índio no Rio de Janeiro. Além disso, tive acesso a uma farta documentação sobre processos judiciais, relatórios de impacto ambiental, petições, liminares, etc. - cujo foco são os litígios que envolvem as terras

indígenas Xerente – disponibilizada a mim pela Procuradoria da República em Palmas. Parte desse último material é analisada preferencialmente no capítulo 3 dessa dissertação. Por fim, fiz uso também de pesquisas via internet, entre abril e julho de 1998<sup>33</sup>, principalmente junto aos sites do Ministério dos Transportes – Programa “Brasil em Ação” – , do governo do estado do Tocantins e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Após minha participação nos relatórios de impacto ambiental, minhas relações com a A.D.R. de Gurupi e a Procuradoria da República – e mesmo com o Cimi e os missionários batistas - se solidificaram bastante em virtude do fato de eu ter identificado os governos estaduais e municipais como responsáveis pelo acirramento das tensões existentes, seja entre a população Xerente, seja entre ela e as populações não-indígenas da esfera local. A análise levou-me, assim, a “inocentar” e elogiar o posicionamento desses agentes junto aos Xerente. Como consequência, meus relatórios, ao condenarem explicitamente os referidos empreendimentos, possibilitaram mais subsídios a Procuradoria, a ADR Funai (sob o comando do administrador Edson Beiriz) e ao Cimi, contrários às obras de infra-estrutura que afetam as T.I.s Xerente.

Por outro lado, uma certa tensão em minha relação com os Xerente passou a existir a partir desse momento. Não foi por acaso que, em minha sexta e última pesquisa de campo (outubro de 1998), passei a ser, pela primeira vez em quase cinco anos de pesquisa, bastante questionado por algumas lideranças Xerente sobre meus “ganhos” em participar dos “relatórios”. Foram 25 dias nas aldeias Xerente, afora algumas idas esporádicas e rápidas à cidade de Tocantínia. Por detrás desse tensionamento, está, provavelmente, a frustração dos Xerente em não conseguir obter as infindáveis promessas de indenização advindas dos agentes do poder político local e regional interessados em viabilizar os diversos empreendimentos em curso na esfera local.

Fui a campo dessa última vez com três objetivos bem claros: primeiro, levantar dados sobre a genealogia dos caciques e lideranças de maior destaque entre os Xerente; segundo, em vista da minha inserção definitiva como ator político naquele cenário – derivada dos diálogos travados com os Xerente para elaborar os relatórios de impacto ambiental –, resolvi apresentar-lhes o diagnóstico socioambiental e as medidas que havia elaborado nos relatórios dos quais havia participado. Além disto, havia me comprometido,

---

<sup>33</sup> O acesso ao site do governo do Estado do Tocantins –[www.to.gov.br](http://www.to.gov.br) - está inacessível desde janeiro de 1999, por motivos que desconheço.



ingenuamente, em minha estadia anterior, a conseguir a aprovação de um projeto de cabeças de gado, elaborado por uma das facções de determinada aldeias Xerente. Por não ter conseguido nenhum tipo de apoio financeiro ao projeto, após consultas a algumas ONGs, sabia de antemão que, quando chegasse à referida aldeia, a cobrança seria intensa. E, por fim, visava acompanhar de perto o processo eleitoral de 1998 em curso na esfera regional, visando perceber as suas articulações com o campo político da esfera local.

Seria muito extensa a descrição dos pormenores deste período de campo, conturbado e repleto de tensões do início ao fim. Por isso, registro aqui apenas algumas situações pelas quais passei.

Conseguí entregar resumos dos relatórios de impacto ambiental para a maioria dos caciques e lideranças Xerente e levantar dados fundamentais sobre suas genealogias. Acompanhei alguns momentos das articulações dos atores não-indígenas (Funai e políticos locais, principalmente) que visavam conquistar apoio das facções Xerente aos seus candidatos regionais (eleições de 1998). Diante de uma platéia desconfiada e irada que se concentrava no warã (“pátio central”, lugar sempre improvisado entre os Xerente), pude discutir e justificar o insucesso do projeto econômico de gado, não sem ser acusado de ter “desviado” os recursos que eu teria supostamente conseguido. Não sei até hoje se os convenci de que isso não acontecera. Arbitrei com relativo sucesso uma partida de futebol entre duas aldeias absolutamente rivais. O resultado final da partida – 4 x 3 para os visitantes – fez com que, ao final da partida, o cacique da aldeia vencedora me convidasse para uma estadia em sua aldeia. Convivi, ainda, com um chefe-de-posto da Funai totalmente favorável à pavimentação do trecho de estrada que corta a área do Funil (ao contrário do que eu recomendava no relatório de impacto ambiental). O chefe-de-posto, como fez questão de ressaltar em alto e bom som, estaria ali alocado por conveniências políticas regionais. Em uma oficina para professores Xerente, pude “convencer” uma das lideranças Xerente a assumir e manifestar sua pertença ao seu verdadeiro clã – Kritó – e não continuar a maquiar sua origem clânica como há tempos vinha fazendo. O resultado dessa discussão foi bastante positivo, já que há algum tempo estava ocorrendo uma movimentação entre os Xerente destinada a delimitar mais claramente a sua organização clânica através da separação e identificação dos conjuntos de nomes pertencentes a cada um dos seus clãs. Gratificante foi também passar em duas aldeias (Rio Sono e Funil) vídeos sobre um dos cerimoniais do ciclo de

iniciação masculina entre os Xavante (Wai'a) e sobre a Hidrovia Paraná-Paraguai. A reação dos Xerente foi de quase transe, principalmente em relação ao ritual Xavante<sup>34</sup>.

Cumpru ressaltar que, por ter chegado à área pela primeira vez em 1994, não pude acompanhar o processo de constituição da A.I.X em seu nascedouro. Participei, diretamente, de apenas uma reunião, praticamente no momento terminal da A.I.X, no qual um membro da equipe local do Cimi discutiu com alguns dos diretores da associação um projeto de mudas de mandioca para as aldeias Xerente. No mais, as informações nas quais se baseiam minhas análises sobre a A.I.X. são fruto de entrevistas com lideranças Xerente – sendo três delas pagas - e alguns atores

não-indígenas que acompanharam mais de perto a sua fundação e seu funcionamento, além do acesso a documentos (estatuto; projetos; atas etc.) coletados por mim no decorrer da pesquisa. Pude acompanhar suas últimas atividades, pois foi ao final do ano de 1995, quando já iniciava a minha imersão definitiva na sociabilidade da esfera local, que os últimos atos deste drama foram encenados.

Sem dúvida, os intermináveis pedidos que os Xerente passaram a me fazer e minha dificuldade em lidar com eles , vieram a perturbar gradativamente as “boas relações” conquistadas junto às aldeias que havia contatado no início da pesquisa, através do esclarecimento do papel que eu haveria de ali desempenhar.

A Profa. Aracy, informalmente, já havia exaltado as habilidades políticas dos Xerente nesse campo. Maybury-Lewis, conforme relatado em seu livro O Selvagem e o Inocente, já havia experimentado o dissabor dessas pequenas artimanhas de sobrevivência. Portanto, avisado eu estava. Mas nada disso adiantou. De um momento inicial – no qual comprava uma quantia razoável de alimentos (arroz, mandioca, café, bolacha, carne e fumo) e oferecia ao cacique da aldeia em que ficava e o avisava para distribuir a “todos” os moradores – pedido esse que visivelmente não era jamais atendido - passei a comprar um ou outro artesanato (ato que por si só gera muitos “ciúmes”<sup>35</sup> entre os não contemplados). Depois, passei a comprar remédios, pagar passagens de ônibus e consertos dos caminhões, estes sempre em estado lastimável. Em determinados momentos, doei sem grandes cerimônias parcelas de meus recursos financeiros sob a promessa de que, no outro dia, receberia um lindo presente artesanal – avaliado

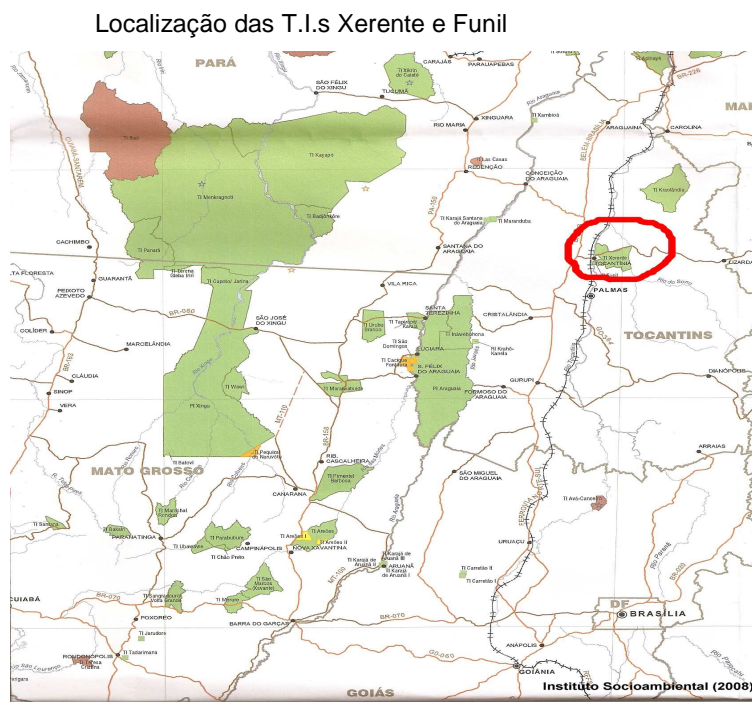
<sup>34</sup> Sempre que pude, no decorrer das pesquisas, sugeri aos Xerente a idéia de “recontatar” mais intensamente e com maior continuidade os Xavante.(proposta que os encanta).

<sup>35</sup> Essa palavra foi utilizada em várias ocasiões pelos Xerente, quando queriam me avisar que a distribuição de bens entre eles estava desigual.

pelo meu interlocutor de acordo com a quantia “em empréstimo”. Afinal, me transformei, em alguns momentos, naquilo que eu tanto quis evitar: um “\$”<sup>36</sup>.

Talvez o maior problema metodológico enfrentado no decorrer da pesquisa deva-se à minha experiência pessoal com a militância política. A distinção e a separação efetiva entre esse tipo de engajamento e o imprescindível distanciamento analítico foi, e talvez continue a ser, uma das minhas maiores dificuldades, tanto em campo quanto durante as reflexões e a redação da dissertação. É bastante difícil se deparar com relações de dominação-subordinação um tanto quanto explícitas - que tendem a despertar o lado militante do pesquisador - e, de maneira simultânea, tentar apreendê-las em sua dimensão mais analítica. Em outras palavras, ao guardar meu manual sobre a “luta de classes” no bolso, apesar do incômodo que esse ato acarreta, tento, nesta dissertação, perceber que, por detrás da imposição de padrões de legalidade (Oliveira Filho, 1988) pelos “dominadores”, existe sempre um amplo jogo de interesses e negociações que envolve não só a participação ativa e consensual dos “subordinados, mas, em muitos contextos, até a inversão das assimetrias contidas nas relações de poder que ali estão presentes.

O resultado de todas essas justaposições está impresso nas páginas a seguir.



<sup>36</sup> Talvez em virtude de uma “culpa cristã” enviesada. Por exemplo, com as diárias que recebi pelo meu relatório sobre a Hidrovia Araguaia-Tocantins fiz um verdadeiro “potlach”.

## Capítulo 1 - Uma historiografia do contato

Neste capítulo, construo etnograficamente alguns contextos históricos<sup>37</sup> que julgo imprescindíveis para se compreender a atual distribuição do poder no campo político da esfera local e regional que é objeto deste trabalho. No primeiro contexto, analisado através de alguns relatos sobre o contato com as frentes pioneiras, considero hipóteses sobre a procedência geográfica e composição identitária dos Akwë: Xerente, Xavante, Acroá e Xacriabá. Tento apresentar, sem me aprofundar na polêmica, alguns indícios para futuras releituras da etno-história Akwë. No segundo item, são analisadas as relações dos Xerente com as missões religiosas (católicas e protestantes). O terceiro e último, além de apresentar a participação fundamental que o SPI – Serviço de Proteção aos Índios teve no processo de formação do butim<sup>38</sup> Xerente, trata das implicações que o longo período de demarcação das T.I.s Xerente teve no campo político da esfera local, com destaque para os sucessivos litígios ocorridos entre a Funai e as autoridades políticas municipais e regionais. Veremos que, a partir da primeira demarcação de seu território(1972), os Xerente passariam, definitivamente, de uma situação de subordinação política a uma condição de atores decisivos no campo político da esfera local e regional<sup>39</sup>.

### 1.1. OS AKWĚ E AS FRENTES PIONEIRAS - DA RESISTÊNCIA AO CONTATO DEFINITIVO DOS XERENTE.

Através das análises lingüísticas (Rodrigues, 1986; Urban, 1992; Montserrat,1994) e com base na história oral indígena, nos relatos e nos documentos deixados por funcionários de governo da Província de Goiás e por viajantes e missionários que percorreram o centro-oeste brasileiro durante os séculos XVIII e XIX, é ponto pacífico entre diversos autores (Nimuendajú,1942; Maybury-Lewis,1984; Ravagnani,1991;

<sup>37</sup> Evito denominar tais contextos de “situações históricas” pois tratam-se de períodos de longa duração – próximo pois de uma “análise historicizante”, criticada por Oliveira Filho (1977:5) - nos quais não são focalizados somente fenômenos propriamente políticos. Além do mais, remeto o leitor as ressalvas que faço a noção de situação histórica na Introdução: item B.

<sup>38</sup> “...composto pelo povo propriamente conquistado, transformado em cativo, junto com seus bens, terras e recursos naturais – os quais, no caso da conquista, vão sendo transformados em mercadoria, e lançados em circuitos comerciais de grande amplitude, por meio da guerra em seu primeiro momento. Depois o butim vem a se compor, através de formas de exercício de poder e dominação (o que implica em haver um corpo administrativo) em matéria para variadas e estáveis formas de tráfico e comércio.” (Lima,1995:50)

<sup>39</sup> Não fiz uso da memória Xerente sobre o contato já que esse não era o tema principal da pesquisa. Trata-se pois de um tema em aberto, merecedor de pesquisas específicas. Farias já alertou para esse fato quando assinala que, “A ótica destes registros, em grande parte, é a do colonizador através de seus historiadores. Uma leitura autócne, por assim dizer, desse processo, terá que levar em conta os princípios nativos de percepção histórica.” (Farias, 1994:37)

Farias,1990; Lopes da Silva, 1992) que os Xerente e os Xavante atuais compuseram outrora o mesmo grupo etnolingüístico, autodenominado Akwë.

Para Ravagnani , a separação geográfica desses dois sub-grupos Akwë teria ocorrido por volta de 1820 <sup>40</sup>, quando os Xavante iniciaram paulatinamente a migração para oeste, em direção aos rios Araguaia e, posteriormente, das Mortes, enquanto os Xerente teriam permanecido na bacia do médio Tocantins, onde ainda se encontram atualmente. Segundo o autor, a “formação desses dois blocos” – cisão “não violenta”, segundo Lopes da Silva (1992:365) - não teria implicado em uma imediata separação geográfica. Ou seja, o processo de cisão não deve se confundir com o de separação: os Xavante e Xerente teriam convivido no mesmo habitat durante algum tempo, quer dizer, em ambas as margens do médio Tocantins, antes, portanto, do processo migratório dos primeiros em direção a oeste. (Ravagnani, 1991:68).

Ravagnani apresenta, assim, a tese de que a separação definitiva entre os Xavante e Xerente deu-se em virtude de uma provável “estratégia” dos dois sub-grupos diante do contato com as frentes de expansão agropastoris que vinham em sentido NE→SO:

“Era quando os favoráveis se mantinham em seu território indiferentes ou até desejosos pelo contato com os ‘civilizados’, enquanto aqueles que se recusavam a isto, com grande mobilidade horizontal, procuravam se afastar, espalhando-se pelo norte da província, atacando arraiais, fazendas e aldeias, como aconteceu em 1824 com Graciosa. A estes os colonizadores começaram a lhes chamar de Xavante e por suas atitudes deram-lhes os adjetivos ‘ferozes’, “bravios’, ‘bárbaros’,(...) aos outros chamaram-lhes de Xerente. <sup>41</sup>”.

(Ravagnani, 1991:67).

Alguns indícios apresentados a seguir sugerem a necessidade de trabalhos futuros rediscutirem essa tese de Ravagnani, a meu ver, demasiadamente taxativa. Veremos, entre outras coisas, que a identificação dos Xerente na literatura oficial aparece associada a um grupo aguerrido – colocando em xeque, inclusive, a “segurança nacional”- e não, portanto, como parte dos Akwë “mansos” que se “envolveram, relativamente nesta época, com os nacionais.” (Ravagnani, 1991:67). Ressalte-se, ainda, que uma das primeiras

<sup>40</sup> Maybury-Lewis calcula a separação definitiva em 1840. (Maybury-Lewis, 1984:40)

<sup>41</sup> Oliveira (1915) assinala que a cisão teria ocorrido através de uma disputa por mulheres: “*os velhos da tribu contam histórias destas ligações e dizem que outrora os Cherentes viveram unidos aos Chavantes, com quem brigaram por causa das mulheres.*” (Oliveira, J.F., 1915:18).

identificações dos Xavante como sub-grupo distinto dos Akwẽ está associada a sua experiência de contato na aldeia do Carretão, ainda no século XVIII.

Quanto à “verdadeira” composição dos chamados Akwẽ, alguns autores (Castelnau, 1850; Von den Steinen, 1942), como bem observado por Farias (1990:31), já assinalavam a semelhança lingüística e cultural existente não só entre os Xavante e Xerente, como também entre estes dois grupos e os Xacriabá e Acroá<sup>42</sup>. A proximidade etnolingüística entre esses povos, corroborada por suas sobreposições territoriais – que aparecem em quase todos os relatos históricos que os mencionam –, ora desvelam, ora escondem e confundem suas identidades supostamente distintas<sup>43</sup>.

Existem registros orais da localização dos Akwẽ, em tempos provavelmente anteriores ao século XVIII. Uma delas assinala que

“segundo a tradição oral Xavante, seus primeiros contatos com não-índios ocorreram em terras “junto ao mar” (Lopes da Silva, 1992:362)<sup>44</sup>.

A outra assinala que, segundo a tradição oral Xerente (Nimuendajú, 1942:94) eles teriam habitado os sertões do nordeste, próximo à bacia do rio São Francisco<sup>45</sup>.

De maneira geral, os relatos escritos de época assinalam que, durante os séculos XVIII e XIX, os Akwẽ, incluindo os Acroás e os Xacriabá, ocupavam um extensa faixa de território com as seguintes fronteiras: ao norte, junto ao rio Manoel Alves Grande, onde se localizavam os Krahô; a oeste, junto a Ilha do Bananal, ocupada pelos Karajá e Javaé; ao sul, nos limites dos arraiais então já ocupados pela frentes pioneiras que seguiram as entradas e bandeiras; e, a leste, um que compreendia uma região entre o nordeste da Província de Goiás, o sul do Maranhão, o oeste do Piauí e noroeste da Bahia, além de parte de Minas Gerais. (Vianna, 1927; Nimuendajú, 1981; Farias, 1990; Ribeiro, 1996 ).

Não estaria descartada a hipótese de que parte deste grupo que se autodenominava Akwẽ migrou de regiões próximas ao litoral nordestino – recuando diante

<sup>42</sup> “Lingüísticamente notei muita semelhança e mesmo identidade, entre os vocabulários dos Cherentes, dos Chavantes, dos Xacriabás, dos Acroá-Mirins...”(Oliveira, 1915:18).

<sup>43</sup> “As sociedades Akwen-Jê podem ser consideradas como uma nebulosa etnográfica até o século XVIII. Não temos ainda critérios claros para delimitar fronteiras internas entre os Xavante, Xerente, Xacriabá e Acroá, estes ainda não extintos nesse período.” (Farias, 1994:38)

<sup>44</sup> E a autora cita, como fonte, Giaccaria e Heide: “Assim os velhos Xavantes sintetizam os últimos séculos de sua história. Quando se pede para contar de que lugar proveio a tribo, respondem sem hesitação: hoywana’rada opore, que significa – do Oriente, do mar.” ( Giaccaria & Heide, 1972: 13/14), além de relatos orais de vários Xavante, colhidos em suas pesquisas de campo.

<sup>45</sup> “É que – di-lo o próprio Nimuendajú – os Xerente não foram sempre uma tribo da floresta; seu ‘habitat’ anterior teria sido o Nordeste sêco, onde desaparecem os rios, morrem de sede os animais, fenecem as plantas...Eles mesmos contam que seu território tradicional foi mais para leste, para o lado do rio São Francisco, na região dos campos.” (Queiroz, 1953:104)

das frentes de criação de gado - dispersou-se a partir do litoral pelos sertões da Bahia, Minas, Maranhão e Piauí, até ser encurralada na bacia do Tocantins/Araguaia por outros grupos indígenas, pelas bandeiras e frentes mineradoras que na região adentravam, e pelos arraiais que se consolidavam ao sul da antiga província de Goiás. Tal percurso teria portanto paralelos com a rota migratória, no sentido NE→SO, dos Timbira que só seriam alcançados pelas frentes de criadores de gado<sup>46</sup> no início do século XIX. (Ribeiro,1996:72). Tal hipótese, se viesse a se confirmada, viria a explicar, como veremos, a falta de referência historiográfica aos Akwẽ durante o século XVI e XVII<sup>47</sup> no centro-oeste brasileiro.

Tanto Ravagnani (1991) como Farias (1990) sugerem a importância de uma reconstituição mais aprofundada da história de contato dos Akwẽ. O primeiro, ao citar especificamente a história de contato dos Xavante, sugere a possibilidade dos Akwẽ terem se defrontado com bandeirantes no século XVIII<sup>48</sup>.

“Os documentos de modo geral os tratam genericamente de gentios, não se preocupando em especificar o nome tribal. Mas pela sua localização geográfica, isto é, ‘a bacia do Tocantins, desde o sul de Goiás até o Maranhão, estendendo-se do rio São Francisco ao Araguaia’, pode-se seguramente deduzir que muitas vezes tiveram escaramuças com bandeirantes, uma vez que o habitat foi bastante percorrido por estes.” (Ravagnani,1991:24).

Já Farias é bastante enfático ao afirmar esse “vazio” nas pesquisas quando cita a história do contato Xerente registrado:

“Para o período que vai do século XVI até fins do século XVIII, as informações sobre o conhecimento da sociedade Xerente

<sup>46</sup> Orlando Sampaio Silva assinala que “À frente pastoril, principal responsável pela conquista econômica e demográfica do médio Tocantins, penetra na região em estudo como ponta avançada da pecuária nordestina, que atinge, nas franjas da floresta, suas linhas mais avançadas em direção a oeste. A pecuária ora se apresenta como atividade intersticial, ora consorciada com a extração da castanha.” (Sampaio Silva, 1974:100).

<sup>47</sup> Ravagnani, ao discordar de Maybury-Lewis – para quem os Xerente se encontrariam no leste do Rio Tocantins devido às frentes de expansão advindas do sul – apresenta pistas nesse sentido ao afirmar que os colonizadores “...também vinham em duas outras frentes, uma demandando a leste através da Bahia, outra a oeste através do Piauí. Ficaram então encurralados nesta área e forçados a um contato interétnico inevitável.” (Ravagnani, 1991:68).

<sup>48</sup> É curioso portanto, a não existência de referências aos Akwẽ na literatura oficialmente pesquisada durante o século XVII, já que foram inúmeras as bandeiras paulistas que se adentraram pelos sertões de Goiás. Apesar da maioria das referências às populações indígenas dessa região se encontrarem subsumidas à identificação genérica de “gentios” ou “selvagens” (Farias, 1994:22), há remissões pontuais a vários grupos indígenas que ali habitavam: Guayaá ou Goiás, Bilreiros (segundo versões, seriam os Kaiapós), Inheiguara, Poquiguara, Carjaúna (Karajá), Tokantim, Topinaens, Temininó, Caatingas. (Silva Neiva, 1986).

encontram-se relativamente prejudicadas.” (Farias, 1990:15).

O que parece ser consenso é que os Akwë ocuparam porções contíguas de um extenso território que compreendia as antigas províncias de Goiás, Maranhão, Piauí, Bahia e Minas Gerais<sup>49</sup> e foram também simultaneamente atingidos pela guerra de conquista<sup>50</sup> patrocinadas pela Coroa e pelas bandeiras e frentes pioneiras. Esse processo de conquista se estenderia explicitamente para além do período colonial, através da aliança, ainda que muitas vezes estremecida, entre a Igreja e o Estado (catequese, diretórios e os grandes aldeamentos goianos do século XVIII e presídios militares no século XIX.).

Ribeiro (1996), ao confirmar a amplidão do território ocupado pelos Akwë, assinala a tenacidade de sua resistência à colonização:

“Ocupavam originalmente a bacia do Tocantins, desde o sul de Goiás até o Maranhão, estendendo-se do rio São Francisco ao Araguaia. Antes de enfrentarem os criadores de gado que os alcançaram vindos do oeste, do norte e do sul, tiveram de fazer face às bandeiras e aos garimpeiros que devassaram seu território em busca de ouro e diamantes. Sua oposição aos civilizados foi tão tenaz que eles chegaram a ser responsabilizados pela decadência de Goiás.” (Ribeiro, 1996:80).

Um dos exemplos mais marcantes que ilustram tanto a sobreposição identitária como a localização histórica dos Akwë pode ser encontrado nos relatos de Johann Emanuel Pohl, que esteve entre os “Xavante” entre 1817 e 1821:

"Esta tribo dos xavantes uniu-se depois aos xerentes e acro-as-mirim, que antes formavam tribos independentes. Aliás, estas foram vencidas em guerra pelos xavante e, subjulgadas, misturaram-se com a tribo vencedora, e agora formam uma só.

<sup>49</sup> Ao se referir à antiga missão de São João das Missões, localizada em Minas Gerais e terra atual dos Xacriabá, Ana Flávia Moreira Santos (1997) cita o relato de um viajante que esteve nesse local em 1867, que vai ao encontro desta constante sobreposição: “Ali, reunidos para dezoito léguas de distância de seu antigo lar ... estão aldeados os remanescentes de três grandes tribos: *os xavantes, ainda poderosos nas cabeceiras do Tocantins*; [grifo meu] *os xacriabás e os botocudos, nome geral indefinido de algumas raças.*” E “Burton relaciona ainda os ‘acroás(...) xerentes e aricobis’ como grupos que teriam ocupado os gerais.” (Burton, 1869 [1987] apud Moreira Santos, 1997:30).

<sup>50</sup> “No sentido aqui utilizado a guerra de conquista é sempre realizada por uma organização militar e controlada pela administração de estados com maior grau de dependência funcional entre suas partes face a povos que lhe são outros, cujo destino, na relação oriunda do conflito, pode oscilar entre o aniquilamento ou a plena absorção (mas pela via da violência, ao menos em seu primeiro momento).” (Lima, 1995:51)



Estas tribos viviam, antes, na região do Duro. As suas correrias estendiam-se a um vastíssimo território em ambas as margens do Maranhão, desde Porto Real até São Pedro de Alcântara e depois, para o interior até Pastos Bons, na Capitania do Maranhão. Ainda a leste, até Duro e Formiga, onde continuam a ser chamados de xerentes, embora essa tribo, que vivia exclusivamente ali, já não existia separadamente, conforme há pouco expus.” (Pohl,1976:239).

Essa confusão identitária e de procedência tem implicações substanciais quando nos propomos a apreender e analisar a história do contato dos Akwë – ou de suas facções (Ravagnani,1991:67; Farias,1990)<sup>51</sup> – com os segmentos não-indígenas. Ora como Akwë, ora como Xavante e Xerente; ora ainda como Xacriabá ou Acroá, os relatos que dão conta desta que pode (ou não) ter sido uma única nação indígena, mais confundem do que esclarecem o que provavelmente foi uma quebra-cabeça geopolítico extremamente complexo e que mereceria um estudo bastante detalhado.

De qualquer forma, a historiografia oficial só registrará de maneira distinta os sub-grupos Akwë a partir do século XVIII. Nesse século serão constantes as indicações sobre os primeiros contatos mais intensos com os “brancos” por parte dos Xavante, Xacriabá e Acroá. Os aldeamentos do Duro e Formiga<sup>52</sup>, ao norte da província de Goiás, foram construídos em 1750 e 1751 para alojar os Xacriabá e os Acroá, respectivamente . Em seguida, com a “submissão” – ou aliança?, ou ainda, estratégia de sobrevivência? - dos Acroás, Xacriabas, Caiapós, Javaés e Carajás, que, segundo Alencastre, viviam “...perfeitamente nas suas aldeias do Duro e da Formiga, S.Pedro da Nova beira, Maria I, S. José do Mossâmedes, Santana do Rio das Velhas, etc.”, os esforços da conquista seriam direcionados para os Xavante, pois estes “assolavam a repartição do norte, desde as margens do rio Maranhão, até o Pontal.” (Alencastre, 1979 [1863]:245). Durante os anos de 1784 a 1788, no governo de Tristão da Cunha, foram construídos e/ou reformados outros aldeamentos para os Xavante que

“..passaram a residir em vários aldeamentos oficiais, entre eles São José de Mossamêdes, construída em 1755 e reformada em 1788 para recebê-los; Carretão e Pedro III... Salinas ou Boa

<sup>51</sup> “Como hipótese inicial, podemos supor um processo de fracionamento interno, semelhante aos Timbira e Kayapó, que teria estado em curso até meados do século XIX.” (Farias, 1990:39).

<sup>52</sup> “Os dois aldeamentos, Formiga e Duro, estavam localizados na comarca de São João das Duas Barras, no norte da província, em conexão com o Piauí, rio São Francisco e Maranhão.” (Ravagnani, 1989:119)

vista...” (Ravagnani, 1989:135).

Com o fim do ciclo do ouro em Goiás, os grandes aldeamentos patrocinados pela Coroa foram à falência. Como consequência direta, ocorreu uma dispersão generalizada dos índios até então aldeados

“..para as povoações dos bárbaros: os do norte aumentaram o número dos Chavantes e Cherentes e Canoeiros...” (Cunha Mattos apud Brasil, 1924:198).

Com a mudança do eixo da economia - mineração para agropecuária - as principais vias de acesso ao norte goiano (os rios Tocantins e Araguaia) continuavam no século XIX ainda ocupadas pelos Akwẽ, Karajás, Apinajé e Canoeiros. (Ravagnani, 1991:58).

Os Xerente foram citados durante o primeiro quarto de século XIX, como veremos abaixo, como um problema nacional, depois quando atacaram o presídio de Santa Maria em 1811 e, por fim, na década seguinte, através dos relatos de sua suposta submissão no aldeamento de Graciosa.

É interessante notar que durante todo o século XVIII, mesmo com as políticas de aldeamento e de diretório, as referências aos Xerente como um povo distinto são escassas quando comparadas às demais nações indígenas que habitavam a mesma região..

“Na verdade, a notificação dessa nação, como uma sociedade específica, flutua ao sabor dos avanços registrados na consumação do domínio colonial sobre seu território tradicional.” (Farias, 1990:15).

O início do século XIX foi marcado por uma nova etapa da guerra de conquista. Com a redução e extinção de grande parte das nações indígenas da província – os grandes aldeamentos financiados pela Coroa já haviam cumprido, em parte, a sua função – foram criados os Presídios Militares. Segundo Ravagnani,

“... com a finalidade de isolar os índios Xavante e Xerente do desenvolvimento que se iniciava no Araguaia e ao mesmo tempo garantir sua navegação<sup>53</sup>, fundou-se o presídio de Santa Maria do Araguaia”. (1991:58/59).

---

<sup>53</sup> É interessante observar que, passados quase 200 anos, tanto os Xavante como os Xerente voltam a ser um empecilho às navegações do Araguaia e do Tocantins.

Assim é que, repentinamente - quando contrapostos às constantes referências aos demais grupos considerados Akwẽ -, os Xerente aparecem como um problema “nacional”, atendendo, ao que parece, aos apelos dos representantes da Província de Goiás. A Carta Régia de 1811, declarava que

“...falho os meios brandos, será preciso empregar a força armada contra o índio, sendo esse recurso, de que se deverá lançar mão, para conter os Apinayé, Xavante, Xerente e Canoeiros, porquanto suposto que os insultos por eles praticados tenham origem no rancor que conservam pelos maus tratos experimentados e partidos de alguns comandantes das aldeias, não resta, presentemente, outro partido, senão intimidá-los e até destruí-los, se necessário for, para evitar os danos que causam.” (Carta Régia de 1811 apud Silva Neiva, 1986:591).

Os Xerente seriam citados nesse período ainda quando atacaram e destruíram em 1813, numa coalizão com os Karajá e Xavante, o já referido Presídio Santa Maria do Araguaia, destinado ao cárcere indígena:

“três nações coligadas, xerentes, xavantes e carajás, pondo em campo todos os seus homens de guerra, marcharam contra Santa Maria, e no dia 11 de fevereiro de 1813 o assediaram.” (Alencastre, 1979[1863]:332).

O presídio foi totalmente destruído e as razões desta coligação é assim relatada por Alencastre:

“os carajás, habitantes do Araguaia, tinham ido ao Pontal, a quase 80 léguas de distância, convidar os cherentes a esta guerra, alegando, para justificar a sua necessidade, que os brancos tinham tomado suas terras e os queiram cativar.” (Alencastre, 1979 [1863]:334)

As poucas menções a identificação de parte dos Akwẽ como Xerente até esse momento poderiam revelar, em tese, sua resistência aos governos da Província e até à Coroa. É o que sugere Farias quando afirma que,

“A identidade nacional Xerente, segundo minha interpretação,

passou a ser mais conhecida a partir do momento em que estes, enfrentando o avanço colonizador, reconhecem-no como inevitável, principalmente diante da desigualdade de forças que se enfrentavam.” (Farias, 1990:15).

É um tanto surpreendente encontrarmos os Xerente “ameaçando” a segurança nacional, depois de passados mais de 30 anos da decadência dos primeiros aldeamentos com as demais populações indígenas da província<sup>54</sup>. Dez anos depois, parte dos mesmos Xerente encontrar-se-iam na condição de aldeados em Graciosa. Vejamos. Em 1824, os Xerente (ou parte deles) foram residir no aldeamento de Graciosa. Ressalte-se que, ainda que com diferenças em relação aos grandes aldeamentos do século XVIII, a estratégia de aldeamento indígena foi retomada no século XIX, voltada especificamente aos Akwë, e particularmente aos Xerente no centro-oeste brasileiro. Desta vez, com os jesuítas expulsos do país, e sem o patrocínio da Coroa, o financiamento dos aldeamentos passou a cargo de particulares, tendo as intervenções punitivas ficado reservadas ao Estado da Província de Goiás.

O capitão em armas na Comarca de Palmas, Cunha Mattos, responsável pela primeira submissão realmente clara dos Akwë -Xerente, sintetizou as estratégias que ele conhecia para “civilizar os índios”:

“1º) atrahi-los a força de donativos e em espectaculos pomposos e fascinantes; 2º) catechiza-los a força de resignação religiosa; 3º) sujeita-los por terror e superioridade das armas de fogo.” (Cunha Mattos apud Brasil, 1924:198).

Criticando os antigos aldeamentos da Província de Goiás, que, segundo ele, só se utilizaram do primeiro meio, Cunha Mattos construiu e financiou – com a ajuda da população de Porto Real (atualmente, Porto Nacional) – o aldeamento de Graciosa, na margem direita do Tocantins, para alojar 800 Xerente. Segundo o próprio Cunha Mattos,

“A Aldeia Graciosa foi mandada edificar por ordem minha no dia 28 de junho de 1824 na margem direita do Tocantins junto ao ribeirão Taquaruçu, 12 léguas ao norte de Porto Real; para habitação dos índios xerentes que vieram pedir; dei-lhe o nome de Graciosa em memória da minha filha Graciana Hermelinda,

<sup>54</sup> Que, muito provavelmente, contavam com parte dos Akwë denominados como Xerente. É o que deixa entrever Cunha Mattos ao fazer referência aos aldeamentos goianos: “... a aldeia Carretão ... povoado ao tempo de seu estabelecimento por cinco mil índios Chavante e alguns Cherentes...” (Cunha Mattos *apud* Brasil, 1924:198)

e nomeei para ela um diretor, furriel de infantaria de linhas, Estevão Joaquim Pires, que foi acompanhado por quatro soldados, e com efeito chegou a reunir 800 selvagens.(...) É esta a primeira, e talvez a única aldeia cuja ereção não custou dinheiro ao estado. Os 107 índios xerentes que se aldearam, foram alimentados e presenteados à minha custa, pelo povo e tropa que comigo se achava em Porto Real, no dia 29 de junho de 1824 em que cheguei àquele lugar” (Cunha Mattos apud Brasil,1924:201).

O suposto “pacto” assinado entre Cunha Mattos e os Xerente impunha a estes, entre outras coisas, além da “residência permanente” na confluência do Rio Taquarussu e Tocantins (atualmente, Palmas)

“...que obedeceriam ao Governo da provincia e serviriam de carreira contra quaesquer bárbaros que pretendessem atacar os habitantes della; que receberiam a Santa Religião e adoptariam os nosso costumes para se civilizarem; que teriam junto a elles um dictador, que os instruisse segundo princípios que ficariam ajustados.” (Cunha Mattos apud Brasil, 1924:202).

Extintos os Acroá, reduzidos a quase zero os Xacriabá, aos Xerente e Xavante o final do século XIX reservou destinos opostos: estes últimos se refugiaram no oeste, na região do Rio das Mortes enquanto os Xerente (ou parte deles) passaram a ser reconhecidos na literatura pela residência definitiva nos aldeamentos de Teresa Christina e Pedro Afonso, levados a cabo então pelas novas levas de missionários (capuchinhos e dominicanos).

## **1.2. OS AKWĚ -XERENTE E AS MISSÕES.**

A história do contato das várias facções leigas e religiosas da Igreja Católica com os Xerente é um trabalho ainda a ser feito. Do possível contato com missionários jesuítas durante o século XVI, passando pela administração temporal e religiosa dos aldeamentos indígenas oficiais do antigo Goiás (1749 a 1759); pelas desobrigas dos freis dominicanos de Porto Nacional e pela catequese dos capuchinhos em Piabanha, no século XIX e XX, até chegar aos dias atuais, com a atuação de missionários pertencentes ao Cimi, a Igreja Católica está há tempos presente na vida deste sub-grupo Akwě. Por outro lado, a

chegada da missão Batista, nos anos 20 deste século, ao norte de Goiás, apresentou aos Xerente uma nova alternativa religiosa e educacional.

Segundo Silva Neiva (1986:558), a Lei de 6 de junho de 1755, chamada “gloriosa Lei Pombal”, suprimia as administrações oficiais - leia-se aldeamentos sob comando dos jesuítas - e concedia liberdade total aos índios, que ficariam, a partir de então, sujeitos às leis do reino, abolindo o poder temporal dos religiosos sobre os índios. Como consequência, passaria ao governo das províncias a atribuição de designar sargentos-mores, capitães, alferes e meirinhos para a direção dos novos aldeamentos. O regime de Diretório foi oficializado quase dois anos depois, em 3 de maio de 1757, determinando ao capitão-general e/ou governador das Províncias a nomeação dos diretores para os povoados nos quais existissem índios aldeados. O desenlace final entre a Igreja e o Estado, quer dizer, entre a Coroa e os jesuítas, ocorreria em 1759 com a expulsão da Companhia de Jesus dos domínios de Portugal. Como reflexo imediato desse ato, são expulsos da Província de Goiás os padres jesuítas que detinham grande participação nos aldeamentos indígenas de até então<sup>55</sup>.

Alencastre descreve minuciosamente o reflexo do cisma entre o segmento jesuítico da Igreja Católica e a Coroa Portuguesa em domínios ultramarinos, ao relatar o conflito, ocorrido em por volta de 1758, nos aldeamentos do Duro e da Formiga, entre o governo da Província de Goiás, através de seus diretores, e padres jesuítas. Na citação, parte dos Akwẽ estão identificados no conflito.

“Por ocasião da conquista destes selvagens [Gueguês, Xacriabá e Acroá] fundaram-se, em 1750, os aldeamentos do Duro e da Formiga sob o título de Missão de São Francisco Xavier, que passaram a ficar sob a administração pouco escrupulosa do tenente-coronel Wenceslau Gomes da Silva, e direção espiritual dos jesuítas Bento Soares, e o superior da missão Padre José de Matos.(...) Estes sacerdotes, que nunca puderam tolerar o regime militar nas aldeias e mesmo qualquer intervenção civil, revoltaram-se contra a regência do tenente-coronel... A luta, que entre si travaram, acabou por ter uma funesta consequência. Os jesuítas abandonaram as

---

<sup>55</sup> “Posteriormente, no Governo de D. João Manoel de Melo, de 1759 a 1770, os Jesuítas, por ordem do poderoso ministro D. José I, Marquês do Pombal, foram processados e expulsos da Capitania de Goiás.” (Silva Neiva, 1986:618)

aldeias...[e] ...fomentando intrigas, no que eram habilíssimos, prepararam os índios para uma revolta contra o diretor e a força de dragões aquartelada na aldeia do Duro.” (Alencastre, 1979 [1863]:120/125).

Durante quase toda a primeira metade do século XIX, não foram encontrados registros que assinalassem a relação dos Akwẽ com quaisquer dos segmentos da Igreja Católica. A partir da segunda metade desse século, as atenções das novas missões que chegaram ao norte goiano se voltaram para os Xerente, muito provavelmente devido à extinção dos Acroás e a fuga dos Xavante para o Rio das Mortes<sup>56</sup>.

O Decreto de 24 de julho de 1845 redefiniu de maneira oficial a aliança entre o Estado e os novos segmentos da Igreja Católica no que dizia respeito aos seus relacionamentos com os índios, tendo regulamentado a catequese e civilização dos índios de modo a renovar o antigo sistema de diretório (Silva Neiva, 1986: 560). Dois anos antes, em 1843, o governo brasileiro autorizou a vinda para o Brasil de missionários capuchinhos (Ravagnani, 1989:36).

As repercussões dessas mudanças chegariam à região onde se encontravam os Xerente. De maneira sucessiva, duas novas ordens católicas passaram a ter contato direto com eles: os capuchinhos e os dominicanos. A liberação das terras indígenas para os “brancos” contava, agora, com novos aliados.

Segundo Urbino Vianna, o primeiro contato entre os Xerente e os padres capuchinhos ocorreu em 1845 quando da

“...chegada do capuchinho italiano Frei Rafael de Taggia aquelles sertões, começando no ano seguinte a catechese.”  
(Vianna, 1927:36).

Nessa região foram formados novos aldeamentos: o de Teresa Cristina, em 1850, nome dado em homenagem à imperatriz, visando a catequese dos Xerente/Xavante e o de Pedro Afonso, um ano antes, visando os Krahô e, segundo versões, parte dos Xerente<sup>57</sup>. Teresa Christina viria a ser chamada sucessivamente de Piabanha e Tocantínia.

<sup>56</sup> Os Xacriabá atualmente encontram-se em Minas Gerais.

<sup>57</sup> Segundo Audrin, “*Pedro Afonso, antigo Rio do Sono, é uma povoação goiana, fundada junto à confluência dos rios do Sono e Tocantins, pelos Missionários Capuchinhos, para ser o centro da Catequese dos índios Cherentes e Caraós.*” (Audrin, 1946:240).

Em seu Mappa dos índios Cherentes e Chavantes, de 1852, o frei Rafael de Taggia assinala a existência de 2.139 índios de maneira indistinta, no recém-fundado aldeamento Teresa Cristina. A respeito dos costumes desses Akwě – notadamente ainda confundidos – diz o frei

“A religião para elles é um nome desconhecido; porém creem em uma vida futura, semelhante aos antigos Elysios<sup>58</sup>; por isso guardam um culto especial para com seus defuntos... admitem a poligamia e o divórcio.” (Taggia, 1852:120)<sup>59</sup>.

Em 1851, Teresa Christina passaria a se chamar Piabanha, e receberia a presença de outro frei capuchinho, Antonio de Ganges<sup>60</sup>, que viria a morrer ali mesmo em 1899, sete anos após a morte do frei Rafael de Taggia. Segundo Urbino Vianna, os Akwě

“acoitavam-se pelas margens do rio do Somno e Manoel Alves Grande, confluyente do Tocantins, assim como pelas fraudas da Mangabeira, a leste, ou da Cordilheira, a oeste, derramando-se pelas ribeiras dos muitos correjos tributarios do Somno, quando o frei Antonio de Ganges, capuchinho de rara dedicação apostolica, os reduziu e aldeou em Piabanha, já antes nucleo catechistico, fundado pelo seu compatricio e irmão de habito, frei Rafael de Taggia, sob a denominação de Teresa Christina”. (VIANNA, 1927:36).

Esse frei capuchinho aprofundou bastante as relações desta ordem com os Xerente/Xavante. Diz Urbino Vianna,

“quatro leguas de Pedro Afonso o mesmo missionario fundou um collegio, e chamou São João ao local, aldeando ali indios xerentes, que tinham no mesmo estabelecimento meio e instrucção para seus filhos.” (Vianna, 1927:36).

<sup>58</sup> “Região dos Infernos. No início, era reservada à prole dos deuses; depois, estende-se aos favoritos dos olímpicos e às almas dos justos. Era um lugar de bem-aventurança, concórdia e paz. As almas eram acolhidas em meio de festas, danças, perfumes e paisagens encantadas.” (Dicionário de Mitologia Greco-Romana, Abril Cultural, 1973.)

<sup>59</sup> Nimuendajú assinalou as relações existentes entre os Xerente e os padres capuchinhos e os batistas, além da participação em festas católicas junto à população rural que visava apenas o compartilhamento de alimentação. Nimuendajú fala que os Xerente, pela influência do catolicismo, passaram a identificar seus heróis fundadores – Bdâ (o Sol) e Wairie (a Lua) – respectivamente com Jesus Cristo e São Pedro. Noutro momento, Nimuendajú assinala que Waptokwa passou a designar o “Criador” ou “Nosso Pai”, para em seguida, concluir que “Waptokwa and Wairie are the anthropomorphized sun and moon”, mantendo cada uma das entidades vínculos como cada uma das metades – Siptató e Sdakra. (Nimuendajú, 1942: 87/88)

<sup>60</sup> Hoje, nome da praça principal de Tocantínia.



Segundo o mesmo autor, as relações do Frei Antonio de Ganges com parte dos Xerente/Xavante não foram sempre tranqüilas. Ao relatar o sistema de deliberação existente entre os índios – que só chegavam a uma decisão quando não houvesse um voto discordante – Urbino Vianna novamente cita o Frei assinalando que

“o capuchinho frei Antonio de Ganges, por mais de uma vez, deveu a não ser expulso, ou mesmo morto, a essa lei que cumprem [os índios] religiosamente.” (Vianna, 1927:40).

Consta em relatos orais (indígenas e não-indígenas) que a primeira igreja de Tocantínia, então chamada de Piabanha, foi idealizada pelo missionário e padre capuchinho Antonio de Ganges e erigida com mão-de-obra indígena. Não foi encontrado nenhum documento que comprove essa afirmação.

Entre 1921 e 1925, através da atuação missionária do Bispo francês Dom Domingos Carrérot, iniciou-se a relação dos Xerente com a ordem dominicana. Segundo seu biógrafo, J.M. Audrin, Dom Domingos assumiu o bispado de Porto Nacional em 1921, passando a efetuar desobrigas pelo sertão norte de Goiás, onde encontrou com os Xerente e investiu muito na educação catequética. (Audrin, 1947:219)

Ao contrastar as catequese das duas ordens, Urbino Vianna afirma que a catequese dos freis capuchinhos

“...fora, a nosso ver, mais eficiente que a dos dominicanos, há longo tempo localizados, com esse objectivo, nos altos sertões goianos.” (Vianna, 1927: 37).

Vianna, a princípio, parece desconhecer que os dominicanos passaram a se relacionar com os Xerente depois do período de catequese dos capuchinhos – pelo menos assim nos dá a entender Audrin, ao indicar outro possível motivo para a cisão/separação dos Xerente e Xavante -:

“quando, no século XIX, iniciou-se a Catequese do Tocantins, uma parte na nação Chavante consentiu em ficar entregue aos cuidados dos PP. Capuchinhos, enviados alí pelo Império. São justamente aqueles que começaram a ser chamados de Cherentes; ignoramos por que motivo.” (Audrin, 1947: 214).

De qualquer forma, é certo que, quando nos baseamos no relato de Audrin, a relação catequética levada a cabo pelo bispo dominicano se deu com os Xerente, naquele

momento não mais confundidos com os Xavante, que há algum tempo haviam migrado para a região do Rio das Mortes.

“Que os Cherentes do Tocantins sejam irmãos dos Chavantes, provam-nos as relações entre esses dois grupos indígenas. Sabemos, por exemplo, e com toda certeza, que há menos de vinte anos, ‘nossos’ Cherentes de Piabanha visitavam anualmente seus parentes do rio das Mortes.” (Audrin, 1947:214).

A respeito da relação do bispo Dom Domingos com os Xerente, Audrin assinala que

“o bispo visitava-os amiúdo; criou junto às aldeias escolas para os meninos, a suas custas, algumas mocinhas foram educadas pelas irmãs do Porto e estabelecidas mais tarde por ele. Uma dessas filhas da nação Cherente, por uma misericórdia especial de Deus, alcançou a graça da vocação religiosa. Professou em França, na congregação das Dominicanas de Monteils e, há muitos anos, trabalha santamente na casa da Catequese de Conceição do Araguaia.” (Audrin, 1947:216).

Uma crítica contumaz da catequese católica imposta aos Xerente foi a professora Leolinda Daltró<sup>61</sup>. Segundo Gagliardi (1989), os Xerente foram assunto de matérias veiculadas pela imprensa no ano de 1896, devido à visita de alguns deles ao Rio de Janeiro (capital da República).

“Esses índios , comandados pelo cacique Sepé, eram originários da Aldeia da Providência , em Goiás, à margem do rio Tocantins. O objetivo da missão era conseguir roupas, armas, ferramentas, e a atenção do governo para a obra de civilização que o cacique Sepé, embora sem nenhuma orientação , vinha desenvolvendo naquela região.(...) Na cidade, foram encaminhados a uma delegacia de polícia e acomodados no cimento frio do corredor desse departamento público. A civilização os tratava à sua maneira. (Jornal o Paíz (9/7/1896) apud Gagliardi, 1989:108).

---

<sup>61</sup> Uma exposição detalhada da trajetória de Leolinda Daltró como “indigenista” e “feminista” pode ser encontrada em Corrêa (1989).

O então presidente da República Prudente de Moraes os receberia e ouviria do cacique a denúncia da “ameaça que os grandes fazendeiros significavam para as terras em que viviam.” (Gagliardi, 1989:109). Segundo Gagliardi, a professora Leolinda Daltro, consternada com a situação dos Xerente, partiu com eles para o Tocantins.

“ Em consequência da decepcionante realidade com que se deparou, a educadora resolveu fundar uma colônia indígena à margem do rio Araguaia, em Mato Grosso, próxima à fronteira do Pará. Com a ajuda de seus auxiliares indígenas, ela achava que seria possível atrair para essa área as diversas tribos que habitavam a região, como os Tapirapé, Xavante, Karajá, Xerente, Krahô e Javaé e, por meio de uma educação leiga, incorporá-los à sociedade” (Gagliardi, 1989:110).

Tal atitude da educadora chocava-se frontalmente com o controle que segmentos da Igreja Católica detinham naquela região. São delas as palavras abaixo sobre a região da qual vieram os Xerente

“... pois que ela desde os mais remotos tempos tem sido entregue exclusivamente aos frades, que nas margens dos rios Araguaia e Tocantins, só têm procurado enriquecer os cofres de suas ordens, fazendo dos índios apenas instrumentos de seus desígnios e de seus interesses infames.” (Leolinda Daltro apud Gagliardi, 1989:110).

Esse que talvez tenha sido o primeiro embate entre “ positivistas” e religiosos no Goiás Velho a respeito da questão indígena é explicitado de maneira contundente por Leolinda Daltro, conforme revela Gagliardi :

“Mas as críticas mais severas ela reservou para o tipo de assistência que a Igreja levava às populações do sertão. Ela dizia que a catequese dos índios ‘nada mais era do que uma escandalosa chantagem’ Para exemplificar , lembrou que Frei Gil e Frei Antonio de Ganges – que lhe haviam movido implacável perseguição quando estivera em Goiás – nunca tinham visitado uma aldeia indígena, embora recebessem do governo federal e do governo do Pará subvenções econômicas para auxiliar o serviço de catequese.” (Gagliardi,

1989:130).

Urbino Vianna, ao citar Leolinda Daltro, aponta indícios de que esse intenso período de catequese católica teria afetado apenas uma parte dos Xerente que, muito provavelmente, foram aqueles que fundaram a antiga aldeia do Boqueirão, atual Funil.

“ao tratarmos da catechese do selvicola...., permittimo-nos falar professora bahiana, d.. Leolinda Daltro de Figueiredo... que, em 1899, se transportou a esses sertões da Piabanha, alli abrindo uma escola de instrucção primaria; levando, depois, no seu retorno a capital, alguns indios a que ministrou ensino de leitura, escripta e trabalhos manuaes domesticos. Um destes foi, posteriormente, o professor Djalma (Uakmonp'te), fallecido em 1921, que, na aldeia Sacreprá,[grifo meu] manteve escola, ensinando a irmaos sus da selva.” (Vianna, 1927: 37).

Sacrepá, segundo informação de Vianna, é como era chamada a aldeia Bouqueirão ou do Funil, fato esse comprovado junto aos Xerente atualmente. Um dos antigos chefes de posto do SPI junto aos Xerente fez o seguinte relato

“o pessoal do Bouqueirão [atual T.I. Funil] é de 1870 e pouco... Esses aqui [T.I. Xerente] é de 1940... Estavam na Providencia, Gorgulho, Ribeirão dos Bois. Do Ribeirão dos Bois eles vieram para o Gorgulho, na banda de cá e fizeram aldeia”.

Esse relato corrobora a informação prestada por alguns velhos Xerente que ainda têm uma lembrança bastante viva dos tempos em que viviam na margem esquerda do Tocantins, hoje atuais municípios de Miracema e Rio dos Bois. Seria somente com a fundação do Posto do SPI em Tocantínia, em 1941, que se efetivaria a atração de todos os Akwě-Xerente para a margem direita do Tocantins e para baixo do Rio do Sono<sup>62</sup>. Com essa exposição, é possível perceber o quanto o longo processo de implementação da catequese e da educação formal entre os Xerente serviu para “amansar o índio”, como os mais velhos costumam dizer. Não é por acaso que, em todo o período no qual a catequese católica esteve entre os Xerente, ocorreu, paralelamente, a invasão cada vez maior de suas terras. Não por acaso também, após o fim da catequese dominicana, a

<sup>62</sup> Este é mais um dos indícios que sugerem a rediscussão da etno-história Akwě. Tanto o rio Tocantins, como o Araguaia e o do Sono, aparecem no imaginário Xerente (e Xavante) – bem como, nos relatos de viajantes e pesquisadores - como divisores naturais e estratégicos fundamentais para a compreensão das cisões, da dispersão espacial e da aglutinação, desses sub-grupos Akwě.

relação dos Xerente com os católicos passaria a ficar cada vez mais distanciada. Após a permanência dos dominicanos entre os Xerente – que se deu até o final da década de 1920, conforme o relato de Audrin – não encontrei nenhum registro sobre as relações formais entre a Igreja Católica e os Xerente<sup>63</sup>.

Pelo que consegui levantar a respeito desse tema, só a partir da década de 50, com a chegada de um vigário secular à cidade de Tocantínia, esta relação ganhou novos contornos.

O Padre Pedro Pereira Piagem passaria a ser um dos interlocutores principais das questões relativas ao “problema do índio” em Tocantínia. Em um documento<sup>64</sup> datado de 16 de outubro de 1956, ele descreve um encontro ocorrido entre autoridades municipais de Tocantínia e dois “capitães” Xerente:

“...depois de um primeiro contato no P.I. de Tocantínia, no dia 15.10.56, entre o emissário especial do SPI Celso Barreto Franzen e os índios xerentes, presentes o prefeito da cidade Tarquínio Sardinha e o vigário da paróquia Pe. Pedro Pereira Piagem, no dia seguinte as 3 autoridades acima mencionadas foram procuradas na cidade pelos 2 mais altos chefes indígenas Capitão Caetano, um dos mais antigos e conceituados e Capitão Joaquim, índio bem esclarecido e credenciado pelo sr Chefe da 8ª IR, para exercer a vigilância e manter a ordem em todos os aldeamentos da zona de Tocantinia e Craolândia... [o padre então cita a fala do Capitão Joaquim]:... ‘Eu venho em nome do meu povo fazer aos senhores uma proposta que nem será como os senhores queriam (Transferência para Kraolândia) nem como nos quiséramos’ (ficar com todo municipio de Tocantinia...)”<sup>65</sup>

Esse documento, altamente significativo, revela o início das negociações sobre o que viria a se tornar, na década de 70, a “Área Grande” das atuais T.I.s Xerente. Percebe-

<sup>63</sup> Como já afirmei no início desse item, não realizei pesquisas sistemáticas sobre a relação da Igreja Católica e os Xerente.

<sup>64</sup> O Monsenhor Pedro Pereira Piagem foi um emérito “pesquisador” da questão Xerente. Acumulou uma enorme quantidade de relatórios, matérias de jornais, documentos de autoridades, mapas, etc. Todo esse material foi por ele a mim apresentado. Entretanto, apenas me doou alguns poucos documentos. Tive a caixa desses documentos em minha mãos após a sua morte. Por questões “éticas”, não os “tomei emprestado”. Infelizmente, uma boa parte da história da Igreja Católica com os Xerente durante o século XX se perdeu ou foi “arquivada”.

<sup>65</sup> “Relatório de entendimento havido entre os chefes indígenas e líderes civilizados em Tocantinia”, 16/10/1956, Padre Pedro Pereira Piagem (cópia datilografada).

se, ainda, a influência enorme que a igreja local exercia sobre os destinos dos Xerente. Por outro lado, apresenta indícios sobre uma hipótese já levantada por Nimuendajú (1942:19), para a qual venho tentando buscar provas, de que um suposto clã Xerente, ainda existente, tenha sido originalmente uma patrilineagem ou um pequeno agrupamento distinto dos Akwë, muito provavelmente pertencente aos Krahô.

De 1960 a 1970, o Padre Piagem estudou teologia na França, voltando a Tocantínia quando se iniciou o processo de demarcação da T.I.Xerente “Área Grande”, portanto, no auge da tensão entre os Xerente e a população daquela cidade<sup>66</sup>. Seus relatos sobre a participação do SPI, e da Funai nos conflitos envolvendo os Xerente - que apresento no último item – representam, como veremos, o pensamento hegemônico da população não-índia regional em relação ao “problema do índio” em Tocantínia.

A partir da década de 70, com a emergência nacional do Cimi, as relações dos segmentos católicos com os Xerente ganhariam outra dimensão. Numa matéria publicada pelo jornal O GLOBO, em 30/09/1974, consta um depoimento de um padre ligado ao Cimi, que comenta a tensão ora existente em Tocantínia por conta do processo de demarcação das T.I.S Xerente:

“as causas da tensão entre índios xerente e fazendeiros do município de Tocantínia, no norte de Goiás, foram definidas em um relatório elaborado pelo padre Egídio Schadell, em nome do Conselho Indigenista Missionário, que se reuniu na região na semana passada. Segundo o relatório, há poucos dias o fazendeiro Josino de Abreu começou a ameaçar os índios, o que tem causado o clima de tensão... O relatório identifica a aldeia do Funil, localizada fora da reserva, como motivo freqüente de hostilidades entre índios e fazendeiros”.

O primeiro envolvimento direto do Cimi com os Xerente se deu nos anos de 1973 e 1974 através da ação de uma missionária, pertencente à ordem das Servas do Espírito Santo, em uma escola da aldeia Funil. Devido ao período de tensão por que passou a esfera local, essa missionária só voltaria a ter uma atuação direta a partir do início da década de 80, com a formação de uma das mais destacadas aldeias Xerente atualmente,

---

<sup>66</sup> Informação pessoal, 1996.

sempre na área educacional, atividade esta que se mantêm até os dias de hoje, na forma de trabalho educacional com professores indígenas e de alfabetização bilíngüe de adultos.

Desde sua fundação (1972), o Cimi Nacional, afora a atuação da referida missionária, acompanhou esporadicamente a situação dos Xerente através de visitas à área de alguns de seus Secretários Gerais, como Egídio Schwade ou Odilo Erhard. Com a fundação do Cimi Regional Maranhão/Goiás, em 1979, a relação do Cimi Nacional com os Xerente estreitou-se, dadas as visitas mais freqüentes do então coordenador regional Carlos Ubbiali, e dos Secretários Nacionais, Antonio Brand e Egon Heck. As atividades do Cimi junto aos Xerente nunca contaram com o apoio institucional da hierarquia regional da Igreja Católica. Em 1989, com a fundação do Estado do Tocantins, o Cimi Regional desvinculou-se do Maranhão e tornou-se Cimi Regional Goiás/ Tocantins. Até 1991, o Cimi Regional GO/TO não teve uma atuação mais direta com os Xerente, ficando vinculado diretamente à Brasília. Além dos conflitos com a população regional, alguns relatos de missionários do Cimi assinalam, principalmente durante a década de 80, que a Funai travou uma perseguição ampla contra suas atividades junto aos Xerente<sup>67</sup>.

A partir da década de 90, com a chegada de uma dupla de missionários luxemburgueses, o Cimi passaria decididamente a intervir no campo político da esfera local. Com isso, passou a ser alvo de diversas campanhas contrárias a suas atividades entre os Xerente. Reservo para o Capítulo 6 maiores detalhes sobre a inserção desse segmento da Igreja Católica entre os Xerente.

### **1.2.1. A Missão Batista<sup>68</sup>**

A Missão Batista - Junta de Missões Nacionais da Convenção Batista Brasileira (JMN/CBB) - instalou-se no antigo Norte de Goiás nos anos vinte, através das atividades do missionário Pr. Zacarias Campelo junto aos Krahô.

É a partir de 1936 que as primeiras atividades dos batistas são realizadas junto aos Xerente, através de culto esporádicos das missionárias Beatriz Rodrigues da Silva e Margarida Lemos Gonçalves. Partiu delas a idéia e criação do Colégio Batista do Tocantins e a organização da Primeira Igreja Batista, ambos localizados em Tocantínia. Nos anos cinquenta, chega à Tocantínia a missionária Anna Müller, da Missão Novas

<sup>67</sup> A maioria das informações aqui expressas me foram fornecidas por missionários do Cimi local.

<sup>68</sup> O relato que se segue sobre as atividades da missão batista é uma síntese da entrevista que realizei com o pastor Rinaldo de Mattos em fevereiro de 1999.

Tribos do Brasil, para trabalhar especificamente entre os Xerente da aldeia do Funil. Em 1958 e 1959, os pastores Guenther Carlos Krieger e Rinaldo de Mattos – que permanecem entre os Xerente até os dias atuais - substituem os antigos missionários batistas, após terem feito cursos de lingüística oferecidos pelo S.I.L – Summer Institute of Linguistics, hoje denominado, no Brasil, Sociedade Internacional de Lingüística. Os dois pastores tiveram vínculos institucionais tanto com a Missão Novas Tribos do Brasil como a Junta de Missões Nacionais da CBB . A Missão Novas Tribos do Brasil cessou suas atividades com os Xerente em 1988. A partir de 1982, a Junta de Missões Nacionais da CBB formalizou sua atuação junto aos Xerente através de convênios firmados com a Funai.

O pastor batista Rinaldo de Mattos sintetiza, como segue, o trabalho da missão da qual faz parte junto aos Xerente:

“O trabalho missionário, como uma vocação sacerdotal, tem duas dimensões: Uma transcendental e outra sociológica. Um missionário que compreende bem a teologia bíblica não faz distinção radical entre essas duas dimensões da responsabilidade cristã. Desde o início, nos propomos a ser um apoio, uma âncora para os Xerente nas questões existenciais, como ser igualmente um apoio, e talvez uma ponte, para a realização de suas aspirações de cunho sociológico. Esta dupla compreensão do problema Xerente, aliadas ao nosso apoio e incentivo à preservação de seu patrimônio lingüístico e cultural, foi talvez o fator principal de qualquer tipo de êxito que tenhamos logrado junto ao grupo. Assim, não hesitamos em dizer que os nossos objetivos continuam os mesmos.”

O pastor Rinaldo de Mattos estima que existam, atualmente, 150 crentes batistas entre os Xerente, aglutinados em núcleos por aldeias tais como Salto, Porteira, Brejo Comprido, Cabeceira da Água Fria, Brejinho e Rio do Sono.

As relações entre os batistas e os católicos – sejam as equipes do Cimi, sejam os padres locais – foram sempre marcadas por uma certa proximidade: partidas de xadrez realizadas entre os dois pastores batistas e o falecido Padre Piagem; trabalhos conjuntos com equipes do Cimi foram realizados esporadicamente. Destacam-se alguns seminários



efetivados pelo Pastor Rinaldo de Mattos sobre aspectos da cultura Xerente para as equipes do Cimi e a elaboração, em 1992, de quatro livretos (Coleção de Mitos sobre a Cosmologia Xerente) que contaram com o apoio financeiro da ONG de Luxemburgo BRIDDERLECH DEELEN, através do Cimi Regional- GO/TO, com a revisão linguística do pastor Rinaldo de Mattos, com a coordenação de uma missionária católica e com textos e desenhos de professores Xerente.

A principal área de atuação dos missionários batistas – afora, evidentemente, a evangelização – é a educacional. A alfabetização dos Xerente em sua própria língua, patrocinada pelos pastores batistas, contou com várias fases: a formação de monitores bilíngües Xerente; a confecção de cartilhas e um dicionário bilíngüe e, por fim, a tradução do Novo Testamento, o que demonstra a estreita relação entre educação escolar e a evangelização, neste caso, fiel à orientação do SIL.

Segundo o mesmo pastor, a educação bilíngüe entre os Xerente baseia-se nas seguintes premissas:

- a) Qualquer processo de educação em qualquer tempo e lugar, para alunos bilíngües, deve começar sempre pela língua materna;
- b) O material contido na literatura pedagógica deve corresponder ao contexto cultural do aluno e à sua realidade;
- c) A educação na escola deve ser a continuidade da vida do aluno no lar;
- d) O ensino de uma segunda língua dever ser feito na forma de transição da língua materna para a mesma, e não como um segundo processo de alfabetização;
- e) O ensino da língua materna e a sua fixação pela escrita contribuem para a preservação do patrimônio lingüístico e cultural de um povo”.

Faço algumas considerações sobre as atividades dos batistas entre os Xerente em alguns breves momentos dessa dissertação, em especial no Capítulo 3.

De qualquer forma, em uma passagem do trecho do livro O Selvagem e o Inocente de Maybury-Lewis, de maneira um tanto quanto irônica, fica explícito o questionamento das sucessivas “conversões” que aos Xerente têm vivido há séculos.

“Observei fascinado quando ele [um mensageiro Xerente] exibiu uma bíblia novinha em folha, que ele devia Ter adquirido na casa da missionária protestante norte-americana<sup>69</sup>. Teria ela feito uma conversão? Alguém que estava preparado a levar os Evangelhos a seus irmãos? Teria sido um feito impressionante. Mas esta não era uma reunião normal de oração. De qualquer modo, eu estava curioso a respeito do que ele faria com a bíblia, já que sabia que ele não podia ler. Solenemente, ele rasgou uma página dela e a entregou ao primeiro homem no semicírculo. Daí rasgou outra e a deu ao segundo homem e assim por diante, até que cada membro do grupo estava sentado com uma página do Gênesis na mão. Ele procurou então em sua cesta de mão e encontrou fumo, que também foi distribuído. Com a solenidade de um ritual importante, cada homem preparou um cigarro para si.” (Maybury-Lewis,1990:184/185).

Guardando as devidas especificidades, parece-me que aos Xerente pode-se aplicar, em linhas gerais, o mesmo raciocínio exposto por Oliveira Filho sobre as missões salvacionistas entre os Tikuna. Diz o autor,

“Vistos nessa perspectiva os dois movimentos salvacionistas não correspondem a estágios/ graus de aculturação ou sistema de orientação dos valores, mas aparecem como estratégias bastante lógicas e racionais para explorar as oportunidades apresentadas aquele grupo em uma particular situação histórica.” (Oliveira Filho,1988:191)<sup>70</sup>.

Não me deterei em uma análise mais pormenorizada da relação dos batistas com os Xerente, já que seria tema para outra dissertação. Apenas ressalto que é bastante comum grande parte dos Xerente “estarem batistas” durante um certo período para posteriormente se distanciarem publicamente das atividades de culto batistas. Além do mais, apesar de não ter feito pesquisas mais detalhadas sobre esse tema, o intenso poder

---

<sup>69</sup> No início dos anos cinquenta, chegou à Tocantínia a missionária norte-americana Anna Müller, da Missão Novas Tribos do Brasil, para trabalhar especificamente entre os Xerente. Informação do pastor Rinaldo de Mattos.

<sup>70</sup> Um levantamento das escolhas e estratégias por parte das populações indígenas diante do contato - ao lado das “submissões” impostas através da guerra da conquista - seria um mote interessante para uma releitura da etnohistória Akwê.

que os pajés possuem, tanto em termos políticos, como de cura, sugerem que os Xerente convivem com a presença desses sistemas “religiosos”, sem que isso lhes apresente profundas contradições.

### **1.3. AS DISPUTAS TERRITORIAIS EM TOCANTÍNIA: DAS “PROMESSAS DO IMPERADOR” AO ENVOLVIMENTO DO SPI/ FUNAI NO CAMPO POLÍTICO DA ESFERA LOCAL.**

Apresento aqui uma análise do processo de conquista da demarcação das T.I.s Xerente e do envolvimento de certos atores sociais em algumas das diversas fases que o constituíram.

A atual T.I. Xerente compreende duas áreas contíguas, mas que são denominadas oficialmente de maneira distintas: T.I. Xerente e T.I. Funil. Os processos de regularização fundiária (identificação, delimitação, demarcação e homologação) de cada uma dessas áreas, apesar de terem caminhado de maneira bem distinta, tiveram em comum a demora de seus desenlaces finais, como, de resto, é o caso da maioria das T.I.s indígenas no Brasil.

A primeira área, denominada “Área Grande”, com superfície total de 167.542.1058 ha , foi identificada oficialmente pela Funai como ocupada pelos Xerente em 1972, conforme decreto 71.107 de 14 de setembro. Sua demarcação jurídico-administrativa data de 1976 (decreto 76.999 de 08 de janeiro). Entretanto, a demarcação física só foi concluída em 1982, incluindo, então, o início da identificação da área do Funil. Enfim, a T.I. Xerente foi homologada apenas em 16 de junho de 1989, pelo decreto 97.838. A T.I. Funil, com superfície de 15.703.7974 ha, foi declarada legalmente ocupada em 24/02/1982 (Cf. Portaria da Funai 1187/E/82). A demarcação física estendeu-se de 1989 a 1991, sendo que a demarcação jurídico-administrativa e a homologação se dariam conjuntamente em 29/10/1991, de acordo com o decreto 269.

Depois de mais de duzentos anos de contato, submetidos a perdas territoriais irre recuperáveis, os Xerente, contando com o apoio da Funai, intensificaram, no início da década de 70, o movimento reivindicativo pelos seus direitos territoriais, num processo cujo final legal só aconteceria vinte anos depois. Se nos voltarmos a alguns dos acontecimentos que se deram na esfera local durante este longo processo de regularização fundiária das T.I. Xerente, nos depararemos com uma variedade de conflitos e tensões (incluindo mortes de índios e não-índios) que se revelam por detrás de tantos números, portarias e decretos. Aqui, serão analisados alguns eventos que

marcaram este processo em sua articulação com os arranjos e implicações políticas na esfera local.

### **1.3.1. Das promessas do Imperador à atuação do SPI.**

O seguinte diálogo entre um cacique Xerente e o antropólogo David Maybury-Lewis, em 1956, assinala a antigüidade das promessas sobre a demarcação de suas terras:

“Nós costumávamos caçar em todo o território entre o Tocantins e o Rio do Sono. Tínhamos aldeias nas margens do Tocantins a dois dias de viagem rio abaixo. Agora não há aldeias. Os civilizados se instalaram e os Xerente tiveram de sair. Quando lutamos, eles mandaram soldados, e lutamos com eles também. Daí fizeram um tratado. Sim senhor! O próprio Imperador nos deu nossas terras num pedaço de papel. Mas os civilizados mandaram os rebanhos pastarem lá. Quando matamos o gado, disseram que éramos ladrões e que era impossível viver perto de nós. Agora nossas aldeias estão destruídas e os civilizados trabalham sem parar para nos expulsar até de Tocantínia. Você deve dizer ao governo que queremos de volta as terras em que costumávamos caçar, até a Panela de Ferro. - “Mas isto fica a vinte léguas! Exclamei. A três dias de suas aldeias mais próxima. Há cidades entre lá e aqui - “Ela é nossa (terra)”. Ele repetiu. “O Imperador disse. Nós a queremos de volta”. (Maybury-Lewis, 1990: 69)

Ribeiro (1996) corrobora a informação de que a primeira “oferta” de demarcação de um território para os Xerente teria como agente o imperador D. Pedro II.

“Ainda hoje os Xerente recordam aos vizinhos sertanejos as ‘ordens do Imperador’, como seu título indiscutível ao território tribal, cada vez mais reduzido. A figura do Imperador d. Pedro II assumiu tamanha importância para estes nossos contemporâneos Xerente que eles o incluíram na sua mitologia, identificando-o como o ancestral mítico de uma das metades

tribais. Naqueles textos, o imperador é a própria personificação dos direitos da tribo à terra em que sempre viveram, cuja posse é condição de sua sobrevivência como povo.” (Ribeiro, 1996:82).

Independentemente da veracidade dessa informação – pesquisas seriam necessárias para confirmar esse episódio – é certo que a figura do “Imperador” permanece até os dias atuais nas representações dos Xerente. Alguns Xerente me afirmaram com “convicção” que o “grande capitão Slimtoe” teria recebido do “Imperador”, além da promessa de demarcação de seu território, uma espada de ouro e que ela se encontraria enterrada junto ao seu corpo. O Imperador aparece também como personagem mítico em narrativas Xerente.

Muitos anos se passariam ainda até as primeiras investidas mais contundentes pela demarcação das terras Xerente, e elas estariam relacionadas à chegada do SPI. à região. Ao que tudo indica, as pesquisas do etnólogo alemão Curt Nimuendajú foram decisivas para a instalação dos dois primeiros Postos Indígenas entre os Xerente. O documento abaixo, de autoria de Nimuendajú, foi enviado ao Inspetor Regional Major Alencarliense Fernandes da Costa quando de sua primeira visita aos Xerente, ainda no ano de 1930.

“Uma turma destes índios visitou o nosso Posto de Redenção Indígena, apresentando-se ali com a seguinte carta: ‘Piabanha, 4 de abril de 1930 - Ilmo Snr. Major Alencarliense – Bananal – Permitta-me que lhe apresente, na pessoa do portador desta, o ‘capitão’ Antonio Cypriano Bruém, da tribo dos Xerentes. (...) É chefe do agrupamento actualmente maior destes índios, situado a tres léguas ao NE da Villa da Piabanha, na margem esquerda do Ribeirão da Porteira, e composto de 9 casas, com cerca de 80 habitantes. O número total dos xerentes eu calculo em 500 no máximo. Durante a minha viagem de estudos ethnológicos estive hospedado nesta Aldeia e na casa daquelle Chefe, durante 11 dias, tratado com a máxima atenção e amabilidade. Vi, por essa ocasião, a sua pobreza e as difficuldades com que luctam em adquirir os objetos de primeira necessidade; e também assisti a campanha de

mentiras e diffamação que intruzos, ávidos de terras, lhes movem para afastar dos índios as sympathias de quem os visita e para crear precedentes para futuras arbitrariedades. Consultando-se aquelle capitão commigo sobre as autoridades competentes para attende-lo nas suas afflicções, e conhecendo eu, de longa praxe, a insufficiência da proteção religiosa, tomei a liberdade de aconselha-lo que fosse procurar o Senhor ou quem as suas vezes fizesse no Posto do Serviço de Protecção aos Índios na Ilha do Bananal , na esperança do que se compadeçam do estado deplorável em que se encontram estes míseros restos de uma tribu dantes tão numerosa e respeitada. Aproveito a oportunidade para apresentar-lhe os meus protestos de elevada estima e distincta consideração. (a) Curt Nimuendajú.” (SEDOC-Relatório 1930 – SPI Filme 380 – Fot. 10-79).

Dez anos se passariam até que se consumasse, definitivamente, o processo final de aglutinação<sup>71</sup> dos Xerente quando da instalação dos dois primeiros Postos Indígenas, respectivamente, na banda leste do rio Tocantins e abaixo do rio Sono<sup>72</sup>.

Em carta endereçada ao sr. Pedro Ludovico Teixeira (Interventor do Estado de Goiás), datada de 31 de janeiro de 1944, Cildo Meireles , responsável pela 8ª Inspetoria Regional do SPI., apresenta a situação fundiária vivenciada pelos Xerente naquele período. Nota-se a referência à magnitude imemorial das terras Xerente – residentes em uma margem e outra dos rios Tocantins do Sono – além de indicar a instalação dos primeiros Postos Indígenas do SPI.:

“A tribu dos índios Cherente que mora, há tempos imemoriais, toda aquela região tocantina, acima do Rio do Sono, onde ela dominava também, outrora. Hoje, depois de lutas constantes, sem trégoas, com os ‘cristãos’ pela manutenção de posse da sua terra natal, encontram-se por fim nossos desventurados

<sup>71</sup> “As táticas de *atração/agregação/concentração* – ou de deslocamento, reunião e aglutinação de povos em torno a uma unidade local do Serviço – são parte fundamental do grande cerco de paz: em poucos anos achava-se montada uma malha nacional.” (Souza Lima, 1995:128).

<sup>72</sup> Não encontrei nenhum documento oficial que descreva o processo de atração de parte dos Xerente que estavam até a década de 40 na banda oeste do rio Tocantins (atual Miracema) e acima do rio Sono (atual cidade Rio Sono). Entretanto, vários depoimentos de índios e não-índios, além do croqui das aldeias que Nimuendajú apresenta em seus trabalhos, confirmam esse processo.

índios, ali e acolá, em pequenas aldeias, numa faixa estreita de terra,....resistindo atoicamente [estoicamente?], num derradeiro esforço anônimo, a invasão e a ocupação de uma nação superior em força e riqueza a sua, muitas vezes!. Exmo. Sr. Interventor – o Serviço de Proteção aos Índios não impetram reivindica, no momento, para os índios Cherentes, todo o território que primitivamente habitavam e possuíam, numa margem e outra, em cada um dos rios Tocantins e Rio Sono! Solicita do Governo de V. Excia. apenas a área em que atualmente se comprimem suas varias aldeias, na faixa de terra entre aqueles dois rios! Nessa área de terra possuída pelos Cherentes, mantêm já o SPI dois estabelecimentos:- o Posto Indígena de Assistência , Nacionalização e Educação ‘Tocantinia’, e o Posto Indígena de Alfabetização e Tratamento ‘Rio Sono’”. (SEDOC-Relatório 1944 - SPI Filme 380 – Fot. 82 a 85)

Dez anos depois dessa primeira solicitação da demarcação das terras Xerente, a posição das “autoridades” locais de Tocantínia, que tinham como interlocutor principal o Padre Piagem, é bastante distinta da posição do ex-inspetor regional do SPI., Cildo Meirelles.

Em uma representação enviada, em 24/09/1956, ao Ministro da Agricultura, responsável pelo órgão ao qual estava subordinado o SPI., o Padre Piagem revela o “pensamento” da população não-índia de Tocantínia em relação ao “problema do índio”. Note-se a “acusação” explícita aos supostos “agitadores” do SPI. em contraste com a “índole pacífica” dos índios, discurso esse que pode ser facilmente verificado junto aos moradores não-índios de Tocantínia até os dias de hoje.

“Vai tornando-se aflitiva e insustentável a situação de intranquilidade reinantes na cidade e no município de Tocantínia, proveniente de roubos, assaltos, ...e até trucidamento por parte dos índios... Tal estado de coisas, ao ver dos tocantinenses, começou-se a sentir-se a partir de 1941, precisamente após a instalação , no Município, do primeiro Posto do Serviço de Proteção ao Índios. .. O fato é que o índio

com o qual convivemos pacificamente durante quase um século, dentro do melhor clima de entendimento e simpatia, o índio que era dócil, respeitador da propriedade alheia, começou de então para cá, a praticar uma série de desmandos e crimes que se avolumam e até certo ponto estimuladas [por] de funcionários do SPI....” .

Depois de diversas queixas, o Padre Pereira Piagem assinala como medida para a resolução dos conflitos, não a demarcação da terra para os índios, mas:

“A determinação e imediata providências para a TRANSFERENCIA DOS INDIOS CHERENTES do Município de Tocantinia para a area indigena Craolandia, onde deverão ser agrupados e bem assistidos no trabalho honesto, sob normas disciplinares...” (grifo do padre). (SEDOC-“Representação 1956” - SPI Filme 1A Fot. 2585 a 2592)

Os relatos do encarregado do P.I. Tocantínia, José Fábio<sup>73</sup>, em 11 de julho de 1956, demonstram o quanto o SPI. não tinha qualquer controle sobre os membros que arregimentava para o Serviço. Seu relato é endereçado ao então Chefe da Inspeção Regional (IR-8) do SPI. Raimundo Nonato Miranda. Percebe-se a ambigüidade existente em suas declarações, principalmente quando contrastadas ao relato anterior de Cildo Meirelles.

“Quando procuro me entender com estes índios, eles saltam com quatro pedras na mão, com a maior estupidez possível, outros nem procuram o Posto (...). No meu ponto de vista , o

<sup>73</sup> O mesmo José Fábio faria uma queixa formal ao Chefe da Inspeção Regional sobre a doação de “armas brancas” aos Xerente pelo antropólogo David Maybury-Lewis. “*Pelo presente , encaminho a V.S. alguns punhais que consegui apreender de alguns índios, sendo que tais armas brancas, em número superior a sessenta, foram distribuídas entre os Cherente pelo etnólogo David Lewis, que neste Posto esteve fazendo estudos.*” (SEDOC-SPI Filme 272 – Fot.521 – 9/03/1956). Um mês depois, outro antropólogo, Roberto Cardoso de Oliveira, reclamaria formalmente dessa atitude. “*Parece-me absurda esta atitude do Encarregado do PI Tocantínia. Qualquer pessoa, índio ou não, poderá agredir outra com um simples facão, pau ou machete, ‘armas’ estas que todos eles possuem e que lhes são indispensáveis, pois representam instrumentos de trabalho (...) Sugerimos (que) sejam devolvidos os brindes aos seus donos e esclarecidos aos funcionários responsáveis a ingenuidade da repressão tomada.*” (SEDOC-SPI Filme 272 – Fot. 531 – 06/04/1956)



único errado é o SPI, por não querer encarar o problema da demarcação de terras para os indígenas.(...) As ocorrências e abusos praticados por estes índios nesta região são as piores possíveis e não são como pensa o Senhor, que imagina que todos aqui demonstrem aborrecimento pelos índios. Pelo contrário, todos aqui querem que o SPI. encare melhor a situação destes indígenas, evitando assim, tanta série de contrariedades que veem causando. (...) Levo ao vosso conhecimento , que distante das circunstâncias e aborrecimentos dos ditos índios com minha pessoa, por não lhes dar aquilo de que precisam, como seja: terra demarcada, ferramentas escola para as crianças, medicamentos, gado para alimentação, etc. (...) Diante da indisciplina e imprudência destes índios Cherentes , peço-vos levar ao conhecimento da Diretoria, a minha transferência deste Posto Indígena, para outro Posto, visto estar com a minha paciência esgotada de lutar com estes imprudentes índios que diante de seus feitos já estão até explorando o Serviço, visto o grau de civilização em que se encontram , e mesmo porque não é mais com conselhos e meios persuasivos que o SPI poderá torná-los prudentes e obedientes.(...) ” (SEDOC-Documentos avulsos 1944 –1967 - SPI Filme 272 – 676/56 - Fot.1-714).

Durante a década de 60, não foram encontrados registros oficiais sobre a questão Xerente. Entretanto, vários informantes não-índios de Tocantínia relatam o “trucidamento” por parte dos “índios” de um fazendeiro conhecido como Pedro Lobo, ao final da década de 60. Por outro lado, os Xerente falam no assassinato de dois índios como represália, a mando de fazendeiros da região.

### 1.3.2. O processo de demarcação da “Área Grande”.

No mandato de Walperino Gomes de Oliveira como prefeito de Tocantínia, (ARENA-1966-1972), os Xerente passaram a fazer forte pressão para a demarcação definitiva de suas terras, após pelo menos 50 anos de espera. Com o fim do SPI., já sobe a tutela da Funai, os Xerente, no início da década de 70, “apressaram” o processo demarcatório, mobilizando-se e exigindo a saída dos fazendeiros que ocupavam suas terras. Com isso, a tensão na esfera local elevou-se a níveis nunca vistos.

Os jornais da época assim narraram os acontecimentos:

“Aldeias xerentes declaram guerra para retomar as terras dos índios”

“Em sete aldeias dispersas numa área de quase 2 mil quilômetros quadrados, 320 xerentes estão vivendo uma atmosfera de trincheira de guerra. Eles prometem abandonar as leis e os códigos dos cristãos, restaurar o espírito guerreiro e abrir a arco e flecha o círculo no qual foram implacavelmente fechados pela civilização(...) No mesmo cenário,... pequenos fazendeiros e roceiros põem-se desordenadamente em fuga.”

(Jornal do Brasil, 07/09/1971)

“Índios abrem luta em Goiás”

“Informações chegadas ontem à tarde em Goiânia dão conta de que 260 índios Xerentes tentam assumir o controle do município de Tocantínia, tendo já saqueado algumas fazendas. Diversas famílias já se transferiram da cidade para Miracema do Norte, à margem esquerda do tocantins. O prefeito Valperino Gomes dirigiu apelo ao governo goiano.” (O Estado de São Paulo, 03/09/71)

“Índios expulsam brancos de suas terras em Goiás”

“Aproximadamente 250 índios da tribo dos Xerente, protegidos pela guarda indígena, entraram em choque com a população do município de Tocantínia.” (Folha da Tarde, 06/09/71)

Um antigo morador da cidade de Tocantínia relata esses acontecimentos desta maneira:

“eu tinha uma chácara bem ali ... nós saímos dela porque

naquele tempo de índio, Amélia estava com medo, falou para mim ‘vamos sair daqui homem, que esses índios podem atacar aqui de noite e matar nós tudo’... aí, fomos para lá, para o sertão... Walperino [o prefeito] já tinha dado essa área para os índios”.

O Padre Piagem dá a sua versão desse momento num relato<sup>74</sup> datado de 25/10/1971:

“...pelo menos três índios (Nascimento, Jovino e Raimundo), que eram pacíficos, depois de estarem com ele [um antropólogo da Funai] em Brasília, voltaram mentalizados no sentido de invadirem propriedades e roças de civilizados, intimando-os a se retirarem (...) A Aldeia do Funil fora orientada... no sentido de ser transferida para o Posto Indígena. Os índios já estavam todos de acordo com exceção de um.... Após um antropólogo da Funai ir a aldeia FUNIL, os índios não mais aceitaram a transferência (...) Nessa visita aos índios receberam instruções no sentido de receberem mal o pastor [batista, preservo o nome] que há treze anos vem lhes prestando relevantes serviços.... Todos os índios do município têm sido instruídos no sentido de hostilizarem o Vigário da Paróquia, Padre Pedro Pereira Piagem.”

Num trecho final, o Padre Piagem reafirma que parte dos atuais Xerente não se encontrava na região de Tocantínia, corroborando, portanto, a informação de que foram atraídos pelo Serviço de Proteção aos Índios, visando muito provavelmente a desocupação forçada dos índios da banda leste do rio Tocantins e acima do Rio Sono.

“Esclareça-se também que não é exata a imagem de que o índio é vítima em Tocantínia e o fazendeiro invasor, pois ninguém jamais invadiu ali terras habitadas por índios; os habitantes que lá se acham são posseiros que lá nasceram e viveram sempre em harmonia com o índio; pobres e pequenos agricultores. Acrescenta-se ainda que o índio de Tocantínia nem sempre existiu ai; muitos vieram recentemente de outros

---

<sup>74</sup> Intitulado “Informações que se fazem necessárias sobre o problema do índio Xerente no município de Tocantínia – Goiás.” (Padre Pedro Pereira Piagem, cópia datilografada).

municípios (de Miracema; de Lizarda e de Pedro Afonso).”

Este documento indica, como veremos com mais detalhes, as boas relações travadas entre os missionários batistas e vários membros das ordens católicas que convivem cotidianamente em Tocantínia há mais de 50 anos. Por outro lado, aparece, reafirmando o senso comum local, a constante “satanização” da Funai como causadora de todas as tensões e conflitos em Tocantínia. Por fim, corrobora o fato de que o território Xerente era muito mais amplo do que o demarcado, pois Miracema fica na banda oeste do rio Tocantins.

Ainda no final de 1971, a Funai viria a efetuar a primeira delimitação da “Área grande”, exigindo a saída imediata dos posseiros que ali ainda permaneciam apesar das constantes ameaças por parte dos Xerente.

É bastante comum a versão de antigos “proprietários”-invasores de que as indenizações pelas benfeitorias por eles realizadas, embora prometidas, nunca foram pagas. O ex-chefe de posto do SPI., também detentor de terras na área Xerente, relata esse assunto da seguinte maneira:

[a Funai] “...nunca indenizou. Ninguém... aí tem 48 títulos definitivo. Você acredita que naquela época eu fiz um requerimento numa área de 540 alqueiros que é a mata grande de jenipapo, eu gastei naquela época 50 milhões pra organizar essa fazenda, eu fiz uma estrada de 18 km, eu fiz uma ponte de 17m no (Rio) Jenipapo, eu fiz uma sede muito boa, bem organizada. Aí veio o posteamento do governo, aí eu fui tirar o posteamento desta mata, eu tirei pouco poste, eu tirei mil e pouco postes, aí todo mundo veio tirar, tiraram 48 mil postes desta mata. Poste de luz, só de itaubá, nunca recebi um tostão de indenização.” (Morador de Tocantínia, ex-chefe de posto do antigo SPI entre os Xerente, durante a década de 40).

*Terras causam atrito com índios, era o título da matéria publicada no Correio Brasiliense e 13/11/73:*

“Em 1971, a Funai delimitou uma grande área de terra que foi destinada aos silvícolas, abrangendo aproximadamente oitenta por cento daquele município [Tocantínia]. Contudo, os proprietários não saíram da área por não terem até o momento

recebido a indenização prometida pelo órgão.”

O Jornal do Brasil também confirma a versão dos posseiros:

“Como o INCRA não indenizou os colonos, eles tiveram que permanecer na área indígena gerando assim novas hostilidades.” (Jornal do Brasil,26/06/73).

Na verdade, não era a Funai, mas o INCRA, o verdadeiro responsável pelo pagamento das indenizações, mas este fato parece jamais ter chegado ao conhecimento dos moradores não-índios de Tocantina. É interessante ressaltar que os não-índios identificam como responsáveis pela demarcação da área indígena e pela falta de pagamento das indenizações, respectivamente, o então prefeito de Tocantina, Walperino Gomes, e a Funai.

As hostilidades continuaram entre os Xerente e os posseiros. Assim relatava O Globo em 26/11/75:

“o prefeito de Tocantina, João Virgílio Ribeiro [ARENA], veio ontem a Goiânia pedir ao Governador Irapuan Costa Junior sua interferência junto à Funai e ao INCRA para acabar com o litígio entre xerentes e posseiros no seu município. Os índios se queixam de que estão cansados de esperar pela retirada dos invasores de suas terras e ameaçam ir à guerra para expulsá-los.(...) A demarcação até hoje não foi seguida de indenização aos posseiros por suas benfeitorias e eles insistem em permanecer nas terras.”

Assim, não foi por falta de aviso que, em agosto de 1976, ocorreu um conflito que é considerado pelos Xerente e pela população não-índia local o mais grave da história recente do contato: um grupo de Xerentes entrou em combate com fazendeiros (inclusive um tenente do exército) que ainda estavam instalados dentro da “Área Grande”. Houve mortes de ambos os lados.

Os jornais na época assim relataram o acontecimento:

“Agressão ao Xerente teve quatro mortos”

(O Popular, Goiânia, 08/07/1976)

“Índios trucidam tenente”

(Folha de São Paulo, 08/07/1976)

“Os brancos atacam, os índios atiram: três mortos em Goiás”

(Jornal da Tarde, 08/07/1976)

“Xerentes escarpelam fazendeiro que quis expulsá-los da terra”

(O Globo, 09/07/1976)

Nota-se claramente, pelo teor de cada manchete, as possibilidades de um acontecimento desta envergadura ser manipulado pelas partes envolvidas. Em termos de conteúdo, a matéria do jornal O Globo é mais significativa, pois descreve, em tese, as versões dos índios e dos fazendeiros:

“O velho chefe Xerente Capitão Abel, fez a seguinte declaração ‘Índio não estica o pé para jaracussu morder. Quando jaracussu e cascavel atacam, índio não tem que dar o pé pra elas morder. Índio tem que matar jaracussu e cascavel.’ ... Os Xerentes estavam roçando faz sete dias... um dos quatro brancos que vieram armados falou; ‘eu sou o tenente da polícia, cadê as armas de vocês? Segundo Abel, o homem que se identificou como tenente, tomou e quebrou a espingarda de caça que estava na mão de um índio xerente e depois todos os quatro brancos abriram fogo. ‘Aí foi uma bagunça danada..’ (...) Segundo o Capitão da Aeronáutica, Antonio Carneiro, seus irmãos atiraram para se defender e os índios não só atacaram primeiro, como também deformaram horrendamente os corpos dos seus irmãos...” (O Globo, 9/7/1976)

Após os conflitos que resultaram em morte de ambos os lados em 1976, num outro documento datado de 23 de setembro de 1976, Padre Piagem dá a sua versão da tragédia, revelando seu espírito moderador através da “absolvição” dos índios e dos posseiros, e encontrando a raiz do problema na instalação dos Postos Indígenas do SPI na década de 40, e nas promessas não cumpridas pela Funai e pelo INCRA. Além disso, contradiz o seu relato anterior, afirmando que “Tocantínia nasceu com o índio”.

“O problema do índio em Tocantínia é bem antigo. Alias, Tocantínia nasceu com o índio. Frei Antonio de Ganges, capuchinho italiano, fundou Tocantínia por volta de 1860, para catequese dos Xerente. Arrebanhou para ali cerca de 1000 índios. Eram então bons e ordeiros. A partir de 1851, com a

implantação neste município do primeiro Posto do SPI (Serviço de Proteção aos Índios), começaram a surgir os conflitos, em decorrência sobretudo de roubo de gados. O problema foi se agravando cada vez mais, mesmo com o advento da Funai, até que em 1971 o Governo resolveu fazer a Reserva de Terra para os índios. Para isto, veio o Grupo de Trabalho, integrado pela Funai, INCRA, Estado e Polícia Militar. (??)“ Este GT <sup>75</sup> fez a demarcação abrangendo metade da área do município... Dentro desta reserva ficaram 206 famílias (cerca de 900 pessoas) várias delas possuindo título definitivo de sua terra... O mesmo GT fez um levantamento geral das benfeitorias existentes nas moradias e distribuiu aos posseiros e proprietários um Boletim, prometendo-lhes, para dentro de pouco tempo, indenização, e o seu remanejamento para outras terras que o próprio governo lhes daria. Acontece porém que a proposta nunca foi cumprida. Agora pergunta-se? De quem é a culpa disto? Não será, em todo caso, do índio que, a meu ver, esta sendo uma vítima e um instrumento... O principal responsável por tudo isso é o governo, conforme confessa o próprio delegado da Funai.” <sup>76</sup>

A descrição do então ex-chefe de posto do SPI, com o qual realizei uma entrevista em 1997, é rica em detalhes, por isto merece ser transcrita na íntegra.

“ No Baixão é que os índios mataram o Deusdete, o tenente... mas eles morreram porque eles não me ouviram. [Deusdete] ‘ Você sabe da maior, os índios invadiram nossa fazenda’ ...De vez em quando, o Deusdete mandava pegar o Pedro, irmão do Isaac, e prender ele aqui. Aí o índio Pedro não gostava dele não. Aí eu disse: ‘Deusdete se você ir ao posto comigo, se entende com o chefe, eu vou com você, porque se eles estão

<sup>75</sup> O referido GT, instituído pela Portaria nº 60/71 do Presidente da Funai em 10/11/1971, em “Nota de Esclarecimento 01/71” afirma que “após o pagamento da indenização, o morador ou possuidor terá o prazo de 15 dias para desocupar a área” e ainda que “a desocupação ou mudança dos indenizados será feita por conta do GOVERNO, para outra área cedida pelo INCRA ou para outro local escolhido pelo transferido, desde que seja nas proximidades do município de Tocantínia”. (cópia datilografada)

<sup>76</sup> O documento é intitulado: “Relato feito pelo Padre Pereira Piagem, na reunião dos presbíteros em Miracema do Norte em 23 de setembro de 1976.” (cópia datilografada).

te esperando, o índio não gosta de ti, então automaticamente você vai só morrer. Eu acho que você tem que ir ao posto e se entender com o chefe'. Eu conheço o índio profundamente, viu. Porque o índio não faz nada sem ser mandado. Tudo que o índio faz é mandado. Foi ele que mandou realmente mandar matar [referindo-se a suposta ordem do então chefe de posto da Funai<sup>77</sup>], esse cara aí, que eles fossem lá e matasse ele. A área não tinha sido demarcada ainda, depois da morte do Deusdete é que foi demarcada, já tava previsto a área [da fazenda] ser retirada [da área indígena]. Ele tinha título definitivo, financiada no banco e tudo. Mas eu que aconselhei ele, eu conheço o índio e sei que ele não foi botar roça lá, foi mandado por esse cara... [que] foi transferido pra Kraolândia. Agora, ele [o Deusdete] não ia morrer... o culpado foi o tenente, assim me contou o índio. Viu, os índios me confessaram tudo. Diz que o Deusdete chegou e disse 'Vocês não sabem que essa fazenda é minha' ... 'É, nos sabemos que a fazenda é sua'. Ficaram os índios entricheirados e veio dois receber ele 'Eu num vim brigar com vocês, num vim matar vocês, num vim nada. Eu vou agora diretamente no Posto entender com o chefe'. Aí, conversou com o índio e ia saindo quando chega o tenente com um monte de escopeta e disse 'eu sou o tenente e vou levar essas armas'. 'Quando disse 'eu vou levar essas armas', os índios vieram duma vez só e vapt, mataram a foice, racharam a cabeça, tinha um índio xavante aí, guerreiro... tiraram o couro da cara dele, ainda vivo rapaz, ainda vivo.. tinha um velho lá, mataram o velho. Eu vi tudo. Fui buscar tudo eles lá. O jeitinho que eu tracei, eu digo sabia que ele ia morrer. Se o Pedro neste tempo era o capitão, era inimigo dele, não gostava dele e estava lá, só ia morrer. Mas se eles me

---

<sup>77</sup> É muito forte a idéia de que a Funai é a grande responsável pelas tensões que passaram a ocorrer em Tocantínia após a primeira demarcação, em contraposição à "índole pacífica" que os Xerente supostamente tinham anteriormente. Conversando com vários de seus moradores, ouvi diversas vezes que até antes do aparecimento no referido órgão por aquelas redondezas, os Xerente eram "muito bons" e que os fazendeiros os tratavam "muito bem" e que todos "viviam em paz".



obedecem eles não tinham morrido. Eles tinham que ter se entendido com o chefe de posto.”

Foram tempos de muita tensão em Tocantínia:

“Tocantínia ainda vive sob tensão” (O Estado de São Paulo, 16/07/1976)

“Funai abastece a aldeia xerente” (O Estado de São Paulo, 21/07/1976)

Repetindo a mesma movimentação ocorrida em 1971, moradores do município se retiraram para Miracema, devido aos constantes boatos de que os Xerente iriam invadi-lo. Um morador da cidade relatou-me assim o momento:

[Os Xerente] “ não tiveram coragem de vim não...[para a cidade] Se tivesse vindo tinha morrido índio para peste. Teve gente que foi para Miracema. Eu mesmo fui deixar minha esposa lá, mas voltei. Falei para ela ‘você fica de lá que eu fico de cá, com o rifle cheio de bala”.

O mesmo ex-chefe de posto do antigo SPI confirma a versão acima, mas coloca o outro lado da moeda: os Xerente também estavam com medo das conseqüências que poderiam advir da tragédia.

“Isso aqui estava um conflito, tinha muita gente armada. Fui eu mais o Emídio de Barros, lá no Boqueirão, conversar com o capitão Caetano... estava escondido, com medo, porque o boato era que os cristão iam matar os índios e que os índios ia invadir a cidade. Que aqui tinha uns 500 tambor de gasolina, que vinham incendiar os tambor de gasolina. Tudo mentira viu, só boato. Falei com o Caetano – ‘Essa conversa que tá havendo...?’ Ele disse - ‘Não, Pedro, é mentira, nós estamos aqui morrendo de fome, nós não pode nem comprar sal, com medo de ir na cidade. Aí eu falei – “vocês pode ir na cidade, que eu sou responsável pela vida de vocês. Não há nada, nada’. Acabou o conflito, viu. O índio no outro dia veio aqui, comprou o que queria... porque os índios estavam assombrados, e o pessoal aqui assombrado também.”

Tal acontecimento, que, para os jornais da época e para a memória dos informantes (índios e não-índios), é considerado como precipitação de ambas as partes envolvidas na contenda, ou como o desenlace trágico de uma situação insuportável, pode

ser interpretado, a meu ver, como uma evidente demonstração de força dos Xerente<sup>78</sup>, que até então eram desconsiderados como atores políticos que merecessem ser respeitados naquela esfera local.

O conflito de agosto de 1976 demonstrou, de maneira cabal, que os Xerente passariam definitivamente à condição de grupo distinto no campo político da esfera local. A partir daí, seriam considerados pelos segmentos não-indígenas como atores fundamentais no que tange a qualquer ação política que viesse a afetar posteriormente toda aquela região do norte goianense.

### **1.3.3. As tentativas de demarcação da T.I. Funil.**

Cientes do seu novo status, depois de muita tensão com a população de Tocantínia, os Xerente do Funil reivindicaram junto à Funai, em 1979, a demarcação de sua área tradicional de moradia.

Quando veio a público o fato de que funcionários da Funai estavam no local, visando iniciar a demarcação física da área, os ânimos já acirrados dos não-índios voltaram a se exaltar:

“Situação é grave em Tocantínia” (O Popular, 30/11/79). Segundo o jornal, o então deputado federal pela ARENA-GO Siqueira Campos afirmou:

“É com a maior tristeza que comunico que a população do município de Tocantínia, revoltou-se contra as suas autoridades, fechando a prefeitura, a delegacia, os cartórios e demais repartições públicas e, ainda, isolando a cidade com a apreensão da balsa que faz a travessia do Rio Tocantins.”.

“Área demarcada causa protestos em cidade goiana” (O Estado de São Paulo, 30/11/79). Apesar da informação equivocada – a demarcação do Funil ainda estava sendo reivindicada – o jornal relatava a fala do então prefeito recém eleito pela ARENA Raimundo Arruda Bucar

“... a população abandonará a cidade[Tocantínia] se, de fato, for indenizada. Por enquanto, ... a Prefeitura, o cartório, o posto de saúde e várias casas de comércio permanecerão fechadas.”

---

<sup>78</sup> Há referências por parte de índios e não-índios à participação de Xavantes no conflito.

A Funai recuaria na proposta de demarcação da área do Funil em virtude do clima de tensão instaurado em Tocantínia – e, ao que tudo indica, pela participação direta do então deputado Siqueira Campos - conseguindo, assim, acalmar a população e as autoridades do município:

“Diminui risco de novos conflitos em Tocantínia”, era o título da matéria do jornal O Popular, de Goiânia, em 01/12/1979, afirmando que o então delegado regional da Funai, Ivan Baiocchi, se comprometia a suspender o novo processo demarcatório.

Na arena política de Brasília, o então deputado Siqueira Campos parece ter tido um papel fundamental nesse recuo do órgão tutelar. Em um TELEX enviado para o Coronel João Carlos Nobre da Veiga, então Presidente da Funai, datado de 26.11.1979, o deputado solicita desta maneira a suspensão da demarcação do Funil:

“Solicito de V. Exa. Urgentes providências para a suspensão demarcação promovida por homens da Funai na área urbana cidade Tocantínia, Goiás PT. Caso criado pela medida assume aspectos graves em face precedentes , entre os quais o assassinio pelos índios varias pessoas, tomada de fazenda pela Funai PT não pagamento indenização posses, como acordado, etc. PT”

Novas investidas da Funai prosseguiram na década seguinte, visando a demarcação do Funil. Entretanto, tais investidas parecem ter se dado muito mais pela resistência dos Xerente do Funil em não se mudar de sua área tradicional do que, necessariamente, por um posicionamento decidido da Funai. Tanto que, no início da década de 80, a Funai funda um posto indígena próximo à área do Funil, visando atrair seus moradores para a “área grande”, já demarcada.

“O local escolhido para esse Posto Indígena foi muito inadequado. Não havia água por perto, além de estar praticamente ao lado do entroncamento de duas estradas. Alguns informantes dizem que, na verdade, este Posto Indígena foi construído com a intenção de atrair os moradores da aldeia Funil para dentro da área demarcada.” (Farias, 1990:59)

De qualquer forma, os Xerente do Funil continuariam desejosos de ver demarcada sua área. Durante toda a década de 80, a questão da área do Funil ocupou os jornais

regionais: “Prefeitura contra nova área Xerente” (O Popular,20/05/82); “Xerente não arreda pé da terra natal” (Diário da Manhã, Goiânia, 17/04/83).

O jornal O Popular, de Goiânia, publica uma entrevista com o prefeito Raimundo Bucar que salienta que o problema não seria a demarcação da área do Funil em si, mas sim, a sua extensão:

“O grupo de trabalho que concluiu pela necessidade de definir, com urgência, os limites da área de ocupação secular dos índios Xerente da aldeia Funil, foi exagerado em seu levantamento sócio-econômico, pois definiu ser necessária para a subsistência daquele grupo indígena uma área de 16 mil hectares, quando este mesmo grupo de trabalho, em seis de fevereiro de 1979, como o mesmo objetivo, informava serem necessários para tal reserva somente 2.692 hectares, com o que a comunidade de Tocantínia estaria perfeitamente de acordo, pois se trata de área compreendida entre o Ribeirão Funil e o Ribeirão Taboca, habitat natural desse agrupamento indígena” (O Popular, 20/05/82) .

Novamente, o deputado Siqueira Campos tentar intervir no processo de demarcação do Funil, conforme TELEX ao Presidente da Funai Coronel Paulo Moreira Leal, datado de 30.03.82. Notam-se referências a um suposto conluio entre a Funai e o PMDB.

“Permita-me externar a V. Exa, em nome da bancada de Goiás...Perplexidade e estranheza arrazoados medidas contidas na portaria nº 1187/E, de 24 /02/82, que fere compromissos assumidos administração anterior Funai relativamente ampliação área indígena município Tocantínia, jah prejudicado por essa fundação PT limites área funil...A não ser que Funai deseje amparar ação agitadores infiltrados na Funai que no afan tumultuarem vida política Tocantínia ET região fim favorecer PMDB, já que ano de eleições...”

Todavia, tais pressões contra a demarcação da área do Funil tornar-se-iam cada vez mais inócuas, diferentemente do que acontecera em 1979. O processo de delimitação

e demarcação da área do Funil não seria mais impedido. Entretanto, até sua demarcação definitiva em 1989, transcorreriam, ainda, 7 anos.

Por falta de registros nos jornais que remetesse aos prováveis impasses ocorridos nesse intervalo, é possível supor que houve um período de tranqüilidade na esfera local, apesar de toda tensão resultante deste processo de tentativa de recuperação territorial, com reativação identitária e política entre os Xerente do Funil, aliados da primeira demarcação (“Área Grande”). A escolha do município de Miracema do Tocantins como sede provisória do governo do Estado esteve, como veremos no próximo capítulo, intimamente relacionada com a conquista da demarcação definitiva da T.I. Funil.

A partir desse marco, quer dizer, com uma base territorial garantida, os Xerente passariam a ocupar espaços institucionais até então não imaginados nas esferas local e regional, dentre eles a participação de lideranças indígenas nas eleições municipais de Tocantínia, a fundação e funcionamento da AIX e a intensa participação de suas facções nos processos decisórios regionais oriundos dos empreendimentos que passariam a afetar de maneira definitiva a esfera local. Antes de analisar a participação de certos atores sociais - e parte de suas estratégias - envolvidos direta ou indiretamente nos campos políticos focalizados, apresento no capítulo a seguir, aspectos econômicos, sociais e geográficos da esfera local e regional.

## Capítulo 2. O Estado do Tocantins e a esfera local: morada dos Xerente.

Neste capítulo são apresentados alguns indicadores econômicos, geográficos e sociais visando uma abordagem a mais objetiva possível da esfera local no contexto do intenso desenvolvimento por que passa o Estado do Tocantins. Os dados analisados referem-se tanto ao estado de Tocantins como às populações indígenas aí residentes e à esfera local, isto é, as T.I.s Xerente, os municípios a elas adjacentes e Palmas, a capital deste estado. Também são focalizados os projetos de desenvolvimento ora em curso em Tocantins, que vem repercutindo significativamente sobre a totalidade da esfera local.

Esta dissertação não tem por objetivo analisar os aspectos econômicos e de ocupação fundiária das esferas regional e local. Entretanto, a indicação de alguns desses aspectos é relevante na medida em que a mudança gradativa do eixo da economia tocantinense e a implementação de grande parte dos projetos de desenvolvimento – prevendo obras de infra-estrutura como abertura e pavimentação de estradas e construção de pontes - articulam decididamente a esfera local à expansão do que tem sido considerado uma das últimas fronteiras agrícolas brasileira<sup>79</sup>.

Na região considerada, entre a imprensa, a população não-indígena e os “políticos”, há uma idéia amplamente divulgada: de que as áreas das T.I.s Xerente seriam “exageradas”, constituindo um obstáculo ao desenvolvimento local e regional. Não é difícil perceber que esse argumento - do famoso tipo “muita terra para pouco índio”<sup>80</sup> -, estando pautado no “desenvolvimento” econômico e preocupando-se com a expansão geopolítica do estado de Tocantins, associa-se à localização das T.I.s Xerente no que é, de fato, o “coração” deste estado. Os dados, entretanto, demonstram que existe uma “folga” de ocupação territorial em todos os municípios da esfera local, seguindo o mesmo padrão de ocupação existente em todo o Tocantins. Notaremos, ainda, que a já tradicional baixa produção agrícola do estado - condizente com sua evidente tendência pecuarista generalizada – apresenta nos últimos anos uma queda gradativa entre os produtos voltados para o consumo interno (feijão, banana e mandioca), paralelamente à crescente,

---

<sup>79</sup> A maioria das informações sobre os empreendimentos em curso na região foram retiradas do *site* do Ministério dos Transportes – Programa “Brasil em Ação” : Informações sobre a área de influência da Hidrovia Araguaia Tocantins - maio/1998. ([www.transportes.gov.br](http://www.transportes.gov.br)). Ao longo deste capítulo, também recorro a indicadores econômicos e de ocupação territorial que foram gerados pelo IBGE.

<sup>80</sup> Ver Oliveira Filho (1995).

mas ainda irrisória em termos nacionais, expansão da agroindústria de grãos (particularmente a soja).

Num contexto socioeconômico como o que se apresenta a seguir, as possibilidades de uma inserção auto-sustentável das populações indígenas residentes no estado do Tocantins merecem profundas reflexões, apesar de não ser esta a intenção principal desta dissertação. Basta ressaltar, a título de ilustração, que entre os “projetos” reivindicados pela maioria das facções Xerente, a criação de gado bovino, apesar de sempre constar em suas agendas de negociação, nunca foi efetivada. A frustração dos Xerente em relação a esse fato é bastante evidente, ainda mais quando levamos em conta que o principal bem regional de troca e de prestígio tem sido, há séculos, o gado<sup>81</sup>.

## **2.1. “TOCANTINS EM AÇÃO” : A ESFERA REGIONAL DIANTE DOS INTERESSES NACIONAIS E SUPRANACIONAIS.**

A migração de populações oriundas de outras unidades da federação para a região onde atualmente se localiza o estado do Tocantins ocorre desde o século XVIII e vem se intensificando desde a sua fundação, em 1989. A região adquire e renova incessantemente características particulares, próprias da interação entre várias populações que para ali migraram na perspectiva de novos horizontes. Este processo revela sua faceta mais evidente nas rodoviárias, por onde aflui uma enorme quantidade de famílias vindas das regiões Norte e Nordeste do país, carregadas de crianças, malas e sacolas. Ao seu redor, nas estradas, vislumbram-se, ao longe, extensas propriedades de terra, de posse de gaúchos, paranaenses e paulistas, que se contrapõem à pobreza daqueles migrantes e da antiga população residente no campo, num contraste social logo percebido na paisagem.

O processo de modernização do principal setor produtivo do estado, o setor primário, tem sido fortemente acelerado através da incorporação pela agro-indústria de exportação de grãos, em especial, o arroz e a soja, de imensas áreas disponíveis<sup>82</sup>.

<sup>81</sup> Até minha última pesquisa de campo, não obtive nenhum comentário significativo sobre a expansão da soja no entorno de suas T.I.s ou possíveis demandas em relação a esse produto por parte dos Xerente.

<sup>82</sup> Apesar do crescente processo de “modernização” que atualmente tem tomado conta do Estado, a questão fundiária continua a ser tratada de maneira um tanto quanto arcaica. De acordo com matéria publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, “*O INCRA foi, nos últimos dois anos, o melhor instrumento encontrado por fazendeiros do estado do Tocantins para ganhar dinheiro fácil. Segundo levantamentos feitos pela Procuradoria da República no Estado, a desapropriação de fazendas para fins de reforma agrária – não reivindicadas pelos sem-terra – foi em grande parte superfaturada. Somente com a compra de 23 áreas, o Tesouro Nacional teve um prejuízo que pode chegar a R\$ 100 milhões. Em algumas fazendas, o metro quadrado de um galinheiro teve o mesmo custo do metro quadrado de uma*”

O cerrado brasileiro é considerado uma região como grande potencial de expansão da fronteira agrícola, reunindo as qualidades necessárias para a produção de grãos (grandes extensões de terras férteis e planas, com enorme potencial hidrográfico), e uma localização geográfica

privilegiada, o que possibilita a diminuição de custos de transporte, através da implementação de corredores “multi-modais” (ferrovias, hidrovias e rodovias). Uma consulta aos projetos do Programa “Brasil em Ação” revela que esses corredores multi-modais buscam interligar os mercados do sul ao Porto de Madeira no Maranhão – transformando-se numa alternativa mais econômica em relação ao Porto de Santos –, o que facilitaria o acesso ao Porto de Rotterdam, na Holanda, considerado, atualmente, o maior responsável pela absorção internacional da produção de grãos brasileira, em especial, a soja.

Os principais empreendimentos em curso na região, voltados para a agro-indústria de irrigação, são financiados pelo capital internacional, especialmente do Banco Mundial e de empresas e bancos japoneses<sup>83</sup>. Segundo o Ministério dos Transportes, as responsabilidades sobre a administração dos empreendimentos de infra-estrutura estão assim divididas:

“No Novo Modelo de Irrigação, o Governo Federal redefine os papéis a serem desempenhados pelos diferentes agentes em empreendimentos de irrigação, selecionando a participação de cada um em propostas auto-sustentáveis do ponto de vista empresarial. Aos governos federal, estaduais e municipais é reservada a tarefa de disponibilizar a infra-estrutura básica necessária aos projetos”. [grifo meu].

Informações coletadas<sup>84</sup> confirmam o quanto o governo do estado do Tocantins tem sido fiel a esta resolução e às parcerias internacionais:

“Investimentos pesados em infra-estrutura têm sido financiados com recursos externos e do Estado. No setor

---

*cidade grande. O exemplo mais escandaloso é o da Fazenda Lorotti, desapropriada pelo INCRA no final do ano passado para assentar famílias que viviam em uma área indígena na Ilha do Bananal. Dos 39.338 hectares da fazenda, cerca de 70% ficam alagadas durante seis meses do ano.” (O Estado de São Paulo, 01/06/97)*

83 “A infra-estrutura de energia elétrica no campo também está sendo viabilizada pelo Governo do Estado, que deve assinar acordo com o Eximbank do Japão, visando recursos da ordem de R\$78.000.000,00” (Site do Ministério dos Transportes – Programa “Brasil em Ação”)

<sup>84</sup> Sempre junto ao site do Ministério dos Transportes, conforme já apontado em nota anterior.



rodoviário, há um programa que prevê o acesso a novas áreas produtivas e a ligação de todos os 139 municípios à cidade de Palmas, além de possibilitar a intermodalidade. Recursos da ordem de R\$100 milhões, conseguidos com o Banco Mundial, somados a R\$190 milhões do Estado, serão utilizados na pavimentação de 1.000 quilômetros de rodovias, restauração de outros 300 e conservação de trechos das rodovias não pavimentadas. Foram pavimentados 1.100 quilômetros nos últimos dois anos.”

A implementação dessas obras de infra-estrutura nos estados da região do cerrado brasileiro, onde incidem vários dos empreendimentos prioritários do “Programa Brasil em Ação” – Hidrovia Araguaia Tocantins; Ferrovia Norte-Sul; Ferronorte; Ferrovia Carajás; hidrelétricas e abertura e pavimentação de estradas – tem acarretado uma forte pressão sobre as terras indígenas ali localizadas.

O território tocantinense, em particular, está colocado como um dos alvos principais do Programa, mas as conseqüências diretas e indiretas sobre as terras indígenas não são mencionadas. Esses empreendimentos atingem as T.I.s Xerente, alterando drasticamente seu entorno (Hidrovia Araguaia-Tocantins; Ferrovia Norte-Sul; Hidrelétrica do Lajeado; PRODECER III- Programa de Desenvolvimento e Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados) e também sua configuração espacial interna, através das tentativas de implementação de obras de infra-estrutura tais como a pavimentação de algumas estradas (TO-010; TO-245; TO-450) que cortam as T.I.s Xerente e a construção de uma ponte sobre o Rio Sono.

A esfera regional e, principalmente, a local encontram-se fortemente articuladas a agentes econômicos e políticos internacionais inseridos na dinâmica de modernização do Tocantins: japoneses (PRODECER III), portugueses (Hidrelétrica do Lageado); “internacionalizados” (BIRD e BID) e luxemburgueses, através de uma organização não-governamental. De uma maneira ou de outra, mesmo não identificando a complexidade da atual situação histórica, os Xerente têm participado intensamente das negociações e articulações que emergem do envolvimento desses novos atores sociais nos processos políticos e econômicos atualmente em curso.

### 2.1.2. Um panorama socioeconômico do Estado do Tocantins

Contando atualmente com uma população de 1.049.823 pessoas, o estado do Tocantins, com área total de 292.910 km<sup>2</sup> (29.291.000 hectares), tem se destacado pelos altos índices de crescimento econômico, apresentando, entre os estados da federação, o maior crescimento médio do PIB entre 1990 e 1996: 7,82% contra a média nacional de 2,77%. Apesar de continuar a ser, como veremos, uma economia baseada no setor primário, o Tocantins já pode ser considerado um estado no qual existe uma alta concentração urbana: em 1991, segundo dados coletados junto ao IBGE, a taxa percentual de moradores na área considerada rural era de 43%, contra 30% em 1996.

A avaliação de alguns dados relativos às atividades econômicas em curso no Estado revela que a economia tocantinense, de maneira geral e há mais de um século<sup>85</sup>, tem como base principal a pecuária extensiva – primordialmente gado bovino. Em 1998, o Estado contava com um rebanho de aproximadamente 6.000.000 cabeças, segundo dados estimados pelo Governo do Tocantins<sup>86</sup>. O contraste entre a pecuária extensiva e a produção agrícola, que pode ser considerada como uma atividade de subsistência, é evidente: dados do IBGE de 1996 apontam que cerca de 65% das áreas produtivas do Estado eram utilizadas para pastagem (natural e plantada), enquanto apenas 4% voltadas para a agricultura (lavouras temporárias e permanentes)<sup>87</sup>.

Antes de apresentar as tabelas a seguir<sup>88</sup>, é importante descrever a metodologia utilizada pelo IBGE no levantamento dos indicadores nos quais se baseiam os dados coletados sobre a utilização de terras para a agropecuária no ano de 1996. Segundo o IBGE, essa metodologia divide-se nas seguintes categorias:

Lavouras permanentes - Compreendem a área plantada ou em preparo para o plantio de culturas de longa duração, que após a colheita não necessitassem de novo plantio,

---

<sup>85</sup> “No ano de 1920, o IBGE apontava o rebanho do Norte em quase 1 milhão de cabeças de gado. A produção agrícola em mais de 25 mil toneladas.” (Jornal o Tocantins – Coleção: “Tocantins: Conhecendo e Fazendo História”, out/1998).

<sup>86</sup> No mesmo ano, o efetivo de gado bovino no Brasil foi calculado em quase 160.000.000. (IBGE –1996)

<sup>87</sup> Segundo Barbosa (1996), “A ocupação do norte de Goiás, atual estado do Tocantins, deu-se de maneira especulativa, ao transformar a terra em reserva de valor e, com, isso, favorecendo o surgimento de latifúndios. A aquisição da maioria das terras veio de forma fraudulenta, por meio do ‘grilo’.” (Barbosa, 1996:14).

<sup>88</sup> Essas tabelas, de minha autoria, procuram sintetizar, da maneira a mais didática possível, os indicadores econômicos e de ocupação territorial gerados pelo IBGE que aqui interessam. As análises daí decorrentes são de minha inteira responsabilidade.

produzindo por vários anos sucessivos. Foram incluídas nesta categoria as áreas ocupadas por viveiros de mudas de culturas permanentes.

Lavouras temporárias - Abrangem as áreas plantadas ou em preparo para o plantio de culturas de curta duração (via de regra, menos que um ano) e que necessitassem, geralmente, de novo plantio após cada colheita. Incluíram-se também nesta categoria as áreas das plantas forrageiras destinadas ao corte.

Terras em descanso - Terras habitualmente utilizadas para o plantio de lavouras temporárias, que em 31 de dezembro de 1995 se encontravam em descanso, por prazo não superior a 4 anos em relação ao último ano de sua utilização.

Pastagens naturais - Constituídas pelas áreas destinadas ao pastoreio do gado, sem terem sido formadas mediante plantio, ainda que tenham recebido algum trato.

Pastagens plantadas - Abrangem as áreas destinadas ao pastoreio e formadas mediante plantio.

Matas naturais - Formadas pelas áreas de matas e florestas naturais utilizadas para extração de produtos ou conservadas como reservas florestais.

Matas plantadas - Compreendem as áreas plantadas ou em preparo para o plantio de essências florestais (acácia-negra, eucalipto, pinheiro, etc.), incluindo as áreas ocupadas com viveiros de mudas de essências florestais.

Terras produtivas não utilizadas - Constituídas pelas áreas que se prestavam à formação de culturas, pastos ou matas e não estivessem sendo usadas para tais finalidades. Foram incluídas as terras não utilizadas por período superior a 4 anos” (Fonte: Site do IBGE,1998).

Tabela 1: Áreas totais por Utilização de Terras no Estado do Tocantins – 1996.<sup>89</sup>

Utilização das terras	Hectares (mil)	Porcentagem
Pastagem (natural e plantada)	11.078.154	65%
Lavoura (temporária, em descanso e permanente)	626.000	4%
Terras produtivas não utilizadas	1.304.000	8%
Remanescentes = matas e florestas (natural e artificial) + terras inaproveitáveis	3.757.227	23%
Área total – Agropecuária e demais	15.865.397	100%
Área total do Estado do Tocantins	27.842.000	100%
Área total – “Utilização das Terras”	15.865.397	57%

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – 1996

Confirmando o pecuarismo extensivo como atividade econômica preponderante no Estado, mais de 63% das áreas de pastagem estão concentradas em estabelecimentos de 500 a 5000 hectares, caracterizados como média a grande propriedade:

<sup>89</sup> A título de comparação, o estado de São Paulo apresenta os seguintes indicadores: Lavoura 31%; Pastagem 52%; Terras produtivas não utilizadas (menos de 1%); Remanescentes 16%. A área total de “utilização das terra” é de 70%.

Tabela 2: Concentração de área por tamanho de estabelecimento voltado à pecuária extensiva.

Pastagens	Grupos de Área por tamanho de estabelecimento (Hectares)						Total
	0 – 99	100 – 500	500 – 2000	2000 – 5000	10.000-100.000	+ 100.000	
Natural	218.579	1.318.699	1.997.572	1.770.250	495.843	0	5.800.943
Plantada	315.351	1.109.197	1.668.700	1.605.391	502.249	76.310	5.277.198
Total por Grupo	533.930	2.427.896	3.666.272	3.375.641	998.092	76.310	11.078.141
Porcentagem	5%	22%	33%	30%	9%	1%	100%

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE – 1996

A produção econômica interna tem como destaque a produção de arroz de sequeiro e irrigado, com cerca de 350.000 (t) anuais (1998). A quase totalidade da produção do arroz irrigado advém do Projeto Rio Formoso, próximo à Ilha do Bananal<sup>90</sup>. Mandioca, cana de açúcar e milho são outros produtos importantes na economia regional.

Apesar de insignificante, quando comparada à produção nacional (20.000.000 T em 1998), a produção da soja no Tocantins tem sofrido um significativo aumento nos últimos dois anos, passando de 14.000 t produzidas em 1996 para 91.000 (t) em 1998, em virtude principalmente do PRODECER III, projeto de grãos em curso no município de Pedro Afonso, fronteira norte da T.I.Xerente.

Tabela 3: Produção Agropecuária do Estado do Tocantins

Produtos Principais – Agropecuária	1998	1996	1993	1990
Efetivos de Rebanho Gado Bovino (cabeças)	6.000.000*	5.218.000	5.138.000	4.309.000
ARROZ EM CASCA (T)	347.000	261.000	305.000	260.000
CANA DE AÇÚCAR (T)	281.000	89.600	172.000	238.000
Mandioca (t)	198.000	130.000	139.000	115.000
Milho em grãos (t)	102.000	69.000	81.000	69.000
Soja (t)	92.000	14.000	26.000	35.000
Abacaxi (mil frutos)	31.000	6.200	4.000	4.300
Banana (mil cachos)	4.000	3.490	7.170	12.300
Feijão (t)	1.660	1.300	5.700	3.600

- \* Estimado pelo Governo do Tocantins – nov/1998.
- FONTE: Censo Agropecuário – IBGE – 1991 a 1995 – 1996 – 1998

<sup>90</sup> Para uma análise do Projeto Rio Formoso, ver Barbosa, 1996.

As atividades relacionadas à indústria e ao comércio possuem ainda um pequeno significado na economia regional. Uma área que tem se destacado gradativamente é do turismo. De junho a agosto, por exemplo, há uma intensa procura pelas “praias”, contanto inclusive com muita “gente de fora”, que se formam ao longo do Rio Tocantins em virtude da diminuição do seu volume de água.

Segundo o Ministério dos Transportes, o Tocantins conta com a maior área contínua apropriada para o plantio irrigado no Brasil: 1,2 milhões de hectares, fato que explica a constante incorporação do território pelas atividades voltadas à produção irrigada de arroz e soja. Contando ainda com grande parte do território fértil improdutivo, recentes investimentos têm sido direcionados no sentido de diversificar a produção econômica do estado. Assim, acompanhando o crescimento da agro-indústria da soja e do arroz, já existem, em funcionamento, unidades de beneficiamento de leite, frigoríficos, concentrados de polpas de tomate e frutas tropicais, usinas de esmagamento de grãos e produção de óleo comestível.<sup>91</sup>

As quatro maiores cidades do estado, em número de habitantes, são consideradas os maiores pólos urbanos de desenvolvimento. Na banda oeste do Rio Tocantins, na região sul do estado, está a cidade Gurupi, com 65.000 habitantes, onde se encontra atualmente a Administração Regional (ADR) da Funai, responsável pela assistência aos Xerente. Araguaína, do mesmo lado do rio, na região norte do estado, é a cidade com maior número de habitantes, 105.000. Aí se encontra a segunda ADR da Funai no Estado. Na banda leste do Rio Tocantins, fica Porto Nacional, antigo Porto Real e Porto Imperial. Essa cidade deve sua fundação à “febre do ouro” da antiga Província de Goiás; como a maioria dos arraiais ali fundados no século XVIII, o foi por mineradores, em 1738. Sobre Palmas, a capital, falarei mais adiante.

A importância relativa destes pólos de desenvolvimento no estado tem mudado rapidamente, o que se reflete, obviamente, na esfera local. Tais mudanças, entretanto, acontecem a partir de processos políticos que nem sempre são de fácil compreensão, como revela o episódio de instalação e mudança da sede do governo estadual. A escolha da sede da primeira capital do estado, em 1989, foi acirradamente disputada pelos municípios de Araguaína, Porto Nacional e Gurupi. Para surpresa geral e por motivos ainda não muito esclarecidos, Miracema do Norte - hoje, do Tocantins - que aparentemente nada havia reivindicado, foi escolhida como sede provisória do governo. A

---

<sup>91</sup> Fonte: *Site* do Governo do Estado do Tocantins – [www.to.gov.br](http://www.to.gov.br). julho/1998.

idéia inicial era manter a capital em Miracema por pelo menos três anos até que Palmas estivesse pronta. Entretanto, tal proposta não se confirmou e, em 1990, o governo mudou-se para Palmas, em definitivo.

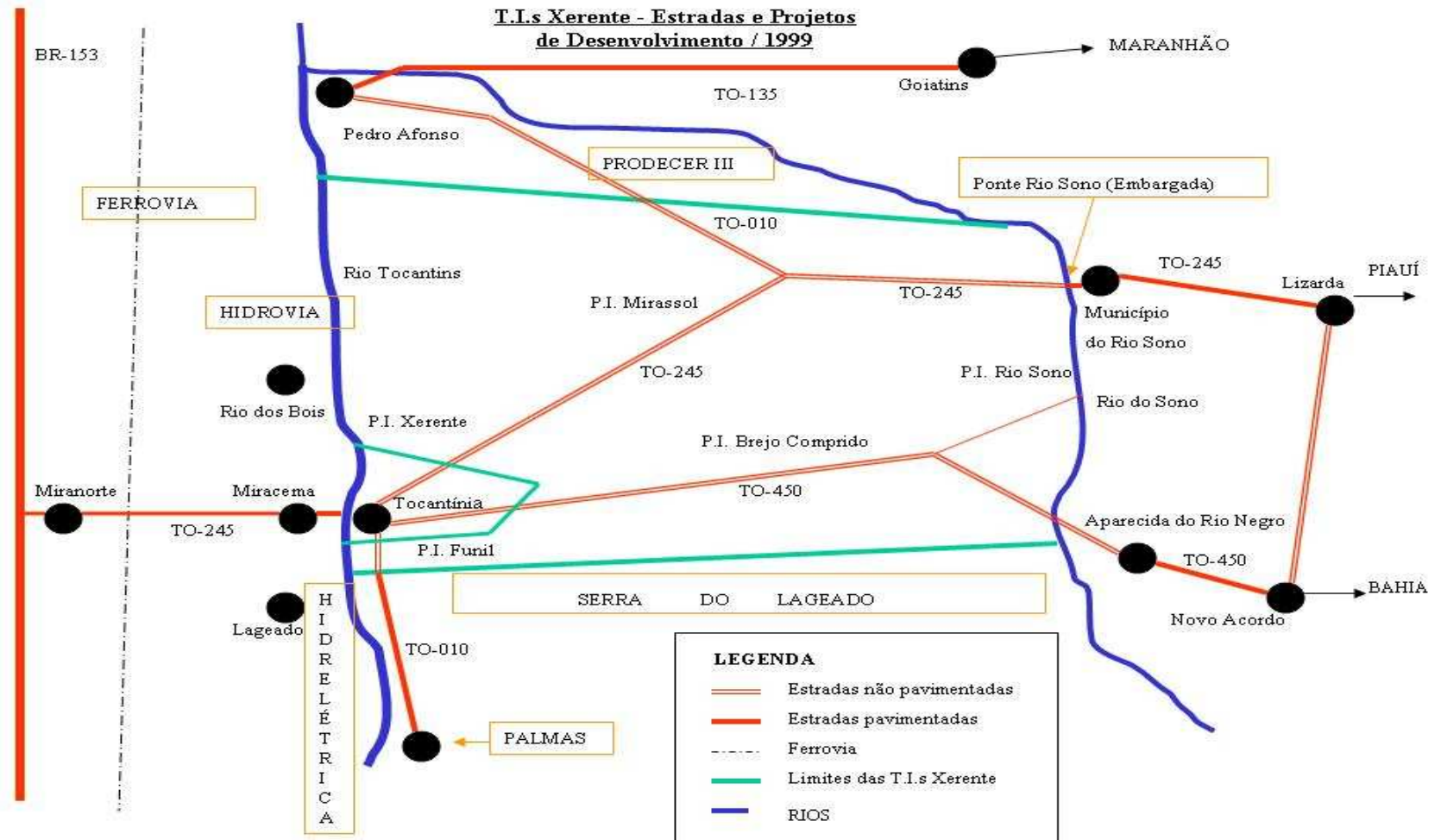
Dentre os municípios acima citados, Palmas e Gurupi são aquelas para onde os Xerente se dirigem com mais freqüência. No primeiro, algumas de suas lideranças freqüentam os órgãos estaduais (principalmente, a Secretaria de Obras do Estado e o Palácio do Araguaia, sede do governo estadual); outras freqüentam a sede da Procuradoria da República e a Coordenação Regional do Cimi. No segundo, onde se encontra a sede da ADR da Funai, a freqüência é evidente. Além disso, em Gurupi, encontra-se a Casa do Índio do Estado. É interessante notar que é em Gurupi, e não em Palmas, que ocorre uma interação mais significativa entre as diversas populações indígenas do Estado. Palmas, pelo que pude notar, é quase que exclusivamente freqüentada pelos Xerente.

Além dos limites regionais, os Xerente, particularmente através de seus caciques, vão ocasionalmente a Brasília, à sede da Funai, reivindicar recursos de toda ordem. Num dos casos analisados mais detalhadamente no último capítulo dessa dissertação, vários caciques dirigiram-se à capital do país, em 1996, reivindicando a deposição do administrador regional da Funai. Goiânia também é outra localidade extra-regional à qual parte das lideranças Xerente dirigem-se ocasionalmente – principalmente professores indígenas, para de cursos de formação. Além disso, alguns casos mais graves de doença que atinjam indivíduos Xerente, são encaminhados para Goiânia, devido à infra-estrutura de saúde desta capital ser melhor do que a do estado de Tocantins como um todo.

### **2.1.2. Projetos de Desenvolvimento em curso.**

Os projetos de desenvolvimento em curso no Estado do Tocantins articulam interesses e recursos de diversos agentes políticos e econômicos envolvidos em arenas supra-regionais e supra-nacionais, com profundas repercussões sobre a esfera local. Esta seção dedica-se a um maior detalhamento destes projetos.

**T.I.s Xerente - Estradas e Projetos de Desenvolvimento / 1999**



**LEGENDA**

- Estradas não pavimentadas
- Estradas pavimentadas
- - - - - Ferrovia
- Limites das T.I.s Xerente
- RIOS



A) **PRODECER** – *Programa de Desenvolvimento e Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados.*

O PRODECER é um projeto que conta com grande apoio do capital japonês e vem sendo implementado paulatinamente desde a assinatura do acordo Brasil – Japão, pelos governos dos dois países, na década de 70<sup>92</sup>. Dentro de um contexto mais amplo, visa incorporar várias regiões do território brasileiro à agro-indústria de exportação de grãos. A principal justificativa deste empreendimento está relacionada ao fato de que a região do cerrado brasileiro compreende cerca de 180.000.000 de hectares, ocupando 20% do território nacional, sendo que deste total 50.000.000 de hectares são caracterizadas como terras agricultáveis. Dividido em várias etapas, o projeto abrange vários Estados do país – Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Bahia, entre outros. Cinco instituições são responsáveis pela sua administração: do lado do governo federal brasileiro, SEPLAN - Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação; SEAIN - Secretaria de Assuntos Internacionais; MAARA - Ministério de Agricultura, de Abastecimento e Reforma Agrária e CPA - Companhia de Promoções Agrícolas; e, do lado japonês, a JICA - Japan International Cooperation Agency . A primeira etapa do projeto – o Prodecer I – foi efetivada entre 1979 e 1982 no estado de Minas Gerais, numa área de 60.000 mil hectares. A segunda etapa – o Prodecer II – foi efetuada em 1985, nos Estados do Mato Grosso, Bahia e Goiás, num total de 120.000 mil hectares.

A terceira etapa, o Prodecer III, com 40.000 mil hectares – distribuídos entre os Estados do Tocantins e Maranhão - começou a ser implantada em 1995. Mais especificamente, metade da área utilizada pelo projeto localiza-se no município de Pedro Afonso, limite norte do território Xerente. A proposta desta etapa inclui o assentamento de “colonos<sup>93</sup>”, numa espécie de franquia, na qual serão beneficiadas 40 famílias que deverão entrar com a cota mínima de R\$ 34.000,00, para garantir as operações de crédito do projeto.

---

<sup>92</sup> “No campo da cooperação econômica japonesa no Brasil pode-se citar grandes projetos conjuntos de escala nacional como a Usiminas (1958). Os demais projetos: Cenibra (fabricação de papel e celulose) (1974), Albrás (alumínio) (1977), CST (siderurgia) (1976), Projeto Carajás (minério de ferro) (1982), e Prodecer (desenvolvimento do Cerrado brasileiro) (1978).” (Fonte: Site da Câmara de Comércio e Indústria Japonesa do Brasil ).

<sup>93</sup> Desses “colonos”, “...22 têm curso superior e 17 são engenheiros agrônomo que se voltaram para a produção.” (Barbosa, 1999:121).

As T.I.s Xerente estão localizadas exatamente entre a região de Pedro Afonso, na qual se desenvolve o PRODECER III, e a capital, Palmas. Com acesso pela estrada TO-245, a TO-010 liga as duas cidades. Para isso, atravessa as T.I.s Xerente e é objeto de litígio antigo entre os Xerente e a população regional. O impacto desse projeto sobre as T.I.s Xerente não pode ser compreendido se não levarmos em conta a sua articulação com os demais projetos que estão em curso na região.

Ao defender a importância da Hidrovia Araguaia-Tocantins, o Ministério dos Transportes relaciona-a explicitamente ao PRODECER III, afirmando que

“O Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER III) dispõe de R\$ 84,2 milhões para incentivar a produção de soja na região de Pedro Afonso, ao norte de Palmas.” .

Um jornal local, da cidade do Rio do Sono, assim descreve a articulação entre tais projetos:

“Pedro Afonso foi escolhida para sediar o PRODECER III devido a qualidade de suas terras, pela abundância de água, clima ideal para a agricultura e pela excelente localização geográfica. Fica a 1.000 quilômetros do Porto de Itaqui, em São Luís (MA), diminuindo em 3.000 quilômetros a distância entre o Sul do Brasil e a Europa. A produção será escoada por hidrovia, no trecho que vai de Pedro Afonso até Estreito (MA), seguindo após pela ferrovia norte-sul até São Luís.” (Jornal O Rio do Sono, ano 96 – nº 001 – maio de 1996 – grifos meus).

Como veremos no mapa abaixo, o projeto da Hidrovia Araguaia-Tocantins compreende uma etapa que se inicia em Miracema do Tocantins, ao lado das T.I.s Xerente e, seguindo rio abaixo, passa pela cidade de Pedro Afonso, cidade na qual já se encontra em construção um porto para o escoamento da produção do PRODECER III<sup>94</sup>, enquanto a Ferrovia Norte-Sul, margeia todo o Rio Tocantins, na banda oeste, passando entre Miracema e Miranorte.

---

<sup>94</sup> As informações aqui relacionadas sobre o PRODECER III foram obtidas através de um resumo escrito à mão por um missionário do Cimi, das quais tive confirmação através da matéria do jornal citado.

## **B). Hidrelétrica do Lageado**

A construção da Usina Hidrelétrica do Lageado, “batizada” como “UHE Luís Eduardo Magalhães”, já está em andamento. De acordo com as previsões técnicas, a usina, quando pronta, ocupará uma área total de 750 km quadrados, sendo que o reservatório atingirá áreas dos municípios de Miracema, Lajeado, Palmas, Porto Nacional e Brejinho de Nazaré. A energia gerada pela usina seria suficiente para abastecer o Estado do Tocantins, sendo que o excedente seria transportado pela linha de transmissão Imperatriz-Serra da Mesa, com interligação ao Sistema Norte-Nordeste. Já está determinado que sua exploração ficará a cargo da iniciativa privada,<sup>95</sup> após regime de licitação a ser publicado depois da obtenção das licenças necessárias. O EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental) da obra foi efetuado pela THEMAG Engenharia de São Paulo, contratada pela CELTINS - Companhia Energética do Tocantins. O componente indígena do referido EIA foi redigido pelos antropólogos Gilberto Azanha e Maria Eliza Ladeira.

Dado que o empreendimento da usina do Lageado localiza-se há menos de 12 km do início da área Xerente – aldeia do Funil, o relatório da THEMAG faz menção a esta população indígena, entre outras:

“... [as] reservas indígenas que podem sofrer interferências de futuros reservatórios na bacia são: dos Apinajé, na margem esquerda do Tocantins, próximo a Tocantinópolis; dos Xerente, localizada entre o rio Tocantins e o rio do Sono, no município de Tocantínia e dos Krahô, localizada às margens do rio Manoel Alves Grande.” (1996:20, grifos meus)

Os impactos socioeconômicos já se fazem sentir em toda a região, segundo o Cimi/GO-TO:

<sup>95</sup> Segundo o documento intitulado “Hidrelétrica do Lageado, o progresso que ameaça”, de novembro de 1998, de autoria do Cimi Regional/TO, “Em 16 de dezembro de 1997 foi assinado em Palmas o contrato de concessão da construção e exploração da UHE Lajeado, vencida pelo Consórcio Lageado, o único que apresentou proposta. O Consórcio é composto pelas seguintes empresas: CELTINS, com 9,90% de participação; Companhia Elétrica de Brasília (CEB), com 19,80%; EDP de Portugal, com 24,75%; Companhia Paulista de Energia Elétrica (CPEE), com 13,86%; Empresa de Eletricidade Vale do Paranapanema (EEVP S/A) com 30,69% e INVESTCO, com 1% de participação.” Esse dados podem ser conferidos no site da Investco SA – [www.investco.com.br](http://www.investco.com.br).

“A construção da hidrelétrica já vem provocando mudanças na economia de Lajeado, Miracema, Tocantínia e Palmas. De acordo com as administrações municipais, o setor imobiliário é o que mais tem crescido nos últimos 2 meses, repercutindo a majoração dos preços dos aluguéis e lotes urbanos em até 400%... Até 8 mil pessoas devem vir morar na região em função da obra.”<sup>96</sup>

A articulação deste empreendimento com o modelo de irrigação que tem sido implementado do estado do Tocantins e com os demais projetos de infra-estrutura em curso (hidrovia, ferrovia e PRODECER) é óbvia: um sistema eficaz de irrigação depende da abundância de energia elétrica. Assim é que, segundo o Ministério dos Transportes,

“O custo estimado para equipamentos de irrigação, para um projeto de pivô central, está em torno de R\$1.500 por ha, contando adutora, moto-bomba e pivô, mas sem computar os investimentos necessários para dotar os pontos a serem irrigados com energia elétrica.”.

### **C) Hidrovia Araguaia – Tocantins**

Este projeto faz parte da implementação de um corredor multi-modal de transportes (ferrovias Norte-Sul e Ferronorte; Hidrovia Paraná-Paraguai e uma série de rodovias) que possibilitará a ligação da região centro-sul do continente ao Atlântico. É um dos projetos prioritários do Governo Federal<sup>97</sup> – meta do programa de governo intitulado “Brasil em Ação”– e conta com o apoio dos países formadores da bacia do Prata – Uruguai, Argentina e Bolívia –, beneficiários diretos no empreendimento. Conta, ainda, com o apoio direto do capital internacional, em especial o japonês, parceiro de grandes empreendimentos agro-industriais espalhados por todo o Brasil, como já exemplificado na referência ao Prodecer III.

O projeto da Hidrovia Araguaia-Tocantins<sup>98</sup> afirma oficialmente que seus impactos afetarão diretamente 9 populações indígenas, distribuídas por três unidades da federação: no Mato Grosso, os Xavante, os Bororo (trecho do Rio das Mortes) e os

<sup>96</sup> “Hidrelétrica do Lajeado, o progresso que ameaça”. Cimi/TO – novembro/1998.

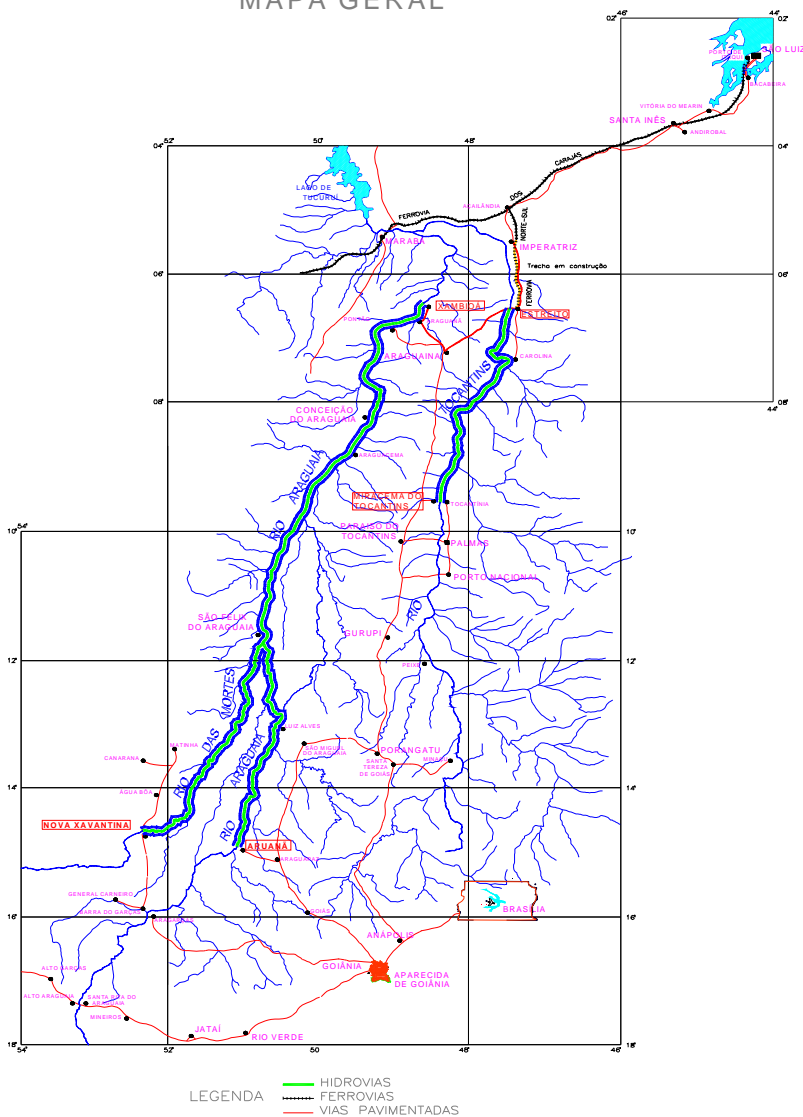
<sup>97</sup> Site do Governo Federal sobre os programas do “Brasil em Ação”, [www.transportes.gov.br](http://www.transportes.gov.br)

<sup>98</sup> Na verdade, Hidrovia Araguaia-Tocantins- **Rio das Mortes**.

Tapirapé; no Tocantins, os Javaé, Karajá e Avá-Canoeiro, da Ilha do Bananal, (trecho do Rio Araguaia), os Xerente, Krahô e Apinayé e, no Maranhão, os Krikatí.(trecho rio Tocantins).

## HIDROVIA TOCANTINS - ARAGUAIA

### MAPA GERAL



A equipe de consultores responsáveis pela elaboração do EIA/RIMA referente a este empreendimento prevê que ele acarretará uma variedade de sérios impactos socioambientais nessas áreas indígenas. Um dos mais preocupantes é o que se refere à inevitável intensificação da ocupação desta região por novos contingentes populacionais e a incorporação das terras para a agroindústria da soja, com a conseqüente pressão fundiária sobre as terras indígenas. Também estão previstos impactos decorrentes de várias obras de dragagem e derrocamento nos Rios Araguaia, das Mortes e Tocantins, tecnicamente justificadas pela necessidade de implementação de canais que possibilitem o tráfego de embarcações de maior calado.

A avaliação que se segue pode ser encontrada na apresentação do empreendimento:

“A implantação de agro-indústrias, pólos de ecoturismo, o possível assentamento de cerca de 4 milhões de famílias com perspectivas de geração de 1 milhão de empregos....deverão transformar aquela imensa área em região de desenvolvimento econômico e social, contribuindo para a redução das desigualdades sociais”. (Projeto Hidrovia Araguaia Tocantins, site do Ministério do Transporte, nov/1998)

Um dos braços da hidrovia está planejado para se iniciar na cidade de Miracema, ao lado das T.I.s Xerente, descendo rio abaixo até a cidade de Estreito, no Maranhão. O canal margeará cerca de 12 km da área indígena Xerente, que é limitada a oeste pelo Rio Tocantins. Segundo informações constantes no site do Ministério dos Transportes,

“...dentro das ações previstas no Programa Brasil em Ação, serão executadas obras de balizamento, sinalização, dragagem e derrocamento nos trechos hidroviários do rio Araguaia entre Aruanã/GO e Xambioá/TO (1.230 km), no Rio das Mortes entre Nova Xavantina/MT e São Felix do Araguaia/MT (580 km) e no Rio Tocantins entre Miracema do Norte/TO e Estreito/MA (420 km), permitindo uma profundidade mínima de 1,5 metros e possibilitando o transporte de 11 milhões de toneladas de cargas após sua consolidação.” [grifos meus]

Um dos prognósticos efetuados para a economia do Estado do Tocantins, após o funcionamento da Hidrovia Araguaia-Tocantins, ainda não definido, assinala que a quantidade de grãos produzidas ao ano, atualmente cerca de 600.000 mil toneladas, poderá chegar à quantia de 3.000.000 milhões, segundo informações o site do Ministério dos Transportes - Programas do “Brasil em Ação”: Hidrovia Araguaia Tocantins.

#### ***D) Ferrovia Norte-Sul***

Para completar o sistema de transporte multi-modal, o Estado do Tocantins, em parceria com o Ministério dos Transportes, está dando continuidade à implantação da Ferrovia Norte-Sul, que visa à ligação do sistema de transportes do estado com o Porto de Itaqui, no Maranhão, através da interligação com a Ferrovia Carajás-São Luís(MA).

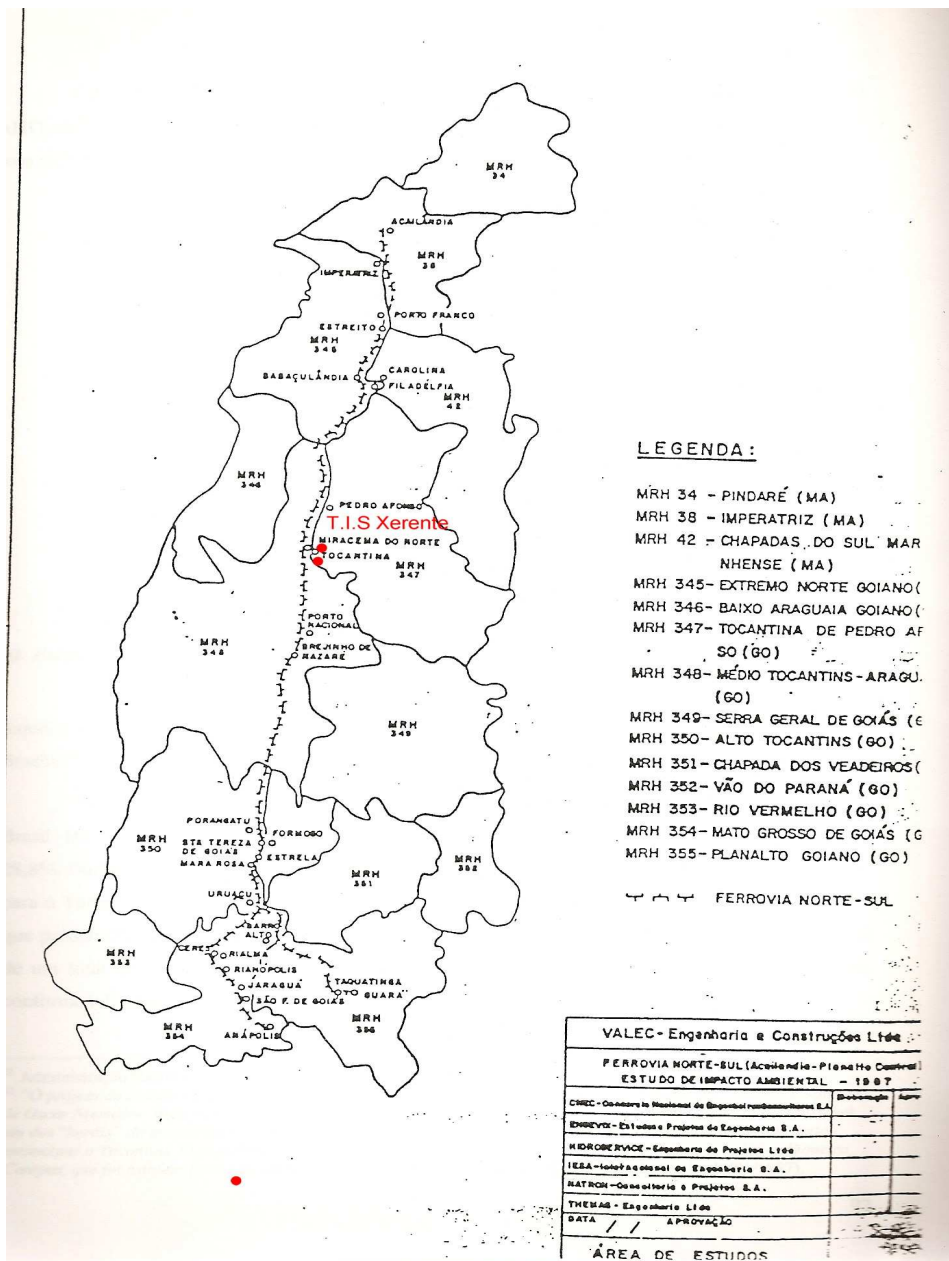
Apesar de o traçado da ferrovia não incidir fisicamente em nenhuma área indígena, conforme comunicado de 12 de julho de 1989, enviado à VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, empresa responsável pela administração dos estudos de implantação da ferrovia, o superintendente de Assuntos Fundiários da Funai informa que existem várias populações indígenas encravadas em sua área de influência (200 km) e que, portanto, a VALEC,

“...quando da implantação da ferrovia e em seus diversos trechos, estudará, conjuntamente com a Funai, os reflexos dessa implantação ante possíveis impactos nas comunidades indígenas ao longo dos traçados, quando, então, serão definidos projetos/programas de proteção àqueles povos indígenas”.

O componente indígena do EIA/RIMA da Ferrovia Norte-Sul – elaborado pela antropóloga Yara Ferraz - já afirmava este aspecto, assim como o impacto sobre os Xerente:

“...a área de influência da Ferrovia Norte-Sul abrange, pelo menos, 12 povos indígenas: Guajajara, Gavião (Pukopye), Krikati, Apinajé, Krahô, Karajá do Norte (Xambioá), Guarani, Avá-Canoeiro, Karajá, **Xerente**, Xavante/Tapuia, Javaé.” (VALEC Eng. e Construções. Ltda, volume IV – abril/1987).

Seu traçado localiza-se a cerca de 30 km das T.I.s Xerente



Por fim, a Secretaria de Transportes e Obras do Tocantins, através de dados obtidos junto à AHITAR<sup>99</sup>, confirma as articulações entre a Hidrovia Araguaia-Tocantins, a Ferrovia Norte-Sul e seus reflexos sobre a esfera local.

“O Rio Tocantins parece oferecer no médio prazo maior viabilidade, pois, assegurada a extensão ferroviária Imperatriz - Estreito, bastariam umas poucas obras em seu leito para se ter

<sup>99</sup> Administração Hidrovia Araguaia-Tocantins, autarquia vinculada a Companhia Docas do Pará.



a interligação bi-modal de seus extremos Miracema do TO - Ponta da Madeira (480 km de hidrovia, 230 km Ferrovia Norte-Sul e 600 km Ferrovia Carajás). Este tronco viário atravessa uma região que ainda pouco produz, mas com excelentes perspectivas para grãos e silvicultura; e para onde já se deslocam grandes levas de migrantes agricultores. Nesta mesma área estão em processo de assentamento dois projetos do PRODECER, decorrentes do acordo de cooperação Brasil-Japão na agricultura.” [grifos meus]. (Fonte: Site do Ministério dos Transportes – Programa “Brasil em Ação”).

### ***E) Palmas: uma capital sob encomenda***

A atual capital do Tocantins, Palmas – idealizada e “construída” pelo atual governador, Siqueira Campos no meio do cerrado –, quando observada em sobrevôo, muito se assemelha a Brasília<sup>100</sup>. Localiza-se a 77 km ao sul das T.I.s Xerente.

Segundo censo do IBGE, Palmas é a cidade que mais cresceu nos últimos sete anos no Brasil. De 1991 a 1996, a população saltou de 24.000 para 86.000 pessoas, a uma taxa anual de 28,8%. Dados do IBGE de 1996 assinalam que, das 84.000 pessoas que migraram de outros estados para o Tocantins, entre 1991 e 1996, cerca de 30% (26.000) foram morar em Palmas. Da população que participou, no mesmo período, do processo migratório interno ao estado, outros 30% (22.000 de um total de 68.000) também foram residir na capital. Segundo levantamentos mais recentes, conforme informações coletadas junto ao IBGE de Miracema do Tocantins em outubro de 1998, estima-se, ainda de maneira não oficial, que a população de Palmas esteja em torno de 120.000 pessoas. Por fim, o município apresenta a maior taxa de urbanização do Tocantins: cerca de 95% da população do município reside em área urbana.

Apesar da alta taxa de urbanização, Palmas apresenta o mesmo padrão de ocupação territorial para atividade econômica (utilização das terras) do Estado e dos

<sup>100</sup> “O projeto da cidade é dos arquitetos Luís Fernando Cruvinel Teixeira e Walfredo Antunes de Oliveira, ex-alunos de Oscar Niemeyer. Brasília foi a inspiração. O eixo leste-oeste foi batizado em homenagem a Juscelino Kubitschek, um dos “heróis” do governador Wilson Siqueira Campos. O norte-sul homenageia Teotônio Segurado, que tentou emancipar o Tocantins. O próximo a ganhar homenagem será Luis Carlos Prestes, outro ídolo do eclético Siqueira Campos, que foi estafeta [ entregador de cartas!] do líder comunista.” (O Estado de São Paulo, 19/01/1997).

municípios pertencentes à esfera local, com preponderância da agropecuária. Não obstante, há um relativo desenvolvimento dos setores secundário e terciário. Conforme informações do Censo Empresarial de Palmas, realizado pelo SEBRAE, em 1998<sup>101</sup>, as atividades econômicas pertencentes àqueles setores estão assim distribuídas por estabelecimentos: comércio 1.004; indústria 128; serviços 1.171, sendo que 98% são micro-empresas.

Tabela 4: Áreas totais por utilização de terras – Agropecuária – município de Palmas - 1996

Utilização das terras	Hectares	Porcentagem
Pastagem (natural e plantada)	74.973	65%
Lavoura (temporária, em descanso e permanente)	5.964	5%
Terras produtivas não utilizadas	3.956	4%
Remanescentes = matas e florestas (natural e artificial) + Terras inaproveitáveis	30.350	27%
Área total – Agropecuária e demais	115.243	100%
Área total de Palmas	247.500	100%
Área total – “Utilização das Terras”	115.243	46%

Tabela 5: Produção Agropecuária de Palmas entre 1990 e 1996:

Principais Produtos	1996	1993	1990
Efetivos de Rebanho Gado Bovino (cabeças)	26.400	23.000	18.000
ARROZ EM CASCA (T)	2.270	1.250	900
Milho em grãos (t)	324	625	400
Mandioca (t)	271	640	600
Abacaxi (mil frutos)	140	0	0
CANA E AÇÚCAR (T)	31	190	220
Banana (mil cachos)	13	91	130
Feijão (t)	10	15	20
Soja (t)	6	0	0

Apesar da intensa publicidade da imprensa regional e nacional favorável a Palmas, existem sérios problemas sociais. Segundo matéria do jornal O Estado de São Paulo, em 19/01/1997,

<sup>101</sup> Fonte: Site do Governo do Tocantins.

“A prefeitura estima que mais de 50 % das população tem menos de 18 anos, e o estado avalia que cerca de 65% dos moradores de Palmas vivem em situação de pobreza e 40% na miséria. Cerca de 50% da população de Palmas está empregada no serviço público”.

Barbosa (1999) sintetiza as intrincadas conseqüências socioeconômicas que o rápido e “planejado” desenvolvimento do estado do Tocantins – a articulação entre um estrutura econômica e fundiária voltada para a pecuária extensiva e obras de infraestrutura decorrentes da urbanização - têm acarretado à população migrante e de baixa-renda que chega à Palmas, o mais novo “eldorado” brasileiro:

“Outro fator complicador para essa população de pouca instrução e de baixo poder aquisitivo é que o Tocantins apresenta uma economia voltada para a pecuária, atividade que exige pouca mão-de-obra. Dessa forma, o estado acaba sendo o maior empregador, com o término das principais obras de Palmas, essa população fica excluída dos planos habitacionais da nova capital, talvez, para essa gente, chega o fim o eldorado.” (Barbosa, 1999:110).

Por detrás de todo esse terremoto que vem sacudindo a esfera local nos últimos 10 anos, não resta a menor dúvida de que é na construção de Palmas que podemos encontrar o marco inicial da nova etapa do longo processo de contato no qual os Xerente estão interagindo há mais de 200 anos. Os mega-projetos citados só passaram a constar oficialmente na agenda governamental a partir do momento em que Palmas cristalizou-se como referência geopolítica no Estado – deixando de lado os citados pólos já desenvolvidos na banda oeste do rio Tocantins (Araguaína e Gurupi). As implicações dessa mudança na rota desenvolvimentista do Estado do Tocantins têm colocado os Xerente no “olho do furacão”. Não é por acaso, portanto, que Palmas é considerada nessa dissertação como um dos principais projetos de desenvolvimento em curso no Tocantins.

### **2.1.3 . Os Xerente diante dos projetos de desenvolvimento.**

Tomemos os projetos da Hidrelétrica do Lageado e da Hidrovia Araguaia-Tocantins como casos exemplares para o acompanhamento de como os projetos de desenvolvimento são recebidos pelos Xerente.

A implantação dos programas mitigadores e compensatórios relacionados aos impactos ambientais e sociais sobre as T.I.s Xerente decorrentes da construção da Hidrelétrica do Lageado, embora esteja apenas em seu início, já tem causado sérios transtornos a esta população indígena. A INVESTICO S.A, responsável pelo planejamento das medidas, começou a construir e reformar três enfermarias nos P.I.s Xerente, a partir de 1998. Em outubro de 1998, já havia uma imensa discussão opondo os Xerente da “Área grande” aos “do Funil”, pelo fato de que os últimos julgavam-se prejudicados pelas medidas, já que a enfermaria existente na T.I. Funil seria “apenas” reformada, enquanto seriam construídas novas enfermarias nos P.I.s do Sono e Mirassol (ambos pertencentes à “Área grande”). O argumento no qual se baseiam as suas reclamações é de que os maiores impactos da Hidrelétrica vão ocorrer sobre a T.I. Funil, fronteira com o município do Lajeado. Ao mesmo tempo, como motivo a mais de inconformismo, as lideranças da Aldeia Funil afirmam que outras, de algumas aldeias da “Área grande”, têm sido responsáveis pelo não fechamento do acordo que liberaria a pavimentação do trecho da TO-010, em frente à aldeia do Funil. O que gera a querela é que, de acordo com os integrantes do Funil, o governo estadual teria prometido que essa pavimentação traria a esta aldeia alguns “benefícios”: ao atribuírem a algumas lideranças da “Área grande” ação contrária à pavimentação da estrada, consideram-nos, também, responsáveis pelo bloqueio de tais benfeitorias. Como veremos no próximo capítulo, se as relações entre os Xerente da “Área grande” e do Funil são marcadas historicamente pela rivalidade e desconfiança, toda esta celeuma criada pelos impactos - ou pelas medidas que, em tese, se propõem mitigá-los – trazidos pela construção da Hidrelétrica do Lajeado, apenas tem acirrado a rivalidade.

Passemos, agora, ao caso da Hidrovia Araguaia-Tocantins. Por ter participado da elaboração do EIA-RIMA desse projeto, eu teria muito o que discutir sobre os impactos causados não só pelo anúncio, como também pelas primeiras ações dos técnicos do Ministério dos Transportes (balizamento e sinalização) junto aos Xerente. Todo o processo de interlocução com os diversos atores presentes nas sucessivas etapas de elaboração do EIA - demais antropólogos e técnicos de outras áreas (biólogos,

engenheiros, etc); os responsáveis administrativos da AHITAR (Administração da Hidrovia Araguaia-Tocantins); caciques, lideranças e a população Xerente no geral - renderiam um outro capítulo para esta dissertação.

Entre os Xerente, os posicionamentos em relação aos benefícios e prejuízos a serem trazidos pela Hidrovia Araguaia-Tocantins foram extremamente diversificados, como era de se esperar. Entre os argumentos apresentados pelas facções favoráveis ao empreendimento, apareceram as prováveis “indenizações”. Das facções contrárias ao empreendimento, surgiram argumentos tais como: “vai estragar o rio”; “as meninas vão se perder mais na cidade”; “vai mexer com os ossos dos antepassados enterrados na beira do rio” etc. De qualquer forma, argumentos pró e a favor foram esboçados tanto pelas facções ligadas às administrações dos governos municipal e estadual, quanto por aquelas vinculadas à Funai. É possível imaginar o quanto a polêmica deve vir a acirrar-se quando e se for aprovado o EIA/RIMA do empreendimento e implementados os programas mitigadores e compensatórios. Interessante notar que já há um grande movimento de cunho contestatório de lideranças pertencentes a todas as populações indígenas que deverão sofrer os impactos da implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins<sup>102</sup>. Vejamos um manifesto divulgado por lideranças indígenas em São Félix do Araguaia em 10 de março de 1999:

#### Declaração dos Filhos dos Rios

“Nós, Caciques e Lideranças, das etnias Apinajé, Javaé, Xavante, Xerente, Tapirapé, Krikati, Krahô, e Karajá, estivemos reunidos durante três dias, em São Félix do Araguaia, Mato Grosso, para discutir os impactos ambientais, sociais e culturais da construção da hidrovia Tocantins-Araguaia(...) O rio Araguaia, o rio Tocantins, o rio das Mortes, o rio Tapirapé e o rio Javaé são moradia histórica dos nossos povos, razão pela qual vamos lutar juntos pela não destruição desses rios, que servem para pescar, caçar, banhar, transportar, acampar e onde realizamos rituais e também temos ligação forte com esses rios por ser partes dos nossos

<sup>102</sup> O movimento contra a implantação da Hidrovia Araguaia Tocantins por parte das populações indígenas por ela afetadas teve seu início em março de 1997, com a denúncia do início de sua implementação no Rio das Mortes por parte de lideranças Xavante das aldeias de Pimentel Barbosa e Areões. O Instituto Socioambiental (ISA), organização não governamental de São Paulo, foi responsável por impetrar a ação judicial em nome dos Xavante, paralisando esse primeiro processo de licenciamento ambiental da Hidrovia Araguaia-Tocantins.

mitos e origens. A construção da hidrovia trará grandes prejuízos, como poluição dos rios, destruição do hábitat natural de peixes e de tartarugas, prostituição das nossas mulheres, secar rios (Javaé, Tapirapé) e lagos, e ocorrerão invasão das nossas reservas.(...)Pois esse projeto só prevê a produção de soja e de outros grãos, que serão destinados para alimentar porcos, galinhas e gados de outros países, enquanto os cidadãos brasileiros passam fome, se alimentando dos restos dos lixos, sem nenhum emprego que possa lhes assegurar uma vida digna.(...) Por isso queremos que os recursos destinados para esse projeto sejam aplicados em empreendimentos que gerem mais empregos, na melhoria das rodovias já existentes (BR-158 e BR-242), na conclusão das ferrovias Norte-Sul e Ferronorte, na melhoria da educação e da saúde, no reflorestamento das áreas degradadas, nos projetos agrícolas e no ecoturismo.(...) Daqui em diante esperamos um diálogo aberto com o Governo Federal para buscar soluções. Pois entendemos que, se não houver diálogo conosco, é porque estará se declarando guerra contra os nossos povos.<sup>103</sup>”

O que parece ser ponto pacífico é que todos os empreendimentos que têm afetado as T.I.s Xerente proporcionam aos diversos atores sociais envolvidos no campo político da esfera local e regional subsídios para as intensas disputas que se delineiam pela conquista de sua hegemonia. As mesma “guerra de liminares” e de denúncias que ocorreram nos litígios que envolveram a construção de uma ponte e de estradas nas T.I.s Xerente – como veremos no capítulo a seguir - já começaram a se manifestar, particularmente no caso da Hidrovia Araguaia-Tocantins.

Ressalte-se que desta paisagem conturbada, fazem parte, além dos Xerente, os Krahô, Apinayé, Avá-Canoeiro, Karajá, Javaé, Karajá do Norte e Guarani M’bya, que compõem uma população indígena de quase 7.200 pessoas, numa área total de 2.171.027ha (21.710 km quadrados). Sua população representa 0,7% do total do estado e a área somada de seus territórios equivale a 7% da área do Estado.

---

<sup>103</sup> Fonte: sites do ISA –[www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org) - e do Cimi-Nacional –[www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br)

No quadro a seguir, estão relacionadas as informações básicas sobre as T.I.s (Territórios Indígenas) localizadas no Tocantins<sup>104</sup>:

Terra Indígena	Povo	População Fonte/Ano	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	Nº de indicação no mapa
AI Apinayes	Apinajé	1.025 ADR Araguaína/97	Homologada	141..904	Tocantinópolis / Itaguatins/São Bento	1
PQ. Araguaia	Karajá	1804 Total/ 97	Homologada	1.395.000	Pium/ Cristalândia/ Formoso do Araguaia	2
	Javaé	860 * Total / 97				
	Ava- Canoeiro	15 (contatados) 25 (sem contato) Total/ 97				
AI Boto Velho	Javaé	*	Identificação	145.080	Pium	3
AI Funil	Xerente	220 ADR Gurupi/98	Homologada	15.703	Tocantínia	4
AI Kraolândia	Krahô	1.485 Ladeira/ Azanha/ 98	Homologada	302..533	Goiatins / Itacajá	5
AI Xerente	Xerente	1. 554 ADR Gurupi/98	Homologada	167. 542	Tocantínia	6
AI Xambioá	Karajá do Norte Guarani M'bya	185 Total / 97	Homologada	3.265	Araguaína	7

\* Total da população Javaé (Pq.Araguaia + AI Boto velho)

<sup>104</sup> FONTES: Aconteceu – Povos Indígenas no Brasil – 1991-1995: pag. 635/636; EIA/RIMA Hidrovia Araguaia Tocantins, 1998.

## **2.2. A ESFERA LOCAL**

Como já discutido na Introdução, as fronteiras que delimitam a esfera local são muito mais analíticas do que empiricamente verificáveis. Uma análise pormenorizada da interconexão do seu campo político - assim como os demais planos que a configuram (geográficos, econômicos, etc) – com outros planos socioeconômicos e culturais, levar-nos-ia, certamente, a perceber o grau de indistinção, ambigüidade e incerteza presente nesse recorte metodológico. Não obstante essa dificuldade, apresento a seguir alguns dos aspectos que julgo mais importantes sobre a configuração socioeconômica de alguns dos municípios que compõem a esfera local, além de uma breve apresentação dos Xerente.

A escolha dos municípios abaixo (poderiam ser acrescentados outros) justifica-se pelo fato de que suas localizações geopolíticas levam as populações não-índias e “autoridades” políticas a exercerem constantemente uma enorme pressão sobre as T.I.s Xerente.

### **2.2.1. Municípios da Esfera Local**

#### *a) Tocantínia.*

Tocantínia, junto com Pedro Afonso, é a localidade mais antiga da esfera local. Fundada em 1851, junto ao aldeamento de Teresa Christina, veio a se chamar Piabanha, conseguindo sua independência administrativa de Pedro Afonso em 1922. A denominação Tocantínia foi dada ao município em 1936. Localizada no interior das duas T.I.s Xerente – Área Grande e Funil -, tem sido palco de tensões entre a população local não-india e os Xerente por quase todo este século. A área onde hoje localiza-se esta cidade pertencia antigamente ao território Xerente e, por uma série de circunstâncias históricas e negociações entre as autoridades responsáveis – S.P.I, Igreja, governos estadual e federal –, tornou-se um município. Com a demarcação de grande parte da área na década de 70, e com a demarcação da área do Funil em 1991, os habitantes deste município tiveram limitadas as possibilidades de expansão e de comunicação com os municípios vizinhos. De maneira oposta à população Xerente, que tem obtido altos



índices de crescimento<sup>105</sup>, a população de Tocantínia tem decrescido continuamente: até 1979, alguns moradores ouvidos estimaram sua população em 10.000 pessoas. No censo do IBGE, em 1991 foram contados 5.538 habitantes não-índios, enquanto que em 1996, esse número caiu para 5.169. Em 1996, além da pecuária extensiva bovina, Tocantínia teve como principais produtos o arroz (333 t) e o milho (173 t). A produção de mandioca e feijão tem caído vertiginosamente desde 1990, fato que acompanha os índices gerais do estado e dos demais municípios da esfera local. Em Tocantínia, é comum encontrarmos os Xerente exercendo atividades variadas como a compra de alimentação nos empórios (o que, para os comerciantes de Tocantínia, traduz-se numa relação economicamente lucrativa, através de mecanismos como a retenção de cartões de aposentadoria dos “velhos” indígenas) até as intermináveis discussões políticas de toda ordem na praça central. Há, nitidamente, uma relação entre os espaços ocupados pelos Xerente na praça e as suas articulações faccionais contextuais. Os dissensos faccionais e as rixas inter-clânicas são, ali, facilmente observados<sup>106</sup>. Em Tocantínia, outro local muito freqüentado por algumas das facções Xerente é a sede da prefeitura local.

### *b) Miracema do Tocantins*

Localizada na fronteira oeste da reserva, na margem direita do rio Tocantins, em frente à T.I. Xerente, teve, até a década de 40, parte de sua área ocupada por diversas aldeias Xerente. Com a chegada do S.P.I. à região, as aldeias que ali se localizavam – Rio dos Bois, Providência, Pedra Hume - foram transferidas para a margem direita, tendo sido a população aglutinada no Posto Indígena Xerente. Segundo o relato do Dr. Américo Vasconcelos, antigo morador da cidade, Miracema foi chamada durante alguns anos pelo nome de Cherente. Note-se que ele nega que os Xerente a tenham habitado. Vejamos alguns trechos de seu livro de memórias “Retalhos de um Passado – Miracema do Tocantins”, publicado em 1991:

<sup>105</sup> Em 1991, segundo dados do IBGE, a população Xerente era de 825 pessoas, e em 1998, segundo dados da Funai, este total subiu para 1770.

<sup>106</sup> Essa observação vai ao encontro do que foi sugerido por Farias. Diz o autor, “*Tocantínia, porém, cotidianamente, apresenta-se como o grande warã, onde informa-se e integra-se a idéia da unidade da nação Xerente.(...) Em Tocantínia, os Xerente têm um local de reunião neutro mas extremamente ativo. Um local de presença coletiva e de deliberação e ação conjunta.*” (Farias, 1990:121).

“O Presidente Vargas, pelo Decreto nº 8.305 de dezembro de 1943, proibia a dualidade de nomes das cidades brasileiras. Por esse motivo o nome de Miracema foi substituído por Cherente; não se sabe quem fez essa troca, pois nada justificava esse nome, já que a tribo dos índios Xerentes localizava-se nas proximidades de Tocantínia”.

Cherente, depois de desmembrada de Araguacema, ainda segundo o autor, conquistaria o status de município em 25 de agosto de 1948, passando a se chamar Miracema do Norte.

Depois de ter abrigado por um ano a capital provisória do Estado, em 1989, Miracema é considerada atualmente a “capital do abacaxi” pelos regionais. Segundo o Ministério dos Transportes,

“Um polo fruticultor está planejado para Miracema do Tocantins, perto da BR-153 (Belém - Brasília) onde há condições de solo e clima propícios ao desenvolvimento de frutíferas tropicais, com destaque para o abacaxi. Foram colhidas 5 milhões dessas frutas no município em 1996.” (Site do Programa “Brasil em Ação”, MT).

Miracema chegou a possuir, no breve período em que foi sede do governo, uma população de quase 25.000 pessoas, segundo dados oficiais do IBGE (1991), e segundo versões de jornais e dos próprios moradores, o município contava com 60.000 habitantes!<sup>107</sup>

“Neste período o governo construiu 40 residências para funcionários, reformou inúmeros prédios para acomodar as repartições públicas... Toda a cidade foi beneficiada com a ampliação do asfaltamento das ruas, o aumento das linhas telefônicas, a criação de um hospital e a vinda de três agências bancárias. A população triplicou e a cidade viveu dias de glória e progresso.” (Mira Jornal, ano VII, nº 121 – 1998)

---

<sup>107</sup> “Novas perspectivas surgiram para os Xerente. Ao mesmo tempo em que a criação da nova capital provocou um surto expansionista para a região – o que intensifica o aparecimento de todo o tipo de aventureiros e especuladores, interessados no patrimônio indígena – colocou-os próximos às esferas de decisão no plano estadual.” (Farias, 1990: 20).

Assim, não por acaso, a cidade de Miracema do Tocantins continua a ser “ocupada” pelos Xerente de maneira um tanto quanto distinta da época em que parte de sua população ali habitava, possuindo uma importância crucial em suas vidas. Devido à precariedade dos serviços em Tocantínia, é para lá que parte dos Xerente se encaminham cotidianamente – atravessando de balsa o Rio Tocantins (de maneira gratuita, benefício exclusivo da população indígena) – em várias ocasiões e com finalidades diversas, como, por exemplo, recebimento de aposentadorias, compras de alimentos e de itens de vestuário pessoal, assistência médica, aulas e outras atividades em escolas de primeiro e segundo grau, e para resolver “alguns negócios”, como eles mesmos dizem.

### *c) Pedro Afonso*

Pedro Afonso, fronteira norte da T.I. Xerente- Área Grande - é, junto com Tocantínia, a mais antiga povoação da esfera local. Fundada em 1849 como aldeamento para os Xerente e Krahô, o município é hoje conhecido por abrigar a terceira etapa do PRODECER III, acima mencionado. Uma das estradas que cortam as T.I.s Xerente, a TO-010, começa em Palmas e termina na cidade de Pedro Afonso, na confluência do Rio Tocantins com o Rio do Sono. Em termos populacionais, Pedro Afonso teve um decréscimo acentuado no período de 1991 a 1996. Os dados do IBGE relativos aos censos demográficos de 1991 e 1996 revelam que grande parte das quase 5.000 pessoas que saíram de Pedro Afonso nesse período residia na área rural, já que a quantidade de moradores urbanos se manteve praticamente a mesma. Este fato provavelmente está ligado à incorporação das terras pela agro-indústria de grãos e ao seu padrão característico de produção. O aumento substancial na produção do município de arroz, milho e, principalmente, de soja - 3.870 (T), equivalente a quase 30% da produção estadual de 1996 - são indícios significativos desse processo. Corroborando a articulação entre o PRODECER III e as obras de infra-estrutura que incidem sobre as T.I.s Xerente, o trecho a seguir faz parte dos autos da Ação Civil Pública que a Procuradoria da República em Palmas move, desde 1993, contra o Estado do Tocantins:

“É relevante assinalar que neste último município tem em curso a implantação de um enorme projeto de plantação de soja com capital japonês (cognominado PRODECER III), cuja

produção de milhões de toneladas destina-se a abastecer o mercado internacional. Curioso é que uma das principais vias de transporte da referida produção é justamente a estrada que divide a reserva indígena, e que também tem se prestado para a implantação de novas rodovias destinadas a ligar diversos lotes de colonos assentados para o projeto” (Recurso de Apelação, 7/01/1997, Dr. Mário Lúcio de Avelar).

Além de corroborar o que foi acima mencionado, esse trecho é significativo ao reafirmar o quanto a esfera local encontra-se articulada aos interesses de agentes econômicos supra-locais.

#### *d) Rio Sono*

O município de Rio Sono, emancipado em 1960, a 35 km de Tocantínia, situa-se na banda leste do rio do Sono perfazendo praticamente a totalidade da fronteira leste das T.I.s Xerente. Rio Sono tem um acesso mais privilegiado a Palmas, através de um trecho da TO-245 que se inicia em Tocantínia, atravessa uma das T.I.s Xerente (a “área grande”) e corta o município de ponta a ponta, terminando em Lizarda, fronteira com o Maranhão. Como ocorre em Pedro Afonso, existe uma enorme pressão da população local para que a estrada de terra TO-245 seja asfaltada. O objetivo publicamente mais divulgado é o facilitar o trânsito entre esta região e Palmas, a capital. Para que esse acesso seja conquistado, também é necessário que a construção da ponte sobre o Rio Sono, iniciada em 1993 e embargada até os dias atuais por ordem da Justiça Federal, seja concluída. As obras de infra-estrutura ora em curso na esfera local e que têm incidido sobre as T.I.s Xerente serão comentadas com mais detalhes quando for enfocada a atuação da Procuradoria da República no Tocantins, no próximo capítulo.

O município tem como principais produtos agrícolas de subsistência o arroz e a mandioca. Sendo o maior município da esfera local em termos de área, e mantendo o mesmo padrão de ocupação territorial e de atividade econômica da região (65% de pastagens), Rio Sono pode ser destacado como o município de segundo maior índice de “terras produtivas não-utilizadas” da esfera local, depois de Lajeado: 25%, segundo o IBGE. Além disso, cerca de 60% do total da sua área não aparece declarada no Censo do IBGE na categoria “utilização das terras” para agropecuária.

Em Rio Sono, havia, até a década de 50, um aldeamento Xerente, em frente à atual aldeia do Sono. Parte dos Xerente reivindicam a recuperação dessa área como território indígena.

#### *e) Demais municípios*

O município de Miranorte, divisa oeste de Miracema, a 30 km das T.I.s Xerente, é onde se inicia a TO-245 – que atravessa a T.I. Xerente -, no entroncamento com a BR-153 (Belém-Brasília)<sup>108</sup>. O município de Lajeado, criado como distrito em 1956 e desmembrado de Tocantínia em 1991, é fronteiro à T.I. Funil. Tem destaque na esfera local devido aos impactos ambientais e sociais a partir do início da construção da Usina Hidrelétrica do Lajeado, em 1998. Rio dos Bois, por sua vez, era, até 1992, distrito de Miracema. Indiscutivelmente, constitui-se numa das referências mais antigas da ocupação tradicional dos Xerente na banda oeste do Rio Tocantins. Ainda hoje, existem velhos Xerente que se lembram de quando moravam em aldeias localizadas à beira do Ribeirão dos Bois e Providência, local ocupado hoje por fazendas de gado que cobrem a quase totalidade desse município. Outro município que pressiona geograficamente as duas T.I.s Xerente, e que as delimita ao sul, é o de Aparecida do Rio Negro, distante 77 km de Tocantínia. Está ligada a Tocantínia pela TO-450, que também atravessa a T.I. Xerente (“Área grande”) e encontra-se com a TO-245 mais a leste, no município de Lizarda. A ordem de grandeza de sua população tem-se mantido inalterada entre 1991 e 1996. O arroz e o milho são as principais atividades econômicas do município, afora, como já afirmado, a contínua expansão da atividade pecuária, registrada em todos os municípios da esfera local e também do estado do Tocantins. A soja, em 1996, aparece como novo empreendimento (106 t), já que, no período anterior, sua produção era praticamente nula.

No final deste capítulo, apresento alguns quadros sobre os indicadores populacionais e da produção agropecuária dos municípios que compõem a esfera local. De maneira conjunta, seguem os dados sobre Palmas e o Estado do Tocantins, visando possíveis contrastes. A intenção é apresentar um quadro mais detalhado de atores, jogos e interesses políticos, projetos econômicos e processos em curso nas esferas focalizadas, para que o contexto sócio-político em que vivem hoje os Xerente seja retratado.

---

<sup>108</sup> A construção do trecho da Belém-Brasília, da BR-153, foi iniciado em 1957.

### 2.2.2. Os Xerente

O território Xerente, que soma 183.200 hectares, é dividido oficialmente pela Funai em duas T.I.s, como já foi dito: “Área Grande” e a T.I. Funil. Localizam-se ao norte do Estado do Tocantins, sendo delimitadas, a oeste, pelo Rio Tocantins e, ao norte e a leste, pelo Rio do Sono. A 70 km ao sul, encontra-se a capital do Estado, Palmas, e, na fronteira com a T.I., Funil os municípios de Aparecida do Rio Negro e de Lajeado. Pedro Afonso, ao norte; Rio Sono, a leste, e Miracema do Tocantins, a oeste, são os municípios que fazem fronteira geográfica com o território Xerente. Tocantínia, por seu turno, está “encravada” no território Xerente.

Em dezembro de 1998, segundo levantamento oficial da Funai (A.D.R – Gurupi/TO), o total da população Xerente era de 1.756 pessoas, distribuídas em 33 aldeias e subordinadas administrativamente a cinco Postos Indígenas (P.I.s): Xerente, Rio do Sono, Mirassol e Brejo Comprido na “Área Grande”, e Funil, na T.I. Funil.

Três grandes aldeias resistem aos processos de fragmentação: Funil, com 214 residentes; Porteira, com 165 pessoas (P.I. Xerente) e Rio Sono, com 105 pessoas (P.I. Rio Sono). A aldeia Salto (P.I.Xerente), fundada em 1989 com cerca de 30 pessoas, alcançou uma população atual de 148 pessoas, devido, principalmente, a um projeto de casas populares empreendido pelo governo estadual em 1996, como veremos adiante.

Os Xerente atualmente constróem sua identidade através de uma série de instituições vitais – a língua, os mecanismos políticos, sociais e culturais e seu território –, o que lhes possibilita uma distinção clara perante a população regional e nacional. Mantêm com grande vitalidade a sua língua materna: as crianças de até 5 anos são monolíngües. Os adultos utilizam-se da língua materna no dia-a-dia das aldeias ou em momentos solenes diante de autoridades, mas, quando defrontados com não-índios, falam fluentemente o português – são, portanto, bilíngües. Reafirmando a clara diferenciação dos Xerente perante os segmentos não-indígenas regionais e nacionais, a complexidade de seu ordenamento social – com as rearticulações que a dinâmica histórica e os processos de recriação social e simbólica permitiram e tornaram necessárias – continua a se manifestar de maneira perceptível.

Confirmando a já conhecida configuração social, política e cosmológica das sociedades Jê, os Xerente organizam-se em grupos sociais específicos – metades exogâmicas, grupos de descendência unilinear e grupos rituais -, como já observado por

etnólogos em pesquisas anteriores. (Nimuendajú,1942; Maybury-Lewis,1979; Farias,1990; Lopes da Silva & Farias,1992). A base deste ordenamento é a divisão nas metades sociocosmológicas Siptató e Sdacrã – associadas respectivamente ao Sol e à Lua –, responsável pela estruturação do universo social, econômico, político e simbólico Xerente.

Modelo de Nimuendajú – 1942 (1930/1937)		
Metades	Siptató (Sol)	Sdacrã (Lua)
Clãs	1. Kuze	1. Kreprehi
	2. Isibdu	2. Isauré
	3. Kbazipre	3. Isrurie
	4. Prasé (Klitó)	4. Krozaké
Modelo de Maybury-Lewis – 1979 (1955/56 e 1963)		
Metades	Doí	Wairi
Clãs	1. Kuze	1. Wairi
	2. Kbazi	2. Krozaké
	3. Klitó	-----
Modelo de Lopes da Silva e Farias – 1992 (1984)		
Metades	Doí	Wahirê
Clãs	1. Kuzâ (ou Kunmã)	1. Wahirê
	2. Kbazi (ou Isrō)	2. Krozakéisaptoré
	3. Kritó (ou Isibdu)	3. Krozakétopá
		4. Kremprehí

Cumprе salientar que, atualmente, a referência específica a estes termos, Siptató e Sdacrã, é encontrada apenas entre os wawës (“velhos”). Os termos utilizados entre as gerações mais novas para designar as respectivas metades a que pertencem são Doí e Wahirê, em referência aos padrões e motivos da pintura corporal característica de cada metade exogâmica e suas respectivas subdivisões (Farias, 1990: 87 ; Lopes da Silva & Farias,1992: 99).

As metades e suas respectivas subdivisões (designadas “clãs” por todos os autores citados e pelos próprios Xerente ) possuem entre si uma rede de deveres e obrigações recíprocas que orientam a vida social Xerente – casamentos, funerais, festas de nomeação masculina e feminina, corrida de toras, alianças políticas etc. A manutenção da exogamia das referidas metades foi comprovada na tese de mestrado de Farias (1990:88) e em Lopes da Silva & Farias (1992:113), demonstrando, assim, a vitalidade das regras de parentesco. Lopes da Silva & Farias (1992:99) demonstraram, ainda, que a pintura corporal é uma linguagem simbólica através da qual se expressa a filiação de cada Xerente aos grupos sociais que compõem sua sociedade. Acionados em contextos específicos, tais grupos sociais são denominados pelos Xerente como partidos:

“... no sentido de uma totalidade (conjunto dos membros de uma aldeia) partida, dividida, em subgrupos...são ‘partidos’ o que para a antropologia são clãs, metades, classes de idade, metades rituais, etc.” (Lopes da Silva & Farias,1992:90).

Em meio a esta profusão de grupos sociais “institucionalizados”, sua organização social constitui-se, simultaneamente, por um número inestimável de agrupamentos – denominados, aqui, “facções políticas”. Estendendo seus domínios por toda a vida social Xerente<sup>109</sup>, formados, notadamente (e “publicamente”), por homens adultos, e nunca se confundindo com os demais grupos sociais, as facções atuam em constante competição, buscando, sempre que possível, a conquista da hegemonia do campo político da esfera local.

A situação econômica Xerente é parecida com a de grande parte das populações indígenas do Brasil Central. Com o desmantelamento da Funai, as fontes que garantiam uma parca assistência econômica (sementes e enxadas para a roça, por exemplo) têm-se exaurido gradativamente. Em conversas informais com as gerações mais velhas – indígenas e não-indígenas –, são comuns as referências a um tempo em que os Xerente abasteciam a cidade de Tocantínia com vários produtos oriundos das suas atividades de caça, pesca e de suas plantações. Hoje em dia, vez ou outra, é possível encontrar na cidade um Xerente vendendo um ou outro produto para algum morador local. Para quem anda pelas ruas de Tocantínia e Miracema por algum tempo, entretanto, fica visível a total inversão desta relação. É comum ver homens e mulheres Xerente comprando, muitas

<sup>109</sup> Cf. Mayburi-Lewis, a respeito das facções Xavante. (Maybury-Lewis,1984:370).



vezes a preços acima do normal, alimentos básicos como carne, farinha e arroz, que poderiam ser supridos pela sua própria produção interna.

A Funai, via seus chefes-de-posto, está sempre a implementar alguns “projetos” localizados por aldeias – psicultura, plantação de abacaxi, mandioca etc – com o objetivo, segundo seus funcionários, de “criar” entre os Xerente uma prática, a longo prazo, de geração de produtos visando uma maior autonomia do grupo. Dentre as aldeias Xerente, apenas duas ou três possuem uma pequena quantidade de gado bovino, de 10 a 20 cabeças, utilizado para abate e provimento de leite.

A dificuldade que a Funai tem encontrado em manter a “tutela” sobre os Xerente é revelada pelo projeto de construção de casas populares na aldeia Salto. No segundo semestre de 1996, foi parcialmente efetivado um projeto financiado pelo Governo do Estado, prevendo tanto a construção de 24 casas populares na aldeia do Salto como o desmatamento de cerca de 100 ha de terra para implantação de uma roça mecanizada de arroz, visando ao abastecimento interno das aldeias que compõem o P.I. Xerente. Pode-se dizer que a primeira parte do projeto “deu certo”: na paisagem do território Xerente, a aldeia Salto destaca-se por apresentar uma “mini-cidade” organizada em arco, seguindo o padrão típico de construção das aldeias Akwě. Quanto à roça mecanizada, depois de dois anos, a facção hegemônica da aldeia Salto continua esperando os recursos para “tocá-la”, enquanto uma facção rival, através do ex-cacique da aldeia, ameaça pedir indenização pelo abandono da área desmatada<sup>110</sup>.

Este projeto seguiu os moldes das malfadadas tentativas de projetos de desenvolvimento comunitário patrocinados pela Funai na década de 70 e 80 em áreas indígenas – que, como veremos, repercutiu significativamente no processo inicial de fragmentação das grandes aldeias Xerente.

É nítido que a dependência econômica e política da população Xerente em relação à Funai tem sido substituída, gradativamente, pelo controle de suas facções sobre recursos materiais e humanos negociados junto a outros atores sociais (o governo do estado; o Cimi etc.). Tal fato tem proporcionado redefinições constantes nos arranjos políticos existentes no campo político da esfera local e regional.

Alguns Xerente ainda mantêm cargos conquistados junto à Funai – motoristas, atendentes de enfermagem, zeladores e funcionários dos P.I.s -, principalmente aqueles

<sup>110</sup> Esta informação foi repassada a mim pelo próprio ex-cacique em setembro de 1998. Cumpre ressaltar que o projeto citado foi implementado enquanto era ele o “cacique” da Aldeia Salto.

que fazem parte das facções ampliadas nas quais se encontra incorporada a Administração Regional. Por outro lado, como reflexo da crise tutelar, novas ocupações de cargos têm ocorrido junto à Prefeitura de Tocantínia (agentes de saúde e “assessores especiais”) ou junto ao governo do Estado (agentes de saúde, professores indígenas e também “assessores especiais”).

Os professores indígenas Xerente têm um papel de destaque significativo nos diversos planos que compõem sua vida social. Guimarães (1996) aponta o relativo ganho de autonomia por parte do Xerente no que tange à educação escolar, refletida nos dados do quadro abaixo:

Ano	Professores			Nº de escolas
	Índios	não-índios	missionários	
1987	10	06	04	11
1991	15	03	02	11
1995	35	03	01	25

Fonte: Funai – ADR/ Gurupi (1995) apud Guimarães, 1996)

Percebe-se aqui a redução do número de missionários e professores não-índios da Funai e o aumento dos professores indígenas. Paralelamente a isto, com a busca de orientação dos velhos por parte destes últimos; com a formação de professores e professoras Xerente nas escolas urbanas próximas; com a implantação de um teto salarial razoável para os padrões regionais (1,5 salários mínimos), são fatores que, segundo a autora, têm possibilitado uma legitimação cada vez maior da função da escola e dos professores entre os Xerente. O seguinte relato de um Xerente é apresentado por Guimarães e seu trabalho:

“O Xerente não pode esquecer sua lei e pegar só no estudo da língua do branco — trazendo para a escola não acaba —, pode ajudar — essa é a principal parte, tem que tratar na escola o uso do índio — o que usa na aldeia tem que usar na escola, tem que ir pintado para a escola” (apud Guimarães, 1996: 97)

Outra fonte de renda importante é a aposentadoria dos velhos Xerente junto ao FUNRURAL. Recursos complementares são obtidos em trabalhos temporários nas fazendas ao redor das T.I.s ou em cidades circunvizinhas, onde alguns Xerente que concluíram o segundo grau passam a residir e trabalhar – principalmente em Miracema, no comércio local.

Apesar de não haver provas documentais, é um assunto cotidiano entre os Xerente que parte das aldeias, através de seus caciques, beneficiam-se esporadicamente de “doações” em dinheiro provenientes das administrações estaduais, ou da Funai (fazendo com que se locomovam, muitas vezes, à sede do órgão em Brasília)<sup>111</sup>. Estes “benefícios” chegam para os grupos dependendo de sua articulação política e de um contexto propício, como por exemplo, às vésperas de campanhas eleitorais ou quando da visita de “autoridades” da Funai, como dizem os Xerente.

Se o aumento do controle sobre recursos materiais assimétricos tem sido um fenômeno significativo na atual situação histórica dos Xerente, a contrapartida disto é o escasseamento constante dos recursos materiais simétricos: a diminuição drástica das suas fontes de alimentação mas acessíveis, a pesca, a caça e a coleta, e a desvalorização que os regionais fazem da sua produção artesanal.

Os Xerente foram citados pela Folha de São Paulo em duas situações bem distintas no segundo semestre de 1998. Na primeira, “Crise leva índios para o comércio ilegal: Xerentes de Tocantins estão trocando toras por comida em supermercados” (FSP, 27/09/98). Em 08/11/98, como manchete de capa, “Nação escondida: o atacante WA'IKAIRA', 16, da tribo Xerente, vai jogar futebol da Bélgica; o preconceito leva índios que vivem em São Paulo a mentir sobre sua origem para obter emprego”. Sobre a primeira, não há novidade: este tipo de atividade é bastante comum entre os Xerente, pelo menos, no que pude observar no decorrer das pesquisas. Na última ida a campo, ao visitar a roça de uma de suas aldeias, junto com o seu cacique e o chefe de posto da Funai, encontrei ali dois indivíduos não-índios carregando um caminhão com toras de madeira oriundas da derrubada da mata. A segunda matéria, entretanto, é totalmente enigmática. A manchete da capa – com uma foto do jogador de futebol Xerente tomando meia página – cita a nação “escondida” Xerente, para a seguir, na reportagem interna, não mais fazer qualquer referência ao assunto. O citado Xerente, Waikaire, é irmão de uma das mais fortes lideranças Xerente contratado por “indicação” junto ao Governo do Estado do Tocantins, e que, como veremos no capítulo 6, tem sido extremamente ativa numa série de mediações da administração estadual junto a uma parte da população

---

<sup>111</sup> Segundo vários informantes (índios e não-índios), em junho de 1998, os Xerente conseguiram a aprovação de um projeto para sementes e ferramentas junto a Funai em Brasília. Os 33 caciques que foram a Brasília receberam cada um a quantia de R\$ 300,00. A aplicação, ou melhor, a não aplicação destes recursos, por parte dos caciques, rendeu muitos comentários em minha última pesquisa de campo.

Xerente, como por exemplo, a construção das casas populares na Aldeia Salto. Além do mais, Waikaire fazia parte da “Seleção dos Povos Indígenas”, equipe de futebol que “representa” as populações indígenas brasileiras em diversos eventos nacionais e internacionais. O coordenador da citada seleção é Emídio de Barros que, entre outras coisas, é presidente de uma ONG denominada INDI; morador por muito tempo de Tocantínia; presidente do Partido Verde do Tocantins e, reconhecidamente, um dos “assessores especiais” das diversas administrações estaduais de Siqueira

Campos.

Por fim, vale ressaltar que o controle dos recursos materiais assimétricos repercute de maneira significativa nas constantes cisões intrafaccionais e, conseqüentemente, no processo contínuo de fragmentação de aldeias. Apesar de eu não ter realizado um levantamento de dados e uma análise detalhada acerca do impacto e da redistribuição dos recursos de ordem assimétrica entre os Xerente, creio que seja possível sugerir que transformações verificadas no campo econômico caminham em paralelo ao processo de autonomia política que o grupo tem conquistado perante a Funai.

### **2.3. Da “divisão” política Xerente.**

A população Xerente e sua organização sócio-política têm sofrido um processo de transformação evidente, decorrente das pressões políticas advindas dos sucessivos governos estaduais e grupos políticos que, inseridos e articulados nas esferas regional e local, visam convencer as suas lideranças de que os empreendimentos destinados a impulsionar o “desenvolvimento” da região, que já tivemos a oportunidade de comentar, seriam benéficos para a população indígena, tirando-a do “atraso” em que se encontra.

A “divisão” existente entre facções Xerente – o que, convenhamos, é uma tautologia - contra e a favor das obras é, também, manipulada pelos órgãos de imprensa, agentes econômicos e políticos na tentativa de abocanhar parte do quinhão que a dinâmica desenvolvimentista em curso no território tocantinense oferece. Ao mesmo tempo, essa suposta “falta de união” é utilizada como um elemento estratégico nas disputas travadas pela hegemonia do campo político local e regional pelos organismos envolvidos diretamente na “causa indígena” – o Cimi, a Funai e a Procuradoria Regional da República. Por intermináveis ações e denúncias contra os governos estaduais, estes últimos acabam sendo alvos de constantes campanhas difamatórias, promovidas pelos

meios de comunicação (jornais, rádios e televisão) do Estado – via de regra, porta-vozes “oficiosos” dos sucessivos governos estaduais.

As sucessivas administrações do governo estadual e da prefeitura de Tocantínia, guardadas sutis diferenças entre as gestões, utilizam-se de uma série de instrumentos que poderíamos caracterizar como “clientelísticas” – a doação de somas em dinheiro, projetos para uma ou outra aldeia, cestas básicas – visando obter legitimidade junto aos Xerente, ou pelo menos, junto a uma de suas facções. Esta situação, que apesar de não ser nova – visto que a história do contato dos povos indígenas é repleta destes tipos de iniciativa – foi profundamente intensificada com a criação do estado do Tocantins, como veremos no decorrer desta dissertação.

De sua parte, as várias facções políticas Xerente, cientes do jogo, colocam-se estrategicamente “à disposição” desta política, manipulando-a em benefício próprio. Podemos derivar desta situação, empiricamente constatada, uma reflexão inicial: no intrincado jogo de perdas e ganhos que se desenvolve neste campo político – Funai versus governo estadual, Cimi versus governo estadual, Funai versus Cimi, bem como as relações que levam cada um destes atores a se aproximar de determinadas facções Xerente –, os caciques e lideranças indígenas se aliam a um ou a outro desses atores políticos não-indígenas em vários contextos diferentes, visando o controle, ou a expansão do controle, sobre os recursos disponíveis com vistas à conquista da hegemonia do campo político focalizado.

Com esta apresentação, é possível ter-se idéia da dinâmica na qual estão inseridas as populações indígenas residentes neste Estado. Os Xerente, sujeitos desta pesquisa, não poderiam estar à margem deste processo. Ao contrário, a localização de suas T.I.s num local que concentra a grande maioria dos projetos de cunho desenvolvimentista do Estado os coloca estrategicamente numa posição de destaque junto às diversas administrações governamentais e a outros vários agentes não-indígenas - sejam locais, nacionais e internacionais - que ali se encontram estabelecidos. Mergulhemos mais fundo nessa dinâmica, examinando mais de perto, no próximo capítulo, o período pós 1989, data da fundação do Estado do Tocantins.

### **Capítulo 3 - O campo político da esfera local e regional.**

Neste capítulo, pretendo apresentar alguns dos arranjos e atores sociais envolvidos nos campos políticos das esferas local e regional a partir da fundação do estado do Tocantins. Ao final, teço algumas breves considerações sobre as diversas tendências religiosas presentes no campo religioso local, particularmente, sobre as relações travadas entre os Xerente e o batistas e católicos.

Conforme já foi dito, defino como marco inicial dessa nova situação histórica – guardada as devidas ressalvas feitas a esta noção<sup>112</sup> - ano de 1989, quando uma espécie de “governo provisório” de Tocantins instalou-se na cidade de Miracema. Naquela ocasião, liderando a “União do Tocantins” (U.T.), Siqueira Campos, deputado seguidas vezes por Goiás, egresso das fileiras da antiga ARENA, tornava-se o primeiro governador do recém-criado estado de Tocantins.

Tomo como princípio que as articulações e confrontos que regem as disputas políticas entre os diversos atores sociais das esferas regional e local passaram a ser mais perceptíveis na situação histórica escolhida como tema dessa dissertação. Se, antes da criação do Estado do Tocantins, parte destes arranjos já eram existentes, será a partir deste fato (e de todas as suas implicações), que os interesses em jogo ganharão contornos mais nítidos: por um lado, devido à identificação pública dos atores sociais que ali já se confrontavam, e, por outro, pela entrada no campo político (local e regional) de outros atores, com novos interesses e estratégias de ação política.

O campo político das esferas regional e local foi se tornando, a partir desse momento, claramente polarizado, em virtude de alianças entre atores sociais com interesses antagônicos: de um lado, uma coalizão ampliada constituída por facções Xerente, pela Administração Regional da Funai de Gurupi, pela Procuradoria da República e pelo Cimi - Conselho Indigenista Missionário; do outro, principalmente pelas administrações estaduais do Tocantins e, especificamente na esfera local, pelas sucessivas administrações municipais em Tocantínia articuladas a outras facções indígenas.

A entrada nesse cenário de forças político-econômicas (governamentais e não-governamentais) com interesses distintos, oriundas de arenas supra-locais e supra-

---

<sup>112</sup> Ver na Introdução, no item O Problema.

nacionais, veio a redimensionar e intensificar as disputas em curso no campo político da esfera regional, com reflexos diretos sobre a local<sup>113</sup>.

Se, por um lado, em nível nacional, encontramos a Procuradoria Regional da República no Tocantins servindo de freio e contrapeso às investidas do poder executivo estadual, articulado ao executivo federal através dos empreendimentos do Programa “Brasil em Ação” incidentes sobre o Tocantins, por outro, a internacionalização das esferas baseia-se na entrada em cena de agentes econômicos internacionais (principalmente o japonês e o inter-americano- BIRD, Banco Mundial), seja em parceria com as administrações governamentais (federal e estadual), seja, no plano restrito da esfera local, pela parceria específica entre os Xerente e uma organização não-governamental de Luxemburgo, a BRIDDERLECH DEELEN, da qual se originou a Associação Indígena Xerente. Alguns processos políticos envolvendo as facções Xerente serão objeto de considerações iniciais neste capítulo; outros, compõem a matéria principal do capítulo final desta dissertação..

Na exposição que se segue, analiso a situação histórica em dois níveis, correspondentes aos campos políticos das esferas regional e local, tentando identificar os arranjos sociopolíticos não-indígenas aos quais as facções Xerente encontram-se articuladas. Como anteriormente realçado, considero, para fins analíticos, que os campos políticos das esferas local e regional são dotados de uma certa autonomia recíproca. Mas é evidente que, no jogo das relações sociopolíticas e históricas vivenciadas, ambas as esferas estão organizadas de modo interdependente.

## **1. O CAMPO POLÍTICO REGIONAL.**

### **1.1. O processo de emancipação do Estado do Tocantins**

A luta pela emancipação do norte goiano iniciou-se no século XVIII, com uma manifestação, na primeira metade do século, que tornou-se referência deste movimento. Reclamavam a separação da província. Segundo Palacím (1990),

“Ao instituir-se o imposto de capitação em 1735, as minas do norte, que então surgiram sob a denominação das

---

<sup>113</sup> Como será notado, não examinei as reações dos Xerente com os agentes internacionais – banco mundial, japoneses, etc. - envolvidos indiretamente nos processos e projetos que incidem diretamente na dinâmica do campo político da esfera local., pois tornaria a dissertação extensa demais, dado o volume de pesquisa específica que exigiria, ultrapassando assim as dimensões de um mestrado.





Nota-se, pelas datas de fundação dos arraiais ao sul durante toda a década de 1740, o quanto a ocupação dessa região caminhou paralelamente a descoberta das minas de ouro. Não por acaso, os arraiais que vão se formando no sentido sul/norte encontram seu limite em Porto Imperial: a região que compreende este arraial até o de Panela, arraial mais ao norte, encontrar-se-iam “infestada de Akwe” até a segunda metade do século XIX.

O movimento ganhou força quando, em 1809, o norte foi desmembrado da Ouvidoria sediada em Vila Boa, constituindo a Comarca de São João das Duas Barras, próxima à confluência entre os rios Tocantins e Araguaia. Em 1821, o desembargador Joaquim Teotônio Segurado, Ouvidor Geral da Comarca de São João das Duas Barras, aproveitando o clima pré-independência que agitava a colônia, proclamou um governo autônomo. A ele é atribuída a frase: “Habitantes da Comarca de Palmas, é tempo de sacudir o jugo de um governo despótico”. Teotônio Segurado foi assassinado pouco tempo depois, e as lutas pró-emancipação ficaram circunscritas ao extremo norte goiano<sup>114</sup>.

No decorrer do século XX, muitos nomes se notabilizaram na luta pela independência do Tocantins: o Brigadeiro da Aeronáutica Lysias Rodrigues, autor de um discurso a favor da emancipação do território tocantinense na inauguração do campo de pouso de Porto Nacional, em 1943; o CENOG – Casa do Estudante do Norte Goiano, durante os anos 60; o CONORTE – Comissão de estudos sobre os Problemas do Norte, em 1980 e o Comitê Pró-Criação do Estado do Tocantins, do qual faziam parte os então deputados federais Siqueira Campos e José Freire<sup>115</sup>. Outro importante movimento separatista ocorreu, em 1943, na esfera local. Tratou-se de uma mobilização popular que, reunindo habitantes de Miracema e Tocantínia no Comitê Central Pró-Criação do Território Federal do Tocantins, lançou o Manifesto ao Povo do Vale do Tocantins. Uma das passagens do Manifesto dizia:

“Atendendo a um grande sentimento que desde há muito viceja no setentrião goiano, nós, os habitantes do vale promissor do Tocantins, precisamos, nesta hora solene e decisiva dos destinos nacionais, conjugar todo o nosso esforço, a fim de conseguirmos a concretização deste nobre ideal:

---

<sup>114</sup> Ver “Coronelismo no Extremo Norte de Goiás” (Palacim, L. 1990).

<sup>115</sup> Mira Jornal, ano VII, nº 121 – outubro de 1998; Ver, também, Silva (1996).

alcançar do Exmo. Dr. Getúlio Vargas, D.D. Presidente da República, a criação, urgente, do Território do Tocantins.<sup>116</sup>”

Não por acaso, como veremos, Miracema seria escolhida, quase 50 anos depois, como a primeira capital do Estado do Tocantins.

A luta pela emancipação do Tocantins teve como principal representante seu atual governador, Siqueira Campos (U.T<sup>117</sup>/ PFL). Durante sucessivos mandatos como deputado federal (de 1971 a 1988), ele canalizou para si a bandeira da emancipação estadual, através de sucessivos pronunciamentos e de apresentação de emendas no Congresso Nacional. Conquistou, ademais, a relatoria da subcomissão da Constituinte encarregada da apreciação das propostas sobre a criação de novos estados: Juruá (desmembramento do Amazonas); Tapajós (do Pará); Maranhão do Sul ou Carajás (do Maranhão); Santa Cruz (da Bahia); Meio-Oeste (de Brasília, Minas Gerais e Goiás); Araguatins (de Goiás e do Pará) e Tocantins (de Goiás), entre outros. (Barbosa, 1999).

Coincidentemente, a única proposta aprovada foi a que se referia à criação de Tocantins. O trecho abaixo, de um discurso de Siqueira Campos proferido em 1987, durante a Assembléia Nacional Constituinte, é bastante esclarecedor do tipo de estratégia a que ele recorre para conquistar e manter seu apelo popular entre os “goianos do norte”:

“Porque, se Deus o permitir, ainda este ano, criaremos o estado do Tocantins, sonho acalentado desde o início do século XIX pelas gentes que tenho a honra de representar (...) Cheio de esperança, revigorado em minhas forças físicas e espirituais, rogo à Sagrada família e a Deus Todo Poderoso que nos ilumine e nos abençoe para que os 550 homens e mulheres da minha terra não falem, sobretudo, ao povo brasileiro.” (Siqueira Campos apud Barbosa, 1999:82).

Depois de aprovada formalmente pela Constituinte, a proposta de criação do Estado do Tocantins foi referendada pelo voto popular dos goianos, através de plebiscito. Segundo Barbosa (1999),

<sup>116</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>117</sup> A U.T. (União Tocantinense) foi criada em 1987, com o objetivo de divulgar e coordenar o movimento pela independência do Tocantins. Tratava-se de uma entidade supra-partidária, reunindo políticos de todas as agremiações do norte tocaninense. Uma vez conquistada a separação, a U.T. tornou-se “União do Tocantins”, coalizão encabeçada por Siqueira Campos, ainda de orientação supra-partidária mas que passaria a rivalizar com o PMDB (Cf. Silva, 1996).

“A UDR já tinha uma vitrine a exhibir ao País seu modelo de administração pública. Por ocasião do Congresso Constituinte, até o final do ano, pouco mais de 350 mil eleitores de 80 municípios goianos iriam aprovar, em plebiscito, a criação do estado do Tocantins. O 24<sup>a</sup> e um dos mais pobres estados da Federação nasceu com o apoio da União Democrática Ruralista, a mais poderosa organização do Território de 286.706 km quadrados acima do paralelo 13.” (Barbosa, 1999: 95)

Faltava ainda definir quem comandaria o recém-criado estado. Na época, a Presidência da República era ocupada por José Sarney, membro do PMDB. Tudo indicava que o presidente nomearia José dos Santos Freire - então deputado federal pelo PMDB goiano e também um dos artífices do processo final de emancipação - como o primeiro governador interino do novo estado. Entretanto, Siqueira Campos, ciente de sua popularidade, conseguiu incluir, estrategicamente, em segundo turno, a eleição direta para governador, senador e deputados na emenda de criação do Estado. As eleições, em turno único, foram realizadas em 15 de novembro de 1988, com o confronto entre as duas lideranças rivais. A vitória de Siqueira Campos anunciava os embates futuros entre o PMDB e a U.T. (União do Tocantins) pela conquista da máquina do Estado<sup>118</sup>.

## 1.2. Os governos estaduais do Tocantins e a questão indígena

"Vinte anos em dois!". Nada mais revelador da postura política do atualmente reeleito pela segunda vez consecutiva, governador Siqueira Campos, do que esta frase atribuída a ele pela imprensa tocantinense e por vários interlocutores não-indígenas no curso da pesquisa. Siqueira Campos parece assumir para si a qualidade de um "desbravador do sertão" - um "novo bandeirante" - ao mesmo tempo em que, ao se auto-referir como herdeiro do ex-presidente Juscelino Kubitschek, busca passar para o mundo a imagem de um grande e “moderno” estadista. As chegadas de comissões oficiais

<sup>118</sup> A posição dos partidos de esquerda no período inicial da criação do Tocantins pode ser sintetizada na fala de um candidato do PC do B, partido que apoiou Siqueira Campos no embate contra José Freire, do PMDB: “*É que o candidato do PMDB é um assassino. Do outro lado está um matador. A guerrilha de Xambioá foi um momento histórico de resistência à ditadura militar. A forma de luta, agora, é implementar o Tocantins*”. (Cf. Barbosa, 1999: 98). O Partido dos Trabalhadores (P.T.), até 1998, sempre saiu coligado com o PMDB em todas as esferas.

(japoneses, franceses, belgas) são anunciadas com estardalhaço pelos jornais, o mesmo ocorrendo com as repetidas viagens do governador ao exterior, em busca de novos investidores para o estado.

O objetivo é claro: sintetizando elementos fortes do discurso “progressista” regional, e trabalhando com categorias ideológicas disseminadas na região quanto à urgência do desbravamento, do desenvolvimento e do aumento da produtividade do “sertão tocantinense”, propõe como plano de governo investir nas imensas áreas ainda inóspitas do cerrado tocantinense, visando sua incorporação definitiva pela pecuária intensiva de corte e pela agro-indústria exportadora de arroz e soja.

O famoso bordão “mudar, para continuar exatamente tudo como era” parece ter sido seguido à risca pelas elites goiano-tocantinenses. Segundo Barbosa (1999),

“Esta estrutura social discriminatória é mantida, preservada, não há interesse em diminuir desigualdades sociais com a distribuição da riqueza gerada na nova região, normalmente na fragmentação territorial uma elite assume o poder e preserva a mesma estrutura sócio-econômica, apresentando as desigualdades e as discriminações entre a população. Para que essa situação mantenha-se de forma pacífica, os detentores do poder enaltecem os símbolos e o sentimento de amor à terra, criando uma nova identidade.”  
(Barbosa, 1999: 44)

A criação do Estado do Tocantins nada mais é do que a redistribuição do poder entre as elites agropecuárias do antigo Goiás. Segundo ainda Barbosa ,

“Posteriormente, com a decadência, a pecuária desponta como principal atividade econômica do norte goiano, dando origem a uma oligarquia que permanece até a consolidação do novo estado, período em que ela passa a ser representada por uma forte entidade, a UDR (União Democrática Ruralista), que se articula junto aos constituintes para a aprovação do novo Estado.” (Barbosa, 1999:52)

Não é, portanto, por acaso - contrastando com a propagandeada “face moderna” do estado- que se ouve de algumas pessoas, inclusive dos adeptos do governador, que ele “trata o Tocantins como fosse sua fazenda!”, em alusão a uma suposta truculência exercida em relação aos seus adversários políticos.

Figura carismática, anualmente visita as reservas indígenas do Estado e, cotidianamente, recebe delegações de lideranças indígenas em seu gabinete. Refere-se aos Xerente como "meus índios", fato que é motivo de brincadeiras por parte de algumas das lideranças indígenas. Existem várias denúncias endereçadas ao governo Siqueira Campos por parte das populações indígenas do estado, bem como de entidades que dizem representá-los – particularmente, o Cimi e a Funai -, em relação ao desrespeito para com seus direitos. Dentre as mais comuns, encontramos tentativas de aliciamento de lideranças indígenas visando à obtenção de seu consentimento para a implementação dos projetos de infra-estrutura, principalmente a abertura e a pavimentação de estradas, que afetam diretamente a quase totalidade das populações indígenas do estado.

Tais denúncias não são um "privilégio" do governo Siqueira Campos. O mandato de Moisés Avelino – 1991 a 1994 - que intercalou os três mandatos de Siqueira Campos também foi alvo de praticamente o mesmo tipo de denúncias endereçadas a seu rival. Um dos mais graves litígios entre os Xerente e os segmentos populacionais que compõem a esfera local, cenário central desta dissertação, é decorrente do início da construção da ponte sobre o Rio do Sono - assunto ao qual voltarei - durante o mandato de Moisés Avelino.

Existem nuances que diferenciam a política implementada pelos dois governadores em relação ao estado do Tocantins, já que representam setores dominantes que rivalizam naquela esfera regional. Entretanto, no que diz respeito às ações políticas de seus governos em relação às populações indígenas, podem ser consideradas bastante semelhantes.

Cientes de que a questão indígena no estado é um assunto que rende frutos constantes na mídia e que, portanto, é um problema que repercute de maneira significativa sobre a avaliação da opinião pública - inclusive no exterior – a respeito de suas gestões, os dois governadores buscaram, no início dos respectivos mandatos, se apresentar como favoráveis à causa indígena, através da implementação de projetos realizados conjuntamente com a Funai.

# Cartilha oficial promove governador do TO

BERNARDINO FURTADO  
da Reportagem Local

Candidato à reeleição para governador do Tocantins, José Wilson Siqueira Campos (PFL) mandou editar com dinheiro dos cofres estaduais uma cartilha escolar em que é exaltado como principal personagem da história do Estado.

A cartilha, em cores, tem 31 páginas em forma de história em quadrinhos e é denominada, no expediente, de "produto didático-cultural".

Siqueira Campos está retratado em 11 desenhos que o mostram desde a posse, em 1966, no primeiro mandato eletivo (vereador de Colinas), até a inauguração de obras durante o primeiro período no governo do Tocantins, como governador nomeado (89-90).

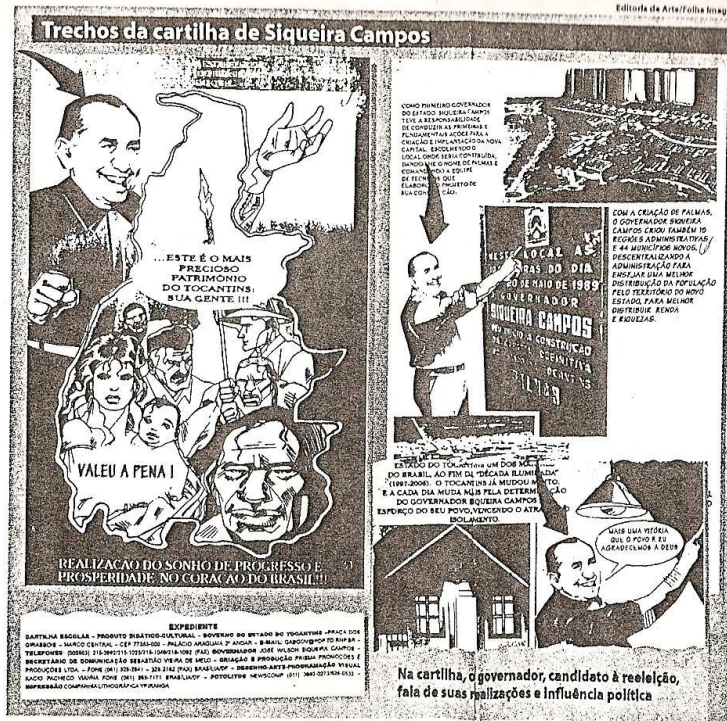
Um desenho que ocupa toda a primeira página da cartilha mostra Siqueira Campos na tribuna da Câmara, durante a Assembléia Nacional Constituinte (86-88), discursando a favor da criação do Estado do Tocantins.

Na época o território do atual Estado pertencia a Goiás. O desmembramento foi aprovado pelos constituintes, e Siqueira levou como prêmio o comando do governo de instalação do novo Estado.

Siqueira Campos é o único personagem da política tocanтинense citado na cartilha. Os ex-presidentes da República Ernesto Geisel (74-79), João Baptista Figueiredo (79-85) e José Sarney (85-90) são mencionados de forma negativa, por terem vetado projetos de criação do Estado do Tocantins, todos apresentados por Siqueira no período em que foi deputado federal por Goiás (71-88).

Sarney mereceu até um pequeno retrato —entre dois grandes de Siqueira Campos— na página 20.

A cartilha diz que, para vencer a



resistência de Sarney, Siqueira Campos começou uma greve de fome —que só foi suspensa quando Sarney se comprometeu a apoiar a criação do Tocantins.

Na página 23, Siqueira Campos aparece enunciando o seu projeto de construção do novo Estado.

Na página seguinte, o auge da auto-elogio: "O Tocantins já mudou muito. E a cada dia muda mais pela determinação do governador Siqueira Campos e o esforço do seu povo, vencendo o atraso e o isolamento". A contracapa é

eloquente: a frase "Essa terra é nossa" em letras garrafais, abaixo do brasão do Estado do Tocantins.

#### TRE

No último dia 23, o Diretório Estadual do PMDB, principal partido de oposição no Tocantins, apresentou representação junto ao Tribunal Regional Eleitoral contra Siqueira, por causa da publicação da cartilha.

Siqueira renunciou ao governo no último dia 3 de abril, para que possa ser candidato sem prejudi-

car as candidaturas de seus filhos Eduardo Siqueira Campos, a senador, e Telma, a deputada federal.

O secretário de Comunicação Social de Siqueira, Sebastião Vieira de Melo, que permaneceu no governo, disse ontem que não há "conotação eleitoral" na cartilha.

Segundo ele, "não dá para falar da história do Tocantins sem citar Siqueira Campos". Melo disse que foram impressas 200 mil cartilhas —ao custo unitário de R\$ 1,50—, que estão sendo distribuídas nas escolas de primeiro grau.

## Hino cita Siqueira Campos

da Reportagem Local

Antes mesmo de submeter ao veredicto das urnas o projeto de governar pela terceira vez o Tocantins num intervalo de menos de dez anos, Siqueira Campos já conseguiu ser imortalizado num dos símbolos oficiais do Estado.

Na última quinta, a Assembléia

Legislativa criou o Hino do Estado, que cita Siqueira Campos no refrão. "De Segurado a Siqueira o ideal seguiu/Contra tudo e contra todos firme e forte, contra a tirania da oligarquia, o povo queria/libertar o Norte!". Teotônio Segurado viveu no século 19 e foi o precursor do movimento pela emancipação do Tocantins.

F São Paulo  
maio/1998

Siqueira Campos criou, em 1989, a FUNATINS - Fundação para Assuntos Indígenas do Tocantins -, que deveria auxiliar a Funai na resolução dos problemas que atingem a população indígena do estado. Os esforços conjuntos da Funai e da FUNATINS não duraram muito. Um projeto de “municipalização ecológica” da Ilha do Bananal foi anunciado, no início de 1989, pelo secretário de Fazenda do Estado. Segundo Toral, por detrás do discurso preservacionista, o projeto visava “...dar aos núcleos de vaqueiros e criadores de gado que existem no interior da Ilha o status de ‘municípios ecológicos’” (TORAL, 1991:483), sem qualquer explicação aos povos Javaé e Karajá, seus habitantes imemoriais. O projeto - que pretendia “transformar os arrandatários-invasores em proprietários documentados” (AZANHA, 1991:481) - foi recusado pelos Karajá e denunciado pela imprensa nacional (O Popular, 23/10/89), além do que, de maneira surpreendente, questionado pela própria presidenta da FUNATINS, Célia Câmara, em ofício enviado ao governador Siqueira Campos, do qual reproduzo um trecho:

“Acreditamos que todos os recentes acontecimentos , ocorridos na assinatura do documento que cria a Fundação Ecológica, deveram-se ao total despreparo e desconhecimento do mundo índio e de sua psicologia...A total desinformação dos caciques (Karajá) levou à não assinatura do documento por parte dos mesmos e, conseqüentemente, criou os problemas estampados na imprensa nacional... Senhor Governador, há interesses outros que não a ecologia e o problema do índio Karajá da Ilha do Bananal. E Vossa Excelência foi o caminho utilizado para que esses interesses fossem satisfeitos. ” (O Popular, 17/10/89 apud AZANHA,1991:482) .

A FUNATINS seria extinta logo em seguida.

Com o término do mandato-tampão de Siqueira Campos, nas eleições estaduais de 1990, o PMDB lança como candidato majoritário o médico Moisés Avelino, prefeito até então do município de Paraíso, encabeçando a coligação “Movimento de Salvação do Tocantins”, com o apoio do PSDB e PC do B. A União do Tocantins (PDC,PFL,PTR,PL,PST,PSC) teria como candidato apoiado pelo governo, o senador Moisés Abrão. “Na luta entre os dois Moisés”, como descreveu um jornal local, o

candidato oposicionista surpreendeu a todos, vencendo no primeiro e no segundo turno o candidato governista.

Seguindo o mesmo princípio do governo anterior, qual seja, uma aproximação com a Funai, o governo de Moisés Avelino elaborou, no primeiro ano de seu mandato (1991), o chamado Projeto de Educação Indígena para o Estado do Tocantins, que envolveu a participação da Funai e da Universidade Federal de Goiás. O projeto foi implementado durante dois anos. Propunha a criação de uma coordenação tripartite, em que se aglutinavam assistência à saúde, auto-sustentação, meio-ambiente, proteção das comunidades indígenas situadas no Estado do Tocantins, e em particular, a questão da educação formal. Durante dois anos foram realizados cursos de formação e capacitação de professores indígenas pertencentes ao estado do Tocantins (Krahô, Apinajé, Xerente, Karajá/Javaé/Xambioá) .

Entre outros princípios, os signatários do projeto pretendiam

“...a distinção das formas internas de socialização, características da dinâmica cultural de cada grupo indígena, educação informal, e das formas externas, oriundas da situação de contato, a educação formal”.

A educação formal concebida pelo projeto é normatizada através dos seguintes critérios:

a) como instrumento de preservação das culturas e línguas indígenas de acordo com o modelo pluralista onde as sociedades indígenas são vistas como parte de uma nação multiétnica e plurilingue;

b) como preparação não só para a compreensão e reflexão crítica sobre a sua realidade sócio-histórica e a da sociedade envolvente, mas também como condição para a sua transformação e auto-determinação;

c) como processo que possibilite a condição pedagógica da educação formal pelas próprias comunidades indígenas, através da formação de professores índios;



d) como forma de viabilizar a elaboração de materiais escritos pelos próprios índios que retratem seu universo sócio-histórico e cultural”.

A curta duração do projeto, como não poderia deixar de ser, derivou de uma disputa política que envolve as forças políticas que compõem o Estado do Tocantins. Tudo indica que o “engavetamento” do projeto deveu-se a crise instaurada entre o governo Moisés Avelino e a Funai no final de 1993, em virtude do início da construção da ponte sobre o Rio do Sono, obra embargada a pedido da Funai e da Procuradoria da República. Transcrevo, abaixo, a matéria publicada no Jornal do Tocantins em 2-5/09/94, na qual o governador Moisés Avelino coloca seu ponto de vista sobre o estremecimento de suas relações com a Funai:

“O Governador Moisés Avelino, do estado do Tocantins, acusou a Funai de estar interferindo no processo de negociação entre o governo estadual e os Xerente, para a construção da ponte sobre o rio do Sono. Avelino chegou a sugerir a extinção do órgão que, segundo ele, não faz nada pelos índios. Segundo o governador, os índios estão sendo induzidos pela Funai e pelo Cimi. ‘Enquanto não tinha aparecido a Funai estava tudo bem’.”

A mesma dificuldade de recondução, pelo governo, do candidato de seu partido ao cargo, teria lugar quatro anos depois: apoiado por Moisés Avelino, João Cruz perderia a eleição, desta vez para o próprio Siqueira Campos.

Mal havia assumido o seu segundo mandato, Siqueira Campos, demonstrando sua capacidade política, utilizaria o caso da ponte sobre o Rio Sono para diferenciar-se junto aos Xerente do governo anterior, que havia enviado tropas da polícia estadual para conter os conflitos na T.I. Xerente. Segundo o Jornal do Tocantins:

“O primeiro encontro entre os índios Xerente e o Governador teve tom cordial. Um dos assuntos mais polêmicos entre os Xerente e o Governador do estado, a questão da construção de uma ponte em área da reserva, não foi tratado. Porém o Governador assegurou que não deseja discórdia, mentiras e fuxicos entre ele e os índios e ainda que não vai

botar polícia contra os indígenas. ‘Não vou botar polícia contra vocês. Se um dia vocês estiverem bravos, vou entender, por que têm dias que o ser humano está mais nervoso’, garantiu Siqueira Campos.” (Jornal do Tocantins, 3 a 4 de março de 1995).

Nesse segundo mandato (1995-1998), houve uma clara demarcação do posicionamento dos atores sociais que disputam a representação política das populações indígenas do estado. Como foi dito, no primeiro mandato do governador Siqueira Campos e no de Moisés Avelino, foram efetuadas algumas aproximações com a Funai. No segundo mandato, entretanto, a rivalidade entre Siqueira Campos e, particularmente, a ADR Regional da Funai de Gurupi ganhou a opinião pública regional. O auge desse conflito pode ser aferido pela tentativa de deposição do administrador regional da Funai em Gurupi por parte da maioria dos caciques e lideranças Xerente em 1996. Segundo várias versões, essa rebelião foi insuflada por políticos que se vinculam ao governador Siqueira Campos na esfera local. Veremos isto com mais detalhes no último capítulo dessa dissertação.

Nas eleições de 1998, Siqueira Campos, então já filiado ao PFL e encabeçando, como sempre, a União do Tocantins, e Moisés Avelino, pelo PMDB, finalmente se confrontariam face a face. A conquista do terceiro mandato de Siqueira Campos deu-se de forma esmagadora contra o seu supostamente maior e temido adversário. Com mais de 60% dos votos, Siqueira Campos venceu, novamente pela coligação denominada “União do Tocantins”/ U.T. (PFL, PPB, PSDB, PV, PDT, PSB, PL, PTB, PST, PRP, PTdoB, PSDC, PTN, PSC, PRTB!), o rival do PMDB, Moisés Avelino, da coligação “Tocantins para Todos” (PMDB, PPS, PCdoB, PSD), ainda no primeiro turno da eleição estadual de 1998. Pela primeira vez, o Partido dos Trabalhadores evitou, pela primeira vez, coligar-se ao PMDB, lançando um candidato próprio ao governo, Célio Moura, que viria a obter cerca de 4% dos votos. Junto com Siqueira Campos, elegeu-se senador seu filho Eduardo Siqueira Campos, até então prefeito de Palmas.

O fato de ter acompanhado os momentos finais deste processo eleitoral leva-me a tecer algumas considerações acerca dos reflexos das eleições regionais na esfera local. Tais considerações serão feitas no último capítulo.

Apesar de ambos os governadores seguirem trajetórias parecidas, quando observamos seus comportamentos em relação ao trato pessoal com as populações

indígenas do estado, especificamente com os Xerente, percebemos algumas diferenças de estilo. Siqueira Campos costuma visitar as T.I.s Xerente, em festas anuais patrocinadas pelo governo, como a comemorativa do Dia do Índio – tendo inclusive recebido um nome Xerente, Kasuwamri . Moisés Avelino, pelo que fui informado, sempre se manteve distante das T.I. Xerentes, mas não dos municípios que compõem a esfera local<sup>119</sup>.

### **1.3. A Funai, o Cimi e a Procuradoria Regional da República**

Entre os atores do cenário político da esfera regional e local, falarei de maneira mais pormenorizada das ações da administração da Funai, com sede em Gurupi, e das equipes locais do Cimi junto aos Xerente no capítulo 5 desta dissertação.

Cabe dizer, como informação preliminar, que a Funai do Tocantins, desde 1988, divide-se administrativamente em duas regionais: a A.D.R (Administração Regional) de Gurupi, responsável pela assistência aos povos Javaé, Karajá, Avá-Canoeiro (Ilha do Bananal) e Xerente; e a A.D.R. de Araguaína, responsável pela assistência aos povos Apinayé, Krahô e Javaé do Norte. Durante todo o período da pesquisa, nunca ouvi nenhum comentário ou notícias em jornal e televisão sobre a ADR de Araguaína. Independentemente dos conflitos existentes entre as populações indígenas que têm suas T.Is subordinadas a esta última na atual situação histórica, o fato é que os conflitos com os povos indígenas sob assistência da ADR de Gurupi têm monopolizado as atenções regionais pelo menos desde a fundação do estado do Tocantins.

O Cimi Regional (TO/GO), com sede em Palmas, possui atualmente 5 equipes de missionários, sendo quatro delas no estado de Tocantins e a restante em Goiás: uma em Tocantinópolis (TO), junto aos Apinayé; duas junto aos Karajá/Javaé (uma em Boto Velho/TO e a outra na Ilha do Bananal/TO); uma quarta em Miracema (TO, junto aos Xerente e, por fim, em Rubiataba (GO), junto aos Tapuia do Carretão. A relação das sucessivas equipes dos Cimi com o Bispado em Palmas não é nada tranqüila. Enquanto o bispado tem insistido para que se ajudem os Xerente através da implantação nas T.I.s de “associações comunitárias e uma capela”, o Cimi Regional - reafirmando o conflito existente entre as facções “progressistas” e “conservadoras” da Igreja Católica - insiste

---

<sup>119</sup> É provável que esse distanciamento do ex-governador do PMDB deva-se às “boas relações” que seu partido detinha com a Funai , órgão cuja hegemonia pertence, há décadas, às forças políticas vinculadas ao PMDB goiano.

claramente na linha de intervenção política. Entretanto, segundo informações de um missionário que se coloca de modo claramente equidistante das duas posições acima citadas, as preocupações do bispado em Palmas quanto à recuperação da tarefa evangelizadora junto aos Xerente apenas repercutem as preocupações gerais da Igreja católica no país: contrabalançar o crescimento exagerado das religiões pentecostais e sua possível influência sobre as populações marginalizadas.

Outro ator político fundamental nas esferas é a representação da Procuradoria da República no estado. Cumprindo suas funções legais, a Procuradoria tem tido um papel muito significativo ao obstar uma série de projetos de infra-estrutura que os sucessivos governos insistem em implementar "a toque de caixa" em todo o território tocantinense, desrespeitando incessantemente os direitos indígenas e a legislação ambiental.

A Procuradoria Regional da República no Estado do Tocantins (PR-TO) foi instituída em 25 de outubro de 1991, tendo como sede a capital do estado, Palmas. Até 1995, havia um rodízio de procuradores, que, mensalmente, respondiam e encaminhavam questões pertinentes ao MPF (Ministério Público Federal). O primeiro procurador-chefe a tomar posse foi o Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho, em novembro de 1995. No ano seguinte, o Dr. Mário Lúcio de Avelar o substituiu na chefia, respondendo também pela procuradoria regional dos direitos do cidadão.

Difícilmente poderia me ater a uma análise mais pormenorizada de todas as implicações advindas da Ação Civil Pública nº 93.800-5 que o MPF, através da PR-TO, vem movendo contra o estado do Tocantins, desde 1993, a respeito das obras de infra-estrutura que atingem as T.I.s Xerente. A quantidade de documentos (liminares, ações, sentenças, recursos, relatórios, laudos periciais, EIA-RIMAS etc.) envolvidos no processo<sup>120</sup> exigiria, devido à complexidade técnica que rege o campo do direito, uma especialização muito além de minha formação acadêmica. De qualquer forma, ao optar por selecionar alguns trechos dos referidos documentos, acredito ser possível demonstrar a importância decisiva que a PR-TO possui no campo político das esferas em análise.

Em 10 de dezembro de 1993 - portanto, na administração estadual de Moisés Avelino do PMDB - o Procurador Regional da República, Dr. Paulo Bessa de Antunes solicitou junto ao Tribunal Regional Federal (TFR) da 1ª Vara de Palmas uma liminar em favor da paralisação das obras de infra-estrutura que estavam em curso nas T.I.s Xerente:

---

<sup>120</sup> Fornecidos gentilmente pelo Procurador Dr. Mario Lúcio de Avelar.

construção de uma ponte sobre o Rio do Sono e pavimentação de duas estradas (TO 010 e TO 245).

“Apesar da ampla proteção legal conferida às áreas indígenas pelo ordenamento jurídico brasileiro, o Estado do Tocantins, vem patrocinando ações que estão se constituindo em gravíssimo risco para as reservas e para a própria sobrevivência do povo Xerente. (...) esta liminar é requerida para que se determine a imediata paralisação das obras da ponte sobre o Rio do Sono e que se determine a paralisação de qualquer estudo ou trabalho que implique na construção ou pavimentação asfáltica de estrada cruzando ou de qualquer forma perturbando a Reserva Funil...(…) é inquestionável, portanto, que o Estado do Tocantins vem pressionando as duas áreas indígenas de maneira constante, reiterada e deliberada. É fácil perceber que o objetivo é o de praticar uma política de *fait accompli*, visando a estabelecer uma situação irreversível...”.

A liminar foi concedida pelo então juiz federal Dr. Marcelo Dolzany da Costa ao final do mês de dezembro do mesmo ano, que declarou:

“Convenci-me do risco premente da extinção da Reserva Indígena. A execução das obras é de vultoso impacto ambiental e não obedece às devidas cautelas.” (Jornal Q Liberal –03/01/94)<sup>121</sup>.

Ao mesmo tempo, uma enorme campanha via jornais e mobilização das populações residentes nos municípios beneficiados pelas obras, sintonizados com as aspirações das

administrações locais e regionais, era desencadeada:

“Obras beneficiam cidade de Lizarda” (Jornal do Tocantins,10-13/12/1993);

“População do Rio Sono quer que o Governo conclua a ponte” (Jornal do Tocantins, 18-20/01/1994).

---

<sup>121</sup> Fonte: Povos Indígenas no Brasil – (ISA) – 1991/1995: pag. 659.

O governo do estado, inconformado com a decisão, apelou ao TRF, solicitando a cassação da liminar concedida ao PR-TO. Em declaração pública (Correio Brasiliense, 05/01/94<sup>122</sup>), o governo divulgou nota comentando a posição do Procurador Regional Dr. Paulo Bessa de Antunes, afirmando que ele

“...quer dinamitar um bem público<sup>123</sup>, construído com o dinheiro do estado, atendendo reivindicações de parcela de sua população (...) nenhuma parte do estado conseguirá sair do atraso ou do subdesenvolvimento se for mantida isolada do progresso e penalizada pela demagogia de alguns e a intemperança jurídica de eventuais nem sempre capazes de permanentes.”

Na esfera local, a tensão entre os Xerente e os moradores de Tocantínia voltava a freqüentar os noticiários.

Com o título “Paralisação põe branco contra índio”, o Jornal do Tocantins de 25-28/02/1994 afirmava:

“A população de Tocantínia está revoltada contra a paralisação das obras da estrada que liga a cidade a Palmas, assim como o embargo da ponte do Rio Sono ‘O povo de Tocantínia não entende e não aceita que esta obra não venha’, disse a prefeita Maria da Luz (PMDB)”

“Manifestação exige rodovia”:

“Cerca de 200 pessoas, representando a população de Miracema, Tocantínia, Rio do Sono e Lizarda, visitaram a Assembléia Legislativa do estado e o Palácio Araguaia...Eles entregaram ao governador uma abaixo assinado com 2 mil e 600 assinaturas reivindicando a continuação da obra de construção da rodovia Palmas-Tocantínia e da ponte sobre o Rio Sono, embargada pela Procuradoria da República.” (Jornal do Tocantins, 15-17/02/1994).

---

<sup>122</sup> Fonte: Ricardo (1996) “Povos Indígenas no Brasil -1991/1995”. pp. 659.

<sup>123</sup> Já haviam sido gastos cerca de US\$ 1.000.000 na construção da ponte sobre o Rio do Sono, quando do seu embargo.

Os abaixo-assinados, endereçados ao Governador Moisés Avelino, foram elaborados junto aos moradores das cidades de Tocantínia, Rio do Sono, Miranorte, Miracema, Lizarda e Porto Nacional e traziam a seguinte mensagem:

‘Nós, abaixo assinados, moradores da cidade de [“x”] e região, tomando conhecimento através da imprensa de que a Procuradoria Geral da República propôs contra o Estado do Tocantins uma Ação Civil Pública visando a paralisação e demolição da Ponte sobre o Rio Sono e da construção da estrada Palmas/Tocantínia...Consideramos inoportuna e irresponsável a atitude da Procuradoria da República que atendeu a uma minoria desconhecida em detrimento de toda uma região. Para tanto solicitamos os préstimos de Vossa Excelência, no sentido de não permitir que esta Região seja privada dos benefícios de tão importante obra”

O litígio se irradiaria por outras esferas. O escritório do BIRD-Banco Mundial em Brasília, devido ao possível empréstimo de US\$ 87.000.000 ao governo estadual, então em negociação com a gestão de Moisés Avelino, pediria explicações sobre a situação: “BIRD exige esclarecimento sobre obras” era a manchete do Jornal do Tocantins em 25-28/02/1994.

Diante de tamanha pressão, a apelação do governo seria atendida em 11 de maio de 1994<sup>124</sup>. Suspendendo a execução da liminar inicialmente concedida ao MPF (Ministério Público Federal), o juiz e relator Vicente Leal, da 3ª turma do TRF da 1ª Região do Tocantins, assim manifestou-se:

“A construção de estrada, obra pública estadual de interesse geral, é medida administrativa de grande alcance social e econômico, principalmente nas regiões em desenvolvimento. A construção da rodovia TO 010, pelo Governo do Estado de Tocantins não pode ser obstaculada pelo simples fato de atravessar área de reserva indígena, por

---

<sup>124</sup> Processo nº 94.01.066663-TO –TRF.

não se vislumbrar qualquer prejuízo à sua cultura nem causar impacto ambiental de expressão.”<sup>125</sup>

Com o reinício “oficial” das obras, parte das facções Xerente – em aliança com a Funai e com o Cimi – passou a se mobilizar contra sua continuidade, enquanto o Procurador Paulo de Bessa Antunes, em 21 de junho de 1994, retomava o processo, solicitando, desta vez, a suspensão da liminar concedida ao governo do estado:

“O Estado do Tocantins está planejando e executando estrada com o objetivo de efetivar a ligação entre a capital Palmas e a cidade de Lizarda. Para a consecução de seus objetivos rodoviários o Estado-réu vem turbando a posse mansa e pacífica que o povo Xerente mantém de suas duas reservas (Funil e Xerente)... A liminar anteriormente concedida por V. Excelência foi cassada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.. ...A repercussão da atitude do estado do Tocantins sobre a comunidade Xerente é a mais negativa possível ... devendo ser registrada, ainda, a prática rotineira da administração estadual em buscar dividir as lideranças indígenas, levando-os a posições contraditórias que, na verdade, servem somente para dilacerar a identidade cultural dos Xerentes... Ocorre que, o réu, valendo-se, maliciosamente, da cassação da liminar, pretende constituir uma situação de fato irreversível. Isto é, pretende, “a toque de caixa”, concluir toda e qualquer obra que esteja fazendo na região..”

Por outro lado, em meio a liminares, contra-liminares, cartas de denúncia, parte dos Xerente se organizaram e “tomaram a ponte sobre o rio do Sono em agosto de 1994.

Para termos uma idéia da gravidade deste conflito, em 30 de agosto, o Procurador Paulo de Bessa Antunes reafirma a necessidade de cassação da liminar favorável ao estado, denunciando ao TRF a iminência da instauração de conflito armado na área Xerente:

---

<sup>125</sup> Ao descrever as etapas do processo em questão, o Procurador Regional da República, de maneira irônica comenta esta decisão: “*Entretanto, o Egrégio Tribunal Regional da 1ª Região, ao apreciar recurso interposto pelo Estado-réu, sensível ao seus apelos de ordem governamental – como de costume - , determinou a sustação da liminar, fato que se consolidou em 11 de maio de 1994.*” (grifo meu). Memorial da Procuradoria Regional da República sobre o processo 93.800-5, apresentado a 1ª Vara do Tocantins, em janeiro de 1997.)



“...está devidamente apurado que o Estado do Tocantins, pelos seus órgãos competentes, já deslocou vários contingentes de policiais, fortemente armados, para a região, com o objetivo explícito de evitar qualquer turbação da continuidade das obras por parte dos silvícolas, bem como a instauração doutros conflitos armados (...) A Funai, por sua vez, afirma que os índios, com ânimos extremamente acirrados, na medida de suas possibilidades, também estão se armando, já estando a portar picaretas, facas e outros objetos, dispostos a evitar, pela força, qualquer continuidade dos trabalhos de construção da ponte e das estradas através de suas terras. (...) O conflito é pois iminente. Sobreleva o risco de o próprio Estado propiciar a instauração do conflito.”

Depois de uma semana de tensão na esfera local - onde, de um lado, os Xerente se postaram pintados e “armados” para uma “guerra” e, do outro, a Polícia Estadual, ameaçando-os com o disparo de revólveres - foi efetuada uma negociação, ao cabo da qual a polícia se retirou e o governo estadual se comprometeu a paralisar imediatamente as obras.

Acalmados os ânimos, surgiria uma nova celeuma. Atendendo à solicitação das partes em litígio (Funai e PR-TO versus Estado do Tocantins), foram contratados dois técnicos para verificar se, realmente – após dois anos de conflitos e tensões -, a ponte estava dentro da área Xerente ou não (!). O primeiro perito, engenheiro agrônomo, efetuou a pesquisa em abril de 1996. O segundo, em junho do mesmo ano, conforme exigência da Funai e por ela indicado. Inquiridos pelo MPF, em momentos diferentes, as respostas dos técnicos foram absolutamente contrárias. Vejamos:

MPF: “O estado do Tocantins iniciou construção de ponte no interior de área Xerente?”

1º Perito: “Com base no levantamento com o uso de GPS, conclui-se que a ponte em questão sobre o Rio do Sono não se encontra dentro da área Xerente e, por isso, o estado não iniciou construção de ponte no interior de área Xerente. O marco OB (ponto 03) o qual mais se aproxima da ponte encontra-se a 40 metros do eixo da mesma.

2º Perito: “Sim, aproximadamente 15 metros no interior da Terra Indígena”

Segundo comentários, não comprovados, o primeiro perito teria sido indicado pelo estado do Tocantins<sup>126</sup>, o que levou a Funai a requerer uma nova perícia, conforme já assinalado. De qualquer forma, com tais respostas contraditórias o MPF solicitou uma terceira perícia, agora, de fora do estado do Tocantins – mais especificamente, do Rio de Janeiro – que chegou, finalmente, ao seguinte parecer, em 4 de setembro de 1994:

“Baseado nos levantamentos topográficos e nos limites da reserva indígena de Xerente, concluímos que a cabeceira da ponte, objeto deste parecer, encontra-se localizada dentro da referida reserva.”

Bem, o drama “legal” foi se arrastando até novembro de 1996, quando, finalmente, veio a ser julgada e proferida a sentença em relação à Ação Civil Pública movida pela Procuradoria desde 1993, tendo como assistentes a União federal e a Funai, contra o “Estado-réu” do Tocantins.

O juiz federal da 1º Vara da SJ/TO o Dr. Marcelo Dolzany da Costa – o mesmo que havia concedido a primeira liminar de embargo em 1993 -, no dia 20 de novembro de 1996, profere a seguinte sentença:

“...condenar o réu [ o estado do Tocantins] à paralisação imediata das obras de construção da ponte sobre o rio do sono e do asfaltamento da estrada existente entre os municípios de Rio do Sono e Tocantínia e no trecho de sete quilômetros encravados na Reserva do Funil ... Indefiro os pedidos de recomposição de danos ambientais à falta de estudos periciais sobre o assunto nestes autos...”

A sentença não agradou nem ao MPF, muito menos ao governo do estado do Tocantins. O MPF recorreu da sentença, através do seu Procurador Regional, Dr. Mário Lúcio de Avelar, e, no dia 7 de janeiro de 1997, interpôs novo recurso junto ao TRF, afirmando que:

<sup>126</sup> “Esta perícia, ao que parece lastreada em dados suspeitos, foi contestada pelo laudo elaborado pelo assistente técnico da Funai e pela ITACONSULT do Rio de Janeiro, empresa inicialmente contatada para funcionar como assistente do Ministério Público” (memorial da MPF, janeiro de 1997)

“Em que pesem o respeito e a admiração que possui o signatário pela cultura e brilho do Digno Magistrado, não há de negar-se que andou mal quando, na decisão profligada, negou o pedido de recomposição dos danos ambientais à conta de ausência de estudos periciais.(...) Os danos causados pelo Estado em terras Xerente, quando realizou abertura e ampliação de estradas e a construção da ponte, implicou na destruição de matas, no comprometimento da diversidade biológica, e o que é mais grave, no aumento vertiginoso do tráfego de veículos, o que implica, lamentavelmente, na redução dos recursos naturais necessários à sobrevivência daquela comunidade. (...) Não é demais registrar que nos últimos anos, especialmente após a criação do Estado do Tocantins em 1988, a região do entorno da reserva Xerente sofreu profundas alterações no aspecto populacional e econômico, incrementado sobretudo pela criação da capital Palmas que conta hoje com aproximadamente 85.000 pessoas. (...)Destarte, confiante nas elevadas inteligências deste Tribunal, refúgio e salvaguarda dos interesses difusos no País, e consciente da procedência das razões em apelo, amuletadas que estão em doutrina e jurisprudência, espera o Ministério Público Federal, por seu representante signatário, seja conhecido e conferido provimento ao presente recurso, para efeito de condenar o Estado do Tocantins a recompor os graves prejuízos provocados aos ecossistemas existentes nas reservas indígenas ao longo mencionadas”

A apelação à sentença feita pelo Procurador do Estado do Tocantins contra a paralisação definitiva das obras na área Xerente, em 10 de janeiro de 1997, mereceria, por si só – como, de resto, todos os documentos aqui citados - uma análise à parte. Entretanto, como venho fazendo, transcrevo abaixo apenas alguns trechos, para termos uma idéia das “razões de Estado” em conflito.

Segundo o Procurador Geral do Tocantins, responsável pela defesa legal da administração estadual,

“Inobstante o respeito que o Estado do Tocantins devota à Justiça Federal, e a inegável cultura jurídica do insígne Magistrado prolator da sentença agora recorrida, não laborou a decisão em seara pacífica! (...) Neste aspecto, a sentença condena, inapelavelmente, as já pobres e discriminadas comunidades da região, que congrega diretamente os municípios de Rio do Sono, Lizarda, Novo Acordo, São Felix do Tocantins, Lagoa do Tocantins, Ponte Alta do Tocantins, Mateiros, Aparecida do Rio Negro e Lageado, habitados por cerca de 105.000 pessoas, a permanecerem ilhados, isolados ou servidos por caminhos precários, pelas próximas muitas décadas!” (...) “A sentença recorrida, está assentada sobre a falsa premissa, de que os Xerentes, não sabem o que querem, e de que o Ministério Público Federal sim, está autorizado a dizer o que os Xerente querem...” (...) Deixar os Xerentes cada vez mais distanciados da comunidade envolvente, mal tendo do que sobreviver e sem as mínimas condições de alcançar (mantendo sua língua, crenças e tradições) um possível progresso econômico, é defender os interesses deles, Xerente?” (...) Ninguém precisa ser marxista para reconhecer no fato econômico o fato fundamental da politização da sociedade,...Quem pode negar que a dependência econômica gera a dependência política, e induz a dependência sócio-cultural?” (grifos meus).

Após tantas idas e vindas, novos recursos foram solicitados. A Ação Civil Pública embargando as referidas obras, atualmente, continua válida.

O governo do estado do Tocantins tem informado aos Xerente, através da mediação de indivíduos a ele vinculados na esfera local, que só voltaria a conversar sobre as obras se o MPF retirasse a ação civil na qual o estado é o réu. Segundo informação pessoal, uma parte dos caciques Xerente realmente teria participado de um encontro com o Procurador Regional em Palmas, no final de 1997, solicitando que fosse retirada a ação

civil em curso, já que gostariam de voltar a “negociar” e “autorizar” a continuidade das obras embargadas devido a possíveis indenizações<sup>127</sup> prometidas pelo estado.

Os conflitos que se revelam entre os poderes legislativos situados no estado do Tocantins são, como vimos, impressionantes: a PR-TO questiona os reais interesses dos juizes do TRF em Palmas quando estes concedem liminar ao estado. Dois juizes da mesma instância deliberativa (o TRF) concedem liminares com teor exatamente opostos. A PR-TO questiona o mesmo TRF, quando este professa a sentença de condenação do Estado, obrigando-o a paralisar as obras definitivamente, além de questionar a sentença, em parte a seu favor, salientando a parcialidade do atendimento aos seus pedidos, no que tange aos danos ambientais.

Trata-se de um conflito entre atores sociais com interesses bastante divergentes, para não dizer contraditórios. Cientes da existência de interesses divergentes entre as diversas facções Xerente, a PR-TO, a Administração Regional da Funai em Gurupi, as Administrações estaduais e municipais e o Cimi - mesmo desconhecendo o seu significado mais profundo - acabam por corroborar muito mais suas “idiossincrasias” e, conseqüentemente, por legitimar seus próprios interesses, significativamente contraditórios. Em meio a um campo político tão confuso e fragmentado, as facções Xerente acabam obtendo, apesar das dificuldades e tensões que esse processo acarreta, parte dos recursos que constantemente reivindicam. Daí, a eficácia de sua organização faccional diante dos eventos em curso nas esferas focalizadas.

É interessante notar que, apesar da tentativa que venho fazendo até aqui de apresentar uma etnografia do que chamei de campo político da esfera regional, apresentando as articulações e atores que a compõem especificamente, a interconexão desse campo com os das esferas local e supra-regionais é evidente. A referência à Procuradoria da República e ao Cimi revelam este fato: estes atores poderiam ser caracterizados como envolvidos não apenas no campo político da esfera regional, objeto histórico analiticamente privilegiado nesta seção, mas sim, à esfera federal. Esta constatação tem implicações na discussão aqui proposta. Tanto a Procuradoria como as equipes do Cimi constituem-se como freios e contra-pesos às ações políticas levadas a cabo pelos governadores do estado do Tocantins e seus aliados nas respectivas esferas

<sup>127</sup> Por “indenização” – conforme uma das propostas divulgadas - os Xerente entendem, entre outros bens, “... 1.144 cabeças de gado; 2.288 hectares de pastagens cultivadas; 50 hectares de capineiras; 16 estábulos cobertos com 16 currais e bretes; 70 kms de cercas divisórias em arame liso; 7 veículos para equipes de saúde e para os postos da Funai; reforma de três postos de saúde; 2 unidades moveis completas de atendimento médico e de atendimento odontológico; 9 veículos toyota; 8 veículos Chevrolet D-20; 01 caminhão... etc.”

regional e local. Tais freios e contra-pesos só são possíveis, justamente, pelo fato de que tanto a Procuradoria como as equipes do Cimi no Tocantins, ao agirem regional e localmente, seguem diretrizes que, estando além da fronteira estadual, possibilitam a eles a confrontação com os interesses dos grupos políticos regionais e locais.

A Administração Regional da Funai em Gurupi foi um caso à parte, durante a administração de Edson Beiriz. Apesar de ser possível caracterizá-la, em tese, da mesma maneira que os dois atores acima - quer dizer, seguindo diretrizes que lhe possibilitam servir de contra-peso aos interesses das administrações dos governos estaduais e municipais- a ADR Gurupi é pressionada, ao mesmo tempo, pela rede de interesses políticos locais que fogem ao controle da administração regional. Isso ficará mais claro no capítulo final da dissertação.

O que é possível adiantar, por ora, é que a ADR Funai de Gurupi, e mesmo o Cimi Regional, por terem equipes que atuam diretamente na área Xerente, ficam muito mais expostos a instabilidades organizacionais do que a Procuradoria Regional, em virtude das articulações e armadilhas políticas advindas dos contraditórios arranjos e rearranjos políticos que se operam entre as facções Xerente e os “políticos” que medeiam os interesses da administração estadual na esfera local.

Assim, como reflexo das situações vivenciadas na esfera local, tanto a administração da Funai em Gurupi como a Coordenação do Cimi em Palmas, apesar de algumas alianças pontuais, possuem algumas reservas mútuas. É preciso dizer que a unicidade na atuação das equipes do Cimi nas respectivas esferas é um fator que as diferencia claramente da atuação fragmentada das equipes da Funai. Quero dizer que, enquanto os missionários do Cimi costumam agir e tomar todas as decisões conjuntamente, geralmente em reuniões intermináveis em busca do consenso, as ações e posturas políticas dos funcionários da Funai que atuam na esfera local diante das decisões e posturas da administração regional em Gurupi, costumam apresentar profundas divergências. Em suma: enquanto os missionários que compõem as equipes do Cimi atuam de maneira absolutamente coletiva, os funcionários da Funai atuam de maneira bastante individualizada<sup>128</sup>.

---

<sup>128</sup> Não há muita novidade nessa distinção: O Cimi é um organismo reconhecidamente constituído por um posicionamento ideológico claramente definido, com dinâmicas internas que buscam a todo tempo decisões coletivas. A Funai, ao contrário, é uma amálgama de interesses, posicionamentos, lealdades, etc. para com os índios, governo federal, partidos políticos, etc.

Mesmo podendo se manter distante das “armadilhas da política local”, das quais o Cimi e a ADR Funai de Gurupi dificilmente conseguem escapar, a Procuradoria Regional da República, através da atuação de seus Procuradores, já sentiu o sabor do facciosismo Xerente em diversas ocasiões. Na maioria das vezes, os procuradores regionais só se deslocam até a esfera local quando solicitados a participar de alguma reunião com as lideranças Xerente ou acompanhar algum conflito em curso (o caso da ocupação da ponte sobre o Rio do Sono, por exemplo). Normalmente, são algumas lideranças e facções indígenas que vão até os gabinetes da Procuradoria da República, em sua sede em Palmas, para solicitar algum tipo de intervenção nos litígios em curso. O caso a seguir é bastante ilustrativo.

Ao receber as “lideranças Xerente” para discutir as implicações da construção da ponte sobre o Rio do Sono, o então Procurador Regional da República descreve uma parte das conclusões do encontro desta forma:

“ Na oportunidade os índios relataram ao Procurador a situação atual vivida por eles devido às interferências do Governo do estado do Tocantins, que cooptando lideranças e pressionando as aldeias com o objetivo de obter autorização indígena para a continuidade destas obras, causou a multiplicação de aldeias, que de 16 passaram a 33. Tal ingerência tem criado divisão interna entre os indígenas, que podem chegar à vias de fato entre si, caso não haja uma intervenção enérgica por parte do poder público federal nas causas do problema. Comunicaram ainda que o Vice-Governador Raimundo Nonato Pires dos Santos é que está encarregado pela intermediação junto aos Xerente, para a obtenção da concordância dos índios para a realização das obras.<sup>129</sup>” .

Verificando a lista dos presentes, encontram-se lideranças Xerente, missionários do Cimi regional e local e um funcionário da Funai de Gurupi. Evidentemente, pela composição da reunião e pelo seu teor, tratava-se de uma aliança momentânea entre rivais do governo do Estado. O mais interessante e, aparentemente, contraditório, é saber

---

<sup>129</sup> “Reunião de Trabalho sobre a reserva Xerente e a Construção da Rodovia TO-040 e a Ponte sobre o Rio do Sono”.(19/06/1996 – Palmas)

que as lideranças Xerente que participaram dessa reunião são as mesmas que, em outro momento, haviam apresentado uma lista de reivindicações ao governo do Estado, legitimando a continuidade das obras na área indígena, como pude presenciar in loco. Tal fato apenas demonstra o que afirmei antes, e que será demonstrado com mais detalhes nos capítulos finais desta dissertação: os arranjos e rearranjos políticos das facções Xerente atordoam os atores não-indígenas que tentam, de algum modo, intervir nos litígios em curso na esfera local. A expectativa dos profissionais não –índios – como os Procuradores da República – parece ser a de que haja reivindicações coletivas e “representação”, no sentido ocidental do termo. Devido à experiência já adquirida diante de tantos litígios, a Procuradoria da República, a duras penas, teve de aprender que, do lado dos Xerente, as relações faccionais predominam em qualquer dos processos reivindicatórios e de negociação.

Acontecimento bastante expressivo disso é revelado pelas negociações referentes à construção da ponte sobre o rio Sono, entre 1993 e 1994. Enquanto um grupo de caciques da região da T.I. Xerente afetada mais diretamente “autorizava” a continuidade do empreendimento em 1993, uma coalizão faccional que, na época, controlava a diretoria da Associação Indígena Xerente a denunciava, exatamente um ano depois, através de uma carta assinada por um dos seus diretores. Vejamos as duas versões.

“Ao Sr. Governador do Estado do Tocantins, Moisés Nogueira Avelino: Nós lideranças indígenas Xerente e Representantes Xerente das 5 aldeias..., reunimos, no dia 19 de maio de 1993, e decidimos por nossa conta própria, liberar a construção da Ponte sobre o rio do Sono. Quanto a questão da pavimentação que liga Tocantínia a Palmas, nós daqui não opinamos nada.” (19 de maio de 1993).

“ ...Olha só depois que criou o Estado do Tocantins, o governador do estado Moisés Avelino está invadindo nossa reserva sem nos consultar. Quer construir uma ponte sobre o rio do Sono e um trecho de asfalto dentro da nossa reserva. Já tivemos na Procuradoria da República em Brasília e na Procuradoria da República em Palmas, que foi pedido o embargo das obras. (...) Mas nos não aceitamos de modo



nenhum qualquer tipo de pressão e não vamos aceitar a ponte e nem a estrada de asfalto dentro da nossa reserva.” (Carta de Denúncia – 18 de maio de 1994).

A conseqüência mais evidente desse aprendizado é que, ultimamente, as decisões encaminhadas pela Procuradoria Regional diante dos projetos de infra-estrutura que atingem as T.I.s Xerente, têm-se pautado exclusivamente pelos dispositivos formais presentes no campo do direito – particularmente, através da crítica à inconsistência dos relatórios de impacto ambiental apresentados ou pela ausência deles - em detrimento das inócuas tentativas de encontrar consenso junto aos Xerente<sup>130</sup>.

Por fim, é importante ressaltar que, apesar de os empreendimentos do Programa “Brasil em Ação” estarem decididamente articulados às demais obras de infra-estrutura em curso nas esferas regional e local - além de incidiram diretamente sobre a última –, tanto a Procuradoria da República como, evidentemente, a ADR da Funai em Gurupi questionam ainda de maneira muito vaga e pouco produtora a responsabilidade do poder executivo federal sobre essa dinâmica, centrando suas críticas apenas nas administrações do governo estadual. Apenas ultimamente, com o episódio conturbado da proposta de implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins-Mortes, o Cimi e a Procuradoria passaram a denunciar essa articulação, um tanto quanto mais complexa.

Uma análise mais detalhada da estrutura organizacional tanto da Funai, da Procuradoria, como do Cimi, de seus antagonismos e proximidades e, enfim, das repercussões de seus posicionamentos nas esferas em questão, exigiriam que esta dissertação alterasse seu foco. De qualquer forma, espero ter conseguido demonstrar, mesmo que rapidamente, um pouco das distinções entre cada um desses organismos, bem como de seus modos de inserção política nas esferas local e regional.

## **2. O CAMPO POLÍTICO DA ESFERA LOCAL**

Depois de passar por um período menos turbulento, que coincidiu com o mandato do PMDB em Tocantínia entre 1985 e 1988, o campo político da esfera local voltaria a ver suas tensões internas acirradas. Isso ocorreu por conta de dois fatos simultâneos: a

---

<sup>130</sup> Sempre a duras penas, os organismos que se envolvem com a dinâmica faccional Xerente percebem gradativamente o quanto é abstrato se falar em *defesa judicial dos direitos e interesses das populações indígenas*, conforme exposto no item Funções Institucionais, artigo V. do Ministério Público Federal. ([www.mpf.gov.br](http://www.mpf.gov.br)).

instalação da capital provisória do estado recém-criado em Miracema e o processo definitivo de demarcação da T.I. Funil.

Antes da escolha de Miracema do Norte, situada em frente à T.I. Xerente, na margem oposta do rio Tocantins, como capital provisória, até a própria cidade de Tocantínia chegou a ser motivo dessa especulação: “Tocantínia quer ser a Capital”, dava como manchete o jornal O Estado do Tocantins em outubro de 1988. Reavivando os interesses nunca esquecidos de transferência dos Xerente, a matéria afirmava que,

“Sobre a inconveniência de se construir a capital do Tocantins naquele município devido à reserva indígena dos Xerentes, o prefeito disse que já conversou com funcionários da Funai. Os quase 800 índios ali residentes seriam transferidos para outro local.”

Apesar desse “boato”, Miracema do Norte foi o município escolhido como sede provisória do governo tocantinense, passando, a partir de então, a se chamar Miracema do Tocantins

“Por solicitação do governador do Estado do Tocantins, deputado Siqueira Campos [que ainda não havia sido empossado oficialmente] , durante audiência extra-agenda o governador Henrique Santillo assinou ontem decreto declarando de ‘interesse público’ um quadrilátero de 8 mil e 100 kms, nas proximidades de Miracema do Norte, destinado à construção da capital definitiva do novo Estado.” (O Popular,10/12/1988)<sup>131</sup>

A tensão trazida à esfera local pela instalação da capital do estado em Miracema levou a administração da Funai, imediatamente, a uma iniciativa considerada urgente: o processo definitivo de demarcação da área indígena do Funil. Alongando-se desde 1979, o processo demarcatório finalmente viria a se concretizar:

“A demarcação da A.I. Funil, de 16 mil ha, no município de Tocantínia (TO) foi finalmente concluída por técnicos da Funai, com o apoio da PF, para assegurar a normalidade das atividades.” (O Popular,15/06/1989).

---

<sup>131</sup> Fonte: CEDI- Aconteceu – Povos Indígenas no Brasil,87-90. pp.498.

Numa clara mudança de posicionamento, e por motivos desconhecidos, tanto o então governador do Estado Siqueira Campos como seu aliado em Tocantínia, o prefeito (pela segunda vez) Raimundo “Xuxu” Bucar, “apoiaram” a reivindicação Xerente, depois de terem sido os grandes expoentes da luta contra a demarcação, durante as décadas de 70 e 80. O jornal O Popular, de 12/ 05/1989, relata uma reunião ocorrida entre o governador, o prefeito de Tocantínia, representantes da Funai e da FUNATINS, posseiros, arrendatários e o cacique do Funil:

“Siqueira Campos, que ficou como avalista moral da questão, disse que a solução realmente estava no entendimento das partes envolvidas. ‘O Governo representa um universo maior; a mim cabe defender tanto os índios como os posseiros e habitantes do município’. O prefeito Raimundo Bucar disse que iria concordar com a demarcação dos 16 mil ha, mas não acreditava na Funai.”

Mesmo com as partes “acordadas”, seguiram-se novos momentos de tensão em Tocantínia. Os posseiros se recusaram a sair da área demarcada, sendo necessária a intervenção da polícia federal:

“Reserva Xerente vive clima tenso – índios e posseiros trocam ameaças na luta pela propriedade da terra” (Jornal do Tocantins, 22-28/05/1990) “Polícia deixa aldeia com solução negociada” (Jornal do Tocantins, 02-05/06/1990) “Termina conflito entre Xerente e posseiros”(Jornal do Tocantins, 25/06/90).

Paralelamente às negociações envolvendo a demarcação definitiva da T.I. Funil, o governador Siqueira Campos, numa nova reviravolta, desapropriava uma área que viria a ser, esta sim, a capital definitiva do Estado: Palmas, a 80 km ao sul da T.I. Xerente.

“O estado do Tocantins definiu, finalmente, sua capital, para a qual foram desapropriados 8.100 kms quadrados, declarados de utilidade pública. Os Xerente foram os mais afetados com o desmembramento do estado do Goiás. Depois de um ano de existência, a capital provisória instalada em Miracema do Norte conheceu uma explosão populacional de 10 mil para 60 mil habitantes. Com a definição de Palmas, limítrofes à A. I. Funil, o futuro da comunidade Xerente está

ameaçado por sérios transtornos.” (Jornal de Brasília, 16/05/90).

Os impactos da instalação da capital em Palmas sobre a esfera local só viriam a ser sentidos nos anos subseqüentes. Como já foi dito, os grandes projetos de desenvolvimento atualmente em curso no Estado do Tocantins, e as obras de infraestrutura deles decorrentes, têm incidido e pressionado violentamente as T.I.s Xerente.

De qualquer forma, a demarcação final da T.I. Funil teve algumas conseqüências significativas para os processos sociopolíticos da esfera local. Por um lado, já vimos que a demora de sua demarcação acarretou uma tensão política que repercute até os dias de hoje entre os Xerente do Funil e os demais grupos da chamada “Área Grande”. Os chefes políticos do Funil <sup>132</sup> afirmam que o resto do seu povo não os auxiliou na luta pela demarcação desta parte da área. De maneira análoga, várias lideranças da “Área grande” indicam a não participação do “pessoal do Funil” no processo de demarcação da área. Tal ressentimento tem profundas implicações, ainda hoje, para os Xerente como um todo. Sentindo-se à parte do conjunto, a população do Funil tem articulado a aprovação de obras de infra-estrutura que afetam ambas as T.I.s, como a pavimentação do trecho da estrada TO-010 que liga Palmas a Tocantínia, sem levar em conta, aparentemente, as manifestações das demais lideranças Xerente.

Os chefes políticos da aldeia Funil estão no centro de uma série de processos cruzados. Pelo fato dessa área se localizar talvez no que seja o ponto mais estratégico das T.I.s Xerente – separando Palmas de Tocantínia - são pressionados tanto por forças políticas locais e regionais (inclusive um chefe de posto da Funai) vinculadas ao governo estadual, interessadas em seu consentimento para dar prosseguimento às obras, como pela administração regional da Funai em Gurupi (até 1998!), pela Procuradoria Regional da República e, às vezes, pelo Cimi, no sentido exatamente oposto. Se, porém, há desavenças retóricas entre as forças políticas do Funil e as das demais aldeias Xerente, há também laços de parentesco e políticos que as unem, tema que será objeto do próximo capítulo. Tudo isso pesa nas atitudes a tomar e, muitas vezes, prevalece a atenção à reivindicação de outras facções Xerente, contrárias a uma negociação que não as contemple <sup>133</sup>.

<sup>132</sup> Segundo o cacique do Funil, “*O único [Xerente] que ajudou a gente foi aquele Samuel, chefe da Funai...*”.

<sup>133</sup> Num outro relato, o cacique me disse, em minha última ida a campo (outubro de 1998) que “*estava ficando louco*” porque “*tinha muita gente falando na cabeça dele*” e que, se continuasse assim, ele “*iria desistir*” de ser o “representante” (“cacique”) da Aldeia Funil.

Por outro, os motivos de tamanha demora para demarcar a área do Funil tornam-se claros quando se observa a configuração geopolítica da esfera local: tal demarcação implicou no encapsulamento geográfico definitivo e inusitado da cidade de Tocantínia pelas duas T.I.s Xerente. Por diversas vezes, tive a impressão de que a cidade de Tocantínia é vista pelos Xerente como uma espécie de "moeda de troca" a ser barganhada no jogo que se desenrola pela conquista do campo político naquela esfera local.

O início da década de 90 aparece como um novo marco político para os processos sociopolíticos em curso na esfera local. Reafirmando o que já foi assinalado sobre a relação existente entre o poder da máquina estadual e local, por consequência direta da hegemonia exercida pelo grupo político de Moisés Avelino no governo do Estado, Tocantínia elege prefeita, em 1992, a candidata do PMDB (Maria da Luz), contra o candidato da U.T., apoiado por Siqueira Campos e Raimundo Bucar.

É neste ano também que - repercutindo as tentativas iniciais de aproximação política do novo governo em relação aos assuntos indígenas na esfera regional - é eleito, pelo PMDB, com apoio da Funai, o primeiro vereador Xerente na cidade de Tocantínia. Simultaneamente, é fundada a Associação Indígena Xerente, que contou com uma aliança política inusitada entre o Cimi (e a ONG de Luxemburgo), a Funai e a administração da prefeitura local. Toda esta articulação e seus desdobramentos serão objeto de análise pormenorizada no último capítulo dessa dissertação.

A aproximação política entre a Funai, o Cimi e o PMDB, através do suporte político inicial dado à Associação Indígena Xerente e ao vereador eleito Xerente, será, dois anos mais tarde, abalada com o episódio da construção da ponte sobre o Rio do Sono, de iniciativa do então governador Moisés Avelino.

O fim da aliança entre a Funai, o Cimi e o PMDB teve enormes consequências para organização política Xerente: o vereador eleito Xerente, perdido em meio à mudança de atitude do partido pelo qual tinha sido eleito, afastar-se-á cada vez mais dos compromissos que havia assumido com seus eleitores durante a fase de campanha eleitoral; a Associação Indígena, que prometia um caminho alternativo para a autonomia sociopolítica Xerente, devido a sua clara ligação ao Cimi, ficará à mercê das pressões políticas anti-índigenas locais e regionais. Ao que parece, o rompimento das relações entre a Funai e o PMDB acabou por isolar o Cimi, o que viria a abrir brechas para ataques

---

e campanhas difamatórias contra a sua equipe local. Deve-se adiantar, aqui, que as sucessivas equipes locais do Cimi, durante todo o período de funcionamento da Associação Indígena Xerente, foram as responsáveis tanto pela captação de recursos financeiros como pela prestação de assessoria direta às suas diretorias. Talvez esse tenha sido um dos obstáculos mais sérios a uma longevidade maior dessa primeira experiência de associação indígena entre os Xerente.

A campanha desencadeada na esfera local contra a terceira equipe do Cimi, como veremos mais abaixo, coincide com a conquista do segundo mandato de Siqueira Campos, em 1995, e com o início das articulações políticas visando as eleições municipais de Tocantínia em 1996. A campanha e os ataques aos missionários do Cimi teve momentos de muita tensão, contando, entre outras coisas, com tentativa de seqüestro (por parte de uma facção Xerente, aliada à forças políticas contrárias à presença dos missionários nas T.I.s Xerente), ameaças de morte<sup>134</sup> e difamações pessoais.

Antes dessa campanha, em documento de autoria do Cimi-Regional, enviado à Procuradoria Regional da República em 16 de janeiro de 1997, é denunciada da seguinte forma a situação que vivenciaram duas de suas equipes em Tocantínia.

“ Quando do início das obras da estrada TO-010 e da construção da Ponte sobre o Rio Sono, a então equipe Patrick Godard e Anastásia, luxemburgueses, apoiaram a luta de resistência dos Xerente pela não invasão de suas terras. A partir daí, mais ou menos 1990, políticos de Tocantínia e pessoas da sociedade envolvente que detém o poder local, exerceram uma seqüência de ameaças, pressões, retaliação do comércio, ao Cimi. Isto tomou curso através de um índio Xerente... que lidera parte de índios da chamada “região...”, que expulsaram Patrick e Anastasia da área, e segundo afirmam alguns índios, tensionavam [tinham a intenção?] amarrá-los e tomar o Toyota azul de propriedade do Cimi.(...) Em março de 1994 pudemos presenciar um comício na Pça central de Tocantínia, onde a então prefeita, sra. Maria da Luz,

<sup>134</sup> “Ameaças de morte rondam a reserva” ; “Xerente aponta ameaças de morte a agentes pastorais” , eram as matérias do jornal *Tribuna do Estado* em 22 /06/94.

políticos, comerciantes, fazendeiros, ameaçaram os índios de não mais poderem transitar em Tocantínia até a liberação das obras, e a equipe do Cimi, a expulsão da cidade, pois estavam travando o progresso e desenvolvimento da região. Patrick definiu então deixar os trabalhos pois não suportava mais as pressões. Semanas depois, a nova equipe do Cimi, Carlos e Lucia Chiavegatto, tiveram ameaças de morte (por uma carta anônima encontrada no portão de sua residência)....A equipe do Cimi foi ameaçada por telefone pelo ex-prefeito de Tocantínia Raimundo Bucar, ocupando cargo hoje no governo do Estado, dizendo ele que “poderia atravessar o caminho do Cimi e complicar a vida dos membros da equipe com os Xerente’...”.

Após a substituição de duas equipes de missionários, em 1996, a equipe atual deixou Tocantínia, passando a residir em Miracema, pelos mesmos motivos acima denunciados. Tiveram, ademais, suas atividades de “campo” suspensas por quase um ano, por ordem do Secretariado Nacional da entidade<sup>135</sup>.

No ano seguinte, em pleno processo eleitoral na esfera local, com a suspensão das atividades do Cimi na área Xerente, as atenções se voltariam para outro drama: a tentativa de deposição do administrador regional da Funai em Gurupi, Edson Beiriz, pela quase maioria dos caciques Xerente. Segundo várias versões (funcionários da Funai; missionários do Cimi e lideranças Xerente que, inclusive, participaram do “motim”), os caciques Xerente estavam sendo insuflados por partidários políticos do governador Siqueira Campos, que havia saído politicamente fortalecido com as sucessivas vitórias sobre seus adversários políticos nas respectivas esferas: o PMDB e o Cimi.

Como foi descrito anteriormente, os dois governadores do recém criado estado do Tocantins não conseguiram eleger os candidatos por eles apoiados nas disputas eleitorais que se sucederam aos seus respectivos mandatos. Tal fato revela apenas o quanto a política institucional tocantinense tem sido regida muito mais por relações de cunho personalista do que propriamente por projetos políticos partidários e ideológicos.

Outro fato que emerge da análise da política institucional que permeia a disputa pelo controle político nas esferas aqui analisadas é a vinculação facilmente apreendida

---

<sup>135</sup> Informação pessoal de um missionário da equipe local do Cimi.

entre o grupo político que detém a máquina do governo estadual e aquele que conquista o mandato nas prefeituras locais. Vejamos o quadro abaixo, tomando com variáveis de comparação os mandatos de prefeito em Tocantínia e dos governadores do antigo estado de Goiás e do atual estado do Tocantins.

Prefeitura de Tocantínia	Período do mandato	Partido ou coligação	Governo do Estado	Período do Mandato	Partido ou coligação
Benvindo Luz	1960-1965	?	-	-	-
Walperino de Oliveira	1966-1972	ARENA	Leonino Caiado	1968-1973	ARENA
João Virgílio Ribeiro	1973-1978	ARENA	Irapuã Junior	1974-1979	ARENA
Raimundo Bucar (XUXU)	1979-1984	ARENA/PDS	Ari Valadão	1979-1982	ARENA
Waldemir Alves	1985-1988	PMDB/PT	Íris Resende (GO) Henrique Santillo (GO)	1983-1986 1987-1990	PMDB PMDB
Raimundo Bucar (XUXU)	1989-1992	U.T (PDC)	Siqueira Campos (TO)	1989-1990	PDC
Maria da Luz	1993-1996	PMDB/PT	Moisés Avelino (TO)	1991-1994	PMDB
Rubens Pereira	1997-2000	U.T (PFL)	Siqueira Campos (TO)	1995-1998	U.T. (PFL)

Nota-se claramente o poder decisivo que a posse da "máquina" do estado proporciona ao grupo político que a detém, quando observamos a simetria existente entre os partidos que estão no governo e os partidos que conquistaram a prefeitura de Tocantínia. O mesmo padrão, com raras exceções, se repete quando contrastamos os últimos prefeitos de alguns dos municípios que constituem a esfera local:



Mandatos	Tocantinia	Miracema	Pedro Afonso	Rio Sono	Aparecida	Kátokuzerê	Rio dos Bois
1989 – 1992	U.T. (PDC)	U.T. (PFL)	U.T. (PFL)	U.T. (PDC)	U.T. (PDC)	-	-
1993– 1996	PMDB	PMDB	PMDB	U.T. (PPB)	U.T. (PFL)	U.T. (PFL)	-
1997 – 2000	U.T (PFL)	U.T (PPB)	U.T (PFL)	PMDB	U.T (PTB)	U.T (PFL)	PMDB

Uma análise mais detalhada destes processos exigiria enveredar pelos estudos da ciência política stricto sensu, o que foge à proposta desta dissertação. Os quadros acima cumprem apenas o papel de demonstrar uma das dimensões políticas que articulam a esfera local à esfera regional. O que cabe frisar é que as ações e interesses políticos de grande parte dos atores citados no quadro não só foram, como ainda são, relevantes para a compreensão dos processos sociopolíticos em cursos na esfera local.

Em 1996, sendo novamente “tempo da política<sup>136</sup>” - apesar de um suposto descrédito com o processo eleitoral, em virtude principalmente da decepção dos Xerente em relação ao mandato do seu representante na gestão que então terminava -, três expressivas lideranças Xerente postularam o cargo de vereador em Tocantínia. Dois deles vincularam-se à coligação da U.T. de Siqueira Campos, sendo candidatos pelo P.V. e pelo PFL local; outro, ao PMDB de Moisés Avelino.

A homologação destas candidaturas, o processo eleitoral e suas implicações posteriores, assim como o período de funcionamento da AIX e o episódio da tentativa de deposição do administrador da Funai serão objetos de uma análise mais detalhada no capítulo 6. Adianto que a análise destes processos possibilitou-me a compreensão da articulação entre as facções Xerente e a política partidária em curso na esfera local.

É importante fazer algumas considerações gerais sobre os mandatos de prefeito em Tocantínia e suas relações com as forças políticas locais e regionais. As sucessões das administrações locais em Tocantínia revelam claramente um disputa de cunho familiar. Por força das circunstâncias, três dos momentos de maior tensão no processo de demarcação das T.I.s Xerente ocorreram durante os mandatos de Walperino de Oliveira (1972) e de Raimundo “Xuxu” Bucar (1979 e 1989). “Xuxu”, de família católica, é genro do ex-prefeito Walperino de Oliveira; sua trajetória política esteve vinculada à de Siqueira Campos: primeiro pela ARENA e depois pelo PDS. Um pouco antes do seu

<sup>136</sup> Palmeira (1996) assinala que essa concepção é bastante comum de ser encontrada. Segundo o autor, “Política é identificada a eleições e, sintomaticamente, o período eleitoral é chamado de tempo da política, época da política, ou simplesmente, política.” (Palmeira, 1996:42).

segundo mandato (1989-1992) e após um breve período no PMDB<sup>137</sup>, Xuxu voltaria a se vincular à legenda de seu aliado Siqueira Campos na esfera regional, o PDC. Por fim, às vésperas do ano eleitoral de 1998, Xuxu e Siqueira Campos ingressaram no PFL.

Na memória de alguns moradores locais, Xuxu e Siqueira Campos são identificados como “defensores” dos Xerente, devido, evidentemente, à coincidência temporal entre as demarcações das T.I.s Xerente e seus mandatos. (principalmente, a demarcação final da área do Funil, entre 1989 e 1991). Uma impressão comum entre os moradores de Tocantínia que entrevistei sobre a questão da demarcação das T.I.s Xerente está sintetizada na fala abaixo :

“ Walperino já tinha dado essa área pros índios... Foi o Xuxu e o Siqueira Campos pra ganhar votos dos índios, [que] deram o resto... Esse Xuxu aqui tá sendo remédio vencido...não ganha mais nada.” (julho,1997).

A outra “metade política” do município, vinculada ao PMDB regional, conquistou por três vezes a prefeitura local: a ex-prefeita Maria da Luz Campelo, conhecida como “Da Luz” (1993-1996), além de filha de Benvindo Luz, prefeito de Tocantínia na década de 60, é esposa de outro ex-prefeito da cidade, Waldemir Alves Campelo, o “Mucuím”, que esteve à frente da prefeitura no período de 1985 a 1988, também pelo PMDB.<sup>138</sup>

Essa disputa acirrada evidencia uma espécie de briga doméstica entre as forças políticas locais: de um lado, aquelas vinculadas ao PMDB regional e, de outro, as vinculadas a Siqueira Campos<sup>139</sup>. Tais disputas não parecem se subsidiar em projetos políticos distintos, tratando-se muito mais de um tipo de vinculação partidária que é clivada pela rivalidade histórica existente entre as famílias que compõem a elite

<sup>137</sup> Este período coincidiu com o mandato de Henrique Santillo do PMDB, no governo de Goiás, antes da criação do estado do Tocantins. “A visita de Santillo a Tocantínia decretou a extinção do PDS e consequentemente da oposição do PMDB. O ex-prefeito Raimundo Arruda Bucar, mais conhecido por Xuxu, aderiu ao PMDB e levou consigo todos os demais membros do PDS.” (*O Liberal*, Goiânia, 07/10/1987).

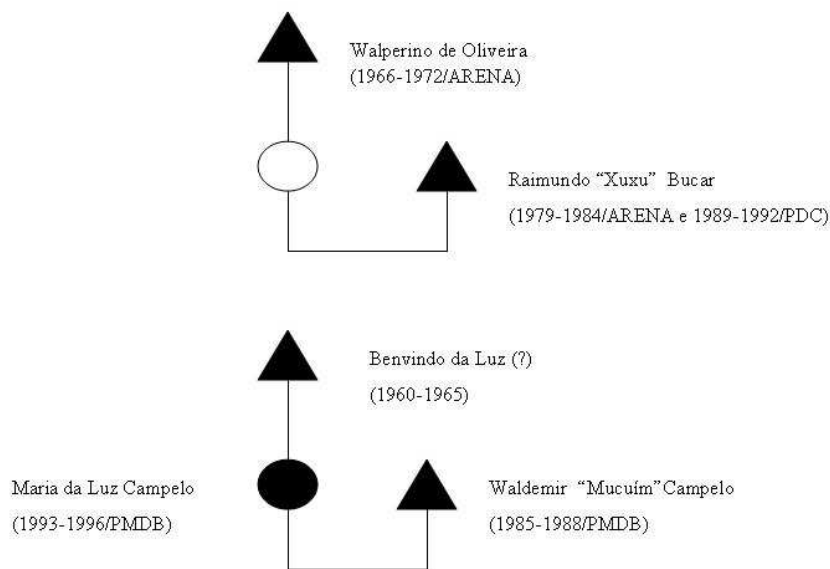
<sup>138</sup> Na esfera regional, existe um exemplo significativo deste “fenômeno” político : mesmo com a vitória de Moisés Avelino em 1991, Eduardo Siqueira Campos, ganhou a primeira eleição à prefeitura de Palmas em 1992. O final de seu mandato coincidiu com o início do segundo mandato de seu pai Siqueira Campos (1995/1996). Junto com a reeleição de Siqueira Campos para o governo estadual em 1988, Eduardo Siqueira Campos foi eleito ao senado federal, tendo a sua irmã como suplente. Na mesma eleição, Igor Avelino, filho de Moisés Avelino, foi eleito deputado federal pelo PMDB.

<sup>139</sup> Diferentemente de Moisés Avelino, que só na década de 90 veio a se tornar uma referência forte do PMDB regional, Siqueira Campos, além de ser uma referência muito antiga da política tocantinense, pode ser considerado quase que uma “entidade” supra-partidária em si mesmo: a coligação pela qual ele tem se lançado candidato, a U.T., é composta por uma variedade de partidos de menor expressão eleitoral no Estado.

dominante da cidade de Tocantínia.. Em outras palavras, se uma família se alia ao partido x , a outra, necessariamente, se aliará ao partido y.<sup>140</sup>

Para finalizar este panorama político local, as eleições de 1996 seguiram o mesmo padrão das disputas anteriores: os dois grupos rivais da cidade se defrontaram. De um lado, Sebastião Araújo de Souza, o Tião do Tocantins, pelo PMDB e do outro, Rubem Alves do Araújo, o Rubin, pelo PFL/UT. O segundo venceu a eleição, obtendo 1.170 votos contra 797 do candidato do PMDB. Um terceiro candidato, representante de uma dissidência da U.T., obteve 267 votos. O total de votantes aptos a votar no município, segundo o TRE-TO, nesse ano foi de 2.234<sup>141</sup>.

#### Sucessão “familiar” de prefeitos em Tocantínia



<sup>140</sup> Segundo um antigo morador de Tocantínia, durante o período ditatorial, estas coligações familiares já disputavam as eleições e se distinguiam então na esfera local, através da ARENA 1 e ARENA 2. Uma análise histórica e genealógica pormenorizada foge ao alcance desta dissertação.

<sup>141</sup> Não consegui até esse momento, infelizmente, as votações das três urnas Xerente nas sucessivas eleições municipais de Tocantínia. No capítulo 6, apresento as votações das urnas Xerente relativas às eleições estaduais ocorridas em 1998.

As poucas informações que pude coletar a respeito do mandato de “Rubin”, como é mais conhecido, assinalam que (segundo alguns Xerente; funcionários da Funai e missionários do Cimi), logo no início de seu mandato, o prefeito teria supostamente ajudado a articular a derrubada do administrador regional da Funai em junho de 1996, através do patrocínio (compra de óleo para caminhão) da ida dos caciques Xerente a Brasília<sup>142</sup>, além de ter sido um dos artífices da campanha movida contra a equipe local do Cimi em 1995.

Apenas para ilustrar, um dos moradores de Tocantínia por mim entrevistado afirmou que as relações entre os Xerente e os prefeitos locais só passaram a ganhar contornos mais claros a partir do momento em que os índios começaram a participar de maneira mais ativa das eleições, movimento bastante recente, segundo o entrevistado:

“Não teve nenhum [prefeito] que prejudicasse os índios.

Pra ajudar os índios só nessa política recente agora... de poucos anos pra cá, que o índio começou a votar ... ele é muito ajudado. Levam muito gado pra eles comer, dão muitas coisas pra eles. Depois que demarcou a reserva e que o índios começaram a votar , os políticos ajudam o índio. Você veja, a prefeita daqui [Da Luz] quantos prédios

de escola não tem feito por aí, a Da Luz já ajudou demais esses índios ai, fez uns cinco ou seis prédios de escola.”

Por outro lado, as opiniões de alguns membros de facções políticas indígenas colhidas de maneira informal assinalaram uma variedade de impressões a respeito dos ex-prefeitos da cidade de Tocantínia. De maneira geral, dependendo do interlocutor indígena – isto é, do tipo de relação que sua facção tenha travado junto aos prefeitos locais –, suas opiniões sobre as administrações variam desde a acusação de um descaso repetitivo das sucessivas prefeituras, independentemente portando, de qual partido tenha estado no poder, até o enaltecimento de algum deles, como é o caso de alguns Xerente com quem conversei e que julgam que o ex-prefeito Raimundo “Xuxu” Bucar é o maior responsável pela demarcação da área Xerente do Funil. Tal opinião, ao se opor à representação que alguns moradores não-índios de Tocantínia entrevistados fazem de

<sup>142</sup> Em outubro de 1997, “Rubim” me chamou à prefeitura de Tocantínia e, entre outros assuntos, foi logo esclarecendo que as acusações endereçadas contra ele – ter ajudado indiretamente o “motim” dos caciques Xerente contra o administrador da Funai – eram infundadas. O fato “surpreendente” desse episódio é que eu não o havia questionado sobre esse assunto.

“Xuxu” – como vimos acima –, atesta a dificuldade permanente que os segmentos (indígenas e não-indígenas) da esfera local demonstram na identificação dos responsáveis legais pelo longo processo de regularização fundiária das T.I.s Xerente<sup>143</sup>.

#### **2.4. Religiosidade e Política: A distribuição do poder religioso na situação histórica atual.**

Como foi observado anteriormente, tanto a igreja católica – através de suas várias ramificações – como a missão batista - ocuparam um papel de destaque na apresentação das sucessivas situações históricas nas quais as facções Xerente encontram-se há longo tempo inseridas. Neste item, procurarei traçar algumas observações sobre as suas atuações, particularmente na esfera local, bem como indicar, de maneira breve, a entrada de outras instituições religiosas em seu cenário.

Atualmente, quatro ramificações da Igreja Católica participam dos arranjos situacionais em curso na esfera local investigada. A equipe do Cimi monopoliza totalmente a dimensão da intervenção política. Na área da educação, existe uma missionária da Congregação Servas do Espírito Santo que atua diretamente junto aos Xerente há mais de 20 anos. As irmãs da Congregação Religiosas da Assunção, responsáveis pela direção administrativa do Colégio do Tocantins, situado em Miracema, participam também da educação escolar Xerente quando realizada extra-aldeia: muitos dos alunos que terminam o primário nas aldeias se dirigem para lá. Por fim, incluo, aqui, o Bispo de Palmas, uma vez que, ultimamente, ele tem tentado se aproximar da esfera local com vistas à retomada da evangelização junto aos Xerente.

A atuação do Cimi será aprofundada no capítulo 6. Não obtive nenhuma informação mais significativa sobre a atuação do Bispo de Palmas junto às populações indígenas do Estado, ou especificamente, junto aos Xerente. A não ser pela informação do Bispo estar desejoso em implantar associações comunitárias e uma capela na T.I. Xerente –, desde o início da década de 70, com a demarcação das T.I.s Xerente, os cleros situados hierarquicamente mais acima na Igreja Católica aparentemente mantêm distância dos processos políticos da esfera local. Talvez isso ajude a entender porque, diferentemente dos cultos batistas, as celebrações da igreja local de Tocantínia são claramente marcadas pela total ausência dos Xerente. Tal fato é aparentemente

---

<sup>143</sup> Não custa lembrar que, quando inquiridos sobre o não pagamento das indenizações, os antigos posseiros culpabilizam a Funai, quando, na época, o órgão estatal responsável pelos recursos era o INCRA.

surpreendente já que, em tese, devido ao longo tempo de inserção do catolicismo naquela área, deveria haver entre ambos uma relação mais intensa.

É importante ressaltar que esse afastamento dos Xerente em relação ao catolicismo refere-se mais diretamente à Igreja como instituição e à comunidade católica urbana de Tocantínia: existe, há tempos, uma intensa relação entre algumas aldeias Xerente, próximas à fronteira rural não-índia, e os fiéis católicos que ali residem, estabelecida, por exemplo, através de casamentos interétnicos, de relações de compadrio e de festas tradicionais, como a do Divino, que pude observar numa das idas a campo.

De todo modo, como vimos, as polêmicas passagens de capuchinhos, dominicanos e, mais recentemente, do padre local de Tocantínia pela esfera local parecem ter provocado, entre os Xerente, um forte sentimento de reserva diante da Igreja Católica.

Por isso mesmo, a freira missionária que atua, há tanto tempo, entre os Xerente só tem tido sucesso devido à sua participação circunscrita à área educativa. Ao negar a tarefa catequizadora, a missionária opta pela estratégia inculturativa, que, mais do que um compromisso de defesa dos índios, supõe a necessidade de “ser índio”, ou como ela mesma afirmou, “estar junto dele”.

A citada missionária foi e continua sendo uma referência fundamental não só às equipes regional e local do Cimi/TO como, também, ao Cimi nacional: além de ter participado da primeira coordenação nacional do Cimi no início da década de 70, continua a ter uma certa participação nos processos decisórios dessa organização. Participação que, é bem verdade, vem diminuindo, em virtude de concepções pessoais acerca da atuação missionária que se distanciam da orientação dominante no interior da entidade<sup>144</sup>.

Os missionários batistas continuam a ter uma participação fundamental, apesar de indireta, nos processos sociopolíticos em curso na esfera local. A formação escolar e bilíngüe básica proporcionada aos professores e agentes de saúde Xerente, somada à conversão religiosa “efêmera” e “circunstancial de parte da sua população – características parecidas com as composições faccionais Xerente - , têm sérias implicações tanto na formação política das novas lideranças indígenas como na recuperação de antigas lideranças que tiveram seu prestígio abalado, no decorrer do tempo, pelos excessos alcoólicos.

---

<sup>144</sup> É interessante notar portanto que, ao mesmo tempo, a missionária mantém-se de certa forma, numa posição equidistante em relação à equipe do Cimi e ao Bispo de Palmas.

Além de possuírem templos e núcleos significativos em aldeias Xerente, os batistas administram um colégio em Tocantínia, para onde vão alguns alunos Xerente que terminam o ciclo primário nas aldeias. Até 1992, o Colégio Batista em Tocantínia oferecia um único curso de segundo grau (administração de empresas), que chegou a formar alguns Xerente. A partir daí, manteve-se apenas o ensino primário e secundário, sendo que, recentemente, foi incorporado o ciclo pré- primário. Por outro lado, parte das novas lideranças Xerente (professores indígenas, agentes de saúde e diretores de associação) se dizem adeptos da congregação batista.

Presenciando um culto batista numa aldeia Xerente, pude ver uma jovem liderança política indígena (agente de saúde) dirigir-se ao púlpito e declarar, de maneira solene e pública, que, a partir daquele dia, abandonaria o hábito de ingerir bebidas alcoólicas. Em minha última pesquisa de campo, assisti novamente a um culto, realizado num templo recentemente construído e dirigido só por fiéis Xerente. Todos os cantos e a maioria das falas foram expressos na língua materna. Assim, mesmo não havendo ainda nenhum pastor Xerente oficialmente reconhecido, já existe, claramente, uma grande autonomia entre os fiéis indígenas, descartando assim, a até então necessária presença de algum dos dois pastores não-indígenas que atuam entre eles. Avaliar até que ponto esses núcleos de índios batistas são, de fato, efêmeros ou duradouros, é tarefa para pesquisas futuras.

A elaboração de cartilhas sobre cosmologia e gramática Xerente, além de um dicionário bilíngüe – as primeiras, em parceria com lideranças indígenas e um segmento do Cimi local; e os dois últimos oriundos da parceria estabelecida entre os missionários batistas e as gerações mais velhas Xerente - são recursos materiais muito utilizados pelos professores indígenas nas salas de aula. A partir do final de 1998, houve um movimento de seis professores indígenas, organizados num núcleo comum, no sentido de discutir e reelaborar tanto o dicionário bilíngüe como as cartilhas sobre a gramática. É interessante notar que uma das suas mais incisivas reivindicações diz respeito à imprescindível separação dos nomes Xerente por origem clânica, já que, no dicionário bilíngüe, os nomes aparecem listados em ordem alfabética. Não sei até que ponto esse descuido dos pastores batistas não tem a ver com a tentativa de apagar da memória tribal a respeito do que, talvez, seja considerado - não só pelos pastores, mas por muitos outros atores que se articulam junto aos Xerente – o “pomo da discórdia”: o organização clânica Xerente e o seu potencial conteúdo conflituoso.

Segundo ainda os seis professores, suas indicações foram feitas, de maneira consensual, por cada um dos clãs Xerente, para que se evitassem desentendimentos posteriores. Apesar de ainda não poder afirmar com certeza, suponho que o núcleo de professores é uma facção articulada em cima de um dos novos critérios Xerente de organização política: a aliança entre professores indígenas.

Por fim, durante um breve período, pude constatar a articulação de uma facção indígena composta por outros dois critérios inter-relacionados: fiéis batistas, membros do clã Krozaké e Wahirê e, portanto, em tese, da mesma metade.

Com esse breves exemplos, acredito ser possível indicar a participação decisiva que a missão batista possui, mesmo que de maneira indireta e não reivindicada, nos arranjos e articulações faccionais que permeiam toda a esfera local. Um estudo pormenorizado dessa interdependência ainda está por ser feito.

Por fim, em Tocantínia, afora as antigas sedes da igreja católica e batista, observa-se a existência de apenas um outro local destinado à realização de cultos religiosos. Trata-se, segundo informantes, de uma sede local da igreja pentecostal Congregação Cristã do Brasil. Já em Miracema, para onde se dirigem cotidianamente os Xerente, há uma infinidade de templos protestantes e pentecostais, além, é claro, da igreja católica local. Na avenida que dá acesso à balsa responsável pelo transporte entre Miracema e Tocantínia, podem ser observados templos da Igreja Universal do Reino de Deus, Assembléia de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular etc.. Nenhuma delas, por enquanto, contam com crentes Xerente.

Dessas religiões, apenas a Congregação Cristã do Brasil, de caráter pentecostal, tem conquistado uma ainda pequena, mas significativa, parcela de adeptos entre os Xerente. Possui, ademais, um templo em uma de suas aldeias. A entrada recente dessa instituição entre os Xerente, a partir de 1994, tem causado uma certa apreensão tanto para a missão batista como para os missionários católicos, que há tanto tempo estavam à margem da evangelização missionária, conforme relatos feitos a mim por seus respectivos representantes.

A ação de uma nova instituição religiosa entre os Xerente tem repercutido em sua organização faccional. Segundo o pastor Rinaldo de Matos,

“É bom dizer que, até a entrada dessas igrejas na área, realizando atividades paralelas, os crentes xerente não



se identificavam como batistas. Isto porque os missionários não davam destaque ao nome da denominação a que pertenciam. Foi com o ingresso dessas outras denominações que os crentes antigos, para se distinguirem delas, passaram a identificar-se como batistas. (...). Os missionários da Congregação Cristã do Brasil entram na área à revelia da Funai e não se comunicam com ninguém, nem mesmo conosco. Esta atitude, aliada à tendência do xerente para “partidos <sup>145</sup>”, criou logo, desnecessariamente, duas facções evangélicas na área.”

Abaixo, segue o quadro de adeptos das diversas tendências religiosas que atuam na esfera local e regional.

TABELA 11: Opção Religiosa nas esferas regional e local– Censo Populacional 1991

	Católica Romana		Evangélica Tradicional		Evangélica Pentecostal		Neo Cristãs		Espírita		Outros		Total
	Adeptos	%	Adeptos	%	adeptos	%	Adeptos	%	adeptos	%	adeptos	%	
Tocantinia	5.579	90	238	4	154	2,5	17	0,3	130	2,2	61	1	6.179
Miracema	19.172	92	376	2	851	4	70	0,2	68	0,2	277	1,6	20.814
Pedro Afonso	12.330	92	293	2	630	5	-	-	-	-	83	1	13.336
Rio Sono	6.436	92	25	0,3	332	5	-	-	-	-	154	2,7	6.947
Aparecida	2.280	70	89	2,5	270	9	-	-	-	-	617	18,5	3.256
Lageado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio dos Bois	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Palmas	20.070	71	820	3	1.801	6,5	7	0,02	364	1,3	5.146	18,1	28.208
Tocantins	815.973	89	15.360	1,7	60.289	6,5	2.282	0,25	3.848	0,5	20.648	2,05	918.400

FONTE: IBGE [grifos meus]

O quadro apresentado permite algumas considerações importantes. Apesar de a grande maioria do população não-índia das esferas regional e local professar o

<sup>145</sup> Não custa relembrar a concepção da palavra *partido* : “... no sentido de uma totalidade (conjunto dos membros de uma aldeia) partida, dividida, em subgrupos...são ‘partidos’ o que para a antropologia são clãs, metades, classes de idade, metades rituais, etc.” (Lopes da Silva & Farias,1992:90).

catolicismo, destaca-se o número significativo de adeptos entre os evangélicos tradicionais no município de Tocantínia, o que confirma, provavelmente, a ascendência religiosa da missão batista nesta localidade. De qualquer forma, quando comparada às demais taxas percentuais obtidas nos demais municípios da esfera local, como também às taxas de Palmas e, principalmente, do estado do Tocantins como um todo, percebe-se, nitidamente, o papel de destaque que os evangélicos tradicionais ocupam em Tocantínia. Outros dois dados que saltam aos olhos são, respectivamente, a taxa percentual que os espíritas ocupam também em Tocantínia, e a alta taxa percentual que os pentecostais alcançam em Aparecida do Rio Negro, único município no qual a porcentagem de adeptos do catolicismo é relativamente baixa, quando comparado às demais localidades consideradas.

Faltou apresentar aqui uma percepção mais propriamente nativa desses diversos fenômenos e tendências religiosas que se encontram presentes na esfera local. De qualquer forma, como já afirmei no capítulo 1, a cosmovisão indígena parece-me coexistir com as diversas opções religiosas não-indígenas que se apresentaram - e continuam a se apresentar - aos Xerente. Prova disso é a contínua e intensa participação dos pajés em processos de cura, bem como sua intervenção política, sempre decisiva na dinâmica faccional Xerente. Não custa repisar, portanto, que pesquisas específicas sobre essa temática são necessárias.

Enfim, todo esse dinamismo de um cenário inter-cultural e multi-religioso, no qual os Xerente estão imersos, vem lhes propiciando, através do desenrolar de sucessivas situações históricas, um processo de profundo aprendizado sociocultural e político.

Nos dois capítulos seguintes, apresento, na medida do possível, uma abordagem mais internalista da dinâmica sócio-política Xerente, focalizando, entre outras coisas, as articulações existentes entre distribuição do poder faccional, a territorialidade e as relações de parentesco.

## **Capítulo 4 – Estrutura Social Xerente: Parentesco e facciosismo**

Nos estudos sobre as sociedades Jê, é bastante conhecida a idéia de que tais sociedades tendem a um movimento pendular de contração e reflorescimento de suas práticas sociais, transferindo

“...o peso estrutural ora para uma, ora para outra instituição, dependendo de contingências históricas e de antecedentes culturais” (Vidal,1976:133)

Seguindo esse raciocínio, pode-se afirmar que os princípios estruturais que regem o universo sociocultural Jê se manifestam mais intensamente em um (ou alguns) dos diversos planos que o compõem, de acordo com a especificidade de uma determinada situação histórica. Entre os Xerente, quando olhamos retrospectivamente para as análises dos etnólogos que, neste século, estiveram entre eles – Nimuendajú (1937); Maybury-Lewis (1955/56 ; 1963; 1979); Lopes da Silva e Farias (1984) e Farias (1987 a 1989) –, esse movimento pendular aparece de maneira bastante nítida, como veremos a seguir.

### **4.1. OS XERENTE E OS MODELOS**

#### **4.1.1. Os Xerente vistos por Nimuendajú.**

Os Xerente começam a ser conhecidos pela etnologia através da pioneira monografia de Nimuendajú (1942), redigida com base em relatos antigos de viajantes e em observação in loco do funcionamento de instituições da vida social indígena que ainda se manifestavam quando este autor esteve entre eles (1930 e 1937)<sup>146</sup>. Segundo Nimuendajú (1942: 8), a sociedade Xerente, vitimada pelo longo contato com a sociedade nacional, encontrava-se, na época de sua própria pesquisa de campo, em estado de “imminente colapso”. A divulgação dos dados recolhidos por Maybury-Lewis, 20 anos depois, ao revelar uma série de descontinuidades em relação àqueles apresentados na monografia de Nimuendajú, acabou por lançar a idéia de que esta última seria uma reconstrução de uma sociedade Xerente ideal e pré-existente, elucidando pouco sobre a

---

<sup>146</sup> Nimuendajú assinala assim as fontes de sua pesquisa: “*Serente social structure of aboriginal times, as revealed by these travelers and our own investigations...*” (Nimuendajú,1942:9)

sociedade indígena de fato observada (Maybury-Lewis,1979:220; Farias, 1990:76; Lopes da Silva e Farias,1992: 90). Mas não nos adiantemos, destacando os principais elementos da contribuição de Nimuendajú.

Segundo ele, a sociedade Xerente seria composta por duas metades exogâmicas, patrilineares e patrilocais, associadas à Lua e ao Sol, sendo cada uma delas constituída por três clãs originários, aos quais ter-se-ia incorporado um quarto.

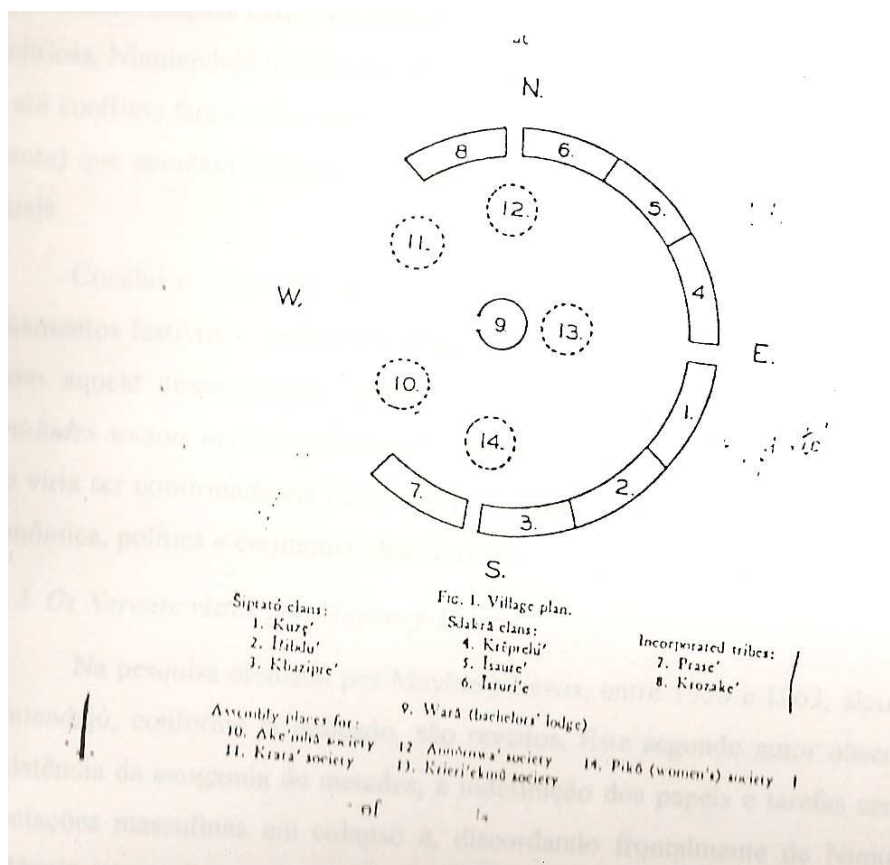
Modelo de Nimuendajú – 1937		
Metades	Siptató (Sol)	Sdacrã (Lua)
Clãs	1. Kuze	1. Kreprehi
	2. Isibdu	2. Isauré
	3. Kbazípre	3. Isrurie
	4. Prasé (Klitó)	4. Krozaké

Sempre de acordo com Nimuendajú, as aldeias Xerente organizar-se-iam espacialmente de maneira fixa em forma de ferradura (um semi-círculo): ao norte, ficariam as casas pertencentes aos membros de cada um dos clãs patrilineares da metade Sdacrã; enquanto que, ao sul, aquelas pertencente aos membros dos clãs da metade Siptató. Tal arquitetura seria responsável pela disposição simétrica e oposta de quatro pares de clãs, cada par contando com um clã de cada metade. Cada um desses agrupamentos de casas “clânicas” travariam entre si relações especiais, chamando-se mutuamente de Narkwá. Essa ordenação espacial permanente só poderia existir em virtude da regra de residência patrilocal (uxorilocal apenas no primeiro ano de vida conjugal). Ao centro, estaria o warõ – casa dos solteiros – circundado por locais destinados às reuniões dos membros de cada uma das associações masculinas Xerente – akemhã, krara, annorowa e krieriekmu – e por um outro espaço, especificamente destinado às reuniões das mulheres – pikõ.

Além do que se refere à disposição no espaço da aldeia, cada metade teria um conjunto de nomes próprios masculinos transmitidos patrilinearmente de avós para netos ou sobrinhos-netos. As duas tribos que teriam sido incorporadas como clãs

suplementares – Krozaké e Prasé-Krito - teriam mantido seus conjuntos particulares de nomes próprios:

- 1) Siptató: Sliemtoi Wakmopte Kumnase Sim. Dawarkreka Shererã Sinã
- 2) Sdacrã: Aziwe Sigmowe Sliemse Dbaniwari Makraweko Sitmoru
- 3) Prasé-Krito : Dakawaslikwa Sidacrã Wahinne Semlinihu
- 4) Krozaké : Wasase Komunse Datopskukwa Saurepte Waro Watkazate Suzaure Slienukmu Suaté



Nimuendajú faz uma descrição densa de vários outros aspectos que compunham a vida social Xerente: termos de parentesco; “esportes” praticados; ciclos de vida (rituais de iniciação, regras de casamento; morte, etc.); além de apresentar um relato rico sobre a religiosidade Xerente e suas transformações diante do contato. Apesar de não se ter aprofundado no estudo das instituições políticas, Nimuendajú nos deixou algumas narrativas sobre disputas por chefia, papéis de autoridade e até conflitos faccionais (vistos

por ele como conflito entre metades, o que será discutido mais à frente) que apontam indícios importantes para que se compreendam os arranjos políticos Xerente atuais.

Conclui o autor que nem as metades, nem os clãs - importantes somente no preparo dos ornamentos festivos - teriam um papel tão fundamental no funcionamento da sociedade Xerente como aquele desempenhado pelas associações masculinas. Consideradas pelo autor como as "unidades sociais mais importantes", essas associações, originalmente classes de idade - hipótese que viria ser confirmada em pesquisas posteriores -, seriam as reais responsáveis pela organização econômica, política e cerimonial dos Xerente.

#### **4.1.2. Os Xerente vistos por Maybury-Lewis.**

Na pesquisa efetuada por Maybury-Lewis, entre 1956 e 1963, alguns dados coletados por Nimuendajú, conforme já indicado, são revistos. Este segundo autor observa, naquele período, a inexistência da exogamia de metades, a indefinição dos papéis e tarefas cerimoniais, o sistema de associações masculinas em colapso e, discordando frontalmente de Nimuendajú, uma regra de residência que seria uxorilocal e não patrilocal. Além da inexistência da exogamia de metades, Maybury-Lewis assinala que tampouco a exogamia clânica estaria sendo respeitada pelos Xerente. Salienta, ainda, que alguns casamentos que contrariam a exogamia de linhagens já estariam em curso naquele momento. Em consonância com estas práticas, Maybury-Lewis constata o desconhecimento, pela maioria dos Xerente, de sua filiação clânica, embora mantivessem o uso de uma terminologia de parentesco baseada em uma 'matriz dual'. Voltarei a este ponto. Por outro lado, a constatação da regra de residência uxorilocal pelo autor implicaria na refutação da localização espacial fixa dos clãs nas aldeias, tal como apresentado por Nimuendajú, já que haveria a dispersão aleatória dos homens por toda as casas da aldeia, de acordo com as alianças matrimoniais concretizadas.

Apesar de tantos pontos de discordância, Maybury-Lewis assinala a capacidade dos Xerente de se manterem como uma "entidade cultural e lingüística diferenciada" perante a sociedade regional. (Maybury-Lewis,1979:220). Para o autor, essa capacidade estaria garantida, por um lado, pela operacionalidade da divisão entre as metades enquanto matriz conceitual e, por outro, pela potencialidade do sistema clânico Xerente em gerar facções. No primeiro caso, mesmo desconhecendo a que metades pertencem,

os Xerente utilizavam-se de um sistema de categorias de parentesco - no qual a oposição nós/ outros (Wanori/ Wasimpkoze<sup>147</sup>) atualizava aquela matriz conceitual - adaptado às suas metades exogâmicas, então já obsoletas. No segundo, a única instituição Xerente que continuaria a funcionar de maneira vital seria seu sistema clânico, pois os patriclãs que o compunham atuariam, em contextos políticos, como facções em potencial:

“The most vital traditional institution still functioning was the clan system because it determined recruitment to Sherente factions.” (Maybury-Lewis, 1979:221).

Temos, assim,

“...the moieties as a conceptual matrix and the clans as potential factions that constituted the essence of Sherente culture as I found it.” (Idem, ibidem).

Modelo de Maybury-Lewis – 1955/56 e 1963		
Metades	Doí	Wairi
Clãs	1. Kuze	1. Wairi
	2. Kbazí	2. Krozaké
	3. Klitó	-----

Grande parte das considerações de Maybury-Lewis em Dialectical Societies são estendidas aos Jê de modo geral. O autor considerou de difícil operacionalidade a aplicação direta das teorias clássicas da descendência e da aliança. Para Maybury-Lewis, a observação da manifestação do princípio do dualismo nessas sociedades seria mais eficaz, do ponto de vista sociológico, não em seus arranjos institucionais, que estariam obsoletos, mas, sim, através da operação de oposições entre categorias específicas: nós/ outros, nominadores/ genitores, centro/ periferia, relações cerimoniais/ relações de

<sup>147</sup> O termo *wasimpkoze*, segundo o pastor Rinaldo de Mattos (ver capítulo anterior), também pode significar algo como “o que é partido, dividido”. Seria usado pelos Xerente em momentos em que eles quisessem explicar a alguém que sua sociedade é dividida, partida. A versão do pastor é de que os termos que indicam a oposição nativa entre as metades Xerente é: *Wanori* (Nós) e *Wakuíwa* (Eles). (informação pessoal colhida no desenvolvimento da presente pesquisa).

parentesco, cultura/ natureza, interno/ externo. No que se refere aos Xerente, em particular, Maybury-Lewis vai além, sugerindo que a manifestação do princípio dual, por meio da oposição terminológica nós/ outros, expressar-se-ia, inclusive, e principalmente, no plano político, já que as aldeias apresentariam, geralmente, duas facções principais. (Maybury-Lewis,1979:230).

Maybury-Lewis ainda discutiu, através de um diálogo teórico, com Dumont e Needham, a relação pai/ tio materno. Para esses dois últimos autores, em sistemas binários, deveriam existir tanto a separação entre “pai” (F) e “tio materno” (MB) como a identificação categorial do segundo com o pai da esposa (WF). Isto implicaria no casamento matrilateral, em que o “tio materno”, depois do casamento, tornar-se-ia sogro. Para Maybury-Lewis, isto já não ocorre na outra sociedade Akwë minuciosamente por ele estudada, os Xavante, pelo fato de que Ego assimila o “tio materno” à categoria de “pai” e o separa do “pai da esposa”/sogro (WF). No caso dos Xerente, mesmo não assimilando terminologicamente MB a F,

“the mother’s brother’s clan (nowadays his lineage) is removed from the absolute opposition between the moieties. The mother’s brother himself as they say nowadays, is like a godfather (Portuguese compadre).” (Maybury-Lewis,1979:242).

Para que isso possa ocorrer, o casamento com MBD é considerado inaceitável:

“...categorically prohibited among the Sherente, customarily so among the Shavante” (Maybury-Lewis, 1979:244).

Diferentemente de Nimuendajú, cujo esforço visara a reconstrução da “estrutura social” Xerente através do olhar sobre seus arranjos institucionais, Maybury-Lewis destacará de tais arranjos a dinâmica proporcionada pelo seu sistema político (Lopes da Silva e Farias,1992:96), não só porque provavelmente a maioria das instituições sociais apresentadas por Nimuendajú não estariam mais em funcionamento, mas, talvez principalmente, pela opção teórica pela Antropologia Política evidente nas preocupações desse autor e pela oportunidade da análise comparativa – através de suas pesquisas entre os Xavante – no interior do universos Akwë.



### **4.1.3. Os Xerente vistos por Lopes da Silva e Farias (1983 a 1989).**

Discutirei, neste item, a contribuição que Aracy Lopes da Silva e Agenor Farias trouxeram ao conhecimento da sociedade Xerente. Tal contribuição distribui-se em dois textos - um artigo escrito em co-autoria e a monografia do segundo<sup>148</sup>, orientada pela primeira autora -, aos quais dedico sub-itens específicos.

- **artigo “Pintura corporal e sociedade: os ‘partidos’ Xerente”**

Em Lopes da Silva e Farias (1992), de maneira surpreendente, segundo os próprios autores, muitos dos aspectos da organização social Xerente apresentados por Nimuendajú, e não constatados por Maybury-Lewis - a vitalidade da exogamia das metades, a identificação clânica, apreendidas pelos autores através da pintura corporal, e a continuidade do sistema das associações masculinas (akémhã, krará, annōrowá e krerekmo), vistas então definitivamente como classes de idade – vigoram de maneira bastante nítida. Por outro lado, os dados desses autores confirmam a regra de uxorilocalidade e o papel de mediador do “tio materno”, assinalados por Maybury-Lewis.

Nesse trabalho, a pintura corporal é destacada como uma linguagem simbólica através da qual se expressa a filiação de cada Xerente aos grupos que compõem sua sociedade:

“há as pinturas clânicas, indicativas dos 'partidos'; há aquelas relacionadas às classes de idade, os 'partidos da festa'; há as usadas pelas metades rituais, os 'partidos da tora’”.  
(Lopes da Silva & Farias, 1992:100).

Para os Xerente, dizem os autores:

“...são ‘partidos’, o que para a antropologia são clãs, metades, classes de idade, metades rituais, etc. E os ‘partidos’ são identificados pela pintura corporal que ostentam”  
(Idem:90).

Quanto ao sistema clânico, novas denominações são encontradas em campo. Também há inovação entre os “direitos associados” ou “propriedades” de cada um dos clãs. O sufixo tdekwá significa dono: assim, os kbazitdekwá seriam os “donos do algodão” ; os kuzaptdekwá, os “donos do fogo”; os kritóitdekwá, os “donos do jogo de bola com

<sup>148</sup> Um dos capítulos da qual foi posteriormente revisto e publicado na Revista de Antropologia (USP), Volume 37, 1994- sob o título “ Ritual e parentesco na sociedade xerente contemporânea”.

batata assada”. Mais adiante, discutirei uma possível interpretação para as diferenças entre os modelos Xerente e os direitos associados a cada um dos clãs.

Modelo de Lopes da Silva e Farias – 1985		
Metades	Doí	Wahirê
Clãs	1. Kuzâ (ou Kunmã)	1. Wahirê
	2. Kbazí (ou Isrô)	2. Krozakéisaptoré
	3. Krito (ou Isibdu)	3. Krozakétopá
		4. Kremprehí

Neste artigo, que integra uma coletânea sobre grafismos indígenas e antropologia estética, a autonomia do sistema político Xerente, apresentada de maneira bem detalhada por Maybury-Lewis, e suas implicações sobre as demais esferas que compõem a organização social deste povo, não é objeto da reflexão de Lopes da Silva e Farias. Ao comentarem o modelo de Maybury-Lewis, afirmam:

“...nas sociedades Acuen, muito do que, naquele modelo, é atribuído aos arranjos e contingências políticas é previsto estruturalmente.” (Lopes da Silva & Farias,1992:111).

Observando a participação ativa dos velhos Xerente, representando cada uma das metades, nos cerimoniais de nomeação masculina e de casamento, além do evidente destaque dado à pintura corporal pelos Xerente – que contrapõe e identifica o pertencimento de cada indivíduo aos seus clãs e, por decorrências, às metades exogâmicas – Lopes da Silva e Farias afirmam que tais aspectos ajudariam a revelar

“...a expressão de um nível mais profundo, sobre o qual, ou a partir do qual, são possíveis os arranjos faccionais.” (Lopes da Silva & Farias,1992:111).

- ***A monografia de Farias: “Fluxos Sociais Xerente”.***

No artigo “Pintura corporal e sociedade: os ‘partidos’ Xerente” (Lopes da Silva & Farias,1992), encontramos as teses principais que foram desenvolvidas na monografia de

Farias (1990). Assim, para não tornar esta exposição repetitiva, enfocarei suas contribuições específicas e aprofundarei a discussão de pontos relevantes para o argumento que construo aqui.

O objetivo central da monografia de Farias (1990) é o de demonstrar que a compreensão da atual sociedade Xerente implica, necessariamente, a observação das relações sociais, políticas e cerimoniais que ocorrem entre as várias aldeias que a compõem. Ou seja, uma das hipóteses na qual baseia-se seu trabalho é que, diferentemente de outros Jê, cada uma das aldeias Xerente não pode ser vista como um micro-cosmo que contenha, em si, a totalidade das suas relações sociais. Para demonstrar essa hipótese, Farias se apoia na análise dos aspectos morfológicos em vigor entre os Xerente: metades exogâmicas, organização clânica, sistema de classes de idade e os cerimoniais de nomeação masculina e feminina.

Além disso, Farias sugere que as relações especiais existentes entre os clãs patrilineares, denominadas Narkwá, como já havia sugerido Nimuendajú, possuem

“...muito dos atributos da amizade formal existente entre os Jê.” (Farias,1990:89).

Essa relação de amizade formalizada seria estabelecida a partir do momento da distribuição dos papéis cerimoniais que





“...são duplos e pertencem às metades e não aos indivíduos.” (1990:89), instituindo, assim, “...o respeito e a proximidade formal entre homens que pertencem às metades exogâmicas distintas.” (1990:92).

Diferentemente de Maybury-Lewis, que afirmara o desuso das metades exogâmicas pelos Xerente e a vitalidade do sistema clânico apenas devido a sua potencialidade de recrutamento para as facções, Farias assinala que é

“...a partir da filiação às metades exogâmicas e, conseqüentemente, aos seus respectivos clãs patrilineares, [que] os Xerente constroem a base de sua sociedade (...), procurando demonstrar “...que essas instituições são, hoje, das mais fundamentais já que localizam o indivíduo no plano da aldeia e no plano mais amplo da sociedade Xerente como um todo.” (Farias,1990:74).

A vitalidade destas instituições seria particularmente demonstrada, por um lado, através da linguagem corporal: as filiações clânicas e, conseqüentemente, às metades exogâmicas, seriam identificáveis através da visibilidade proporcionada pela variação dos motivos básicos - círculo/Doí ; traço/Wahirê – da pintura corporal praticada em momentos rituais. Diz Farias que a

“existência de uma linguagem visual pública deve ser considerada como um recurso simbólico utilizado pelos Xerente como referente concreto de apresentação e de pertença a seus respectivos clãs.” (Farias,1990:86).

Metades	Wahirê/Sdakra – TRAÇO	Doí/ Siptató – CÍRCULO	
	Motivo	Motivo	
Clãs	1. Krozakéisaptorê	 1. Kuzâ (ou Kunmã)	o o o
	2. Krozakétopa	 2. Kbazí (ou Isrô)	○ ○ ○
	3. Kremprehí	 (no lado do corpo)	○ ○ ○
	4. Wahirê	 (na frente do tronco e nas costas)	

Fonte: Farias,1990: 87; Lopes da Silva & Farias, 1992:99.

Além da observação e análise dos cerimoniais e rituais, Farias fez um levantamento de casamentos, o que, segundo o autor, corrobora a exogamia de

metades. Ainda é importante ressaltar que Farias, seguindo Maybury-Lewis<sup>149</sup>, reafirma a ambigüidade que a regra de uxorilocalidade apresenta entre os Jê Centrais. Diz o autor:

“O que pode determinar a escolha do padrão residencial? Entendo que não se trata de uma escolha propriamente dita, mas, antes de uma decorrência do processo faccionário existente na aldeia.” (Farias,1990:63).

Por outro lado, ao afirmar que é a partir do referencial propiciado pelo sistema dual - a oposição entre as metades Doí/Wahirê – que o facciosismo Xerente se constrói, Farias corrobora a tese de Lopes da Silva (1986:171), para quem as possibilidades constantes de rearranjos na “estrutura” ao longo do tempo - que foram atribuídas por Maybury-Lewis às contingências políticas entre os Jê Centrais - já estaria previsto de maneira estrutural<sup>150</sup>. Mas Farias volta a reafirmar Maybury-Lewis quando assinala que os Xerente teriam suas aldeias “...sempre divididas em pelo menos dois grupos políticos e facções” (Farias,1990:74; cf., também, Maybury-Lewis,1979). Essas duas considerações levam o autor a concordar com Maybury-Lewis, no que se refere à manifestação do princípio dual no sistema político Xerente, mas, ao mesmo tempo, a questioná-lo, na medida em que Maybury-Lewis não reconheceu a manifestação do princípio dual nos arranjos mais propriamente institucionais Xerente, particularmente, nas metades exogâmicas. (Farias, 1990:83).

Em síntese, o trabalho de Farias acaba por atualizar a monografia de Nimuendajú, evidenciando nitidamente uma continuidade dos arranjos institucionais Xerente por mais de 50 anos. Desse modo, choca-se com Maybury-Lewis, para quem tais arranjos estavam obsoletos. Surpreendentemente, afóra a não constatação da localização fixa dos clãs Xerente no plano espacial das aldeias e a conseqüente insustentabilidade da regra de residência patrilocal, os trabalhos de Farias (1990) e Lopes da Silva e Farias (1992) apresentam muito mais continuidades em relação à monografia de Nimuendajú do que em relação aos dados de Maybury-Lewis, contrastando-se nitidamente com estes últimos.

É justamente tomando esse enigma como ponto de partida que pretendo, a seguir, apresentar os meus próprios dados e interpretações sobre a operacionalidade dos arranjos institucionais e políticos Xerente na situação histórica atual, contrastando-os, na

<sup>149</sup> “*Nor do I feel that uxorolocality is primarily a political matter.*” (Maybury-Lewis,1979:11).

<sup>150</sup> Apontando, portanto, para uma dinâmica e uma margem para constantes rearranjos estruturais a depender de contextos e processos históricos.

medida que for necessário, com os trabalhos acima referidos. Adianto que, numa nova reviravolta “pendular”, a situação histórica atual vivenciada pelos Xerente aproxima minhas interpretações, em linhas gerais, muito mais daquelas assinaladas por Maybury-Lewis do que das apresentadas por Nimuendajú e Lopes da Silva e Farias.

## **4.2. Parentesco e facciosismo**

Como vimos nos capítulos iniciais, a fundação do Estado do Tocantins e a instalação da sua capital provisória na cidade de Miracema, ao lado das T.I.s Xerente, com sua posterior mudança definitiva para Palmas, propiciaram a diversos agentes, oriundos das esferas nacional e transnacional, uma inserção até então inédita no campo político da esfera local. É importante ressaltar que os contextos históricos nos quais se realizaram as pesquisas de Lopes da Silva e Farias são, portanto, anteriores a esse marco.

Apesar do ineditismo desse processo, dado pela sua intensidade e rapidez, é necessário considerar que as esferas local e regional sofrem interferência de agentes nacionais e supra-nacionais há mais de duzentos anos: são os casos por exemplo, como já descritos anteriormente, das intervenções punitivas contra os Akwë, patrocinadas pela Coroa Portuguesa e, principalmente, da participação direta de vários segmentos religiosos, desde os católicos (jesuítas; capuchinhos; dominicanos etc) até os batistas. Ressalva feita a estes contextos históricos, até a fundação do Estado do Tocantins, as relações conflituosas entre Xerente e os segmentos não-indígenas estavam circunscritas localmente, contando, no máximo, com a participação e intervenção supra-local de agentes vinculados ao poder público federal, responsáveis pela questão indígena e/ou a ela relacionados (SPI/ Funaj; INCRA e militares).

Em decorrência do evento de fundação do Estado do Tocantins, iniciou-se um intenso processo de modernização do setor primário regional. A incorporação daquela remota região do antigo Estado de Goiás à rota “desenvolvimentista” do capitalismo brasileiro desencadeou uma nova situação histórica, com o que as T.I.s Xerente passaram a ser objeto de interesses econômicos e políticos antes inimagináveis. Um dos fenômenos mais reveladores dessa nova configuração geopolítica das esferas regional e local diz respeito ao intenso processo de fragmentação das aldeias Xerente, via cisões faccionais, que tem início do começo da década de 80, com os projetos de

desenvolvimento comunitários patrocinados pela Funai, mas que encontra seu auge a partir do final da mesma década, coincidindo, assim, e não por acaso, com a fundação do Estado do Tocantins.

Em vista do exposto, tendo a considerar insuficiente uma das hipóteses que, segundo o próprio autor, orienta o trabalho de Farias (1990). Refiro-me à idéia de que

"...a compreensão satisfatória da sociedade Xerente contemporânea exige o estudo das relações entre as diversas aldeias espalhadas pelo território Akwẽ -Xerente" (Farias, 1990:4) .

Tendo realizado minha própria pesquisa quase uma década mais tarde , creio que o estudo das relações entre as aldeias possibilita apenas em parte uma compreensão satisfatória da sociedade Xerente. É impossível chegar a uma compreensão plenamente satisfatória das relações sócio-políticas contemporâneas Xerente sem que se levem em conta as articulações das suas facções com os demais atores não-indígenas, envolvidos, como elas, no campo político das esferas local e regional. Em que pese esta diferença, concordo com o autor quando assinala que um estudo sobre os Xerente exige que

"...a atenção se volte para o conjunto de aldeias e para a dinâmica das articulações entre elas (...) Mediante a observação dos mecanismos de ordenação das pessoas pelas instituições, e observando também sua distribuição em todo território, e não só no âmbito de uma aldeia, captamos o peso das influências e variações decorrentes dos processos de cisão política e composição cerimonial." (Idem, ibidem).

Quero dizer, em suma, que, se a compreensão das redes de relações sociais e políticas intra-aldeias merece ser tratada como uma tarefa da maior importância, a ser conduzida, principalmente, pela observação dos arranjos de parentesco que as conformam em zonas relativamente delimitadas dentro das T.I.s Xerente, não parece ser menos fundamental considerar tanto as articulações destas redes com distintos atores não-indígenas como, também, os recursos materiais, humanos e normativos envolvidos nestes fluxos transacionais.

Como foi observado anteriormente, a dinâmica pendular que tanto caracteriza as práticas sociais Jê pode ser ilustrada, entre os Xerente, pela descrição e análise da atual situação histórica

Farias (1990) e Lopes da Silva e Farias (1992), com base em pesquisas de campo realizadas na década de 80, sugerem que os Xerente parecem ter vivenciado um período intenso de reativação de uma série de práticas sociais que, 20 anos antes, segundo Maybury-Lewis, estariam bastante obsoletos. Formulam, assim, uma questão que interessa de perto ao presente trabalho:

"...os Jê têm demonstrado, inúmeras vezes, sua capacidade de recuperar e revitalizar práticas, rituais, instituições inteiras de sua vida social, que, durante certo período - por razões certamente históricas -, estiveram obscurecidas, parecendo irremediavelmente perdidas, mortas, desaparecidas. Renascem em outros momentos históricos, que oferecem condições (quais seriam exatamente?) adequadas."  
(Lopes da Silva & Farias, 1992:110).

Uma das possíveis "condições" a esse processo de renascimento, quando levamos em conta a atual situação Xerente – principalmente, a expansão do campo político local - pode estar relacionada a uma certa autonomia que a sua dinâmica faccional tem conquistado diante dos demais arranjos institucionais que compõem seu universo sociocultural. Ao que parece, quanto mais se intensificam as disputas faccionais entre os Xerente, determinadas pela especificidade dos contextos históricos por eles vivenciados, tanto menos se manifestam algumas de suas práticas sociais (rituais e cerimoniais). Tendo em vista essa possível relação, a presente dissertação enfoca, prioritariamente, a dinâmica faccional e ampliada de que participam hoje os Xerente, postulando-a como recurso para a compreensão dos processos dinâmicos que têm promovido tais movimentos pendulares ao longo da sua história neste século.

Assim, sugiro que a transformação intensa pela qual têm passado os diversos planos que constituem as esferas local e regional - que pode ser "datada" a partir da implantação do Estado do Tocantins em 1989 – tenha contribuído com novas alternativas para manifestação dos conflitos faccionais entre os Xerente, levando as suas demais práticas sociais centrípetas (rituais de nomeação, clânicos, de classes de idade, etc.) a uma condição de subordinação em relação aos primeiros. De maneira dialética, o que foi



manifesto durante a década de 80 parece tornar-se latente, e o que estava latente – o facciosismo Xerente – tem-se tornado claramente manifesto.

Se aceitarmos esse pressuposto como verdadeiro, o momento atual em muito se assemelharia àquela encontrada por Maybury-Lewis na época de suas pesquisas (1955/1956), ao passo que a aquele apresentado por Nimuendajú se aproximaria da apresentada por Lopes da Silva e Farias. Ou seja, enquanto, no primeiro caso, as forças centrífugas – o facciosismo – estariam agindo sobre a vida social Xerente de maneira bastante intensa, no segundo, por contraste, teria havido a manifestação dos arranjos institucionais centrípetos. Essa hipótese, apesar de logicamente aceitável, requereria uma análise exaustiva da configuração sócio-política das esferas local e regional das respectivas situações históricas pelas quais os Xerente foram apresentados no decorrer deste século.

Para que possamos compreender essa dinâmica com maiores detalhes, é importante apresentar algumas das variáveis que a constituem.

Os fluxos sócio-políticos Xerente atualmente se processam em dois níveis diversos, independentes mas simultâneos, que, analiticamente, podem ser identificados através das unidades políticas específicas que neles atuam, como já explicitado no início desta dissertação. No primeiro nível, encontramos os processos sócio-políticos que envolvem a composição, por um lado, das facções indígenas – redes de parentesco, laços cerimoniais entre aldeias, sistema clânico, concepções de autoridade, enfim, o conjunto de recursos sócio-simbólicos alocados em seu campo normativo - e, por outro, destas facções com os demais atores não-indígenas, no que chamo, aqui, de coalizões faccionais ampliadas.

Um segundo nível de apreensão da dinâmica faccional Xerente pode ser caracterizado pelas relações geopolíticas existentes entre (a) cada uma das aldeias dispersas pelo território; (b) um aglomerado de aldeias aqui denominadas zonas geopolíticas e, por fim, (c) o território. Estas unidades podem ser apreendidas de maneira menos abstrata, já que suas configurações se expressam de maneira espacial. É impossível entender estas configurações geopolíticas sem levar em conta as suas interdependências com os diversos fatores que constituem tanto os arranjos faccionais indígenas como seus arranjos faccionais ampliados. Assim, nas considerações que se seguem, apesar da tentativa de apresentar esses níveis de apreensão de modo mais ou

menos compartimentalizado, todos eles aparecerão, de uma maneira ou de outra, articulados.

#### 4.2.1. *Facção*

Diferentemente de política e políticos - termos já devidamente incorporados pelos Xerente em seu cotidiano<sup>151</sup> -, em nenhum momento das pesquisas houve qualquer menção ao termo facção, seja de maneira espontânea, seja através da sugestão. Quando questionados a respeito desse tema, os Xerente afirmaram desconhecer ou “não entender” a que tipo de assunto eu estava me referindo. Depois de muita insistência, apenas duas lideranças, parece que “entendendo” aonde eu queria chegar, me apresentaram alguns indícios do que poderia ser, para eles, uma facção: “meu pessoal”; “meu povo”; “nosso pessoal”, “nosso povo”, contrapondo-se ao “pessoal dele”; “o povo dele”<sup>152</sup>.

Como discutido na Introdução deste trabalho, uma facção é definida justamente pela sua condição de quasi-groups, quer dizer, é formada de maneira contextual e, uma vez, alcançados (ou não) os objetivos que lhe dão sustentação, tende a se desfazer com a mesma agilidade com que fôra composta<sup>153</sup>. Essa definição mínima e formal de facção ajuda a compreender os arranjos existentes entre lideranças Xerente que, na situação histórica atual, ora se encontram aliadas – ou “na mesma caminhada”, segundo eles próprios – ora encontram-se em posições absolutamente opostas. É verdade que, muito provavelmente, uma pesquisa que acompanhasse a composição das facções Xerente durante um tempo mais logo poderia revelar um núcleo de indivíduos que se mantivessem permanentemente unidos. Meus próprios dados de campo corroboram esse delineamento histórico. Entretanto, tentarei demonstrar que tais núcleos – que podem ser grupos domésticos (ressaltando-se, inclusive, os arranjos entre afins<sup>154</sup>) ou mesmo linhagens

<sup>151</sup> Discutirei esse tema no capítulo 5.

<sup>152</sup> Apenas um professor Xerente me disse que, na língua nativa, essa oposição “faccional” pode ser adequadamente expressa da seguinte maneira: *inmakwě* (nosso povo) e *aisimakwě* (o povo dele). Entretanto, segundo outros interlocutores, esses dois termos também são utilizados para identificar a oposição entre as pessoas que são consideradas como parentes daquelas que não o são - oposição entre **nós/eles** (*wanori* e *wasimpkoze*) -, o que corrobora a tese apresentada por Maybury-Lewis (1979).

<sup>153</sup> Portanto, não concordo com Farias que define uma facção Xerente da seguinte maneira: “Entendo a facção como um grupo que dá sustentação a um líder e que possui sub-lideranças e padrões de sucessão definidos.” (Farias, 1990:67 – grifo meu).

<sup>154</sup> Veremos mais adiante um caso no qual a liderança faccional de uma forte liderança Xerente está intimamente vinculada à sua condição de tio materno e sogro. Apesar de não ter me aprofundado no tema, a proibição de ego casar

(portanto, corroborando a patrilinearidade entre os Jê Centrais) - não se confundem com as facções Xerente.

Ao sugerir que a dinâmica faccional Xerente possui uma significativa autonomia perante aos demais arranjos sociais que constituem seu universo sociocultural, em hipótese alguma afirmo que os diversos arranjos que o compõem - relações de parentesco e inter-clânicas; segmentação entre linhagens de um mesmo clã; grupos domésticos, classes de idade e metades exogâmicas – devam ser colocados de lado nesse tipo de análise. Pelo contrário, sem a compreensão do peso que tais fatores possuem na composição de uma facção Xerente, torna-se impossível identificar alguns dos aspectos básicos envolvidos nesse processo. Todavia, se se restringe o foco de análise sobre as relações sócio-políticas Xerente contemporâneas apenas e tão somente a eles, deparar-se-á, imediatamente, com tamanha quantidade de incongruências e contradições que se será levado a pensar que, na situação histórica atual, reina um profundo caos entre os Xerente. Como veremos, não é o que ocorre. Por detrás desse aparente caos, revela-se toda sorte de estratégias e articulações intrincadas, viabilizadas pela manipulação dos valores e recursos advindos tanto da dimensão sociocultural Xerente como da sua interação com os valores e recursos disponibilizados pelos agentes não-indígenas presentes nessa situação de contato multiétnico secular. Enfim, os fluxos sócio-políticos Xerente atuais, como tentarei demonstrar, articulam as dinâmicas faccional e ampliada de uma tal maneira simultânea que, muitas vezes, torna-se difícil assinalar as fronteiras que, ao menos analiticamente, serviriam para delimitá-las.

#### **4.2.2. Clãs e facção**

Sobre os Xerente, Maybury-Lewis afirmou que a única instituição que detinha ainda uma certa vitalidade, na época de suas pesquisas, era o sistema clânico e, assim mesmo, em decorrência da dinâmica faccional:

"... the most vital traditional institution still functioning was the clans system because it determined recruitment to Sherente factions." (Maybury-Lewis, 1979: 217).

---

com sua MBD pode se relacionar ao fato de que essa atitude levaria-o a manter relações de subordinação a um homem que, ao mesmo tempo, seria seu tio materno (MB) e sogro (WF).

Os processos políticos analisados nessa dissertação demonstram, entretanto, que os clãs Xerente não detêm a capacidade intrínseca de recrutar indivíduos para as facções. Ao contrário, os constantes arranjos e rearranjos faccionais inter-clânicos, vinculados ao dinamismo propiciado pelas suas articulações faccionais ampliadas, vêm-se sobrepor, a todo tempo, à filiação clânica e, por decorrência, às metades. A esse processo de atenuação da filiação clânica somam-se as clivagens “horizontais” que as relações de parentesco entre afins ( particularmente, sogro/genro e tio materno/ filho da irmã) proporcionam à dinâmica faccional<sup>155</sup>. Assim, dentro da dinâmica faccional e, principalmente, da ampliada, a identificação clânica só tem sido acionada em situações conflitivas que ameaçam levar a “ordem” sócio-política a cisões incontornáveis. Nesses momentos, o sistema clânico, em vez de ser acionado como uma força centrífuga - quer dizer, através de sua capacidade em recrutar indivíduos para as facções -, tem sido acionado exatamente no sentido contrário, adquirindo o papel de uma força centrípeta. Em outras palavras, só em alguns conflitos faccionais, normalmente aqueles que colocam o organização social Xerente em risco de “estado de guerra”, é que o sistema clânico é acionado através da reunião do conselho dos velhos (wawës), onde estão representados todos os clãs envolvidos na contenda. O conselho opera, então, como suporte para mediar e resolver o conflito. Mais do que isso, é no conselho dos wawës que podemos encontrar verdadeiramente o locus do poder político Xerente. Discutirei esse tema, com maiores detalhes, no próximo capítulo.

Quando se observa a composição das facções Xerente atuais percebe-se que cada uma delas é constituída por lideranças pertencentes a segmentos de linhagens com origem clânica distintas, o que tende a atenuar a importância da filiação clânica, pelo menos no contexto no qual uma facção se constitui<sup>156</sup>. Ou seja, a dinâmica faccional tende a redistribuir indivíduos e grupos em outros arranjos, diversos daqueles definidos somente pela descendência unilinear. No mesmo sentido, Maybury-Lewis, em sua análise

<sup>155</sup> Toral também aponta para a flexibilidade de uma composição faccional entre os Karajá: “*O que eu chamo de uma ‘facção’ compõe-se dos descendentes desse grupo de irmãos, primos e outros parentes interligados por diversos casamentos entre si, além de outras famílias contextualmente ‘aliadas’, mas que não apresentam proximidade em termos de parentesco*” (Toral, 1992:60).

<sup>156</sup> Mellati (1978), ao distinguir algumas unidades sociais existentes entre os Krahô, faz as seguintes considerações sobre as facções, bastante análoga ao que tenho tentado demonstrar no caso Xerente: “*A facção é a menor delas e também a mais instável. Intimamente ligada ao sistema de parentesco, não pode ser confundido com ele. Não é uma família elementar, nem um grupo doméstico, nem um segmento residencial. A facção, que se forma em torno de um líder, não se confunde nem mesmo com o grupo de pessoas que ele considera parentes consangüíneos. Uma facção congrega parentes consangüíneos e afins do líder, mas não todos. Espera-se que um homem tome o partido de seu pai, de seu irmão, de seu tio materno, mas muitas vezes duas facções podem surgir da disputa entre dois parentes. A divisão em facções não afeta os casamentos realizados.*” (Mellati,1978:74).

da organização política Xavante<sup>157</sup>, afirmava que o vínculo de um indivíduo a uma patrilinearidade é muito mais reveladora de sua ligação com uma determinada facção do que a identificação daquele indivíduo a um determinado clã:

"A filiação clânica por si só não é significativa. Adquire significado apenas contextualmente. O contexto, por sua vez, é configurado pela estrutura faccionária da comunidade, que se constrói a partir de agrupamentos clânicos sem, no entanto, corresponder necessariamente a eles. É, portanto, mais importante para os moradores de uma determinada aldeia saber com que linhagem um recém-chegado tem ligações do que descobrir a que clã pertence".(Maybury-Lewis,1984:224).

Da mesma forma que ocorre entre os Xavante, o aspecto mais importante a ser observado, e que nos permite revelar em parte a base na qual e pela qual os arranjos faccionais Xerente são constituídos, diz respeito aos conflitos intra-linhagens e nas conseqüentes alianças inter-clânicas que são firmadas entre as diversas linhagens patrilineares que constituem cada um dos clãs Xerente. Farias já havia sugerido essa flexibilidade na composição faccional Xerente ao discutir a "opção" de residência pós-casamento:

"A formação de facções supõe alianças e estas podem seguir pelo menos dois caminhos. É possível ir em direção ao fortalecimento de um segmento residencial específico – sogro, genro, cunhados – ou ir em direção à formação de alianças no interior do clã, envolvendo mais que um segmento residencial. Esse é um processo dinâmico, que não obedece a uma determinação apriorística." (Farias, 1990:64).

Assim, ao observar as facções Xerente, podemos encontrar em coalizão ou em confronto linhagens do mesmo clã<sup>158</sup>, linhagens de clãs distintos e, inclusive, segmentos da mesma linhagem.

<sup>157</sup> Como é sabido, os Xerente e os Xavante até o século XVIII faziam parte de uma grande nação Jê, autodenominada Akwẽ. Assim, não é por acaso que muitas das ilações sugeridas por Maybury-Lewis a respeito da organização política faccional Xavante são muito próximas - para não dizer iguais - a dos Xerente. Diz o autor, "*As facções dos Xerente contemporâneos relacionam-se, em cada comunidade, de um certo modo análogo ao das facções Xavante*" (Maybury-Lewis,1985: 367).

Maybury-Lewis já havia notado esta flexibilidade na composição das facções Xavante:

“ Talvez seja mais correto dizer que os Xavante consideram os membros de sua própria facção como sendo os seus companheiros de clã ao invés de supor o contrário, ou seja, que eles consideram os seus companheiros de clã como membros de sua própria facção.” (Maybury-Lewis, 1984: 224).

Creio que o mesmo raciocínio pode ser aplicado aos Xerente.

As considerações acima apontam para o fato de que o sistema clânico Xerente, quando pensado dentro do dinamismo faccional e ampliado, vem sendo invariavelmente acionado como um fator de aglutinação, via o “parlamento dos wawës”. Apesar disso, cabe notar que, recentemente, tem ocorrido um movimento de algumas lideranças no sentido de buscar delimitar mais claramente as fronteiras existentes entre alguns clãs Xerente que, devido a uma série de circunstâncias históricas, das quais falarei mais abaixo, encontravam-se bastante confundidas. A despeito dessa recente movimentação, não notei uma imediata ressonância desse processo no dinamismo faccional e ampliado Xerente. Em outras palavras, em que pese essa tentativa de reafirmação da identidade dos clãs, em nenhum momento tal movimentação apresentou indícios de que poderia estar em curso a criação, entre os Xerente, de uma “mentalidade” segundo a qual cada um dos seus clãs poderia vir a se constituir em grupos faccionais incorporados. Aprofundarei a discussão sobre estes temas no próximo item

### **4.2.3. Distinções inter-clânicas**

Com relação à organização social Xerente, especialmente ao que diz respeito às metades exogâmicas e a seus clãs constitutivos, cabe lembrar os modelos construídos pelos etnólogos que estiveram entre eles no decorrer deste século.

---

<sup>158</sup> Farias admite este fato, ainda que com certa dificuldade. Ao tratar da formação de uma nova facção através de um racha entre patrinhagens pertencentes à mesma metade na aldeia do Funil, afirma que, “*neste caso, o processo faccionário pode estar caminhando para a formação de facções no interior dos clãs e, portanto, relevando a filiação às metades exogâmicas.*” (Farias, 1990: 67).

Modelo de Nimuendajú – 1937		
Metades	Siptató (Sol)	Sdacrã (Lua)
Clãs	1. Kuze	1. Kreprehi
	2. Isibdu	2. Isauré
	3. Kbazípre	3. Isrurie
	4. Prasé (Klitó)	4. Krozaké
Modelo de Maybury-Lewis – 1955/56 e 1963		
Metades	Doí	Wairi
Clãs	1. Kuze	1. Wairi
	2. Kbazí	2. Krozaké
	3. Klitó	-----
Modelo de Lopes da Silva e Farias – 1984		
Metades	Doí	Wahirê
Clãs	1. Kuzâ (ou Kunmã)	1. Wahirê
	2. Kbazí (ou Isrõ)	2. Krozakéisaptoré
	3. Krito (ou Isibdu)	3. Krozakétopá
		4. Kremprehí

Em todos os modelos apresentados, encontramos referências aos clãs Kuzâ, Kbazí e Krito, da metade Doí/Siptató. Apenas no modelo de Nimuendajú é assinalada a existência do clã Isibdu, que não aparece nos modelos posteriores. Vale lembrar que as denominações Sdacrã e Siptató, conforme apresentadas no modelo de Nimuendajú, atualmente só são reconhecidas pelos Xerente mais idosos.

Na metade Wahirê/Sdacrã, somente o clã Krozaké aparece referenciado em todos os modelos. O clã Kremprehí aparece nos modelos de Nimuendajú e de Lopes da Silva, mas não no de Maybury-Lewis. Por fim, no modelo apresentado por Nimuendajú, não há referência nem à metade nem ao clã Wahirê, mas são identificados dois clãs que não aparecem nas pesquisas posteriores: Isauré e Isrurie.

Maybury-Lewis tece as seguintes considerações sobre as diferenças entre seus dados e o modelo apresentado por Nimuendajú. No caso da metade Doí/Siptató, o autor apenas assinala que

“ three of the four clans mentioned by Nimuendajú were still in existence. [Kuzâ, Kbazí e Klito.]” (1979:224)

Maybury-Lewis não comenta a ausência do quarto clã (Isibdu) mencionado por Nimuendajú. Sobre a metade Wahirê/Sdakra, Maybury-Lewis é bastante enfático: a distinção clânica não mais estaria ali operando, à exceção dos Krozaké. No lugar dos demais clãs supostamente identificados por Nimuendajú - Kremprehí, Isauré, Isrurie - Maybury-Lewis assinala a existência de uma série de linhagens que se consideravam apenas como pertencentes à metade Wahirê:

“these [as linhagens] were regarded as being ‘on the same side’, conceptually speaking, as the Krozaké.” (Maybury-Lewis, 1979:224).

Lopes da Silva e Farias, tomando para si o desafio de compreenderem as razões destes “desencontros” na literatura sobre os Xerente, além de identificarem a existência do clã Kremprehí (da mesma forma que Nimuendajú), não observada por Maybury-Lewis, apresentam uma novidade em relação aos dois modelos anteriores: a separação dos Krozaké em dois clãs distintos - Krozakéisaptoré e Krozakétopá. Isto lhes foi possível pela utilização da pintura corporal como linguagem expressiva da filiação clânica dos Xerente. Ainda segundo esta dupla de autores, o clã Isibdu é outra maneira de designar o clã Krito (ou Prasé) (Lopes da Silva & Farias, 1992:112). Além disso, é assinalado que os clãs Kuzâ e Kbazí podem também se audenominar, respectivamente, como Kunmã e Isrõ.

Esta diversidade de dados e de interpretações pode nos fornecer alguns subsídios para a discussão aqui proposta.

Quando observados os modelos, a metade Doí/Siptató<sup>159</sup> foi sempre composta por três clãs: Kuzâ, Kbazí e Krito. Os indivíduos pertencentes a esses clãs afirmaram para mim, de maneira idêntica e incisiva, que são Doí, atenuando suas distinções clânicas, pelo menos nas primeiras interlocuções. É importante destacar que os membros do clã

<sup>159</sup> Maybury-Lewis assinalou a proximidade fonética e em termos de formato de pintura corporal entre os Siptató Xerente e os Toptató (um “clã”) Xavante. Diz o autor, “*Vê-se claramente que se trata de uma palavra cognata ao Xerente siptató, que dá nome a uma de suas metades. Os membros dessa metade – assim como os Topdató Xavante – tinham, como estilo característico de pintura, um padrão de círculos.*” (Maybury-Lewis, 1984:221- nota 2) .



Kuzâ, apesar de suas atitudes serem parecidas com as dos indivíduos dos outros dois clãs, costumam dar uma ênfase especial à sua pertença clânica, como se ela lhes possibilitasse um prestígio diferenciado. Caso um tanto mais complexo nessa metade é o dos Krito. Recentemente, percebi um movimento de reafirmação identitária muito forte por parte de algumas de suas lideranças mais expressivas, em particular de uma forte patrilinearidade hegemônica numa das aldeias do P.I. Brejo Comprido. Uma situação que o expressa apresentou-se em minha última pesquisa de campo. Ao discutir com alguns professores Xerente aspectos de sua organização social, um deles me confessou – de maneira muito constrangida - que a linhagem à qual pertencia não era do clã Kbazí, como até então ele se apresentava, mas sim, do clã Krito<sup>160</sup>. Sua explicação para essa omissão foi simples e direta: “A gente ficou com vergonha por que falam por aí que nosso ‘partido’ já acabou”. Apesar desses empecilhos, como não há justaposição entre as denominações clânicas e a denominação da metade, a identificação dos indivíduos pertencentes aos clãs Kuzâ, Kbazí e Krito torna-se acessível, de modo relativamente claro, ao pesquisador. O mesmo não ocorre, todavia, quando passamos à outra metade.

A grande maioria dos indivíduos pertencentes à metade Wahirê que foram por mim inquiridos sobre seu clã de origem declararam-se Wahirê, corroborando tanto os dados de Maybury-Lewis como os de Lopes da Silva e Farias. Ou seja, a justaposição entre a metade e o clã Wahirê torna indecifrável suas distinções. Tal justaposição contrasta com a atitude dos indivíduos que pertencem ao clã Krozaké. Estes, pelo menos em minhas interlocuções em campo, nunca fizeram questão de realçar a sua pertença à metade Wahirê, preferindo, na maioria das vezes, deixar claro sua filiação somente aos Krozaké.

Desde o primeiro momento de minhas pesquisas, ficou nítido que os Krozaké ocupavam um espaço político muito grande entre os Xerente. Em julho de 1997, uma liderança pertencente a uma linhagem Kuzâ me disse: “ Querem fazer uma Associação só dos Krozaké.” Como veremos mais abaixo, os trabalhos de Nimuendajú e Maybury-Lewis já apontavam indícios de que as linhagens desse clã sempre ocuparam um papel de destaque nos conflitos faccionais Xerente.

O fato de o clã Krempehí não aparecer no modelo de Maybury-Lewis – provavelmente, com suas linhagens se auto-identificando como Wahirê -, mas, sim, nos

<sup>160</sup> Em Farias (1990), essa linhagem é identificada como Kbazí. Por outro lado, refletindo esse processo de reafirmação identitária, o cacique Samri, irmão do citado professor, assumiu publicamente sua pertença ao clã Krito, em entrevista para o Jornal do Tocantins, 3/03/99, em virtude da formação de mais um novo Conselho Indígena Xerente.

dois outros modelos, sugere uma questão importante: parece que ocorre entre os Xerente uma espécie de constrangimento e omissão no processo de identificação da filiação clânica quando o número de indivíduos de determinado clã encontra-se muito reduzido ou mesmo em processo de reafirmação identitária<sup>161</sup>. Da mesma maneira que o caso dos Krito, comentado acima, um wawě Xerente do clã Kremprehí me afirmou de modo bastante veemente que seu clã ainda existia e que, portanto, “o dicionário do pastor estava errado”. Explico: em um dicionário elaborado pelos missionários batistas, publicado em 1994, consta que o clã “Krèprehí” encontrava-se praticamente extinto. Apesar de essa informação constar, de fato, do dicionário e de ter motivado essa reação do wawěs citado, numa entrevista concedida a mim recentemente (fevereiro/1999), o pastor Rinaldo de Mattos atenua significativamente a suposta quase extinção dos Kremprehí :

“O terceiro clã [da metade Wahirê] é o Kräiprehi, mas este, por serem os seus elementos em número bem menor, diluiu-se nos outros dois clãs da mesma metade. Assim, alguns krèprehi se pintam em krozaké e outros em wahirê, mas continuam identificado-se como krèprenhi”.

De certa forma, essa informação confirma a indistinção entre os clãs da metade Wahirê (com exceção dos Krozaké), verificada por Maybury-Lewis, como mencionado acima. Outra informação que vai ao encontro dessas ilações é a seguinte: uma forte liderança do clã Krozaké, ao ser questionada por mim sobre a filiação clânica de um outro Xerente, me afirmou o seguinte: “Ele se pinta diferente de todo mundo. Faz um risco assim...” [apontando para um traço vertical no rosto]. Depois de algumas investigações, viria a descobrir que esse Xerente pertence ao clã Kremprehí, e não aos Krozaké, como ele próprio uma vez havia me afirmado.

Por fim, é importante ressaltar que os Krozaké - da mesma forma que os Kuzâ - expressam um certo “orgulho” de pertencerem a esse clã. Mais do que isso, em todas minhas idas a campo, ficou bastante evidenciado que a maior rivalidade inter-clânica existente entre os Xerente está relacionada às rixas entre os Krozaké e os Kuzâ.

<sup>161</sup> Suwate, um professor do clã Krozaké, deu-me a seguinte resposta sobre o fato de ele ter se casado com uma mulher do mesmo clã: “ *A gente só evita de casar com a prima carnal*”. Tentei averiguar a conexão genealógica entre Suwate e sua esposa, mas ele desconversou, afirmando, apenas, que as “primais carnais” a que se referia eram as “*primas bem pertinho*”. (Talvez, da mesma geração -MDB e FZD “reais”). Outra frase, que escutei de um membro do clã Krito - quando perguntado sobre as rixas clânicas - parece corroborar essa tendência: “*Nossas filhas vão reproduzir para os outros clãs!*” (Ainãkrsêkô, outubro/1999).

Atitudes absolutamente contrárias à centrifugalidade proporcionada pela dinâmica faccional, essas manifestações de reafirmação identitária têm indicado o quanto é importante para os Xerente a existência de uma clara distinção da pertença de cada um dos indivíduos aos seus distintos clãs.

#### **4.2.4 .Distinções intra-clânicas ou segmentação intra-linhagens?**

As reflexões sobre a delimitação de uma linhagem entre os Jê Centrais já foram bastante desenvolvidas por Maybury-Lewis (1984) e Lopes da Silva (1986).

Segundo Lopes da Silva,

“ quando empregado com o sentido de grupo de parentes consangüíneos com ascendência paterna comum, que se identifica e é reconhecido por outros como grupo ( embora não necessariamente incorporado nem com limites fixados rigidamente); quando tido como indicador de um princípio de organização das relações e de classificação dos Xavante, o conceito de linhagem pode ser instrumento certamente não suficiente mas sem dúvida apropriado para a expressão dos modos peculiares de ordenação da sociedade Xavante.” (Lopes da Silva, 1986:168).

Por falta de dados mais aprofundados, não poderia aqui desenvolver uma discussão tão detalhada sobre a operacionalidade do conceito de linhagem entre os Xerente, como aquela desenvolvida por Lopes da Silva, em discussão pontual com o trabalho de Maybury-Lewis. Entretanto, é possível apresentar algumas pequenas considerações a esse respeito. De maneira geral, as linhagens Xerente podem ser caracterizadas como grupos de descendência patrilinear que não possuem profundidade temporal em termos genealógicos. A remissão a um ancestral distante tende a ser substituída pela identificação clânica e/ ou às metades. As linhagens Xerente são, pois, sub-divisões dentro de cada um dos clãs. Nos casos que consegui levantar, a “memória genealógica” do indivíduo consultado limitou-se, algumas vezes, à identificação dos avós, principalmente o paterno, e, na maioria delas, à geração do pai, incluindo alguns parentes

“patri” e matrilineares<sup>162</sup>. A segmentação intra-clânica – que postulo estar intimamente relacionada as constantes sub-divisões entre linhagens - é, desse modo, um processo bastante comum entre os Xerente. A variação dos motivos de pintura corporal, como assinalada por Lopes da Silva e Farias, podem dar pistas sugestivas para uma melhor apreensão dessa dinâmica.

Lopes da Silva e Farias (1992:98/99) já haviam assinalado – da mesma forma que Nimuendajú e Maybury-Lewis – a distinção básica dos motivos corporais que identificam a pertença de cada um dos clãs Xerente às duas metades: círculo=Doí e traço=Wahirê. Lopes da Silva e Farias identificaram ainda uma segunda distinção entre os clãs da metade Wahirê: os dois clãs Krozaké se pintariam com traços horizontais frontais (sendo diferenciados pelo tamanho do traço), o clã Wahirê se pintaria com traços verticais frontais e os Kremprehí com traços verticais laterais.

Foram poucas as informações que obtive sobre a utilização da pintura corporal entre os Xerente e sua articulação (ou não) com a segmentação intra-linhagens e a dinâmica faccional. Dentre elas, cabe apresentar as que julgo mais importantes para efeito das considerações que se seguem.

Em julho de 1996, ao entrevistar um Xerente, membro do clã Krozaké, do P.I. Brejo Comprido, ele me disse o seguinte:

“ Nós somos divididos em três, os Krozaké. Tem o legítimo, tem o outro e o outro. Quer dizer, o legítimo que é o dono da cultura, mas os outros, vamos dizer assim, são os companheiros e vai diminuindo até chegar no derradeiro.”

Outra afirmação, agora de um pajé Krito, é bastante instigante: segundo ele, Wahirê não seria uma metade, mas, sim, um dos partidos dos Krozaké.

Conforme informação pessoal do pastor batista Rinaldo de Mattos, alguns Xerente afirmam constantemente a existência de três tipos de Krozaké, o que vem a corroborar tanto o sentido do discurso nativo acima citado como a bipartição do clã Krozaké, conforme identificada no modelo de Lopes da Silva e Farias. Os Wahirê (clã e não a metade) apresentariam, segundo o pastor batista, a mesma tripartição. Assim, os

<sup>162</sup> Portanto, de modo análogo aos Xavante: “*As patrilineas apresentam tais características [histórias próprias e características específicas] mas elas crescem, se subdividem e desaparecem, de acordo com os arranjos políticos de cada aldeia.(...) É característica dos Xavante essa visão de sua própria sociedade em termos de uma profundidade temporal extremamente reduzida.*” (Maybury-Lewis,1984:210). Ver também Gordon,1996:69.

Krozaké se dividiriam, de acordo com os motivos de pintura corporal, em listras horizontais curtas, top krarê; horizontais médias, tmõ kuipdu e horizontais largas, tmõ awre; os Wahirê se dividiriam em listas verticais finas, médias e largas, repetindo as mesmas designações. Os clãs da metade Doí - Kuzâ, Kbazí e Krito - também seriam designados na mesma forma - top krarê, tmõ kuipdu e tmõ awre -, por meio da distinção entre o tamanho dos círculos: pequeno, médio e grande, respectivamente. O pastor Rinaldo de Mattos afirma, ainda, que as denominações Isawre e Isrurê, da metade Wahirê, e Isibtu, da metade Doí - supostamente referentes a clãs, conforme Nimuendajú - seriam designações relacionadas ao formato dos motivos da pintura corporal. Sobre a outra denominação do clã Krito (“Prasé”), o pastor Rinaldo diz o seguinte:

“Ao que hoje se identifica como Krito, Curt Nimuendajú dá a designação de Prasé. Mas Prasé, pela nossa pesquisa, é o nome próprio masculino que se dá ao primeiro elemento do clã a receber o seu nome na fila de nomeação, durante a cerimônia Dasipê. Eles chamam isso de Preseki nnãkrda, que quer dizer: - o nosso clã começa com o nome Prasé.<sup>163</sup>”

Aqui, um pequeno parêntese se faz necessário. Maybury-Lewis assinala que, entre os Xavante, o sufixo tede’wa (ou ‘wa) – cognato do sufixo tdekwá dos Xerente - identifica linhagens e não clãs. Diz o autor,

“O termo empregado para designar as linhagens é formado, invariavelmente, por uma espécie de apelido, seguido dos sufixos tede’wa ou ‘wa que indicam grupos de pessoas descritas pelo substantivo que os antecede.” (Maybury-Lewis, 1984:225).

Além disso, Maybury-Lewis sugere que os motivos da pintura corporal - além de ser a marca básica de distinção entre os clãs Xavante (1984:221) – poderia também ser uma propriedade das linhagens, indicada da mesma forma, portanto, pelo sufixo tede’wa:

“É, portanto, mais importante para os moradores de uma determinada aldeia saber com que linhagem um recém-

<sup>163</sup> Existe um velho Xerente do clã Krito que se chama Manoel Prasé, o que vai ao encontro do que afirma o pastor R. Mattos. Por outro lado, ainda segundo o pastor, os Krito seriam “os donos da *borracha*...*mais estritamente, do fruto da mangabeira*”, objeto utilizado no jogo de bola distintivo deste grupo. Essa explicação vai de encontro aquela apresentada por Lopes da Silva e Farias de que os Krito seriam “os donos do jogo de bola com batata assada”. (Lopes da Silva & Farias, 1992:112). Sobre jogos com bola de mangaba entre os Pareci (MT), ver Gonçalves (1990).

chegado tem ligações do que descobrir a que clã ele pertence. No momento em que ele pinta o seu corpo segundo o padrão característico de uma dada linhagem, faz uma afirmação pública de sua afiliação faccionária.” (Maybury-Lewis, 1984:224- grifo meu).

As linhagens Xerente, segundo Lopes da Silva e Farias, não apresentariam distintas pinturas corporais, tampouco propriedades específicas. Tais atributos, segundo esses autores, seriam características diferenciais de cada um dos seus clãs.(Lopes da Silva e Farias, 1992:112).

Infelizmente, não possuo dados que sustentem a elaboração de um novo modelo de entendimento da organização social Xerente. Assim, as considerações que se seguem cumprem, simplesmente, o papel de apresentar alguns indícios de que a dinâmica histórica Xerente parece

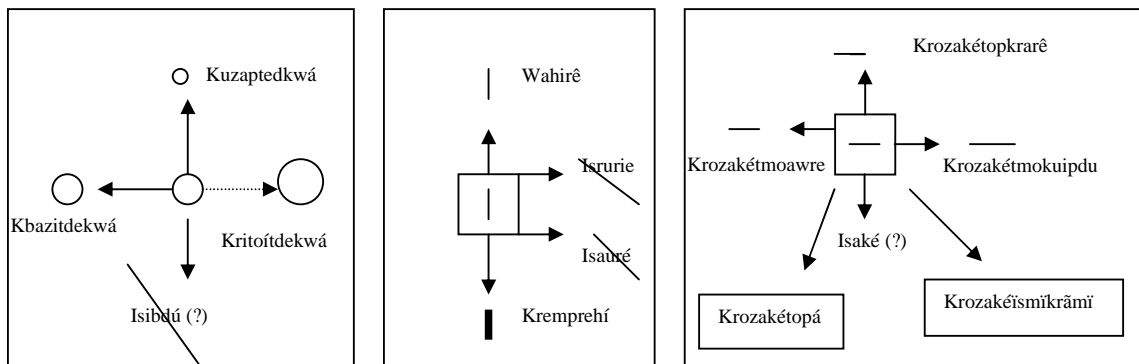
influir decisivamente na construção dos modelos etnológicos de sua estrutura social.

A partir dos dados apresentados por Lopes da Silva e Farias a respeito da bipartição dos Krozaké - Krozakéisaptoré e Krozakétopá -, e acrescentando as informações por mim coletadas, sugiro que os motivos de pintura corporal Xerente e suas variações são elementos indicativos de cisões intra-clânicas. Dessa forma, os motivos de pintura corporal Xerente poderiam também ser um atributo de suas linhagens <sup>164</sup>, e não somente clânico. Se esta suposição estiver correta, poder-se-ia especular que os atuais clãs da metade Doí, com exceção dos Krito – devido a sua suposta incorporação – são resultado de um processo de segmentação intra-clânica.

Apesar de serem necessárias pesquisas mais detalhadas sobre esse tema, é possível supor, por ora, que os Xerente tendem a uma contínua segmentação intra-clânica, sendo a variação nos motivos de pintura corporal um precioso instrumento para a identificação desse processo. Com o passar do tempo, provavelmente devido ao aumento do número de indivíduos masculinos, determinadas linhagens, sentindo-se suficientemente poderosas, passariam a reivindicar status clânico, mantendo, na medida

<sup>164</sup> Segundo o pastor Rinaldo de Mattos, “Recentemente, um informante me acrescentou que existe um quarto tipo de *krozake*. Este pintaria o corpo com listras médias, no sentido transversal. Ele chamou este tipo de *krozake* de *ismikrãmĩ*, ‘cruzado’.”

do conveniente, o vínculo com o clã de origem. Apenas como exercício, poderia propor o seguinte delineamento <sup>165</sup>:



O que esse processo parece indicar é que os modelos dos antropólogos, como já chamou a atenção Maybury-Lewis, devem articular a análise das ideologias do grupo estudado com suas estratégias de ação no mundo das relações concretas vivenciadas. Em outras palavras, no caso Xerente, parece que o contexto no qual são efetuadas as pesquisas é decisivo para a construção dos “modelos nativos” de sua estrutura social.

Maybury-Lewis é categórico em afirmar que a suposta “confusão de níveis”, a que Shapiro se referiu ao resenhar seu trabalho A Sociedade Xavante,

“...foi na realidade minha tentativa consciente de transcender o que eu considerava (e ainda considero) uma oposição estéril entre estrutura e estratégia.” (Maybury-Lewis, 1986:118).

E que ainda,

“Esta fluidez aparente resulta do método de análise seguido – método que recusa separar a análise das ideologias e teorias sociais dos povos estudados da análise de suas instituições e estratégias de ação social. Deste método sai uma visão diferente, menos formal e talvez menos elegante dos sistemas abordados... Parece então que as estruturas formalíssimas apresentadas com tanta frequência por antropólogos como ‘modelos’ de sociedades analisadas são uma espécie de ilusão de ótica, a sua qualidade

<sup>165</sup> Levi-Strauss postulou a existência entre os Xerente de um *sistema primitivo tripartido* que teria sido alterado pela *imposição de um dualismo sobreposto*. (Levi-Strauss, 1975:150).

aparentemente nítida sendo mera função da técnica de análise adotada.” (1986:119/120) .

Se a demarcação identitária entre patrinhagens no plano da pintura corporal ainda está demasiadamente sujeita à especulação, isso não ocorre com as alianças cerimoniais e de parentesco. Como já assinalado por Maybury-Lewis (1979) e aprofundado por Farias (1990:54), existem entre os Xerente grupos de aldeias que possuem tais laços de maneira bastante clara. Os dois quadros genealógicos que se seguem, confirmam, por um lado, a tese de Farias e, por outro, demonstram o que venho afirmando sobre o processo de segmentação intra-clânica e suas implicações na dinâmica faccional Xerente. Como veremos no capítulo 6, as disputas pelo controle da Associação Indígena Xerente colocaram em confronto, principalmente, estes dois agrupamentos.

#### **4.2.5. Interregno: conflitos faccionais em tempos antigos.**

Segundo Nimuendajú, os Krozaké e Krito foram incorporados como clãs suplementares às duas metades Xerente. Vejamos como Nimuendajú descreve esse processo:

“Each moiety originally had three clans, to which subsequently a fourth was added” (...) “Two alien tribes were subsequently added as supplementary clans: the prase to the siptató, and the krozaké to the sdakrã (...) The tribe from which the prasé sprang was originally called Sampé and lived in the mountains of the Tocantins-Araguaya watershed, by the sources of the Rio Bananal (tributary of the Araguaya) - allegedly under a protruding cliff with a waterfall” (...) “The original name of the ancestral tribe of the krozaké is no longer known. They inhabited a thick forest in the same region as the Sampé.” (...) “But even nowadays these clans are not quite reckoned as peers, and the Serente when speaking of moieties basically include only the native clans.” (Nimuendajú, 1942:9/19/20).



Esta informação, coletada por Nimuendajú, parece ter sido pouco explorada durante muito tempo. Explica-se. A suposta incorporação destas duas tribos pelas duas metades Xerente é apresentada pelo autor como ocorrida em tempos imemoriais, fato este comprovado pela existência de intensas relações de parentesco e cerimoniais entre elas e os supostos clãs "originais". Assim, em termos estruturais, aquelas tribos foram "transformadas" em clãs e passaram a fazer parte da rede de relações sociocsmológicas que organizam a sociedade Xerente. Maybury-Lewis confirma esta tese ao afirmar que:

"The Sherente were thus continuing to apply the terminology as if Wairi and Krozaké were one side (or moiety) and Kuze, Kbazí, and Klitó were the other. Interestingly enough, it made no difference if lineages of a single clan were pitted against each other in a given community, as were two Wairi lineages in Porteiras in 1963. They continued to call each other by own-side terms. (Maybury-Lewis, 1979: 229).

O seguinte relato de Maybury-Lewis em O Selvagem e o Inocente nos dá uma idéia das tensas relações existentes entre os membros pertencentes aos Doí e os Krozaké. Note-se bem: entre membros do clã Doí, e não da metade como-se poderia esperar, e membros do clã Krozaké. O relato faz parte de uma interlocução entre o autor e um velho Xerente pertencente aos Doí.

(M-L) : "Então por que você não fica aqui com seu povo?" – (Xerente) "Este não é meu povo(...) Sou um velho, um wawen de verdade. Sou respeitado por toda a tribo. Mas este é o povo de minha esposa. Eles são do clã Krozaké, e eu sou do clã Doí. Não posso ficar com eles porque os Krozaké odeiam os Doí e cedo ou tarde eles me farão algum mal. (M-L) - "Não há ninguém de seu próprio povo por aqui? Como foi que eles permitiram que você, um verdadeiro wawen, viesse viver com os Krozaké ?" . (Xerente) - "Nós éramos muitos, e quando Bruwen era o chefe da aldeia , éramos fortes. Agora Bruwen está doente e o povo diz coisas más a seu respeito. Até mesmo os integrantes de seu clã. Inclusive há Doí aqui na Baixa Funda que se juntaram com os Krozaké, que renegaram seu próprio clã." (Maybury-Lewis, 1990: 172/173).

Nimuendajú já descrevia sua perplexidade com a posição ocupada pelos Krozaké, ao narrar um conflito que resultou em morte.

"Antes de 1930, o chefe Kruíka do Boqueirão - um krozaké - tinha sido assassinado por um indivíduo pertencente a metade sdakrã, que alegou como motivo do crime uma suposta feitiçaria que Kruika lhe havia endereçado. Os krozaké clandestinamente prepararam a vingança. Em 1934, numa festa anual organizada pela igreja na Piabanha, dois eminentes velhos - Siku (sdakrã) e Prakumzé (krozaké) discutiram violentamente na praça. Siku deixou Prakunzé em silêncio devido a sua grande eloqüência. Após este incidente, um membro do clã de Prakunzé (krozaké) assassinou Siku e foi para os Kraó. Siku tinha vivido alguma tempo lá e, recentemente, um de seus filhos tinha sido assassinado. Em seguida os krozaké assassinaram um segundo filho de Siku, ajudados pelos Kraó. Logo após, os sdakrã de várias aldeias marcharam conjuntamente contra os assassinos em Pedra Preta. Perto do Varjão, 16 km de Piabanha, os grupos hostis se encontraram, e lutaram com armas de fogo. Sinari, um siptató, que fora persuadido pelos sdakrã a se unir contra os krozaké, acabou por morrer no combate. Como um sdakrã também morreu, os siptató poderiam ter considerado sua perda compensada e realizado um acordo de paz com os krozake. Entretanto, os siptató esperaram o curso natural dos eventos por dois anos, esperando com isto alcançar um acordo sem a necessidade de terem que assassinar um sdakrã. Como nada aconteceu, os siptató resolveram solicitar um pagamento aos sdakrã pela morte de Sinari. Os sdakrã negaram a responsabilidade pela morte de Sinari e, ao mesmo tempo, fizeram as pazes com os krozaké, com o objetivo de jogar estes últimos contra os siptató. O assunto da pagamento pela morte de Sinari mobilizou os siptató de todas as aldeias." (Nimuendajú, 1942: 20 - tradução livre).

Nimuendajú tenta explicar o conflito como uma disputa entre as metades, realçando o papel de "pomo da discórdia" do clã Krozaké. A sua conclusão do caso narrado corrobora esta ilação.

“Quando alguém é assassinado, não fica claro quem deve ser chamado à responsabilidade. Deveria ser a metade à qual o clã estranho (os krozaké) é reconhecido como equivalente (Sdakra). Primeiramente, nós encontramos neste caso, os krozaké se vingando dos sdakra pelo assassinato de um de seus membros. Os sdakra decidem se vingar e envolvem um siptató na empresa. Quando o siptató morre, esta metade não acusa a responsabilidade sobre os krozaké, mas sim, sobre os sdakra. Os siptato esperam vários anos para que o assassinato de um sdakra os dispense da rixa entre sua metade e os krozaké. Mas como isto não acontece, eles exigem dos sdakra o pagamento em armas, porcos e machados. Mas estes recusam assumir a responsabilidade.” (Nimuendajú, 1942:80- tradução livre).

Nimuendajú não conta o “final” da história (provavelmente, por que ela não teve fim). De qualquer forma, o que fica novamente evidenciado é a posição ambígua que os Krozaké ocupam na configuração do universo sociocultural Xerente<sup>166</sup>.

Os dados de Nimuendajú não nos dão pista alguma em relação à delimitação entre os clãs, as linhagens e, muito menos, sobre os arranjos faccionais Xerente. Pelo contrário, o caso narrado acima apresenta todos os indícios de ter se tratado de um conflito faccional. Entretanto, Nimuendajú tenta desmontá-lo como se fosse um conflito envolvendo a metade sdakra e o clã krozaké e, de maneira indireta, os siptató.

Uma interpretação desse mesmo episódio à luz da perspectiva das facções políticas como compósitos dinâmicos e relativamente independentes da filiação clânica de seus membros permitiria compreendê-lo de outra maneira. Assim, provavelmente não

<sup>166</sup> Novamente recorro a Maybury-Lewis, que, ao relatar um diálogo sobre a origem mítica do “povo Xerente”, travado, em 1956, com o cacique Suzauré, reafirma o constante desejo dos Krozaké em possuir um *status* diferenciado dos demais clãs Xerente e, em particular, da metade *Doí*: “No final, o mais velho e o mais sábio do wawen levantou-se e disse ‘Vou me pintar assim’. Todos os outros ficaram tristes porque já tinham escolhido sua pintura e a dele era a mais bonita. Apenas poucos se pintaram como ele e eles se chamaram Krozaké. Desde este dia os Doí, o povo do fogo, sempre tiveram ciúmes de nós, Krozaké, porque eles sabem que nós somos os verdadeiros Xerente.” (Maybury-Lewis, 1990: 174).

foram os sdakrã que marcharam contra os krozaké, mas sim, uma facção liderada naquele momento por membros de algum dos clãs (ou por alguma linhagem) da metade sdakrã - que contava, inclusive, com a participação de um membro de algum dos clãs (ou linhagem) siptató – contra alguma facção liderada por membros (ou linhagens) krozaké. Não é por acaso, pois, que a participação do siptató aparece, aos olhos de Nimuendajú, como algo inexplicável. De qualquer forma, independentemente das possíveis decorrências não relatadas desse embate faccional, a necessidade de resolução do conflito implicou em acionar as metades sdakrã e siptató – provavelmente, com a participação do wawě de maior prestígio de cada um dos clãs -, como ainda ocorre nos dias de hoje<sup>167</sup>.

Diferentemente de Nimuendajú, como já foi observado anteriormente, Maybury-Lewis centrou o foco de suas análises na dinâmica faccional Xerente, elaborando um mapa da organização faccional de algumas de suas aldeias através de uma tabela<sup>168</sup> denominada Estrutura faccional das comunidades Xerente. Apesar de atento à existência das fronteiras entre linhagens e clãs, o autor não define a natureza de umas e de outros, nem os critérios que os delimitam, como já notado por Lopes da Silva e Farias (1992:115-nota 4).

	Gorgulho		NRÕ ZAWI		RIO DO SONO		FUNIL	
Período	1956	1963	1956	1963	1956	1963	1956	1963
Dominante	Wairi 1	Wairi 1	Kuze 1	Wairi 3	Krozaké	Kuze 2	Klitó	Klitó
Opositora 1	Wairi 2	-	Wairi 3	Kuze 1	Kuze 2	Krozaké	Wairi 4	Wairi 4
Opositora 2	-	-	-	Wairi 2	-	-	-	-

(Maybury-Lewis, 1979:222)

Maybury-Lewis faz três observações a respeito da maneira pela qual ele construiu esta tabela: as facções são indicadas pelo nome do clã e distinguidas por um número quando existe mais de uma linhagem de um mesmo clã na aldeia; reconhece a facção dominante através da identificação clânica do chefe da aldeia e, por fim, a tabela não

<sup>167</sup> Farias já observou o prestígio dos velhos Xerente, entretanto, focalizando outras atribuições: “A sociedade Xerente caracteriza-se pela expressiva presença dos mais velhos (wawěs) nas decisões relativas à sua organização cerimonial, assim como na manutenção de seus ‘corpus’ de tradições. Esta presença é tão marcante que, em determinados momentos, rituais sobretudo, esta sociedade apresenta-se como uma verdadeira gerontocracia.” (Farias, 1990:118).

<sup>168</sup> Tomei a liberdade de inverter os sentidos gráficos (horizontal/vertical) das variáveis (facção/aldeia) da tabela. A inversão visa, apenas, uma melhor apresentação visual, sem interferir nos dados do autor.

mostra todas as linhagens existentes na aldeia, apenas aquelas que se constituem em grupos faccionais.

No trecho abaixo, traduzido livremente por mim, o autor explica o quadro:

"Em 1956, a aldeia Gorgulho estava dividida em duas linhagens Wairi: 1 e 2. Wairi 2 mudou-se para Nrõ zawi entre 1956 e 1963. Nrõ zawi estava dividida entre a linhagem Kuze, dominante, e outra linhagem, Wairi 3, que era oposição. Em 1963, Wairi 3 era a linhagem dominante, com Kuze 1 e Wairi 2 na oposição. Em 1963, Wairi 2 foi para Nrõ zawi na expectativa de se juntar a Wairi 3. Entretanto, o combate entre elas se instaurou. Na aldeia Rio do Sono, o conflito era sempre entre Krozaké e Kuze 2. Em 1956, o chefe era um Krozaké que, além de ter afastado a comunidade do antigo chefe Kuze 2, a tinha convencido a ficar longe dele, levando-os [a comunidade] para Baixa Funda. Só ficou uma única casa no Rio do Sono. Mas, em 1963, esta tendência tinha sido revertida. O filho do chefe de posto (Kuze 2), persuadiu seu povo a voltar para o Rio do Sono, com a promessa de instalação de um Posto Indígena pelo SPI. A aldeia do Funil permanecia estável devido à forte personalidade do chefe Klitó." (Maybury-Lewis, 1979:222).

Maybury-Lewis, ao identificar claramente as diversas linhagens Xerente espalhadas por cada uma de suas aldeias, nota que é pelo seu confronto e aliança que se estabelece a dinâmica faccional Xerente.<sup>169</sup> A apresentação dessa tabela sobre a estrutura faccional Xerente poderia dar a impressão de que as facções existentes em cada aldeia seriam compostas somente por membros de uma determinada linhagem. Na composição de uma facção Xerente atual, como já vimos, encontramos segmentos de linhagens pertencentes a clãs distintos, tornando impossível a aplicação da metodologia apresentada por Maybury-Lewis. No próximo item, serão apresentados alguns diagramas que ilustram essa afirmação. Assim, a identificação da linhagem à qual pertence o

<sup>169</sup> Parece que Maybury-Lewis, subsidiando suas pesquisas a partir dos modelos africanos dos antropólogos britânicos, buscava a base territorial das linhagens e dos clãs Xerente: "*It should be clear from the above that Wairi, Kuze, Krozaké, and Klitó are patrilines whose constituent patrilineages may be located in different villages and have little to do with one another, or may even be located in the same village and be hostile to one another (as with Wairi 2 and Wairi 3 in Porteiras)*" (Maybury-Lewis, 1979: 223).

cacique não autoriza afirmar taxativamente que a facção dominante na aldeia seja composta apenas pela linhagem do cacique.

#### **4.2.6. Conflitos intra-linhagens, alianças e composição faccional**

Ficou estabelecido que as facções não se confundem com as linhagens nem se limitam a elas. Além disso, também afirmei que as composições faccionais observadas entre os Xerente atuais não agem de modo algum como grupos incorporados.

Maybury-Lewis, não em suas análises sobre os Xerente, mas sobre os Xavante, afirma que

“De acordo com a expectativa geral, são as linhagens que devem agir como grupos incorporados. Cada membro de uma linhagem determinada não pode tomar partido diverso do de seus companheiros em questões importantes, a menos que queira deixar de pertencer ao grupo.(...). A expectativa de que os membros de uma linhagem não façam oposição aberta uns aos outros é, aqui, muito maior do que no caso do clã.”  
(Maybury-Lewis,1984:225).

As relações de proximidade entre os vários membros de uma determinado segmento de linhagem são geralmente intensas entre os Xerente . Via de regra, será um dos filhos que substituirá o pai na função de cacique e, provavelmente, ocupará um papel de destaque na facção da qual seu pai era líder ou tinha influência. Isto, porém, não é regra, devido ao dinamismo dos arranjos faccionais. A relação entre um tio paterno e o filho de seu irmão dependerá totalmente do tipo de situação política que se originou das disputas sucessórias existentes dentro do grupo de irmãos do qual o primeiro fazia parte, mas, é bastante claro, a relação de proximidade e respeito que diversas lideranças jovens Xerente manifestam para com seus tios paternos. Não por acaso, portanto, como já assinalado por Nimuendajú e Maybury-Lewis, ego masculino denomina seu pai como i-mumã e classifica seus tios paternos na mesma categoria terminológica.

A dinâmica faccional Xerente atual não permite, porém, que a afirmação de Maybury-Lewis sobre a condição das linhagens Xavante agirem como grupos incorporados lhes seja aplicada diretamente, sem mediações. Como já assinalado, devido

ao dinamismo dos arranjos faccionais Xerente e à não limitação das facções às linhagens, podemos nos deparar, invariavelmente, com conflitos e oposições entre segmentos de uma mesma linhagem. Mais do que isto, tais conflitos e oposições intra-linhagens estão vinculados a duas variáveis que se complementam: a primeira, e talvez, a mais determinante, diz respeito à constituição de relações hierárquicas de parentesco; a segunda, às relações oriundas das alianças com atores não-indígenas. Estas, como já foi dito, serão objeto de consideração no próximo capítulo. Quanto à primeira, por ser decisiva na composição faccional, cabem algumas considerações.

A relação entre irmãos (reais, e não classificatórios) tende a ser de companheirismo até os momentos que antecedem à sucessão do seu pai (principalmente, quando este detinha ou detém as funções de capitão ou cacique)<sup>170</sup>.

A partir deste momento, as relações de companheirismo cedem espaço às relações ambíguas, permeadas por uma certa dose de desconfiança. Se o pai possui prestígio e influência, e conta com um relacionamento de proximidade entre seus filhos, conseguirá, após escolher seu sucessor, convencer os que foram preteridos nesta escolha a apoiarem o irmão na sua nova função. Para que ocorra a acomodação de conflitos, uma saída possível é que a chefia seja exercida por um dos filhos - e, muito excepcionalmente por um genro -, sobrando, para os demais filhos, outros papéis sociais, principalmente na atual situação histórica, tais como professores bilíngües, diretores de associação, agentes de saúde etc. Apesar de não ter recolhido informações detalhadas e suficientes sobre o papel dos pajés na distribuição do poder entre os Xerente<sup>171</sup>, cabe ressaltar que, aparentemente, o exercício dessa função por um dos irmãos em determinada aldeia pode acomodar - ou mesmo instaurar - conflitos intra-familiares pela disputa da chefia.

No quadro abaixo, apresento composições existentes em algumas aldeias Xerente. Note-se o acúmulo de papéis sociais por um mesmo indivíduo, via de regra, filho

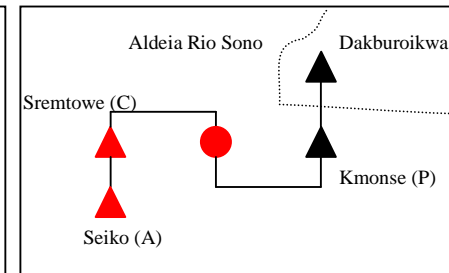
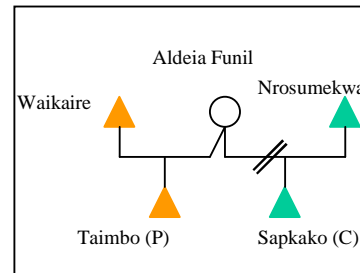
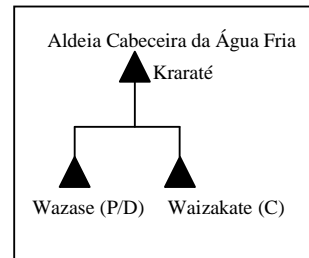
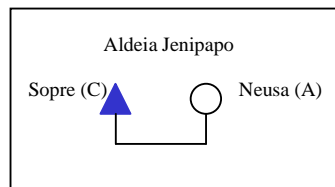
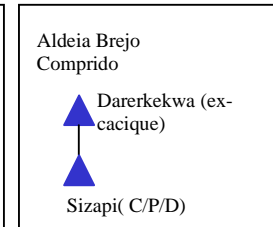
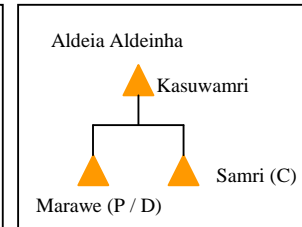
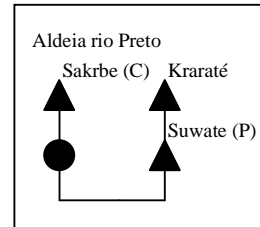
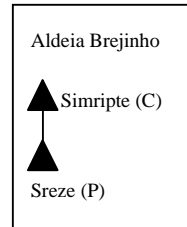
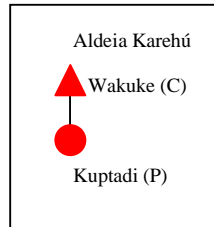
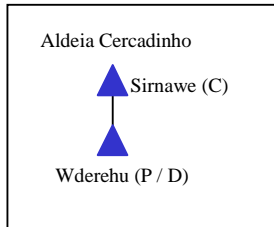
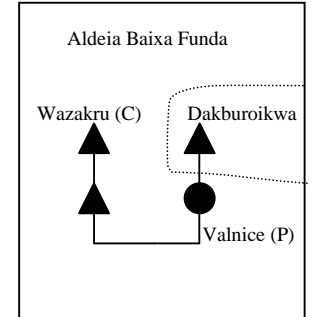
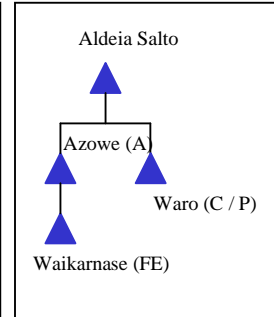
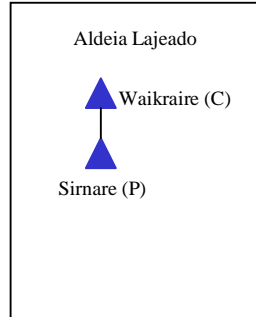
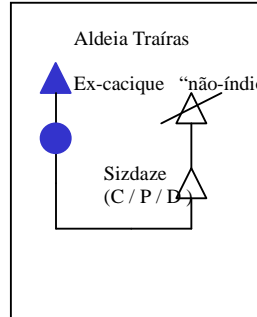
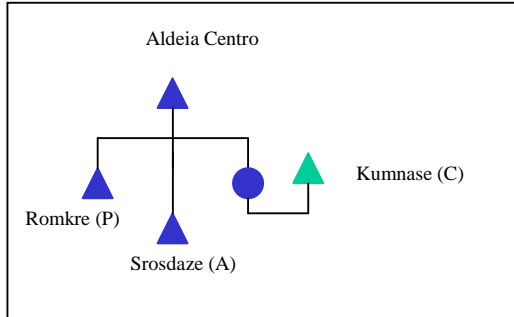
---

<sup>170</sup> Maybury-Lewis também chama a atenção para esse fato ao afirmar que: “...os Xavante e os Xerente, dada sua insistência nos grupos de descendência patrilinear, asseguram a sucessão de um homem ao status de seu pai”. (Maybury-Lewis, 1984: 370)

<sup>171</sup> O que é uma falha da pesquisa, pois, em muitos momentos, ficou evidenciada a força política dos pajés nos arranjos faccionais: em todas as reuniões que assisti de facções (ou tentativas de composição faccional) contavam com a presença de pelo menos um pajé.

**Cargos funcionais - aldeias Xerente**

C - cacique  
 P - professor  
 D - diretor ou presidente de associação (1992 a 1998)  
 FE - funcionário do Estado  
 A - Agente de Saúde





ou filha do cacique da aldeia<sup>172</sup>. Junte-se a isso o fato, indicado por alguns casos mais recentes, de que parece estar havendo uma tendência de o cacique ser um indivíduo que, anteriormente, já desempenhou funções como as de diretor de associação e professor. Pode-se afirmar, assim, que as oportunidades oferecidas pela atual configuração do campo político local em termos de novos papéis sociais para os indivíduos Xerente são decisivas tanto para o fenômeno das fragmentações das aldeias Xerente, como para a acomodação de grupos de irmãos.

Em alguns casos, são bastante evidentes os conflitos entre indivíduos pertencentes à mesma linhagem. Após a escolha do sucessor do pai na condição de cacique, pode ocorrer que o outro filho, então alijado da escolha e se sentindo suficientemente forte - principalmente em decorrência da quantidade de filhos e netos que ele próprio possui -, passe a reivindicar a sua fatia de poder em determinada aldeia. Sem espaço para concretizar seu desejo, ele terá alternativas tais como: juntar seus filhos e netos e, alguns parentes (consangüíneos e afins) e formar uma facção opositora ao seu próprio irmão (agora detentor do papel de cacique); mudar-se para outra aldeia, onde possui laços de parentesco e políticos e/ou “fundar” uma nova aldeia.

Segundo Maybury-Lewis, Farias (1990) já havia sugerido essa dinâmica, ao afirmar que:

“São as patrinhagens que, no plano político, formam o palco das disputas responsáveis pela cisão de aldeias e, conseqüentemente, formação de novas aldeias, que, de resto, sempre se formarão em regiões não muito distantes entre si.” ”  
(Farias, 1990: 120).

Os três casos abaixo ilustram essas alternativas.

### **Caso 1: Processo sucessório na aldeia Ktekakâ.**

Sinã passou a chefia para seu filho mais novo Sremtowě, ficando o filho mais velho, Serezasu, inconformado com tal escolha. Segundo suas palavras: “ Quando meu pai escolheu meu irmão eu estava fora [por volta de 1980], cuidando da doença da mulher...era para eu ser o chefe”. Em outro momento, o irmão cacique, Sremtowě, disse-me que tinha “gente” na aldeia querendo tirá-lo da chefia. Perguntei-lhe quem eram os

---

<sup>172</sup> O que para o “mundo ocidental” seria facilmente denominado como “nepotismo”. Ver Balandier (1987:164).

opositores e Sremtowe respondeu, desconsolado: “É o meu irmão e o meu cunhado”. Passei a notar, então, que Serezasu costumava, de fato, conversar muito com seu cunhado Kmonse. Pertencente ao clã Krozaké, Kmonse - casado com uma das filhas do falecido chefe Sinã - veio a me confirmar que se dava muito bem com Serezasu, mas que o outro cunhado, Sremtowe, agia em relação a ele como se fosse seu “sogro”, fala esta que demonstrava uma certa animosidade. As decorrências deste processo sucessório não param por aí. Em 1997, foi fundada a aldeia Sangradouro, bem próxima à aldeia Ktekakâ , e o seu cacique, Alberto, é filho de Serezasu.

### **Caso 2: Conflito entre um grupo de siblings.**

Três irmãos do clã Krozaké – K., S. e D. – ocupam, atualmente, posições bastante distintas. Durante o início da década de 80, K., segundo ele mesmo, foi escolhido pelo seu “primo” para ser o cacique da aldeia Waptkâze . Ocorreu um movimento contestatório contra essa decisão por parte de lideranças do mesmo clã de K., incluindo seus dois irmãos e outros dois tios paternos, Sak. e Waza., ambos detentores, nos dias de hoje, da função de cacique em suas respectivas aldeias. K., aproveitando o suporte proporcionado naquele momento pelos projetos de desenvolvimento comunitário patrocinados pela Funai, fundou, junto com vários outros segmentos de linhagens clônicas diferentes, a aldeia Kawrukurerêkrâinidu, ficando como cacique na aldeia Waptkâze, Waza.. A aldeia Kawrukurerêkrâinidu passaria, a partir de 1983, por um fracionamento intenso, originando mais de uma dezena de novas aldeias. K. viria a ser cacique ainda de duas outras aldeias sucessivamente. Um dos irmãos de K., S., ficou, junto com seus filhos, morando na mesma região da Baixa Funda, até que, no início da década de 90, obteve o reconhecimento oficial de suas aldeia Waikazate , pela ADR Funai. O outro irmão de K., D., teve um trajetória bastante peculiar. Além de ser enfermeiro “contratado da Funai”, há mais de 20 anos, foi o primeiro e único (até o presente momento) Xerente a ocupar um cargo de vereador em Tocantínia. Reside numa região próxima à aldeia Ktekakâ , no entanto, negando o reconhecimento oficial de sua “fazenda” – como dizem os seus opositores - como uma aldeia. Em entrevista realizada em 1996, K. disse-me que não falava com D. havia mais de cinco anos:

“Ele é meu irmão, não quero falar mal dele, né? Nós, todos os índios, votamos nele , com esperança de que ele melhorasse um pouco a nossa situação. Mas não fez nada até agora...”.

### **Caso 3: Conflito patrilinear e mudança para outra aldeia.**

Um outro cunhado de Sremtowě – ver Caso 1 - Wakedi, é filho de Kasumwari, ex-capitão da aldeia Aldeinha, pertencentes ao clã Krito. Wakedi, que é pajé, mora na aldeia Ktekakâ junto com o cunhado Sremtowě e é considerado por este como “seu braço direito”. A posição de Wakedi é bastante clara: colocado à margem das posições de maior destaque na aldeia de seu pai – um irmão é cacique, o outro, professor e presidente da associação –, Wakedi, ao compor politicamente com seu cunhado Sremtowě, é reconhecido como uma liderança expressiva na Aldeia Ktekakâ, destaque que talvez não lhe fosse atribuído em sua aldeia de origem. Como pode observar, existem duas facções que se opõem claramente na aldeia Ktekakâ : a primeira, liderada pelo cacique Sremtowě e seu cunhado Wakedi e a segunda, que lhe faz oposição, liderada por Serezasu – irmão de Sremtowě – e o outro cunhado, Kmonse. Em termos de clãs, há uma facção composta por membros dos Kuzâ e Krito e outra, por membros dos clãs Kuzâ e Krozaké.

A relação triádica entre pai/sogro/ego é, como já notado por outros pesquisadores (Maybury-Lewis, 1979; Terence Turner, 1979), a mais complexa em termos políticos nas sociedades Jê<sup>173</sup>. No caso Xerente, em diversos momentos ficou claro que o genro tem sua lealdade política dividida entre a patrilinearidade do pai e a do sogro (que tradicionalmente detém sobre o genro prestígio hierárquico), via de regra em posições faccionais rivais<sup>174</sup>. Assim, a posição de um determinado ego é ambígua, pois, ao mesmo tempo em que deve obediência ao seu pai - já que, naturalmente, ele disputará com seus irmãos o direito de sucedê-lo na chefia da aldeia ou do grupo doméstico - também a deve ao sogro, regra esta cumprida à risca, principalmente pelos genros mais jovens, como pude observar. De modo aparentemente contraditório, afóra os quatro grandes aldeamentos Xerente ainda existentes (Salto, Nrõ zawi, Rio Sono e Funil), as demais aldeias – com raríssimas exceções – estão constituídas pelos grupos domésticos de seus respectivos caciques, junto com seus filhos, noras e netos. Em tais aldeias, encontrei poucos genros convivendo com seus sogros. Não obstante, esse fato não altera o que foi afirmado acima, de que o genro deve uma certa obediência ao seu sogro.

<sup>173</sup> “*The grudging collaboration on household-connected tasks between men and their daughters’ husbands contrasts sharply with the solidarity evident in the relation between fathers and sons.*” (Maybury-Lewis, 1979:234).

<sup>174</sup> Segundo Maybury-Lewis, entre os Xavante, “*Quando um homem deixa a segurança que seu grupo doméstico natal representa e dá início ao processo de transferência para a casa de sua esposa, ele está se transformando num refém que entra no campo inimigo.*” (Maybury-Lewis, 1984:151).

Outra relação de parentesco importante para a compreensão da dinâmica faccional Xerente é aquela que envolve a participação do tio materno (MB). Maybury-Lewis (1979:245) assinala que Lévi-Strauss se equivocou quando afirmou que a relação entre pai e filho (F/S) tenderia a ser o inverso da relação entre tio materno e sobrinho (MB/ZS) - pois ambas as relações são positivas, devido, principalmente, ao status especial que o tio materno detém nas sociedades Jê. Segundo o autor, se as relações de ego com o seu pai e com o seu tio materno mantêm-se sem grandes percalços durante boa parte de sua vida, com o passar do tempo, mais especificamente, a partir do momento em que ego tenha que tomar partido por uma determinada facção, elas virão a se tensionar.<sup>175</sup>

No diagrama da "Facção Pró-FUNAI" a seguir, podemos notar que tanto as relações de descendência como as de aliança foram fundamentais para a manutenção da liderança do cacique Sim. na aldeia Nrõ zawi, pelo menos até o ano de 1998.

A partir desse momento, essa poderosa facção da região do P.I. Xerente passou a apresentar uma dissensão significativa, não no núcleo formado pelos homens da patrilineagem liderada pelo cacique Sim. - seus filhos e seu FBS (19) - mas sim, naqueles que estavam articulados à facção por laços de afinidade. Assim é que Hesupamerkwa (7) e seu filho (9) aliaram-se a Soware (18) – genro de Hesupamerkwa - e, junto com os demais filhos das irmãs<sup>176</sup> (8,10,11,12 e 14) de Sim., passaram a articular uma nova facção, com o claro objetivo de romper com a influência que Sim. exercia sobre a aldeia Nrõ zawi até então. Aqui, é necessário acrescentar outros indícios desse processo de recomposição faccional.

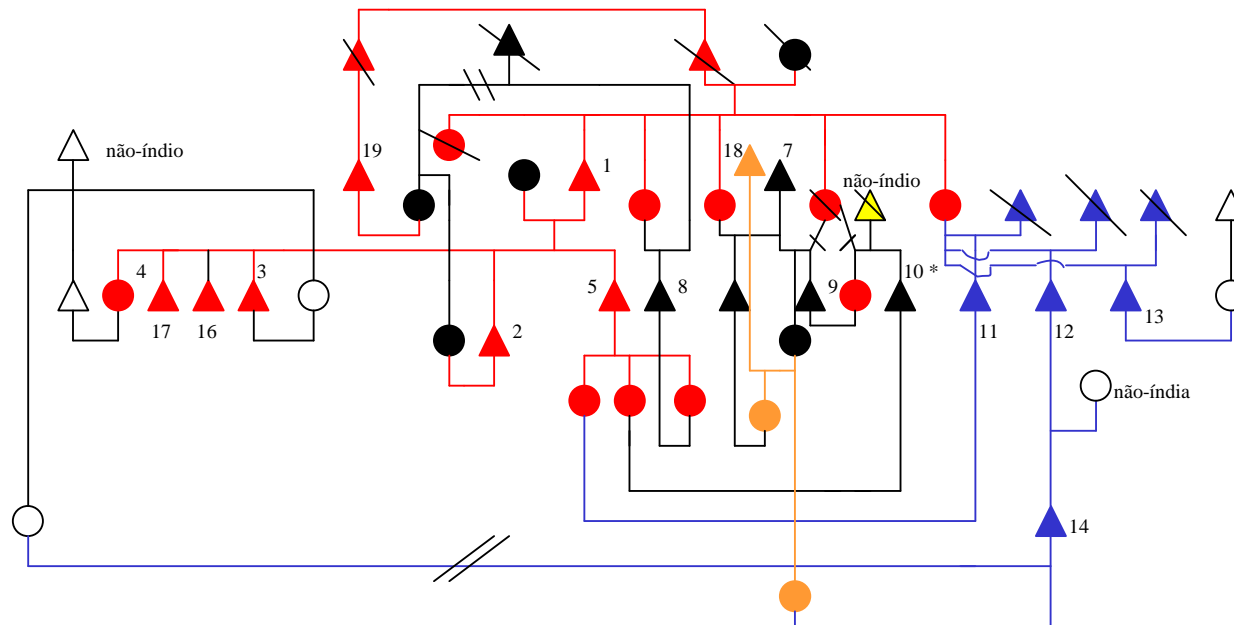
Apesar de Sim. ter fundado uma nova aldeia com seus filhos em 1993, a necessidade de seu referendo nos processos decisórios que envolviam a aldeia Nrõ zawi era notória, mesmo que muitas das suas lideranças demonstrassem descontentamento com esse fato. Notadamente, a maior subordinação a Sim. advinha dos seus sobrinhos (8, 10,11), não por acaso, genros do seu filho mais velho. Por fim, a posição de Soware (18), um dos mais fortes pajés Xerente, parece ter sido decisiva nesse jogo faccional. Até 1996, Soware não só residia na aldeia do cacique Sim., como também em diversas reuniões o acompanhava. Em outubro de 1998, o atual cacique da aldeia Nrõ zawi,

<sup>175</sup> Maybury-Lewis já havia anotado que, entre os Xavante, o tio materno é sempre indulgente e protetor para com seu ZS mas que "...pelo menos para os homens, essa amizade vem a significar cada vez menos ao longo da vida. Assim, MB pode eventualmente interceder em favor de seu ZS durante o período de fermentação de uma disputa entre facções. Uma vez levantada a questão no conselho dos homens, porém, nunca ouvi um tio materno falar em defesa do filho de sua irmã opondo-se, assim, aos membros de sua própria facção." (Maybury-Lewis,1984:294).

<sup>176</sup> Após a manifestação clara desse dissenso, dois desses sobrinhos revelaram para mim supostos desmandos cometidos contra seus pais em tempos antigos por Sim..

Romtpre, “largou a mulher” e casou-se com uma das filhas de Sowane, passando a morar junto ao novo sogro. Mais à frente, voltarei a mencionar outros processos políticos

FACCÃO PRÓ-FUNAI - até 1997



- 1 - Sim. - wawe e cacique
- 2 - Smis. - funcionário da FUNAI
- 3 - Sirnar. - professor e ex-diretor de associação
- 4- Sibak. - professora e diretora de associação
- 5- Sirnaw. - funcionário da FUNAI
- 7 - Hesupa. - "aposentado"
- 8 - Case - agente de saúde
- 9 - Waika. - funcionário da FUNAI
- 10 - Waiz. - professor, funcionário da FUNAI e ex-diretor de associação

- 11- Siza. - funcionário da FUNAI
- 12 - Soz. - ex-cacique
- 13 - Smiri. - ex-cacique
- 14 - Rmtep. - cacique e funcionário da FUNAI
- 16 - M. - estudante de terceiro grau
- 17 - Sina. - professor e sucessor da chefia de Sim.
- 18 - Sowa. - Pajé
- 19 - Waku. - cacique

(\* Explicou-me que "seus irmãos" (classificatórios) não deixaram que ele fosse "adotado" pelo seu tio materno Sim. (Kuzâ). Filia-se portanto aos Krozaké, diferentemente de sua irmã.)

– transmissão de chefia e composição das zonas geopolíticas nas T.I.s Xerentenos quais vários dos personagens aqui apresentados voltarão a ser mencionados.

A partir dos casos acima relatados e discutidos, é possível dizer, em suma, que as clivagens de parentesco - particularmente aquelas provenientes da rivalidade existente entre um determinado indivíduo e seus afins (os tios maternos e sogro) - ocupam um papel decisivo na dinâmica faccional Xerente. Em linhas gerais, pode-se afirmar que, na composição de uma facção Xerente, encontramos um processo dinâmico de articulação a envolver alianças e conflitos entre patrilineagens de mesma ou distintas origem clânicas, alianças entre afins e uma série de interesses políticos e econômicos contextuais. Ressalte-se que, nas alianças entre afins, a composição de um grupo doméstico possibilita que sejam manifestas as relações hierárquicas de parentesco, que tem por base, principalmente, as relações travadas entre sogro e genro. Por outro lado, quando se observa a composição das patrilineagens e suas constantes segmentações, deve ser destacado o papel hierárquico desempenhado pelos wawës. Em última instância, os wawës de maior prestígio entre as diversas patrilineagens pertencentes ao mesmo clã serão aqueles que definirão, no limite, os rumos das disputas faccionais<sup>177</sup>.

No último capítulo, através da análise de alguns eventos, tentarei demonstrar que, se as clivagens de parentesco são fundamentais para o entendimento da dinâmica faccional Xerente, a observação das articulações e dos arranjos contextuais entre as facções Xerente junto a diversos agentes não-indígenas envolvidos nos campos políticos da esfera local e regional também o são.

Antes disso, porém, apresento e discuto, no próximo capítulo, aspectos da distribuição do poder político em alguns contextos históricos distintos à luz da literatura sobre os Xerente. Trata-se, pois, de uma continuação do capítulo que aqui se encerra.

---

<sup>177</sup> Uma análise mais profunda teria chegado, acredito, em uma dimensão fundamental da política Xerente: como se processa a sucessão entre os conselheiros clânicos?

## Capítulo 5. Poder, política e territorialidade entre os Xerente

A compreensão da distribuição do poder entre os Xerente depende do conhecimento dos critérios e atribuições que constituem os papéis sociais por eles reconhecidos como imbuídos de conteúdos de autoridade. No capítulo anterior, através de comparações com as etnografias disponíveis, foi possível observar na série de atribuições, características e limites de ação dos atuais caciques, lideranças e do conselho dos velhos Xerente. Antes de analisar esse tema de modo mais detido, recuperemos um pouco do que já foi falado sobre ele por outros autores que estiveram entre os Xerente.

### 5.1. AS ATRIBUIÇÕES DA CHEFIA E DE AUTORIDADE SEGUNDO AS ETNOGRAFIAS PRECEDENTES.

Em sua etnografia, Nimuendajú observa a existência de quatro tipos de autoridades em cada uma das aldeias Xerente:

a) o conselho dos velhos (*wawës*): além do papel fundamental nos cerimoniais, era consultado sobre todos os acontecimentos que ocorriam nas aldeias; b) os líderes das associações masculinas: cada uma das quatro associações masculinas era representada por dois líderes, um de cada metade exogâmica; c) os *pekwa*: espécie de conselheiros ou “peacemakers”; d) os chefes de aldeias: eleitos pelo conselho de velhos, suas atribuições principais sendo zelar pela ordem das suas respectivas aldeias e participar da busca da paz, conjuntamente com os *wawës*. (Nimuendajú, 1942: 11-13).

As duas atribuições que o autor indica como pertencentes ao conselho dos velhos ainda permanecem as mesmas. Quanto ao termo *pekwa*, perguntei a alguns Xerente se o reconheciam, mas nenhum deles respondeu afirmativamente. Suponho que pela semelhança das atribuições, os *pekwa* de Nimuendajú poderiam ser os *narkwa* atuais – conselheiros responsáveis pelas interlocuções junto aos clãs fronteiras<sup>178</sup>. De qualquer forma, pelo que observei, ao conselho dos velhos é atribuído também o papel de *peacemakers*. Voltarei a isso mais abaixo. Não encontrei nenhuma pista que indicasse a

<sup>178</sup> Farias afirma que cabe aos *wawës* escolherem pares masculinos de metades exogâmicas distintas, *tipo de amizade formal denominada Narkwa*. Seriam eles os responsáveis pela condução cerimonial. Diz ainda o ator: “Há indícios de que, além de pertencerem a metades exogâmicas distintas, deve existir, também, uma relação preferencial entre clãs específicos de cada metade na escolha desses pares de pessoas.” (Farias, 1990:125).



operacionalidade das associações masculinas, o que confirma as observações Maybury-Lewis (1979: 220).

É aos chefes das aldeias, segundo Nimuendajú, que cabem algumas atribuições que remetem à dimensão propriamente política Xerente :

"the chief's main task, according to my own observations, consists in the settling of internal and external disputes."

(Nimuendajú,1942:14).

Apesar de notar um certa disputa interna e de afirmar que os Xerente são excessivamente "briguentos", Nimuendajú não aprofunda esta discussão em nenhum momento de sua etnografia. Segundo Nimuendajú, os chefes são eleitos por uma assembléia composta pelos antigos chefes<sup>179</sup>. Um chefe que transgrida os costumes tribais ou que demonstre incompetência na relação com segmentos não-indígenas<sup>180</sup> pode ser deposto pela mesma assembléia que o elegeu<sup>181</sup>. Os pré-requisitos indispensáveis para que um indivíduo ocupe esta função são, segundo o autor, a eloquência e a paciência. A comunidade costuma prestar muita atenção em seus discursos, mas só uma minoria age de acordo com seus conselhos, já que o chefe não possui qualquer poder coercitivo sobre os mesmos. Pela maneira confusa e pouco sistemática de abordar este tema, fica claro que Nimuendajú concede pouca importância à dimensão política da vida social Xerente. Quando trata de um conflito de ordem faccional, como visto no capítulo anterior, o pensa de maneira ideal, como se fosse uma questão que remetesse aos conflitos entre as metades exogâmicas.

Maybury-Lewis, por seu turno, dá pouca atenção à função da chefia em seus trabalhos mais teóricos sobre os Xerente. São alguns trechos de O Selvagem e o Inocente que podemos encontrar elementos importantes para esta discussão.

Ao narrar uma conversa que teve com o chefe Dbakro, da aldeia Gorgulho, Maybury-Lewis descreve que :

“Ele me contou que fora chefe da aldeia antes de Jacinto, mas

<sup>179</sup> “As explained, a new chief is appointed by an assembly of old chiefs. If his conduct in office is tolerably satisfactory, he retains it as long as he lives or until old age proves a hindrance”(Nimundajú,1942: 13).

<sup>180</sup> “In dealing with the State government the local authorities and the bishop of Porto Nacional, the chief represents his village, trying to secure for his people the greatest benefits possible.” (Nimuendajú,1942:15).

<sup>181</sup> “A chief who again and again grossly transgresses tribal custom , menaces communal harmony by sexual dissipation or pugnacity, or exhibits general incompetence in internal and external affairs may be deposed by the assembly that elected him”. (Nimundajú,1942:14).

que renunciara porque o cargo não valia a pena. Ele nunca ganhou nada, nem pagamento nem prestígio, apenas dor de cabeça, já que os Xerente são muito briguentos.(...) – ‘Onde está meu salário? Ele nunca chega. Nunca vi um uniforme. Nunca vi uma espada. Nos tempos antigos, na época do grande chefe Sliemtoi, que foi ao Rio para ver o imperador, um Xerente ficava orgulhoso em ser chefe. Ele recebia um salário, tinha um chapéu com pontas e todos o respeitavam. Agora, ninguém dá mais atenção ao chefe.’” (Maybury-Lewis,1990:68).

Com base no trabalho de Maybury-Lewis sobre a sociedade Xavante, é possível pensarmos sobre a questão da chefia entre os Xerente. As prerrogativas já assinaladas - talentos conciliatórios e eloqüência , por exemplo - são atribuições inerentes à função do chefe Xavante, do mesmo modo que Nimuendajú assinalou para os chefes Xerente. A novidade observada por Maybury-Lewis diz respeito ao suporte propiciado pelas facções Xavante ao chefe:

"Um chefe é reconhecido como tal enquanto é o cabeça de uma facção forte. Segundo o pensamento Xavante, se sua facção deixa de ser suficientemente forte e poderosa para mantê-lo naquela posição, ele perde o direito à chefia." (Maybury-Lewis,1984: 251).

Do mesmo modo como notado por Nimuendajú, para quem os caciques Xerente tinham pouco ou nenhum poder de coerção sobre a sua comunidade<sup>182</sup>, Maybury-Lewis aponta que, entre os Xavante, o chefe de uma aldeia deve ser um exímio orador pois, para o sucesso do exercício de sua liderança, se faz necessário influenciar a opinião pública, devido a clara resistência por parte da “comunidade” em obedecer cegamente “ordens”. (Maybury-Lewis,1984: 259) .

Entre os Xerente atuais, é possível afirmar que o suporte faccional continua a ser bastante decisivo para a manutenção da função de cacique. Entretanto, só isso não basta. Devemos sempre levar em conta que, por detrás das disputas faccionais e a elas articuladas, encontramos as alianças faccionais ampliadas, muitas vezes tão ou mais

---

<sup>182</sup>"The people would listen attentively, but only a minority acted in accordance with his speeches; and neither he nor any other chief had coercive power against recalcitrant tribesmen."(Nimuendajú,1942:15).

decisivas do que o suporte propiciado pelas facções indígenas. Dificilmente podemos levar apenas em consideração uma expressão como “a comunidade quis tirar o cacique”, bastante utilizada pelos Xerente. Em todos os casos, a deposição costuma contar com a articulação de facções rivais da facção que dá suporte ao cacique, o que, muitas vezes, também passa por articulação das primeiras com agentes não-indígenas.

## 5.2. PAPÉIS POLÍTICOS E DE AUTORIDADE.

Em nenhum momento desta pesquisa, os Xerente caracterizaram como políticas as funções desempenhadas pelos caciques; conselho dos velhos, pajés ou, mais recentemente, pelos presidentes e diretores de associação. Pelo contrário, os termos política ou político foram, na grande maioria das vezes, utilizados para identificar indivíduos ( índios ou não-índios) que detêm (ou buscam conquistar) cargos executivos e legislativos relacionados às administrações municipais, estaduais e federais. Assim, é político aquele Xerente que esteja postulando sua candidatura para vereador na cidade de Tocantínia<sup>183</sup>; é política uma situação de conflito entre índios que tenha se originado de disputas eleitorais; político também é o governador; o prefeito; os deputados; ou, ainda, quem quer que “trabalhe para o governo”, seja o municipal ou o estadual. Muitas vezes, para os retóricos Xerente, a “desunião da comunidade” é resultado da “política do branco”.

Há, portanto, uma certa concepção Xerente de que política tem a ver com a participação em eventos relacionados ao “mundo dos brancos”<sup>184</sup>. Apesar disso, como já discutido na Introdução (item O Problema), utilizo, para efeitos de análise, as denominações “política” e “político” em referência tanto às atividades faccionais Xerente como àquelas nas quais se encontram envolvidos recursos e processos do “mundo do branco”.

<sup>183</sup> “*Kra. é político, eu não*” ou “*Sim. quis ser político mas perdeu...*”, foram frases utilizadas por Xerente em momentos da pesquisa. Nos dois casos, os Xerente indicados eram candidatos ao cargo de vereador em Tocantínia.

<sup>184</sup> Uma única vez, em minhas interlocuções, essa aparente lógica nativa foi questionada. Um pajé Xerente, perguntado se sua atividade tinha alguma conotação política, assim me respondeu: “*Pajé só faz política.*” (Sowarê, outubro de 1997).

### 5.2.1. Caciques e lideranças.

Como já deve ter sido observado, quando me refiro a alguns papéis políticos existentes atualmente entre os Xerente, tenho usado duas denominações que merecem algumas breves considerações: caciques e lideranças.

Na língua Xerente, o termo que remete ao papel político desempenhado pelo cacique<sup>185</sup> é *kmãdkâkwa* ou *dakmãdkâkwa*, onde *kmãdakâ* (ou *dakmãdkâ*) é um verbo que possui as seguintes acepções: assistir, governar, olhar, ver, cuidar. *Kwa* é um sufixo que designa algo ou alguém que possui uma determinada qualidade ou desempenha a ação designada pelo verbo que o antecede na palavra. Assim, o “cacique” ou o *kmãdkâkwa* é “aquele que olha” ou “aquele que cuida”<sup>186</sup>.

Outro termo com atribuições políticas foi, durante muito tempo, utilizado pelos Xerente: capitão. A versão mais comumente apresentada pelos Xerente para explicar o uso desse termo é que ele foi incorporado durante “o tempo do SPI”<sup>187</sup>. Atualmente, este termo não é mais utilizado pelos Xerente em seu cotidiano. Apenas em uma ou outra conversa, quando se referem a algum evento passado, é que esta denominação emerge, normalmente com as mesmas atribuições desempenhadas pelos atuais caciques. É bastante difícil datar o momento a partir do qual os Xerente passaram a utilizar amplamente o termo “cacique”, em detrimento de “capitão” ou “chefe”. De qualquer forma, em vista de alguns relatos, é possível arriscar como data aproximada o início da década de 80, já que os chefes políticos Xerente que lideravam as aldeias até esse período são denominados pelo termo capitão.

O termo *liderança* passou a ser uma denominação amplamente incorporada pelos grupos indígenas no Brasil, após os famosos cursos de formação de lideranças patrocinados, principalmente pelo Cimi, durante a década de 70<sup>188</sup>. Em nenhum momento da pesquisa, os Xerente com quem conversei referiram-se a si próprios como uma “liderança”, atitude esta exatamente oposta à adotada em relação à denominação

<sup>185</sup> O termo cacique, oriundo da língua Arawak, é utilizado há bastante tempo por vários grupos indígenas em todo continente sul-americano: “The word *cacique* (pronounced kah-sée-ke) comes ultimately from the Arawak Indian language (Alegria, 1952) but is now used throughout the Spanish-speaking world, including Spain itself.” (Friedrich, 1968:246).

<sup>186</sup> Conforme Dicionário Xerente de autoria dos pastores batistas. Maybury-Lewis nota o mesmo significado na palavra que designa “chefe” Xavante: *modo o wa* - aquele que toma conta, o observador. (Maybury-Lewis, 1984:251).

<sup>187</sup> Nimuendajú assinala que o termo utilizado para identificar a posição ocupada atualmente pelos caciques era o de *chefe*. Cita Pohl (1832), para quem os “Xavante” (ou Xerente?) já se utilizavam de termos como cacique e capitão no século XIX. (Nimuendajú, 1942:13). O uso do termo “capitão” nas aldeias sob direção do SPI foi muito difundido no Brasil Central até, pelo menos, os anos 60 ou 70 do século XX.

<sup>188</sup> Aracy Lopes da Silva (informação pessoal).

“cacique”, que eles fazem questão de afirmar quando de fato imbuídos desta função. Nas raras vezes em que ouvi o termo, “liderança” relacionava-se, de maneira geral, ao conjunto de caciques; nunca, portanto, aos presidentes ou diretores da Associação, aos professores, agentes de saúde ou Chefes de Posto, tampouco àqueles Xerente identificados como políticos. Um desses raros momentos em que presenciei a aplicação do termo foi quando parte dos caciques Xerente viajaram a Brasília para reivindicar a deposição do Administrador Regional da Funai. Disse-me um deles: “Juntamos todas as lideranças e fomos à Brasília.”<sup>189</sup>.

Para efeito desta dissertação, e de acordo com as observações realizadas em campo, defino cacique como aquele que se identifica e é identificado pela comunidade Xerente – ou, pelo menos, por parte dela - enquanto tal. Já a definição de liderança pressupõe que o pesquisador, tendo observado atentamente o cenário em estudo, verificou a influência e ascendência políticas exercidas por algum indivíduo - não identificado como cacique - sobre facções e grupos sociais pertencentes à comunidade Xerente. Ou seja, um cacique pode ser, em alguns momentos, denominado pelos Xerente através do termo liderança, mas nunca uma liderança que, obviamente, não seja cacique, será deste modo denominada. Nesta dissertação, portanto, o termo “cacique” expressa tanto uma “categoria nativa” quanto uma “categoria analítica” (esta, coincidente com “chefe”). Já “liderança”, de uso restrito como “categoria nativa” entre os Xerente, corresponde, nesta dissertação, a um conceito analítico preciso.

### 5.2.2. Autoridade

Os Xerente utilizam muito o termo autoridade e, neste caso, a confusão é bem maior. Aos caciques e aos velhos são atribuídas funções de autoridade da mesma forma que ao governador, ao procurador e ao presidente da Funai. O cacique da aldeia é considerado pelos Xerente como a principal “autoridade” no que se refere à função de “falar em nome da comunidade”. Não por acaso, o aumento significativo das aldeias está intimamente ligado à autonomia que esta forma de liderança tem ganho entre os Xerente.

---

<sup>189</sup> Noutra situação recente, um dos caciques, que se encontrava, na ocasião, na sede da Funai em Brasília, telefonou-me dizendo: “*Estão todas as lideranças Xerente aqui*”. Questionado por mim sobre quem eram aquelas lideranças ele afirmou “*Todos os caciques*”.

Um ex-cacique da aldeia Porteiras formulou o que poderíamos, de modo aproximado, identificar como uma das maneiras de os Xerente conceberem legitimidade:

“O que a gente faz é pôr o cacique pra olhar por tudo mundo.  
Se a maioria não quiser, ele cai. Se a maioria quiser, ele fica...”  
(Sozë, outubro/1998).

Essa utilização da palavra “maioria”, como deve ter sido notado, sugere um dos pressupostos contidos na noção de representatividade “ocidental”. Pelo que pude averiguar, é bastante provável que, no caso específico das disputas pela função de cacique nos quatro grandes aldeamentos Xerente ainda existentes, a legitimação da “maioria” seja fundamental, principalmente quando se leva em conta a atual situação do campo político local. Entretanto, algumas considerações são importantes de se fazer a esse respeito.

Atualmente 33 indivíduos exercem a função de cacique (numa população Xerente total de 1800 indivíduos e num universo de 33 aldeias). Todos são amplamente reconhecidos como tais pelos agentes não-índios: Cimi, Funai, governos estaduais e municipais etc.. Entretanto, entre os próprios Xerente, este reconhecimento está longe de ser consensual e permanente. Muitos deles, principalmente os mais velhos e as mulheres, mesmo cientes de que “formalmente” o número de caciques é 33 (provavelmente, devido ao reconhecimento dos não-índios), externaram, em várias interlocuções, severas críticas às atuações dos caciques atuais ou mesmo à ilegitimidade de grande parte destes. A fala de um wawë da aldeia do Funil sintetiza essa negação da legitimidade dos caciques: “Se juntar [os 33] não dá um!”.

De modo conseqüente, vários Xerente, quando questionados sobre esse tema, mencionam automaticamente os nomes de algumas de suas lideranças que foram “capitães”, enaltecendo suas atitudes generosas, pois atendiam “toda a comunidade”. Como veremos mais adiante, o prestígio desses antigos chefes políticos parece estar relacionado ao fato de terem contado com o suporte e o reconhecimento do SPI, da mesma maneira que o poder de um dos atuais caciques Xerente ser explicado - inclusive por aqueles que lhe fazem oposição - tanto pelo fato de “ter parentes em todo o lugar” como também pelo seu antigo vínculo (e de vários indivíduos da sua patrilinearidade) com o SPI e, posteriormente, com a Funai.

É bastante evidente, por outro lado, que as atividades faccionais são diretamente responsáveis pela legitimação ou deslegitimação de um cacique. Ou seja, a conquista da “maioria” depende, significativamente, das estratégias de atuação e de articulação de uma determinada facção com outras, ou com determinados agentes não-indígenas, esteja ela “no poder” ou “na oposição”. Maybury-Lewis chamou a atenção para esse fato, ao afirmar, a respeito dos Xavante, que:

“As facções competem eternamente por poder e prestígio assim como pelo prêmio maior: a chefia.(...) Um chefe é reconhecido como tal enquanto é o cabeça de uma facção forte. Segundo o pensamento Xavante, se sua facção deixa de ser suficientemente forte e poderosa para mantê-lo naquela posição, ele perde o direito à chefia.” (Maybury-Lewis, 1984:250/251).

Por definição, o cacique é um indivíduo que, antes de mais nada, é a liderança de uma facção da aldeia, que, tendo-se tornando forte o suficiente, conquistou o direito de indicá-lo ao cargo de cacique. Assim, as facções e os grupos sociais a elas ligados por laços de consangüinidade ou de afinidade que se encontram alijadas das benesses que o cacique proporciona ao "seu pessoal" - para usar uma expressão nativa - agem de maneira a deslegitimá-lo cotidianamente, seja através da desobediência às suas ordens, seja através da difamação, ou, ainda, de exigências acima das possibilidades que a condição de cacique propicia.

O seguinte relato de um chefe Xerente a Maybury-Lewis, demonstra a antigüidade desta exigência :

“Eu também tenho fome. Minha família tem fome porque tenho de cuidar de meu povo. Os Xerente são muito bons para pedir e eles pensam que porque sou chefe, eles podem pedir, pedir e eu posso dar, dar. Um quer dinheiro para sementes, outro quer dinheiro para munição. Um quer comprar roupas para sua esposa. Hoje em dia não podemos andar sem roupa como nossos antepassados faziam. Temos que ter vestidos para nossas mulheres e daí elas pedem pentes, perfume e contas, e todas essas coisas custam dinheiro. E aqueles que não têm dinheiro, chegam para mim e dizem – Kwiro, você é nosso

chefe. Você deve nos ajudar”. (Maybury-Lewis, 1990:122).

É importante ressaltar que, segundo os informantes, em contextos históricos anteriores, isto é, antes do intenso processo de fragmentação pelo qual passou a configuração das aldeias Xerente, era praticamente uma regra que cada aldeia tivesse pessoas ocupando os cargos de capitão e vice-capitão. Longe de ser uma mera formalidade, tal arranjo permitia um lugar de prestígio às facções não contempladas com o cargo de cacique, dado que o cargo de vice-capitão pertencia, necessariamente, à liderança de uma facção vinculada, se não à outra metade, ao menos a um dos outros clãs que não o do cacique. Por permitir a participação e a visibilidade, se não de todas, mas, pelo menos, de outras forças políticas organizadas de uma aldeia, essa solução atenuava as acirradas disputas que, historicamente, se estabelecem pelas funções de chefia das aldeias<sup>190</sup>.

Pelo que pude perceber, a função de vice-cacique, apesar de ainda persistir em algumas (poucas) aldeias, pode ser vista de maneira muito mais formal do que realmente com o significado acima apontado; isso quando a função de vice-cacique não é de um dos filhos do cacique, já então escolhido para substituir futuramente o pai. A clivagem que as relações de parentesco acarretam sobre o processo sucessório é indiscutível, pois, através da passagem do cargo de cacique na forma “de pai para filho”, uma determinada patrilinearidade pode manter por longo período a liderança de uma aldeia. Como ouvi, certa vez, de um cacique Xerente, ele estava “treinando” seu filho para assumir a sua função.

No caso do conselho dos velhos, a função de autoridade ganha outro significado: cabe a cada um desses conselheiros, utilizando seu prestígio inter-clânico, apaziguar os conflitos faccionais, ou seja, atuar de modo a manter a ordem social. É importante ressaltar que, quando falo em conselho de velhos, estou querendo especificar uma coletividade de indivíduos que se reúne apenas em raríssimos casos e que, somente então, atua de maneira unificada em virtude da necessidade do consenso.

Essa consideração é fundamental, pois os mesmos velhos que se reúnem no momento em que se instaura o conselho visando o apaziguamento de determinados conflitos, em outros contextos, quando agindo em benefício de sua patrilinearidade ou

<sup>190</sup> Numa conversa que tive com dois velhos, foi-me dito que o não cumprimento deste arranjo “tradicional” da organização política Xerente era justamente um dos motivos pela perda de “respeito” entre seu povo e pelas constantes cisões nas aldeias. “*Pouco cacique e respeito; cunhado se dava com cunhado: essa era a lei...*”



facção, atuam de maneira exatamente inversa, deflagrando muitas vezes situações conflituosas. A articulação para deposição de um cacique é, muitas vezes, iniciada por algum dos velhos residente nas aldeias. Um wawě, por si só, é considerado autoridade em sua linhagem ou, então, na facção da qual faz parte. Apesar de os mesmos wawěs se reunirem para dar fim aos conflitos faccionais mais graves, um wawě não é, necessariamente, considerado como a maior autoridade clânica. Com base em alguns poucos dados, tenho a impressão de que ocorrem disputas veladas sobre qual wawě é o “legítimo” representante clânico, possivelmente, devido ao longo processo de segmentação intra-clânica, como já discutido no capítulo anterior.

Alguns Xerente relataram-me um caso que explica com clareza as ações contraditórias a que estão expostos um conselheiro wawě: um deles, junto com sua facção, envolveu-se na invasão da sede da administração da Funai e, devido ao conteúdo das reivindicações, que aqui não vem ao caso relatar, houve uma intensa mobilização por parte de outras lideranças e facções Xerente. Numa clara demonstração de inversão de papéis, foram os membros mais jovens de sua facção - principalmente, seus dois filhos - que tiveram de convencê-lo a abandonar o local invadido. Ao narrar este caso, espero não tornar obscuro e contraditório o que venho afirmando: via de regra, aos conselheiros wawěs – quando acionados para esse fim - cabe a função de (re) mediar os conflitos que dali se originam. Mas essa atuação não impede que cada um deles, junto à sua facção, participe da dinâmica faccional Xerente com a mesma desenvoltura .

### **5.2.3. Classes de idade e facciosismo.**

Uma outra instituição dos Jê Centrais na qual podemos encontrar elementos que esclarecem de algum modo as suas concepções de autoridade é aquela referente à organização das classes de idade. Segundo Maybury-Lewis, a participação ativa de um Xavante nos processos decisórios da vida pública da comunidade, por exemplo, depende de fases sucessivas de promoção da classe de idade da qual faz parte, primeiro, à categoria dos “rapazes” - quer dizer, aqueles que passaram pelo ritual de iniciação masculina, estando, portanto, aptos ao casamento – e, depois, à categoria de homens maduros. É só a partir dessa segunda promoção, que um Xavante adquire o status necessário à participação política:

“Antes de serem promovidos à categoria de idade de homens maduros, os membros de uma classe de idade não têm direito a interferir na vida da comunidade. Logo que são promovidos, porém, passam a participar das discussões do fórum da aldeia no mesmo nível (ao menos teoricamente) que os mais velhos.” (Maybury-Lewis, 1984:193).

Apesar de nunca ter realizado um levantamento sistemático sobre este tema, quando tive oportunidade de questionar alguns indivíduos Xerente sobre sua pertença a uma das classes de idade que compõem sua organização social, as respostas foram, em geral - principalmente entre os mais jovens -, marcadas por um desconhecimento manifesto pela silêncio ou pela imediata mudança de assunto. Quanto aos mais velhos, apesar de um ou outro descrever a denominação das classes - krerekmo, annorowa, krara e akemha - de acordo com a classificação observada por outros etnólogos que estiveram entre eles em outras épocas (Nimuendajú, 1942; Farias, 1990; Lopes da Silva & Farias, 1992), não houve nenhuma menção que revelasse uma operacionalidade desta classificação de maneira mais explícita. Parece, portanto, que estamos diante de uma inoperância do sistema de classes de idade<sup>191</sup>.

Contudo, cabe dizer que, nas diversas e cotidianas reuniões que ocorrem entre os Xerente, pude observar uma certa ordem hierárquica em relação a quem tem a primazia do discurso. Via de regra, as reuniões começam com a fala do indivíduo mais velho da aldeia (ou das aldeias), seguindo-se, de maneira contínua e ordenada, em sentido decrescente de idade. Geralmente, o mesmo velho que falou no início, costuma fechar a reunião. Apesar de haver uma grande presença de jovens, as suas intervenções dependem, entre outras coisas, das suas qualidades pessoais (desinibição e eloquência) e da indicação sutil dos membros de sua facção para que eles intervenham. É interessante notar, ainda, que, na maioria das vezes em que pude observar a participação dos mais jovens, as reuniões já estavam esvaziadas, com a saída dos indivíduos mais velhos e, portanto, de maior prestígio. Questionando os mais velhos, em outras oportunidades, sobre este fato, a resposta não poderia ser diferente: trata-se de “meninos ainda”, querendo dizer, com isso, que não possuem maturidade suficiente para que se leve suas considerações “muito a sério”.

---

<sup>191</sup> A não ser pelas corridas de tora, contexto ritual em que as classes de idade são reativadas parcialmente. Ver ilustração e texto sobre esse tema em Lopes da Silva e Farias, 1992.

Em momentos aparentemente mais informais, como é o caso das refeições coletivas durante ou após as reuniões, também é possível perceber que a mesma ordenação se mantém: agrupamentos por idade costumam reunir pessoas que se sentam juntas, independentemente de suas filiações faccionais ou clânicas. Outro momento no qual o sistema de classes de idade apareceu de maneira implícita foi quando me reuni com cinco professores Xerente. A ordem das intervenções foi a seguinte: o primeiro a falar foi um krozaké; depois, sucessivamente, um kritó, um kuzã e um wahirê. O quinto professor, outro krozaké, claramente o mais novo deles, só veio a falar quase ao final da reunião. Perguntei a eles se o fato de estarem juntos devia-se à pertença à mesma classe de idade, citando cada uma delas. A resposta foi o silêncio. Procurei outra maneira de me expressar, perguntando qual a idade de cada um: o primeiro a falar tinha 34 anos, o segundo e o terceiro, 32, e os dois últimos, 30 anos.

Vale ressaltar que, diferindo da dificuldade em se situar no sistema de classes de idade, a maioria dos Xerente com quem pude dialogar sabe dizer se pertence às metades rituais que organizam seus times esportivos: Steromkwá e Htamhã.<sup>192</sup> Suponho que isto se deva à continuidade e ao apreço que os homens Xerente possuem em relação às corridas de tora, já que, para que elas possam acontecer, é necessário que cada um deles tenha clareza da sua filiação a cada uma daquelas metades.

Como bem observaram Lopes da Silva & Farias (1992:111), não se trata de atribuir a estas instituições uma condição residual, ou, nas palavras dos autores, de resquícios de um sistema que opera agora parcial e precariamente, mas, sim, de compreender que a vitalidade destas instituições independe de sua operacionalidade explícita. Dito de outra forma: o que é manifesto numa determinada situação histórica pode, numa situação posterior, tornar-se latente e, portanto, invisível para o pesquisador, o inverso sendo igualmente possível. Em vista do exposto, poderíamos concluir que, a despeito da aparente dificuldade que os Xerente atuais revelam em saber a que classe de idade pertencem, a operacionalidade desta instituição pode ser constatada, principalmente, nos momentos em que se reúnem para discutir alguma questão que os aflige.

Maybury-Lewis já assinalava que, entre os Xavante,

"Tão logo um homem se torna suficientemente maduro para

---

<sup>192</sup> Situação essa já observada por Farias "Os Xerente são bastante precisos ao informarem a existência do par de metades cerimoniais Steromkwá e Htamhã." (1990: 98)

participar das atividades faccionárias e políticas, porém, ele cessa de participar das atividades da classe de idade. Passa a assumir com mais seriedade suas obrigações para com a facção e relega a segundo plano seus deveres para com os companheiros de idade. Poder-se-ia dizer, então, que os sistemas de classes de idade constituem, de certo modo, uma instituição subordinada.” (Maybury-Lewis, 1984:366).

Se estou correto em diagnosticar uma dificuldade em expressar a filiação e a operacionalidade do sistema de classes de idade Xerente, ela pode ser oriunda da grande intensidade atual de sua dinâmica faccional, que, justamente em virtude de sua expansão, teria relegado a um segundo plano seus demais arranjos sociais. Essa consideração confirma, de certa forma, o que Maybury-Lewis afirmou sobre os Xavante: o sistema de classes de idade seria visto por eles “...como um contrapeso ao facciosismo.”(1984:372), representando “... um ideal de harmonia enquanto que os clãs representam a discórdia tornada realidade concreta.” (1984:219).

Como já foi adiantado, quando ocorrem conflitos políticos provocados por embates faccionais, cabe aos membros mais velhos de cada clã ou de cada metade, dependendo da gravidade do caso, intervir como apaziguadores. São eles que, em retiro, propõem a solução do conflito, normalmente através do pagamento de bens pelo agressor à “vítima”. Assim, o prestígio dos velhos, os wawës, no que tange à resolução de conflitos que põem em risco a “ordem tribal”, demonstra a vitalidade do sistema clânico Xerente, a qual, de certo modo, remete à vitalidade, ao menos parcial, das classes de idade, acima discutida.

Durante o período de quatro anos pelo qual se estendeu esta pesquisa, não me foi dado observar nem obter informações sobre a ocorrência de rituais do tipo a que se refere Farias; rituais de “caráter agregador”, cuja realização

“...suscita a participação conjunta de pessoas de diferentes aldeias que, no passado, romperam politicamente, mas entre as quais são freqüentes os laços de consanguinidade e afinidade. Exerce um poder centrípeto numa sociedade altamente marcada pela tendência centrífuga. (...) O ritual envolve apenas aquelas aldeias que possuem proximidade geográfica e uma história, mais recente, em comum.” (Farias,1990: 120) .

Atualmente, esse tipo de ritual, como fator regulador da vida social, para usar uma expressão de Oliveira Filho (1988:12), tem sido substituído pela atuação direta do conselho de velhos, como já assinalei anteriormente<sup>193</sup>. Pelo que pude observar, é a atuação desse conselho e a sua autoridade perante a comunidade que têm possibilitado um contrapeso a intensa centrifugalidade proporcionada pela dinâmica faccional Xerente.

O fato de, atualmente, os Xerente não estarem realizando os cerimoniais “agregadores” com tanta intensidade, não implica a dissolução dos laços de parentesco e políticos que unem as aldeias.

Pelo que pude observar – e voltarei a esse tema, com mais detalhes, abaixo -, os núcleos de aldeias atuais mantêm uma certa simetria com aqueles observados por Maybury-Lewis e Farias. Apesar de tais núcleos estarem muito mais fragmentados e absolutamente articulados a distintos arranjos políticos com atores não-indígenas, cada um dos wawë Xerente que detém o papel de conselheiro clânico representa um dos clãs Xerente, ao mesmo tempo em que reside em cada uma das zonas geopolíticas indicadas a seguir. Não cabe, portanto, falar em “desagregação”, “colapso”, “desestruturação”, mas sim de dinâmica e rearranjos processuais. Vejamos.

Na zona do Funil, temos Waik., do clã Krito; na zona do P.I. Xerente, temos Sim., do clã Kuzâ; na zona do Mirassol, Sawr., do clã Kremrehí; na zona do Brejo Comprido, temos dois conselheiros clânicos: Sakr., dos Krozaké e Kasu., dos Krito. Quanto à estruturalmente provável participação de um wawë dos Wahirê, não consegui nenhuma informação. Talvez haja uma explicação para isso: Sawr., do clã Kremrehi é identificado publicamente como pertencente aos Wahirê; Sakr. detém uma certa ascendência (embora, cada vez mais, questionada ultimamente) sobre os segmentos de linhagem deste clã; é possível, assim, que ambos, em determinadas circunstâncias, ocupem a função de conselheiro por parte dos Wahirê.

---

<sup>193</sup> Por outro lado, no período acompanhado, todos os cerimoniais que ocorreram foram patrocinados ou pela Funai ou pelo Estado, principalmente no famoso “Dia do Índio”. Quando questionados sobre isto, alguns Xerente com quem pude dialogar afirmaram que a realização dos cerimoniais - seja casamento, seja festa de nomeação - exige gastos muito além do que eles possuem.

### 5.3. CASOS DE TRANSMISSÃO DE CHEFIA.

Quando acompanhamos alguns casos de sucessão de capitão e cacique, percebemos que a dinâmica faccional, as relações de parentesco e as articulações faccionais ampliadas caminham de maneira bastante entrelaçadas<sup>194</sup>.

#### **Caso 1: Sucessão no P.I. Xerente: 1950 (data aproximada) a 1998.**

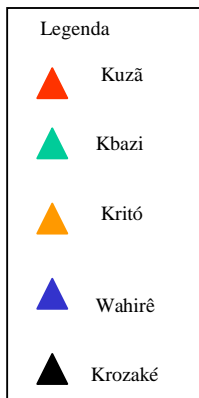
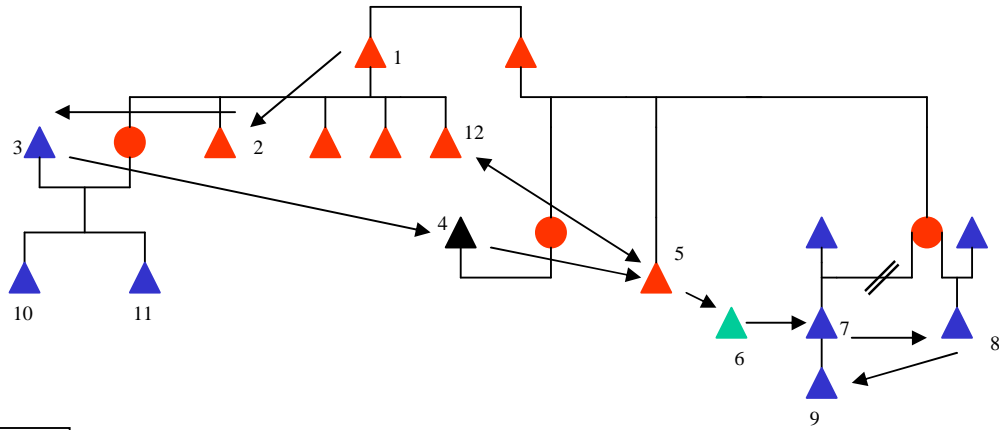
Por volta de 1950, o capitão Sremtowě (1) passou o cargo para seu filho Pedro Smisuité (2). Smisuité passou o cargo para seu cunhado Raimundo Tinkwa (3), aproximadamente 1960. Tinkwa teve, até o final da década de 60, a companhia de Jovino Hespamerkwa (4) como vice-capitão da aldeia Porteira, até então, sede do P.I. Xerente. Com a morte de Tinkwa, Hespamerkwa assumiu a função de capitão até o início da década de 80, quando passou o cargo para seu cunhado Sim. (5), tendo Sremze como seu vice. Sim., quando mal tinha assumido o cargo (aproximadamente 1981), sofreu um acidente que o obrigou a se ausentar da área por quase um ano (“quebrou a perna”, disseram-me alguns Xerente). Assumiu a função de capitão Wakuke (12), seu primo paralelo patrilateral, continuando Sremze como vice. Com a recuperação de Sim., que voltou a

assumir o cargo – a partir de então, mencionado pelos informantes pela denominação de cacique -, Sremze e Wakuke fundaram, em 1982, a aldeia Kâ Wakmorê , em companhia dos filhos de Tinkwa, Simnawe (10) e Srewe (11). Sim. ficou na função de cacique no P.I. Xerente, tendo como vice Wahinne, até 1988, quando foi “deposto pela comunidade” durante uma festa comemorativa do “Dia do Índio”. Assumiram Sitmowe (6), como cacique, e Pramekwa , como vice. Novos desentendimentos se sucederam. Em 1989, Sitmowe viria a fundar a aldeia Sadunomrkwa. Assumiu a função de cacique Sozě (7), filho da irmã de Sim., exercendo-a até 1996, quando foi “deposto pela comunidade”, em virtude de sua participação na tentativa de derrubada do Administrador da Funai. Seu irmão por parte de mãe (filho da irmã de Sim.), Smirazane (8), o substituiria tendo como vice Soware. Smirazane seria “deposto pela comunidade” em 1998, assumindo Romtepre (9), filho de Soze. Nesse ínterim, em 1993, Sim. fundaria, junto com seus filhos e um genro, sua própria aldeia: Nrôtowdêhu. Wakuke também sairia da aldeia Cercadinho em

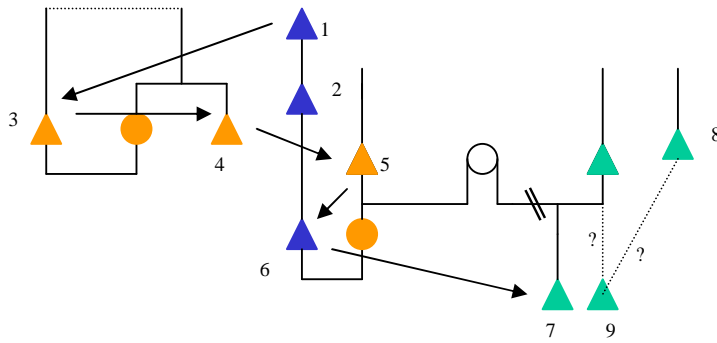
<sup>194</sup> Os gráficos apresentados e as informações descritas são sínteses de versões distintas que chegaram a mim durante as sucessivas fases da pesquisa. Para isso, recolhi informações não só com os Xerente, como também, de fontes outras, tais como, documentos do SPI, informações dos pastores batistas e missionários católicos, contrastando-as no sentido de buscar perceber uma certa lógica entre inúmeras versões sobre os processos de transmissão de chefia.

1995, fundando com sua família a aldeia Karehû. Simnawe (10) é atualmente cacique da aldeia Kâ Wakmorê , enquanto seu irmão, Srewe (11), reside na aldeia Nrowdezaki , que tem como cacique, seu genro.

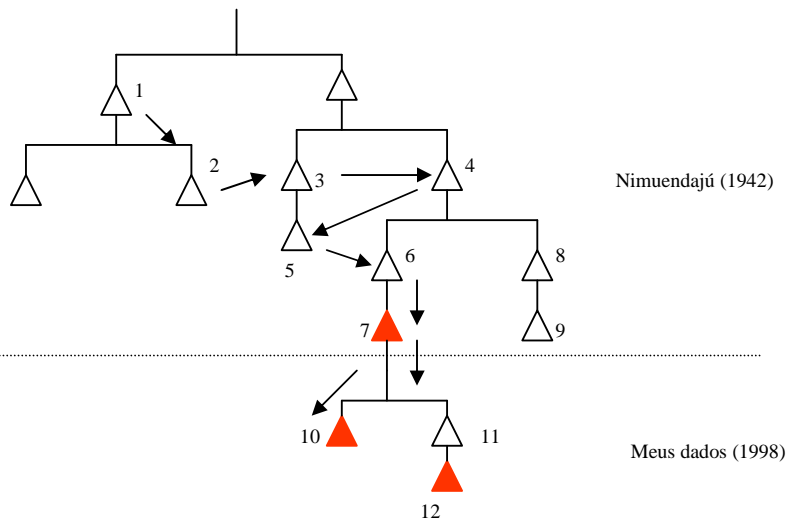
**CASO 1 : SUCESSÃO DE CAPITÃO/CACIQUE P.L XERENTE/ALDEIA PORTEIRA**



**CASO 2 : SUCESSÃO DE CAPITÃO/CACIQUES ALDEIA DO FUNIL**



**CASO 3 : SUCESSÃO DE CAPITÃO/CACIQUE ALDEIA RIO SONO**





## **Caso 2: Sucessão na aldeia Sakrê pra: 1950 (data aproximada) a 1998**

O caso da Aldeia do Funil segue um padrão sucessório semelhante ao que se verifica no P.I. Xerente: até o início da década de 80, a sucessão das chefia parece seguir um padrão de transmissão “consensual”, muitas vezes independente do clã a qual pertença o sucessor.(via de regra, com vínculos muito próximos de afinidade). Vejamos.

Segundo os informantes do Funil, Romkra (1) teria passado a função de capitão a Caetano Sakriwe (3), por volta de 1960. Este passaria a função a Brasilino Wahinne (4), seu cunhado, mas pertencente ao mesmo clã, Krito. Wahinne ( não confundir com Severo Wahinne do P.I. Xerente), teria como vice-capitão Isidoro Krtitimowe (8), que teria saído do Funil e fundado a aldeia Santa Cruz na década de 70. No lugar de Krtitimowe , assumiria o cargo de vice-capitão, Waikaire (5), também pertencente aos Krito. Com a morte de Brasilino Wahinne, Waikaire, por volta de 1986, passaria a função de cacique para seu genro, Simrani (6), filho de outro Caetano, Srosdaze (2), que estaria exilado há tempos entre os Xavante e que, por sua vez, seria filho de Romkrã. Simrani teria sido “deposto pelo seu próprio povo” menos de um ano depois, assumindo Sapkakõ (7) a função de cacique até os dias atuais. Apesar de o pai “verdadeiro” de Sapkakõ (como ele mesmo afirma) ser Nrosumekwa, o atual cacique considera Waikaire como pai adotivo, de quem recebe cotidianamente conselhos para sua atuação como chefe. Além do mais, seu nome Xerente pertence ao clã Krito, fato revelado a mim por um pajé Krito da aldeia Porteira, que, aliás, mostrou-se bastante inconformado com a escolha do nome Sapkakõ para o atual cacique do Funil – “ele não é do nosso partido”- , escolha esta que, ainda segundo o pajé, teria partido de Waikaire. Apesar dessa sobreposição entre genealogia e nomeação, Sapkakõ afirma publicamente que seu partido é Kbazí, ou seja, o mesmo do pai que considera “verdadeiro”. Foi bastante interessante notar que Waikaire e Nrosumekwa, os dois wawës de maior prestígio na aldeia Sakrê pra , tem suas casas quase que “coladas” uma a outra. A aldeia Santa Cruz, atualmente extinta, daria origem às aldeias Mirassol e Serrinha., sendo que o atual cacique da primeira, Luis Carlos (9), é chamado de “irmão” por Sapkakõ. Fica bastante evidenciado, quando observamos o processo sucessório na aldeia Sakrê pra, que estamos diante de uma espécie de “fortaleza” do domínio político dos Krito, fato que só se repete atualmente na aldeia Kã Wahã. Notável é também observar que o atual cacique está nessa função a quase 12 anos, contando com total apoio do wawe Krito, mesmo assumindo que sua filiação clânica é Kbazí, apesar do seu nome pertencer aos Krito.

### **Caso 3: Sucessão da Aldeia Rio do Sono .**

O caso da aldeia Rio Sono não apresenta disputas intensas pela função de cacique, como as ocorridas no P.I. Xerente e mesmo na aldeia do Sakrê pra. Ademais, o processo sucessório de Rio Sono foi o único que permitiu, ao longo do tempo, a manutenção da função de cacique por uma mesma patrilinearidade.

Vejamos a descrição que Nimuendajú apresenta sobre o processo de transmissão de chefia que encontra continuidade junto ao processo sucessório da Aldeia Rio Sono mais atual.

*"O chefe Constantino (1) foi sucedido pelo seu filho Calixto(2), que foi sucedido pelo seu primo-paralelo Wakuke (3). Wakuke passou o cargo para seu irmão mais novo, Simnã (4). Simnã passou o cargo para Amaro(5), filho de Wakuke, que foi deposto. Assumiu o cargo Brue (6), filho de Simnã. O próximo a assumir o cargo seria o filho de Brue – Sinã (7), ou o filho de Dawarkrekwa(8) - irmão mais velho de Brue- Sôpre (9). (Nimuendajú, 1942: 16, tradução minha).*

Quem assumiria o cargo, alternativa já indicada por Nimuendajú, seria realmente Anselmo Sinã, que passaria o posto de capitão para seu filho, Sremtowě (10), escolhido por seu pai para sucedê-lo na função, passou a sofrer a oposição de seu próprio irmão Serzasu (11), inconformado com o seu preterimento. Apesar dessa oposição “em família”, Sremtowě está na função de cacique há mais de 20 anos. O inconformismo de Serezasu rendeu também seus frutos. Em 1997, foi fundada a Aldeia Sangradouro, sendo o cacique Alberto(12), filho de Serzasu.

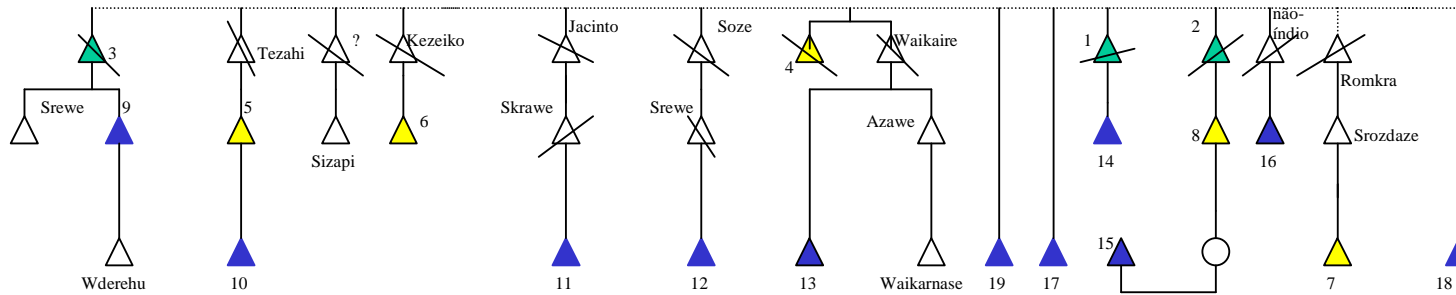
Apesar de ser bastante difícil reconstituir todas essas trajetórias de sucessão e de deposição de chefes entre os Xerente, é possível conjecturar que a estabilidade dos antigos capitães e a relativa tranqüilidade na transmissão das funções até a década de 80 estão muito mais relacionadas à especificidade daqueles contextos históricos do que, necessariamente, a um modo de agir “tradicional”, dado por um suposto “respeito” entre os clãs ou metades Xerente. Em outras palavras, as características um tanto quanto mais estáveis das antigas chefias deviam-se, muito provavelmente, à relação quase que unívoca que detinham com o SPI e, posteriormente, com a Funai, e, mais ainda, às condições de insegurança e redução demográfica a que os Xerente estavam submetidos até, pelo menos, a década de 80.


O que mudou pois, não foi o modo de agir “tradicional” Xerente, mas, sim, o campo político local a partir da fundação do Estado do Tocantins, na qual uma série de fatores passaram a contribuir para que a dinâmica faccional ganhasse uma intensidade nunca vista na história Xerente, ou melhor, na parte dela que nos é acessível por meio de relatos confiáveis. Entre tais fatores, como temos visto, estão a segurança proporcionada pela demarcação final das T.I.s Xerente; a formação de novas lideranças indígenas; a entrada de novos agentes políticos, disputando com a Funai a hegemonia dos arranjos com as facções Xerente na esfera local etc..


Assim, foi deflagrado um processo no qual (e através do qual) os Xerente passaram a vislumbrar um espaço de liberdade para, finalmente, poderem expressar o que considero, seguindo parte das conclusões de Maybury-Lewis a respeito dos Jê Centrais, a essência de sua cultura: o facciosismo. A instabilidade nos processos sucessórios e de transmissão de chefia apenas repercutem essa liberdade faccional, antes limitada pela subordinação aos capitães do SPI e da Funai. Estou propondo, portanto, que aquilo que, para muitos - em especial, o Cimi e a Funai, e mesmo os retóricos Xerente -, é visto como “perda da tradição”, pode ser entendido como um delineamento fundamental em direção à autonomia política.


Nos diagramas a seguir são apresentadas diversas patrinhagens aglutinadas especificamente por filiação clânica. A grande maioria das informações aí apresentadas foram recolhidas por mim junto aos Xerente durante as fases dessa pesquisa e contrastadas com outras fontes secundárias. (entrevistas com missionários batistas e católicos; dados da Funai, genealogias de Lopes da Silva, etc.). Os traços que indicam a filiação de cada um dos indivíduos, quando preenchidos, devem ser considerados como praticamente certos, enquanto os pontilhados indicam filiações prováveis. Na medida do possível, os alinhamentos geracionais estão bastante próximos à realidade. Enfim, é importante notar que a grande parte dos atuais caciques Xerente descendem de indivíduos que detiveram funções de chefia em tempos antigos. Diferentemente do padrão de cores que utilizei em gráficos anteriores – que indicam a pertença do indivíduo a um determinado clã - nesses diagramas as cores com as quais estão preenchidos os triângulos seguem o seguinte padrão: a cor verde indica “capitão”; a amarela, ex-caciques e a azul, caciques em atividade.

**PATRLINHAGENS WAHIRÊ**

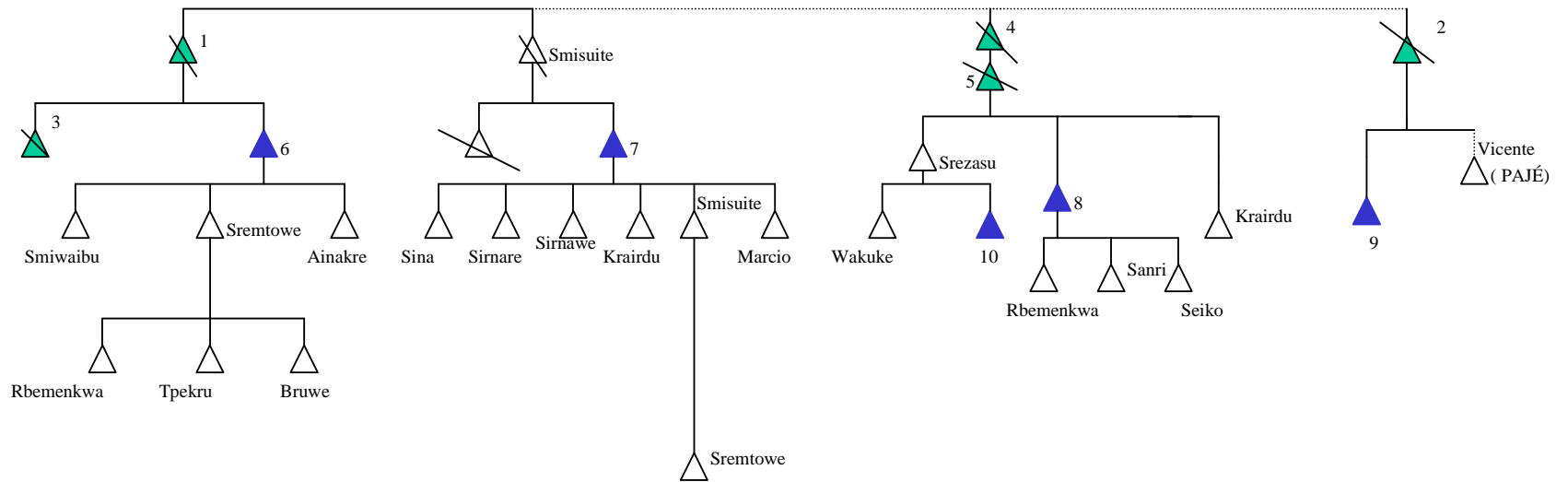


	Ex-capitães do SPI/FUNAI	1. Djalma Kwatepomekwa	Baixa Funda/Rio Sono
		2. Emeliano Datopskukwa	Baixa Funda/Rio Sono
		3. Raimundo Tinkwa	P.I. Xerente


	Ex-caciques	4. Abel Sremse	Aldeia Porteira/Aldeia Cercadinho	P.I. Xerente
		5. João Soze	Aldeia Porteira	P.I. Xerente
		6. Juscelino Smirezane	Aldeia Porteira	P.I. Xerente
		7. Zé Antonio Simrami	Aldeia Funil	P.I. Funil
		8. Gabriel	Aldeia Traíras	P.I. Mirassol

	Caciques em atividade (DEZ/1998)	9. Eduardo Simnawe	Aldeia Cercadinho	P.I. Xerente
		10. Adão Romtepre	Aldeia Porteira	P.I. Xerente
		11. Herculano Zado	Aldeia Bela Vista	P.I. Xerente
		12. Antonio Mmirkopte	Aldeia Varjão	P.I. Xerente
		13. Pedro Waro	Aldeia Salto	P.I. Xerente
		14. Bernaldino Saporuzze	Aldeia Paraíso	P.I. Brejo Comprido
		15. Bonfim Sizdaze	Aldeia Traíras	P.I. Mirassol
		16. Bomfim Wdekruwe	Aldeia Morrinho	P.I. Brejo Comprido
		17. Pedro Mmirkopte	Aldeia N. Horizonte	P.I. Mirassol
		18. Ubirajara Sipra	Aldeia Serrinha	P.I. Funil
	19. Raimundo Sobre	Aldeia Jenipapo	P.I. Mirassol	

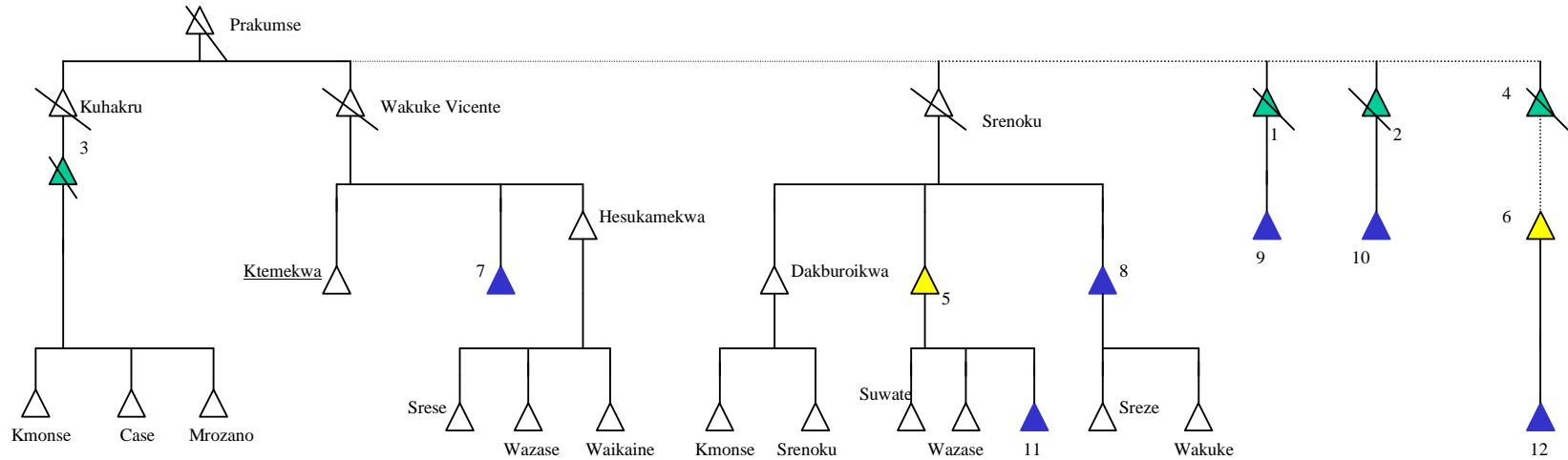
**PATRILINHAGENS**  
**KUZÁPDEKWÁ**



	Ex-capitães - S.P.I.	1. Antonio Srementowe 2. Agostinho Sharra 3. Rbemenkwa 4. Bruwe 5. Anselmo Simna	Providência ( Miracema) Baixa Funda / Rio Sono P.I. Xerente Baixa Funda/ Rio Sono P.I. Rio Sono
---	----------------------	--	---

	Atuais caciques (DEZ/1998)	6. Wakuke 7. Isaac Simnakru 8. Arnaldo Sremtowe 9. Sromne 10. Alberto	Aldeia Karihu Aldeia Vão Grande Aldeia Rio Sono Aldeia Cabeceira Água Fria Aldeia Sangradouro	P. I. Xerente P.I. Xerente P.I. Rio Sono P.I. Brejo Comprido P.I. Rio Sono
---	-------------------------------	---	---	--

**PATRILINHAGEM KROZAKE**

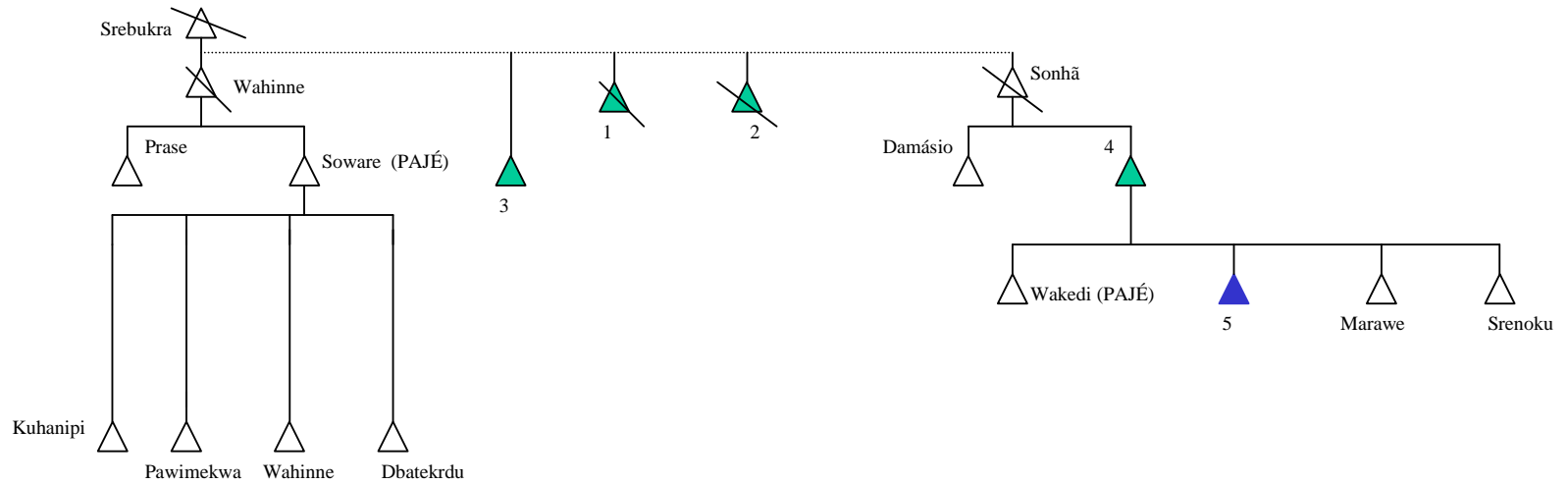



	Ex-capitães- SPI/FUNAI	1. Paulino Dakmawapto	Baixa Funda/Rio Sono
		2. Florencio Suzawre	Baixa Funda/Rio Sono
		3. Jovino Hespomekwa	P.I. Xerente
		4. Francisco Kumrizdaze	Baixa Funda/Rio Sono


	Ex-cacique	5. Sandoval Krarate	Aldeia Recanto da Água Fria	P.I. Brejo Comprido
		6. Getulio Darerkekwa	Aldeia Brejo Comprido	P.I. Brejo Comprido

	Caciques em atividade (outubro/1998)	7. Valdemar Soiti	Aldeia Krite/Recanto	P.I. Xerente
		8. Hermogenes Simripte	Aldeia Brejinho	P.I. Rio Sono
		9. João Paulino Sakrbe	Aldeia Rio Preto	P.I. Rio Sono
		10. Rondon Wasakru	Aldeia Baixa Funda	P.I. Rio Sono
		11. Sinval Waikazate	Aldeia Cabeceira A. Fria	P.I. Brejo Comprido
		12. Isaias Sizapi	Aldeia Brejo Comprido	P. I. Brejo Comprido

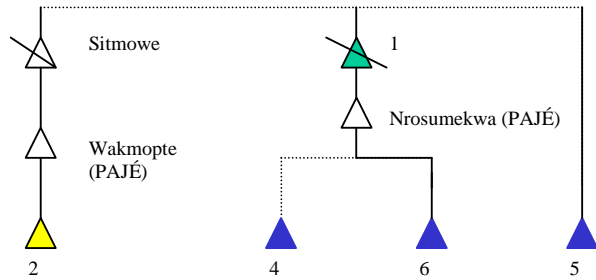
**PATRILINHAGENS KRITÓ**



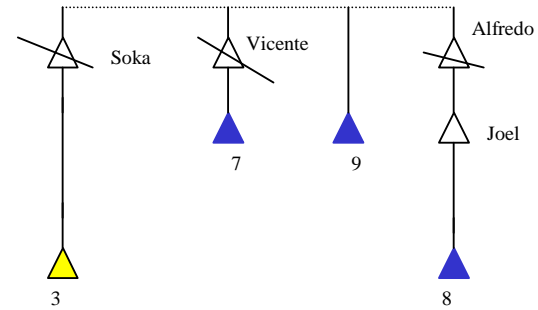
	Ex-capitães SPI/FUNAI	1.Caetano Sakruwe 2.Brasilino Wahinne 3.Chico Inácio Waikaire 4.Joaquim Calixto Kasuwamri	Boqueirão (Funil) Boqueirão (Funil) Aldeia Funil Aldeia Aldeinha
--	-----------------------	--	---

	Cacique em atividade (DEZ/1998)	5.Valter Samri	Aldeia Aldeinha	P.I.Brejo Comprido
---	---------------------------------	----------------	-----------------	--------------------


**PATRILINHAGENS KBAZITDEKWÁ**



**PATRILINHAGENS KREMPREHÍ**



	Ex-capitão SPI	1. Isidoro Krtitmowe	Aldeia Santa Cruz
---	----------------	----------------------	-------------------

	Ex-caciques	2. Valdir Sitmowe	Aldeia Salto	P.I. Xerente
		3. Samuel Waikoire	Aldeia Brejo Comprido	P.I. Brejo Comprido ( <b>atual chefe de posto</b> )

	Caciques em atividade (DEZ/ 1998)	4. Luis Carlos	Aldeia Mirassol	P.I. Mirassol
		5. Ranulfo Kumnase	Aldeia Centro	P.I. Funil
		6. Reinaldo Sapkako	Aldeia Funil	P.I. Funil
		7. Justimiano Sawrepte	Aldeia Zé Brito	P.I. Mirassol
		8. Manuel Suke	Aldeia da Ponte	P.I. Mirassol
		9. João Batista Waikaire	Aldeia Lajeado	P.I. Mirassol



#### 5.4. FACCIOSISMO E TERRITORIALIDADE

O território demarcado é o recurso – tanto material como simbólico – que propicia aos Xerente a distinção mais evidente perante os demais segmentos não-indígenas que compõem a esfera local. Como vimos nos capítulos 1 e 2, apesar de o processo de demarcação territorial das T.I.s Xerente ter sido pautado pela rivalidade existente entre os diversos agrupamentos Xerente, inclusive, com a exclusão da área do Funil de sua etapa inicial, podemos afirmar que a fronteira física proporciona à população indígena um relativo sentido de coletividade.

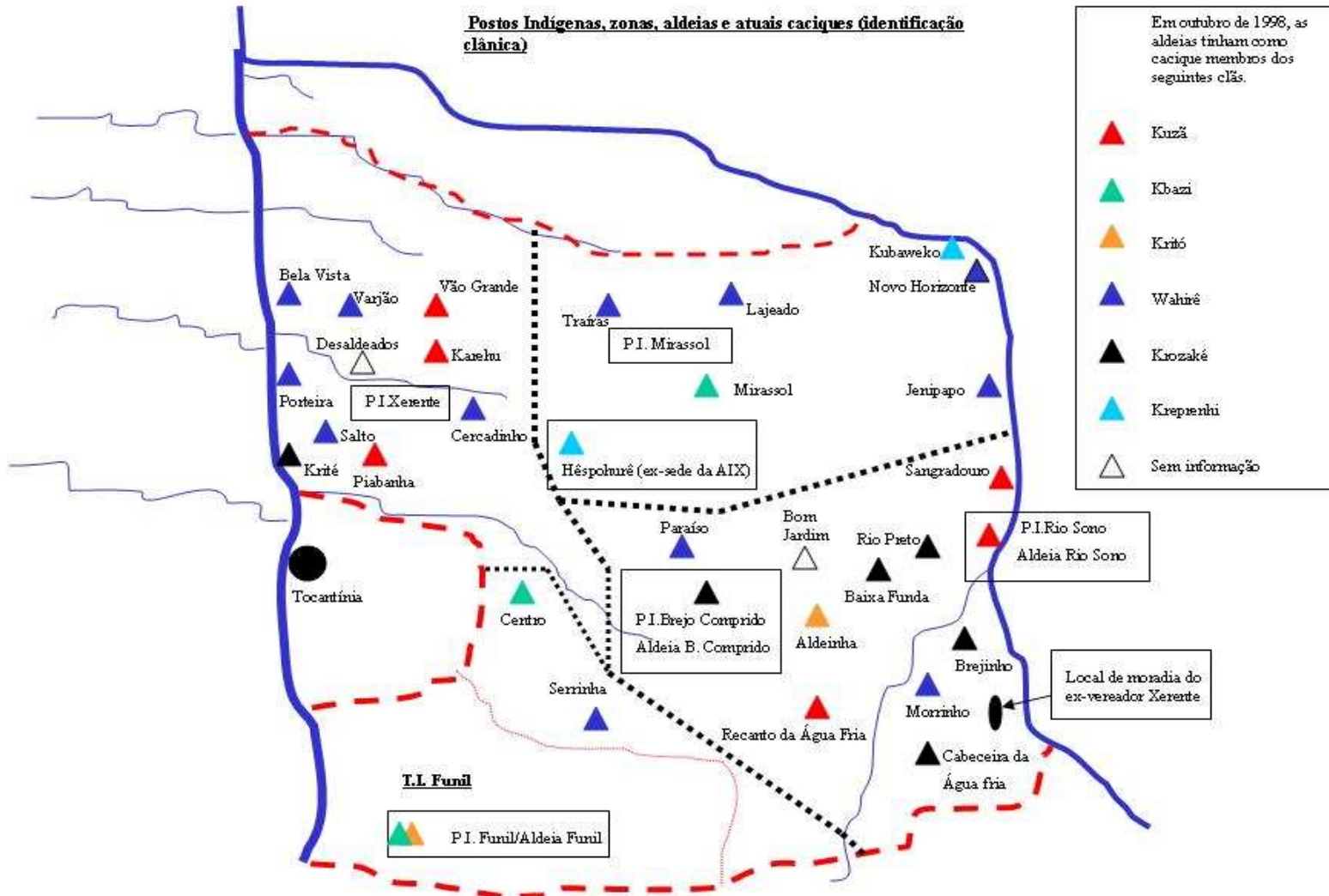
Entretanto, a fronteira territorial não garante a atuação conjunta das diversas facções Xerente. Pelo contrário, a impossibilidade da unificação de estratégias de ação política das facções indígenas pode ser apreendida também através dos distintos arranjos políticos que as articulam a atores não-indígenas que rivalizam nas esferas local e regional. Tais articulações podem ser constatadas de maneira concreta quando observamos distintas zonas geopolíticas que configuram a totalidade das T.I.s Xerente e a vinculação entre cada uma daquelas zonas e determinadas alianças supra-faccionais.

Até 1998, observei a existência de quatro zonas razoavelmente delimitadas, denominadas aqui de “geopolíticas”, que podiam ser apreendidas através de três variáveis absolutamente interdependentes: a) divergências e alianças de longa profundidade na história dos Xerente, nas quais as relações de parentesco são base fundamental; b) fases de demarcação territorial; c) o vínculo de cada uma dessas zonas, como já foi dito, a atores não-indígenas que rivalizavam na esfera local. Cada zona estava referenciada, política e simbolicamente, a uma aldeia chave, o que revelava de maneira bastante evidente as articulações faccionais ampliadas de cada uma delas.

Entretanto, devido à constante e intensa rearticulação faccional, e ao decorrente processo de fragmentação de aldeias atualmente, as zonas geopolíticas passaram a apresentar dissensões, fato que proporcionou a aldeias com pouca visibilidade um lugar de destaque no campo político local e regional, concorrendo com aquelas que, até então, eram consideradas como referência principal da dinâmica faccional e ampliada Xerente.

Não pretendo - e nem teria dados suficientes para isso - debruçar-me sobre as estratégias de confronto e articulação política que têm originado tamanha variedade de arranjos faccionais e ampliados, tampouco sobre todas suas implicações nos processos

**Postos Indígenas, zonas, aldeias e atuais caciques (identificação clânica)**

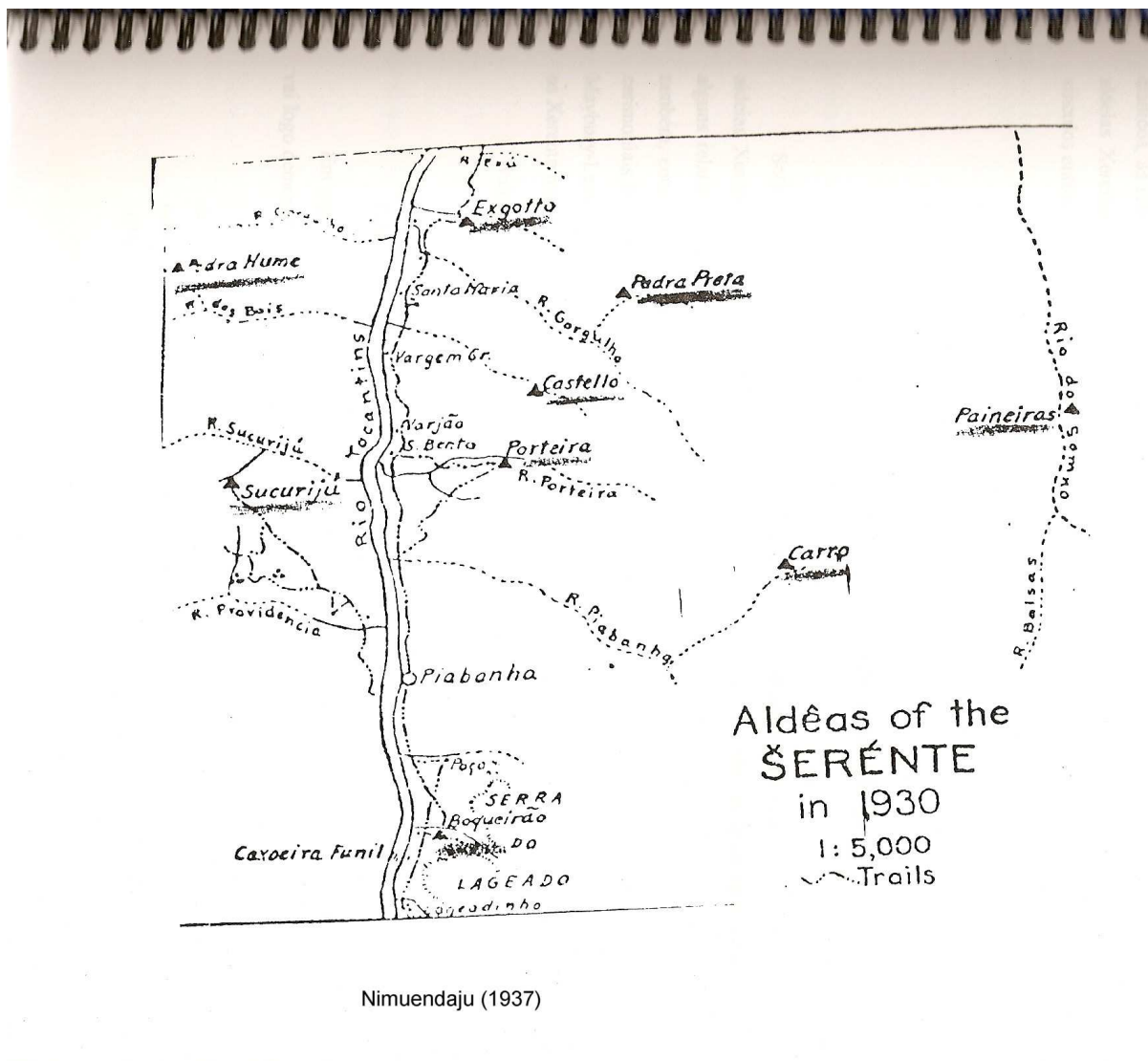


de reconfiguração das zonas geopolíticas, com suas constantes dissidências e reagrupamentos. Parte destes processos serão apresentados de maneira mais detalhada no capítulo 6 desta dissertação. Assim, a seguir, o que farei é apresentar, da maneira mais breve possível, alguns aspectos importantes que proporcionaram a atual configuração geopolítica das T.I.s Xerente e Funil.

#### **5.4.1. Dos aldeamentos antigos às zonas geopolíticas.**

Já apresentei nos dois capítulos iniciais, as distinções entre as trajetórias que levaram às demarcações das duas T.I.s Xerente: “Área grande” e Funil. Apenas lembrando, é bastante provável que a aldeia do Funil, na então Piabanha (atual Tocantina) tenha sido um grande aldeamento formado pelos capuchinhos para atrair e concentrar os remanescentes Akwẽ que, naquela época (por volta de 1850), se espalhavam em ambas as margens do rio Tocantins. Tanto em relatos dos Xerente como, também, de não-índios, existe a indicação de que uma parte dos Akwẽ - considerados Xerente – foram residir durante esse período no aldeamento de Teresa Christina (Piabanha/Tocantínia) ou, mais especificamente, na zona da atual aldeia do Funil. Há relatos, ainda, de que outro agrupamento Xerente residiu com os Krahô na missão de Pedro Afonso nessa mesma época. Por outro lado, agrupamentos Xerente permaneceram tanto em aldeias à margem esquerda do rio Tocantins – Pedra Hume, Providência, Sucurijá (Nimuendajú, 1942)- , como também acima do Rio do Sono (aldeia “Paneiros”) até 1940, quando foram atraídos pelos postos do SPI., respectivamente P.I. Tocantínia (atualmente, P.I.Xerente) e P.I. Rio Sono.

Nimuendajú, na década de 30, assinala a existência de 9 aldeias, ainda de ambos os lados do rio, estando uma delas localizada acima do Rio Sono. Maybury-Lewis, em 1956 e 1963, cita 7 aldeias Xerente, entretanto, todas já localizadas na margem direita do Rio Tocantins.



Tanto Nimuendajú como Maybury-Lewis assinalam a existência de laços cerimoniais, políticos e de parentesco envolvendo as aldeias Xerente.

Nimuendajú destaca, por um lado, os ritos funerários, o preparativo para “guerras”, a festa do Grande Jejum (1942:10-98) e, por outro, as implicações advindas de um conflito que resultou na morte de dois Xerente (1942:20-80), como circunstâncias nas quais era possível perceber a rede de ligações que envolviam a totalidade das aldeias Xerente. Apesar disto, Nimuendajú afirma que

“Apart from these circumstances each village is a wholly independent community.” (Nimuendajú, 1942:10).

Maybury-Lewis destaca a existência de três agrupamentos distintos de aldeias, sendo que só em um deles o autor identifica duas aldeias – Porteira e Gorgulho – como possuidoras de vínculos de maior proximidade entre si :

“Sherente communities are not generally on good terms with each other. At time of my fieldwork, the Sherente to the east in the community of Rio do Sono were comparatively isolated from the rest, as were those in the community of Funil to the south. Hence there was most ill-feeling between Gurgulho and Porteiras, the two major communities that had frequent contact with each other.”. (1979: 221/222).

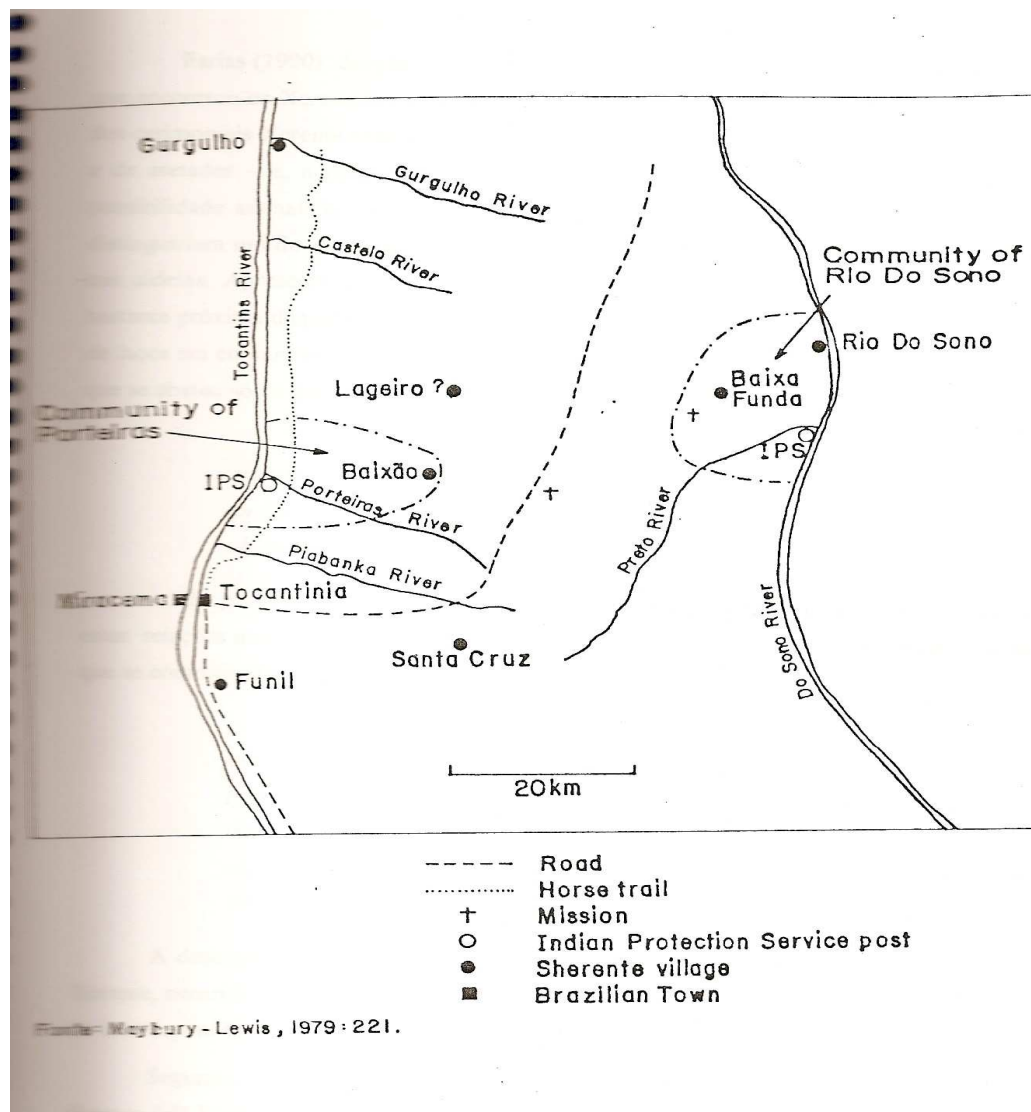
Mesmo com uma abordagem bastante distinta da de Nimuendajú, que se deteve nos cerimoniais que congregavam a totalidade das aldeias Xerente e a participação ativa de suas metades no apaziguamento dos conflitos internos, Maybury-Lewis, observando os arranjos clânicos, as relações de parentesco e as conseqüentes segmentações intra-linhagens existentes nas aldeias Xerente, acaba por concluir, por outra via, que elas manteriam aparentemente poucos vínculos entre si, afora, como já foi dito, aqueles existentes entre as aldeias Porteira e Gorgulho.

“It should be clear from the above that Wairi, Kuze, Krozaké, and Klitó are patrilineages whose constituent patrilineages may be located in different villages and have little to do with one another, or may even be located in the same village and be hostile to one another (as with Wairi 2 and Wairi 3 in Porteiras).”  
(Maybury-Lewis, 1979: 223 ).

Sobre a aldeia do Funil, Maybury-Lewis afirma o seu isolamento em relação às demais aldeias Xerente (Maybury-Lewis, 1979:221). Em O Selvagem e o Inocente, o autor apresenta alguns relatos que ilustram os vínculos existentes entre as aldeias Porteira e Gorgulho, como, também, entre as aldeias de Rio Sono e Baixa Funda. Tais vínculos foram observados tanto nos cerimoniais realizados conjuntamente como nas desavenças e intrigas entre elas. Mais do que isso, Maybury-Lewis demonstra que, mesmo com o relativo isolamento existente entre essas duas zonas, os Xerente mantinham-se bem informados sobre os acontecimentos em cada uma delas. Vejamos.

Wakuke, da aldeia do Gorgulho, interpela Maybury-Lewis :

"Se você pudesse nos dar outro touro, podíamos convidar os moradores de Porteiras e organizar a cerimônia de nomeação." (Maybury-Lewis, 1990:117).



Em outro momento, quando o etnógrafo chega na zona da Baixa Funda, o chefe Suzaure vai logo demonstrando suas divergências com os Xerente do Gorgulho,

"Ah, aquela gente do Gorgulho! Eles não são mais Xerente de verdade. Eles não sabem como fazer uma cerimônia. Eles não sabem fazer nada, a não ser beber pinga." (Maybury-Lewis, 1990: 167).

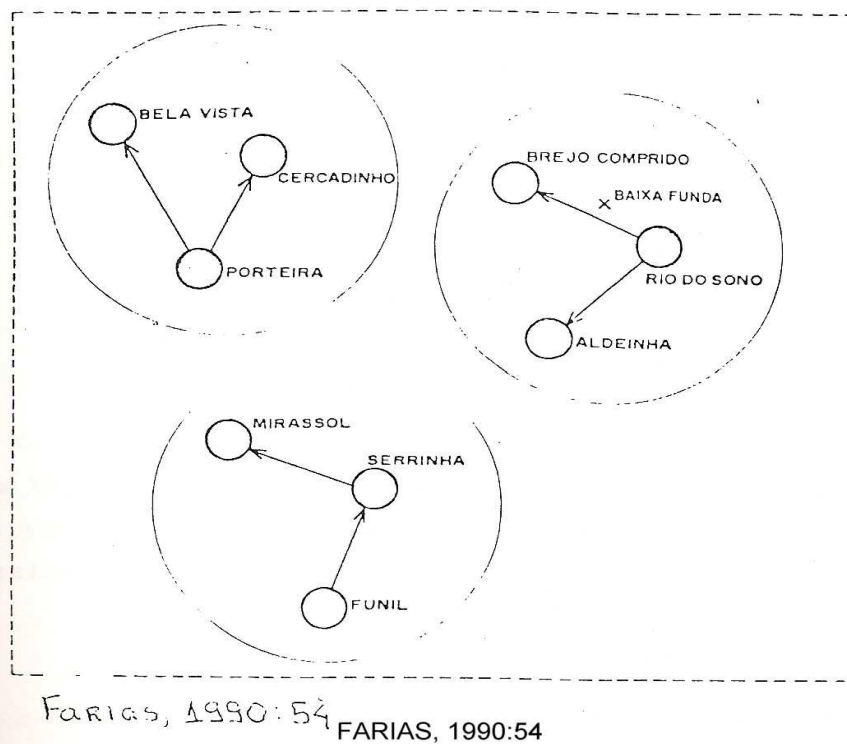
Farias (1990), devido à sua abordagem teórica e à especificidade do contexto histórico em que encontrou os Xerente à época de suas pesquisas, apresenta a operacionalidade de grande parte dos cerimoniais Xerente observados por Nimuendajú – de nomeação, clânicos, de classes de idade e de metades – e, a partir dessas observações, acaba indicando, por outro caminho, a mesma possibilidade assinalada por Maybury-lewis, qual seja, a existência de núcleos de aldeias que se distinguiriam um do outro pela proximidade de laços cerimoniais, de parentesco e políticos a unir tais aldeias. Apresenta, assim, três núcleos compostos, cada um, por três aldeias, configuração bastante próxima daquela apresentada por Maybury-Lewis. Farias afirma, ainda, que a manutenção de laços em comum entre as aldeias que pertencem a um núcleo é decorrente do processo de cisão que se abateu sobre a aldeia de origem:

“Como esse processo de cisão política separa grupos de pessoas aparentadas, estas tendem a construir as aldeias novas próximas da aldeia de origem, mantendo assim possibilidades reais de contato entre si.” (Farias,1990:120).

Não por acaso, uma das hipóteses centrais do trabalho de Farias diz respeito, diretamente, a estas relações que congregam as aldeias Xerente, afirmando que, sem sua observação, é impossível que se compreenda o modelo nativo de sociedade. Diz Farias,

“...a aldeia Xerente não corresponde a um micro-cosmo do universo Xerente, e a análise dessa sociedade deve, necessariamente, passar pelo exame da composição das várias aldeias e da dinâmica das relações entre elas para que os conceitos Xerente de sociedade e organização social possam ser efetivamente compreendidos.” (Farias, 1990:75).

A descrição de Farias sobre o processo inicial de fragmentação dos grandes aldeamentos Xerente, ocorrido durante a década de 80, indica que a dinâmica faccional Xerente está em relação de interdependência com os arranjos faccionais ampliados: a participação decisiva da Funai.



Segundo o autor, duas facções Xerente da Aldeia Porteira, lideradas por Soiti (Krozaké) e Sremze (clã Wahirê)<sup>195</sup>, então descontentes com o excessivo controle sobre os recursos da Funai por parte do capitão Hespamerkwa (Krozaké), resolveram fundar duas novas aldeias, Bela Vista e Cercadinho, respectivamente. Após a cisão, os três capitães teriam, segundo o autor, agido de maneira bastante “integrada” junto ao Chefe de Posto da Funai, visando a obtenção de recursos materiais para cada uma das aldeias;

“ O resultado foi que esse processo de cisão acabou obrigando a Funai a desenvolver ‘projetos’ distintos para estas três aldeias, da mesma forma que parte dos recursos materiais existentes no Posto Indígena - veículos, remédios, merenda, cargos funcionais – foram redistribuídos entre eles.” (Farias,1990:56).

No outro lado da T.I. Xerente (“Área Grande”), a mesma dinâmica se repetiu. Num relato de alguns Xerente para Aracy Lopes da Silva, citado na dissertação de Farias

<sup>195</sup> A identificação clânica e o nome nativo de cada liderança Xerente (entre parênteses) são aqui reproduzidos de acordo com minhas genealogias recolhidas em campo, além das fornecidas por Lopes da Silva.



(1990:54), estão descritos os arranjos faccionais e ampliados envolvidos no processo de cisão das aldeias Rio Sono, Aldeinha e Brejo Comprido:

“Antigamente todos os Xerente do PI Rio do Sono moravam na aldeia às margens desse rio. O encarregado da Funai resolveu mudar-se para a região chamada Baixa Funda e foi acompanhado por um grupo de índios. Eram dois capitães: Florêncio [Suzauré, um krozaké] e Joaquim [Kasuwamri, krito]. Joaquim quis tomar a frente de Florêncio, o que acabou dando problema. Então Joaquim saiu com seu pessoal e fundou a aldeia Aldeinha (por volta de 1980). O substituto de Joaquim na Baixa Funda também separou-se e fundou a aldeia Sucupira. Em 1981, o chefe do PI ofereceu projeto de roça comunitária. Kraraté aceitou e formou uma nova aldeia, Brejo Comprido.”.

Segundo informantes Xerente, a aldeia Sucupira seria desmantelada em 1987, com seus moradores indo residir nas aldeias Brejo Comprido e Rio do Sono.

Na apresentação do último “sub-conjunto de aldeias”, conforme denominação do próprio Farias – Funil, Serrinha e Mirassol –, destaca-se o que Maybury-Lewis e outros autores já haviam afirmado anteriormente: o isolamento da aldeia Funil em relação às aldeias pertencentes à Área Grande. Diz Farias sobre os Xerente do Funil:

“Seus contatos com moradores de outras aldeias restringem-se ao convívio em Tocantínia, além de esporádicas visitas de grupos de parentes.” (Farias, 1990:59).

Farias assinala que o motivo principal dessa migração foi a instalação, por parte da Funai, de um Posto Indígena na T.I. Xerente – “Área Grande”, por volta de 1981. Essa atitude do órgão tutelar visou a desocupação da área do Funil (Farias, 1990:59) e, conseqüentemente, o deslocamento da população local para o interior da “Área Grande”. A maioria da população do Funil rechaçou a proposta da Funai e permaneceu no mesmo local. Segundo Farias, ainda, na aldeia Serrinha, em 1987, era possível encontrar apenas alguns habitantes morando nas ruínas das casas de alvenaria do que deveria ter sido o Posto Indígena. Ele não deixa claro, entretanto, se tais habitantes seriam parte da população do Funil ou egressos de outras aldeias da T.I.Xerente. De qualquer forma, o autor assinala que parte dos moradores da Aldeia Serrinha tinha retornado para a aldeia

Funil, enquanto outra, teria migrado para a aldeia Mirassol, fundada em 1983, no centro da T.I.Xerente. Alguns moradores do Funil disseram-me que a aldeia Serrinha teria sido fundada por volta de 1976, com moradores da extinta aldeia de Santa Cruz (Maybury-Lewis a assinala em seu mapa) e parte dos Xerente do Funil<sup>196</sup>.

---

<sup>196</sup> Período que coincide com o conflito que resultou em mortes entre os Xerente e invasores. Ver Capítulo 1.



A zona que, atualmente, tem a aldeia Mirassol como referência também contou em sua constituição com o suporte decisivo da Funai. Os Xerente afirmam que a migração para a aldeia Mirassol, zona central da “Área Grande”, visou a sua ocupação e a expulsão de posseiros que ali ainda permaneciam.

Esse processo inicial de ocupação territorial passaria a se suceder de maneira cada vez mais acentuada nos anos subseqüentes. Entretanto, a partir da fundação do estado do Tocantins, essa dinâmica passaria a contar, além do suporte oferecido pela Funai, com outros recursos, disponibilizados pela administração municipal e estadual. Devido à rapidez com que passou a se dar a fragmentação das aldeias Xerente, é possível, inclusive, afirmar que a administração da Funai tenha perdido o controle total que detinha sobre esse processo, controle este bem evidenciado até o início da ocupação da zona do Mirassol, ainda na primeira metade da década de 80. A partir de então, a fundação de novas aldeias Xerente continuaria a contar, em maior ou menor grau, com o apoio da Funai, mas passaria, então, a também dispor do apoio do Cimi e, particularmente, o do governo do estado, via projetos ditos “sociais” (a construção das casas populares na aldeia Salto é um exemplo).

Outro suporte que passaria a influir decididamente nesse processo de fragmentação das aldeias Xerente foi proporcionado pela disponibilidade, até então inexistente, de cargos de professor e agente de saúde conseguidos pelos Xerente junto às administrações municipal e estadual. Esses cargos possibilitaram uma fonte de recursos até então inexistente para as facções Xerente. Como já foi assinalado, a maioria das aldeias Xerente atuais conta com um professor e um agente de saúde, que são, via de regra, filhos do cacique.

Por outro lado, a participação das sucessivas equipes do Cimi junto aos Xerente, se não influenciou decisivamente no processo de fragmentação das aldeias Xerente<sup>197</sup>, ajudou, pelo menos, a legitimar parte dele, através do amparo oferecido, via projetos econômicos ou através da compra e instalação de rádios movidos a energia solar na maioria das aldeias Xerente, durante a época em que foi constituída a Associação Indígena Xerente e nos anos subseqüentes. A fundação da aldeia Hêspohurê esteve intimamente ligada às ações do Cimi, já que foi fundada em 1992, ao lado da sede construída para abrigar as

---

<sup>197</sup> Apenas a fundação de uma aldeia Xerente parece estar intimamente ligada às ações do Cimi: A aldeia Zé Brito (Hespaure), fundada em 1992, ao lado da sede construída para abrigar as reuniões da AIX.

reuniões da Associação Indígena Xerente. Aliás, como veremos no próximo capítulo, as três etapas de instalação desses rádios, cada uma envolvendo um determinado núcleo de aldeias, foi um instrumento bastante significativo para identificar as aldeias e lideranças Xerente articuladas ao Cimi

Conforme já havia assinalado, não haveria a possibilidade de apresentar a totalidade das estratégias e articulações envolvidas em cada um dos processos migratórios que originaram as atuais aldeias Xerente, muito menos dar conta da biografia dos atuais 33 caciques, afora outros tipos de liderança existentes em cada uma delas. Apresentarei, portanto, apenas alguns aspectos que julgo mais importantes para compreender, pelo menos em parte, a atual conformação geopolítica das T.I.s Xerente e Funil. Para isso, focalizarei algumas aldeias em especial.

#### **5.4.2. As zonas geopolíticas.**

Os agrupamentos de aldeias que estou chamando de zonas geopolíticas possuem como núcleo aglutinador as mesmas aldeias observadas nos trabalhos anteriores. Apesar de estar atento aos fluxos sociais existentes entre cada um dos núcleos apresentados por Farias, focalizo, também, esses agrupamentos de aldeias através de suas articulações com atores não-indígenas envolvidos no campo político da esfera local e regional.

##### **a) Sakrê pra**

Sobre a aldeia Sakrê pra, já vimos, até aqui, alguns dos aspectos mais importantes que têm propiciado às suas lideranças, em particular o cacique Sap., uma certa autonomia relativa perante os demais segmentos Xerente abrigados na T.I. Xerente – Área Grande. Apenas lembrando: desde o final do século XIX essa aldeia abrigou, ao que tudo indica, uma parte dos Xerente que aceitaram a catequização patrocinada pelos freis capuchinhos Rafael de Taggia e Antonio de Ganges. Apesar da existência de relações de parentesco com outros Xerente da hoje considerada Área Grande – em particular, com moradores das aldeias Mirassol, Serrinha, Centro e Salto –, a demora do processo demarcatório parece ter apenas reafirmado antigas divergências entre as

populações das duas áreas. Atualmente, o cacique Sap., que se considera pertencente ao clã Kbazí, é, por outro lado, herdeiro de um dos nomes do clã Krito. Sap. mantém sempre aberta a porta, seja para Funai, seja para o governo do estado. Chegou, inclusive, a “flertar” com a equipe do Cimi, sendo por ela assessorado durante algumas semanas. Nesse período, fez uma denúncia escrita de tentativas de aliciamento por parte de políticos locais que, supostamente vinculados ao governo de Siqueira Campos, visavam obter o consentimento dos caciques Xerente para aprovação da pavimentação de estradas que cortam as T.I.s Xerente e Funil. Assim, diz Sap., numa declaração claramente elaborada por terceiros<sup>198</sup>, mas que, independentemente disso, leva sua assinatura:

“Volto a fazer um apelo as autoridades competentes, o Ministério Público, a Funai, o Juiz Federal, o Governo, outros órgãos e população em geral, nós índios estamos sendo massacrados, recebemos pressão de toda parte, são políticos, população, Governo do estado, que chegam ao ponto de dar dinheiro para um ou outro índios, pedindo para que liberem as obras, por outro lado, esse índio pega o dinheiro, compra bebida alcoólica e vem para a aldeia perturbar os velhos, mulheres e crianças, querendo autorizar as obras contra a vontade de todo o povo...” (4 de dezembro de 1996).

Não por acaso, a data do documento é bastante significativa para compreender essa atitude de Sap.. Ao participar das eleições municipais como candidato a vereador, Sap. acabou não sendo eleito por uma diminuta margem de votos - como veremos no próximo capítulo-, fato que ele atribui “ao roubo dos seus votos” por um candidato “branco”. Atualmente, Sap. tem criticado as posturas tanto do Cimi como da Funai e da Procuradoria, que, segundo ele, seriam os maiores responsáveis pelo não fechamento de um acordo com o governo do estado para a liberação da pavimentação da estrada, exatamente o mesmo assunto que o havia levado, em 1996, a denunciar as manobras de aliciamento referidas no documento acima citado.

Por outro lado, há uma certa ascendência do cacique Sim. - do P.I. Xerente e “braço direito” da ADR da Funai/Gurupi entre os Xerente - sobre Sap. e sobre os destinos

---

<sup>198</sup> Aliás, prática bastante comum na guerra de documentos que se trava à parte, nos bastidores das articulações políticas da esfera local e regional.

da aldeia Sakrê pra . Como veremos no próximo capítulo, Sap. e Sim. foram dois dos poucos caciques que, em 1996 (eram 29, ao todo, na época), não foram a Brasília pedir a “cabeça” do administrador regional da Funai. Uma vez, perguntei a Sap. qual era a posição do cacique Sim. sobre a questão da pavimentação da estrada e obtive a seguinte resposta : “É meu tio [i-mumã], eu já conversei com ele e ele disse que não tem problema não”. Apesar de não acreditar que Sap. tenha realmente conversado com seu tio paterno a esse respeito, ou pelo menos, que a resposta não tenha sido exatamente esta – o cacique Sim. durante muito tempo foi contrário à pavimentação das estradas que cortam as T.I.s Xerente – a maneira como Sap. se referiu a ele, deixando entrever um certo ar de reverência, somada a sua não ida a Brasília, indica que sua autonomia política não é tão grande assim e que, qualquer atitude mais séria que tenha que tomar, parece requerer, ao menos, a consulta ao cacique Sim..

Sap. ainda me disse que, na aldeia Sakrê pra , existe um grupo minoritário que lhe faz oposição constante e que seria liderado por Simrami , que atualmente ocupa o papel de vice-cacique da aldeia. Sap. contou-me que estava “tocando” uma roça junto com quase todos os homens da “comunidade”, mas que o pequeno grupo liderado por Simrami (cerca de 4 pessoas) estaria “tocando” uma roça em separado. Essa divisão expressa uma disputa antiga, que vem se sucedendo na aldeia desde o final da década de 80, quando os chefes políticos mais velhos passaram o posto para Simrami, que viria a ocupar essa função durante um curto período. Simrami teria sido deposto pela “comunidade” e substituído por Sap..

## **b) P.I.X.**

O caso das aldeias pertencentes a essa zona é bastante complexo. Embora a grande maioria das lideranças e caciques das aldeias vinculadas ao P.I.X. pertença aos clãs Wahirê e Krozaké, nos processos decisórios de maior envergadura, até 1996, era ainda bastante decisivo que se consultasse o cacique Sim., do clã Kuzâ. Vale lembrar que sua influência vai além dessa zona geopolítica, fato corroborado pela fala de Sap. da aldeia Sakrê pra .

Considerado pelos seus aliados e adversários, como o “braço direito” da administração regional da Funai entre os Xerente, Sim. foi um dos primeiros Xerente a ocupar um cargo nos P.I.s do SPI. (P.I. Rio do Sono, entre 1955 e 1959 e P.I. Xerente, de

1960 a 1966). A ascendência política de Sim. sobre lideranças pertencentes a segmentos de linhagens distintos – Krozaké e Wahirê –, além de contar com o suporte decisivo a ele propiciado pela Funai, baseava-se, também, em alguns fortes vínculos de parentesco existentes entre ele e, especialmente, os filhos de suas irmãs e o único cunhado (ZH) ainda vivo.

A liderança exercida por Sim. - e, por seu intermédio, a influência da Funai - nessa zona geopolítica começou a ser abalada a partir de 1996, devido a dois acontecimentos interdependentes: o auge do motim da maioria dos caciques Xerente visando à deposição do administrador da ADR Funai/Gurupi e a construção de casas populares na aldeia Salto, patrocinadas pela administração estadual do governo Siqueira Campos. O primeiro acontecimento será discutido de maneira detalhada no próximo capítulo. Quanto ao segundo, as informações que possuo são, infelizmente, poucas e fragmentadas. Apesar das críticas e da oposição da parte dos Xerente, da Funai, do Cimi e da Procuradoria, nenhum destes interlocutores soube explicar como foi possível a construção, num prazo extremamente reduzido (cerca de seis meses), de vinte e quatro casas populares, além do desmatamento de 100 ha de cerrado para um projeto de agricultura de arroz mecanizado, sem a menor discussão de suas implicações futuras. O que é certo, porém, é que a hegemonia nessa zona geopolítica da Administração Regional da Funai de Gurupi, tendo como aliada principal a facção de Sim., passou a ser definitivamente dividida com facções rivais, articuladas diretamente ao governo estadual. Para que o encadeamento dos argumentos não fique prejudicado, o aprofundamento desse processo precisará aguardar a descrição e análise, apresentadas no próximo capítulo, do caso sobre a tentativa de deposição do Administrador Regional da Funai, ocorrida alguns meses antes do referido projeto de construção de casas populares.

De qualquer forma, as principais lideranças e suas respectivas facções de duas aldeias pertencentes administrativamente ao P.I. Xerente – Krite e Salto – passaram a se articular com facções da zona do Brejo Comprido, que, até então, eram as que mantinham vínculos políticos mais intensos com as administrações dos governos estadual e municipal, quando ocupadas por forças ligadas a Siqueira Campos. A aldeia Krite foi fundada, em 1996, por Soiti, ex-cacique da aldeia Bela Vista (o fôra durante mais de 20 anos) e aliado de Sim. até o episódio da tentativa de deposição do administrador regional de Gurupi.



A perda da hegemonia da ADR/Funai-Gurupi nessa zona deu-se paralelamente à conquista da autonomia de lideranças da aldeia Porteira, que puderam romper com sua subordinação, até então mantida via laços de parentesco, diante de Sim.. Em minha última pesquisa de campo, ficou bastante evidenciada a cisão faccional entre as lideranças da aldeia Porteira e o cacique Sim.. Waiz., uma das lideranças mais influentes durante o período de existência da AIX, e, durante muitos anos, absolutamente vinculado ao seu tio materno, Sim., passou a questionar o prestígio deste. Entre outras falas, ele me disse: “O tio Sim. não sabe nem cantar os nomes Xerente mais .”

Waiz. é funcionário da Funai há anos, tendo participação ativa em processos de expulsão de posseiros e de demarcação de áreas indígenas em várias regiões do país (por exemplo, Guajajara e Ilha do Bananal, segundo ele mesmo). No segundo semestre de 1998, em consequência de desavenças na facção que dava suporte à ADR Funai/Gurupi, Waiz., por determinação da ADR, passou a ocupar a função de motorista de voadeira (função ocupada, até então, pelo atual cacique da aldeia Porteira, Romtepre), o que o deixou visivelmente contrariado. Conjuntamente a esse movimento de crise intra-faccional, o decisivo alinhamento das facções da Aldeia Salto<sup>199</sup> e Krité com aquelas do Brejo Comprido – pró governo estadual – levou o cacique Sim. a uma reavaliação de condição de “braço direito” da ADR Funai/Gurupi e, portanto, à considerável diminuição da hegemonia exercida pelo administrador regional nessa zona.

Ainda no segundo semestre de 1998, foi constituída uma nova Associação Indígena, somente com as aldeias pertencentes ao P.I.Xerente. Eis que encontramos, “caminhando juntos” – como os Xerente gostam de dizer – e participando ativamente da constituição dessa nova associação, caciques e lideranças que, entre 1996 e 1998, estiveram em lados totalmente opostos, casos de Sim., aliado principal da ADR Funai de Gurupi e lideranças de destaque nas facções vinculadas ao governo estadual: Soiti (ex-cacique da aldeia Bela Vista) e Waikarnase (funcionário contratado pelo governo Siqueira Campos, desde 1995). O chefe de posto da Funai no P.I. Xerente tem ajudado a assessorar a nova associação, sendo seu presidente o próprio Waikarnase, publicamente reconhecido como mediador dos interesses do governo estadual junto aos Xerente. Ao mesmo tempo, na diretoria da nova associação, o cargo de secretária está sendo ocupado por uma das filhas de Sim.. Além disso, Waiz. - que me confessou estar

---

<sup>199</sup> Houve uma forte disputa entre facções rivais que convivem na aldeia Salto desde sua fundação em 1989, por conta do projeto de casas populares e roças mecanizadas ali instaladas pelo governo estadual.

também inconformado por ter sido colocado à margem da nova associação<sup>200</sup> - disse-me que seu carro (são raríssimos os Xerente que contam com este tipo de recurso) “se acabou todo”, devido a um acidente ocorrido numa das estradas da T.I. Xerente, no mesmo período. Perguntei a ele como tinha se dado o acontecido. Disse-me que um dos filhos de Sim., motorista da Funai, foi quem havia causado o acidente. Perguntei-lhe se fôra de propósito e sua resposta foi lacônica: o filho de Sim. havia “perdido a direção” do caminhão da Funai que dirigia, vindo a se chocar com o dele, que estava “parado”.

### c) B.C.

As aldeias que pertencem a essa zona são bastante conhecidas pelos vínculos que a grande maioria de seus caciques e lideranças possuem junto ao governo do estado, principalmente, quando a posse da máquina está nas mãos do governador Siqueira Campos. Desde 1995, têm-se tornado cada vez mais explícitos tais vínculos. Veremos isso, com mais detalhes, no próximo capítulo.

É, novamente, muito difícil descrever as inúmeras variáveis que constituem os arranjos faccionais aos quais estão articulados os caciques e lideranças das aldeias dessa zona. A maior parte dessas aldeias é controlada, nos tempos atuais, por membros de segmentos de linhagens do clã Krozaké. Desta paisagem “mono-clânica”, destacam-se as aldeias Kâ Wahâ , único local em toda a T.I. Xerente no qual um segmento de linhagem do clã Krito possui hegemonia total<sup>201</sup>, e Rio Sono, que, há tempos, encontra-se chefiada por membros do clã Kuzâ.

É importante ressaltar que incluo, na configuração da zona geopolítica do B.C., as aldeias pertencentes ao P.I.Rio do Sono, e isso tem uma explicação. Apesar de o P.I. Rio Sono localizar-se na aldeia de mesmo nome desde sua fundação, na década de 40, pelo SPI, e de, ademais, sempre ter tido na função de cacique membros de um mesmo segmento de linhagem pertencente ao clã Kuzâ, a aldeia Ktekakâ está cercada geograficamente por aldeias lideradas pelos Krozaké. Além disso, os poucos membros Kuzâ da aldeia mantêm vínculos de parentesco tanto com os Krito da aldeia Kâ Wahâ

<sup>200</sup> O alijamento de **Waiz.** da nova associação corrobora seu rompimento político com seu tio materno, **Sim.** No próximo capítulo, veremos que ambos foram as lideranças mais expressivas da facção apoiada (ou que apoiava) pela ADR de Gurupi e pelo Cimi, durante parte do funcionamento da Associação Indígena Xerente (A.I.X).

<sup>201</sup> Quero afirmar com isso que não existe, pelo que pude observar, nenhum agrupamento político (faccional ou familiar) que lhe faça oposição.

como com algumas dos segmentos das linhagens Krozaké das aldeias à sua volta. O cacique da aldeia Ktekakâ , Sremtowě, parece ter que dividir sua lealdade política entre seu sogro, um Krozaké, como ao seu “i-mumã”, um Kuzâ, da mesma forma que acontece com o cacique Sapkakõ., da aldeia Sakrê pra. Sremtowě afirmou-me, explicitamente, em mais de uma oportunidade, que deve um certa subordinação ao “tio (imumã) Sim.” É bastante nítido que, na aldeia Ktekakâ - através da atuação conjunta do Chefe de Posto da Funai e do cacique Sremtowě -, a ADR Funai encontra uma das poucas bases atuais de apoio político, quase irrestrito, diante dos embates com as facções ligadas ao governo do estado. Há mais aqui: Sremtowě é genro de Simripte, cacique da aldeia Brejinho e membro do clã Krozaké. Em algumas reuniões que presenciei na aldeia Ktekakâ, nas quais estiveram reunidos os caciques das aldeias subordinadas ao P.I. local, era clara a tensão entre eles: de um lado, o cacique Sremtowě e, do outro, os caciques Wazakru (aldeia Waptkãze ) e Simripte (aldeia Waikazate ), todos membros dos Krozaké. Ao Chefe de Posto (não-índio), restava um esforço enorme na mediação dos conflitos, que tendiam a ficar mais manifestos quando os caciques falavam na língua Xerente.

Para termos uma idéia desse imbróglio, houve, em 1998, uma tentativa de se constituir uma associação que congregasse apenas as aldeias pertencentes ao P.I. Rio Sono. Só obtive informações sobre esse episódio através do Chefe de Posto do P.I. Rio Sono. Segundo seu relato – na presença do cacique Sremtowě, que apenas sorria -, depois de algumas reuniões entre os caciques destas aldeias, parecia que o processo de constituição da associação ia bem. De maneira

inesperada, todavia, o sogro de Sremtowě, Simripte disse que nem ele, nem os demais caciques Krozaké participariam da associação. O Chefe do Posto, por não conseguir compreender o que estava acontecendo, foi procurar a orientação de Dakb., em Tocantínia, irmão real de Simripte, para saber que atitude deveria tomar. Depois da consulta, o Chefe de Posto veio a compreender a tentativa de dissensão por parte dos caciques Krozaké. “É por causa do nome da associação”, disse-lhe Dakburoikwa. O que se passava é que Sremtowě queria que a associação tivesse o nome de seu avó, Bruwě, fato rechaçado pelos Krozaké. Depois de negociações intermináveis, chegaram a um consenso: o nome seria simplesmente Associação Indígena do Rio Sono<sup>202</sup>. Cumpre ressaltar que o papel desempenhado por Dakb. nessa questão não foi excepcional. Embora tenha conseguido conversar apenas por alguns minutos com ele, posso dizer que

---

<sup>202</sup> Até outubro de 1998 a Associação do Rio Sono não havia saído do “papel”.

Dakb., assim como Sim., pelos Kuzâ, parece possuir uma forte ascendência política sobre os vários segmentos Krozaké da zona do Brejo Comprido. Voltarei a falar dessa liderança Krozaké no próximo capítulo, quando comentar sua participação como vereador em Tocantínia.

A maioria das lideranças e caciques da zona do Brejo Comprido, afora o cacique da aldeia Ktekakâ, fazem uma ferrenha oposição tanto à ADR Funai como às equipes do Cimi. Por decorrência, deixam cada vez mais claros seus vínculos políticos com o governo do estado. É notável que, a despeito disso, é justamente na aldeia Brejo Comprido, sede do P.I. de mesmo nome, que encontramos o único Xerente a ocupar a função de Chefe de Posto desde 1992, sendo ele uma das raríssimas lideranças do clã Kremprehí. Infelizmente, não consegui levantar nenhuma informação mais direta sobre o fato de a ADR Funai colocar apenas um Xerente na chefia de seus postos e, precisamente, no núcleo de aldeias onde a oposição à sua administração é mais evidente. Um fato que ajuda a compreender em parte essa articulação é o seguinte. Waikoire, o chefe de posto do P.I. Brejo Comprido, é genro de Kra., fundador da aldeia Brejo Comprido no início da década de 80, e uma das maiores lideranças Xerente a fazer oposição à ADR Funai na época em que era administrada por Edson Beiriz. Antes de Waikoire assumir a chefia de posto, em 1992, Kra. havia-lhe passado a função de cacique. O trecho a seguir é retirado de uma entrevista que realizei com Kra., em 1996, onde ele confirma o que acaba de ser dito:

“ Fui cacique do Brejo Comprido. Aí, passei o cargo para o meu genro. Aí, ele passou a ser chefe de posto. Aí, estive lá no Brejo Comprido, mas não me dei bem com a administração do meu primo, que trazia muita prejudicação para os meus meninos, para o meu genro. Não tinha assim um fundamento futuro de trabalho. Aí, achei por bem me afastar um pouco e fundei a minha aldeia, Recanto da Água Fria. Reuni meus filhos, meus genros e então fiz uma aldeinha, com cento e tantas pessoas.”

Devido a seu novo cargo, a função de cacique foi assumida por Dare., o primo com o qual Kra. afirma ter tido divergências. O fato de o genro de Kra. ter sido escolhido como chefe de posto no P.I. Brejo Comprido poderia estar relacionado a uma tentativa, feita pela ADR da Funai, como tantas outras vezes, de aplacar, em parte, a oposição

contumaz que as lideranças e aldeias da região do Kawrukurerêkrâinidu Ihe faziam há bastante tempo.

Para finalizar as considerações sobre essa zona geopolítica, é mencionar a participação ativa que as lideranças da aldeia Kâ Wahâ – todos pertencentes a um segmento de linhagem Krito - possuem nas articulações promovidas contra a ADR Funai e as equipes do Cimi, fato que parece remeter, diretamente, a seus vínculos explícitos com o governo do estado.

A Aldeia Kâ Wahâ foi fundada em 1980, através da cisão ocorrida nas Aldeias Baixa Funda e Rio Sono pelas disputas oriundas por projetos de desenvolvimento comunitário patrocinados pela Funai. Ao que parece, a facção que Ihe deu origem envolvia lideranças de segmentos de linhagens Wahirê e Kremprehí, subordinadas à patrilinearidade do então “capitão” Kasu. e seus filhos, gente dos Krito. Até 1985, a aliança caminhou sem grandes percalços. Mais ou menos nessa data, passaria a ocorrer um novo processo cessionário por parte dos segmentos de linhagem dos clãs Wahirê e Kremprehí, descontentes, segundo uma de suas lideranças, com o controle de recursos por parte da “família” de Kasu.. Parte dos segmentos descontentes juntar-se-iam a outros, provenientes da aldeia Mirassol dando origem, tempos depois, às aldeias Hêspohurê , Traíras, Mãzawrerê e Warewdêhu, localizada na zona do Mirassol. Voltarei a falar dos Krito da aldeia Kâ Wahâ no próximo capítulo, em particular, de um dos filhos de Kasu., Ma..

A aldeia Kâ Wahâ é, reconhecidamente, aquela que mais aposta na “tradição”. Grande parte das festas de nomeação, particularmente aquelas que contam com a presença do governador Siqueira Campos, são ali realizadas. Mara., por ser também professor, está sempre envolvido em projetos de “resgate cultural”, como a elaboração de novas cartilhas de alfabetização e livros sobre os mitos Xerente. É, ao mesmo tempo, uma das lideranças Xerente que tem tido uma participação bastante ativa na constituição e direção das associações indígenas, além de ter concorrido, como candidato, ao cargo de vereador em Tocantínia em 1996.

#### **d) Mirassol**

Levantei muito poucos dados sobre as aldeias e lideranças pertencentes à zona do Mirassol. Assim, não haveria muitas possibilidades de comentar sua constituição de

modo detalhado. Apesar da carência de dados, o que ficou evidente é que as lideranças das aldeias do Mirassol são bastante estáveis em termos faccionais. Isto é, os caciques e lideranças de cada uma delas formam um agrupamento bastante sólido. As aldeias Mirassol e Kubakretô (da Ponte) foram fundadas com o apoio explícito da Funai. As demais aldeias que ali foram fundadas parecem também ter contado com suportes propiciados pelo Cimi. Um dos caciques dessa região me explicou a “sintonia” existente entre as lideranças da região do Mirassol da seguinte forma:

“Nós aqui somos tudo Wahirê, nós somos nos Xerente que nem o Governo Federal. Depois, tem os Krozaké, tem um pouco dos Kuzâ e um outro, Kbazí, que quase já acabou.”.

Não avançaria uma interpretação decidida para tal frase tão enigmática. No entanto, pelo que pude perceber em alguns momentos, ela se refere ao fato de que as lideranças e caciques do clã Wahirê sempre estiveram numa posição política aparente de subordinação, mas que, na verdade, devido à grande quantidade de seus membros, acabam por ter um papel decisivo nos processos políticos que se dão na esfera local. Quando estudei os eventos que serão acompanhados mais de perto no capítulo seguinte, com a preocupação de entender a posição desse agrupamento de lideranças do clã Wahirê, pude notar que ele se articulou ora com a “Facção Pró-estado”, no caso da tentativa de deposição do Administrador regional da Funai, ora com “Facção Pró-FUNAI”, no caso da fundação e funcionamento da Associação Indígena Xerente.

De 1998 para cá, essa zona foi privilegiada pelo Cimi, na atuação de sua equipe. Além disso, na fundação das novas associações indígenas, coube às suas lideranças ficar com o nome da antiga Associação Indígena Xerente, (AIX), o que causou alguma revolta entre lideranças Xerente das outras zonas, que tiveram de fundar e constituir, com toda a burocracia necessária, associações com nomes diversos e sem a visibilidade e prestígio que, apesar dos problemas, a AIX conseguiu obter durante o período em que funcionou junto a diversos segmentos locais, nacionais e até internacionais.

Por fim, a Funai, apesar de ter sido a grande incentivadora da ocupação e migração dos Xerente que hoje residem na zona do Mirassol, só em 1998, depois de quase 15 anos da fundação da primeira aldeia (aldeia Mirassol), é que veio a inaugurar um Posto Indígena naquele local, o que amenizou em parte as críticas que vinha sofrendo por parte dos caciques e lideranças das aldeias ali sediadas.

A partir do segundo semestre de 1998, como já deve ter sido notado, o campo político da esfera local passou por decisivas mudanças no que tange à rivalidade entre a ADR Funai de Gurupi e o governo estadual de Siqueira Campos. É possível especular que houve um acordo entre esses dois agentes, no sentido de pôr fim às constantes rixas que, durante quase toda a década de 90, colocaram-nos em posições opostas. Dois fatos parecem corroborar essa ilação. Primeiro, a transferência “compulsória” do administrador regional da Funai de Gurupi, Edson Beiriz, para fora do estado do Tocantins. Segundo, a posição favorável do atual chefe-de-posto do P.I. Funil à pavimentação do trecho que atravessa a T.I.Funil. Em outubro de 1998, sem meias palavras, ele me disse – na frente do cacique local – que enquanto não fosse aprovada a pavimentação não largaria essa função. Além disso, afirmou que o administrador Edson Beiriz tinha que “engoli-lo” na função de chefe de posto do Funil, pois contaria com “muita força política dentro da Funai”.

Bem, para finalizar, uma consideração sobre o atual processo de fragmentação das aldeias Xerente. Farias já havia afirmado, seguindo Maybury-Lewis (1979), que:

“Toda aldeia Xerente deve estar dividida em, pelo menos, duas facções. Tal partição, no limite, tende a dar origem a novas aldeias, que, após um processo de maturação, novamente se dividem em, pelo menos, outras duas facções políticas cada uma. Este é um processo lento, porém. Sua realização quase sempre se dá no interior das patrinhagens.” (Farias, 1990:152).

Esta “lentidão” do processo de cisão tem sentido quando observamos a semelhança numérica e espacial das aldeias Xerente desde o primeiro levantamento etnográfico realizado por Nimuendajú, na década de 30, até o levantamento elaborado por Farias, no decorrer da década de 80, indicadora de uma certa estabilidade do quadro político-faccional e dos processos em cursos naquele período. A atual configuração das T.I.s Xerente – conforme apresentado – assinala que o processo de cisão entre as aldeias Xerente ganhou uma velocidade nunca vista em sua história, a partir de 1989.

No próximo capítulo, que, enfim, fecha esta dissertação, analiso alguns eventos que ilustram a complexidade que envolve a inserção dos Xerente no campo político das esferas local e regional e suas repercussões na organização sócio-política e territorial indígena, diante das profundas mudanças inauguradas com a fundação do estado do Tocantins, em 1989. Tentarei demonstrar, finalmente, o porquê do foco principal dessa

dissertação recair no que venho chamando de dinâmica faccional ampliada ou facciosismo ampliado Xerente.



## Capítulo 6 – Análise de Eventos

A proposta central deste capítulo é demonstrar a articulação simultânea existente entre a dinâmica faccional Xerente e a ampliada, através da descrição etnográfica de alguns processos políticos que configuram o campo político dessa situação de contato interétnico, no período de 1992 a 1996. Como já foi assinalado no decorrer desta dissertação, a separação entre essas duas dinâmicas – faccional e faccional ampliada – cumprem apenas um papel analítico, já que, na arena de confronto, suas fronteiras são significativamente indistintas, ambíguas e incertas.

Não pretendo, aqui, discutir de maneira pormenorizada as formas organizacionais dos atores não-indígenas (Cimi, Funai, forças partidárias etc.), tampouco seus projetos ideológicos junto aos Xerente. Neste capítulo final, o que me interessa esmiuçar é o fenômeno do facciosismo Xerente em suas articulações junto aos demais atores não-indígenas citados, e não o contrário. Dito de outro modo, trata-se de tentar perceber como os Xerente têm incorporado em sua dinâmica faccional agentes, formas organizacionais, interesses e estratégias oriundos da dita “sociedade envolvente”, num processo relativamente consistente e na direção de uma maior autonomia política, em que pesem os obstáculos e forças contrárias presentes nesta trajetória.

A análise que se segue parte da descrição de três eventos: a constituição e término da A.I.X; o “tempo da política” de 1996 e 1998 em Tocantínia e a tentativa de deposição do administrador da Funai<sup>203</sup>. Acredito que essa análise permitirá apreender grande parte da interdependência e a interpenetração entre as dinâmicas faccional e ampliada, já que, por tratar de eventos que põem em relação as facções Xerente e os demais atores não-indígenas presentes no campo político das esferas local e regional – e suas articulações indiretas com agentes internacionais - possibilitará a identificação mais acurada das formas organizacionais e de liderança política, com suas atribuições e regras específicas, que emergem desta relação.

Na Introdução desta dissertação, vimos que o arranjo político a que se chama facciosismo é composto por “quase grupos” cujas características principais são o

---

<sup>203</sup> Eventos tais como a construção da ponte sobre o Rio Sono, a pavimentação da TO-010 no trecho que corta a T.I. Sakrê pra; a construção de casas populares na aldeia Sadunomrkwa; a implantação da Hidrelétrica do Lageado e da Hidrovia Araguaia-Tocantins; disputas por escolas, postos indígenas nas aldeias, etc., possibilitariam acreditar, o mesmo tipo de apreensão que pretendo apresentar a seguir. A escolha desses três eventos decorre pois da maior facilidade com que consegui obter dados, informações, versões e relatos sobre eles, devido, por um lado, a ocasião na qual me encontrava em campo e, por outro, a sua pertinência para a análise proposta.

dinamismo em sua própria composição e a efemeridade no tempo. No Capítulo 4, pudemos observar que as facções Xerente comportam-se exatamente dessa maneira. Embora ciente disso, na análise do presente capítulo, focalizarei as disputas que envolveram, especialmente, duas de suas mais poderosas facções, e tentarei não me aprofundar (e nem poderia) nas constantes e infundáveis dissensões internas e rearranjos políticos a todo tempo nelas presentes.

Visando preservar a identidade das lideranças Xerente envolvidas nos litígios analisados, distingo esses dois agrupamento políticos através das denominações “Facção Pró-Funai” e “Facção Pró-Estado”. Tratam-se portanto de coalizões faccionais ampliadas, como definido na Introdução dessa dissertação. Identificarei, ainda, como “facção não-alinhada” aquelas facções (e suas lideranças)<sup>204</sup> que não tenham demonstrado claramente seu posicionamento em relação às disputas focalizadas. Ressalto que entendo por “Estado” a coalizão<sup>205</sup> de forças políticas – inclusive, aquelas que ocuparam algumas das administrações municipais de Tocantínia - vinculadas ao governador Siqueira Campos, e não ao ex-governador Moisés Avelino, do PMDB.<sup>206</sup>

Quando estivermos observando um evento como a fundação e o funcionamento da Associação Indígena Xerente (A.I.X), a dinâmica faccional ampliada tentará ser desvelada a partir da relação prioritária estabelecida entre as duas referidas facções Xerente e o Cimi, mentor e financiador da associação<sup>207</sup>. Esclareço que, de maneira geral, a maioria das lideranças Xerente que compuseram a “Facção Pró-Funai” são as mesmas que apoiaram (ou tiveram apoio de) o Cimi. Portanto, na composição “Facção Pró-Funai”, via de regra, deve estar subtendido o apoio e o suporte do Cimi, independentemente das divergências existentes entre esses dois agentes não-indígenas.

No caso da tentativa de deposição do administrador regional da Funai, ao invés do Cimi, encontraremos, incorporados à dinâmica faccional e ampliada Xerente, a

---

204 Outro fato importante a considerar é que essas denominações são resultado da minha apreensão *a posteriori* dos processos políticos. Portanto, é bastante provável que, ao longo da descrição etnográfica, permaneçam algumas imprecisões quanto à filiação de determinadas lideranças Xerente a uma ou outra facção.

<sup>205</sup> A definição de coalizão, aplicada ao âmbito da política partidária, é bastante próxima à de facção, já devidamente discutida nessa dissertação. Pelo menos é o que nos dá a entender Block (1973:155), para quem: “*As specimens of configurations, coalitions may be defined as temporary combinations for special ends between parties that retain distinctive principles.*”

<sup>206</sup> Não se trata de uma “invenção”, mas, pelo contrário, é como os atores – índios e não-índios – identificaram e distinguiram, localmente e durante muito tempo, a rivalidade entre ADR/Funai-Gurupi e os sucessivos governos de Siqueira Campos.

<sup>207</sup> Segundo Ricardo (1995: 48), “*Mesmo considerando o fenômeno recente das chamadas organizações indígenas ‘registradas em cartório’, vale afirmar que a questão da representação dos interesse indígenas no plano supra-local somente pode ser compreendida e avaliada no Brasil quando se considera uma sociologia dos intermediários não-indígenas de todo tipo a ela referidos, como algo que a constitui e conforma.*”

Administração Regional da Funai em Gurupi (ADR/GR) e o governo do estado do Tocantins. Quando referida às eleições municipais de 1996, a análise recairá, particularmente, sobre a articulação e desarticulação que se sucederam entre lideranças pertencentes, até aquele momento, à “Facção Pró-Estado”, bem como sobre sua relação com as forças político-partidárias locais e regionais vinculadas à U.T. (União do Tocantins) de Siqueira Campos e ao PMDB, de Moisés Avelino.

O envolvimento de outras lideranças e facções nesse evento também será objeto de algumas remissões pontuais. Por fim, a apresentação de alguns dados e análises sobre o processo eleitoral de 1998 permitirá uma reflexão mais global sobre a dinâmica faccional e ampliada Xerente. Mesmo optando por apresentar tais eventos em separado, a articulação processual existente entre eles será bastante evidenciada.

Como ilustração do que acabo de dizer, é possível adiantar que o fim da A.I.X. coincidiu com a articulação da “Facção Pró-Estado” - então ocupando a maioria dos cargos da última diretoria da Associação - visando estratégias para as eleições municipais de 1996 na cidade de Tocantínia. A hegemonia dessa facção na última diretoria da AIX coincidiu, por sua vez, com a retomada da máquina do Estado pelas forças partidárias vinculadas ao governador Siqueira Campos, então reeleito para o seu segundo mandato como governador, a partir de 1995. As imbricações entre estes eventos não param por aí. Neste mesmo período, a segunda equipe do Cimi local, que assessorava diretamente a A.I.X., e a administração regional da Funai sofreram, ambas, uma campanha violenta por parte dessa coalizão faccional ampliada - “Facção Pró-estado” -, destinada a minar a curta hegemonia mantida por esses dois organismos junto aos Xerente.

Por outro lado, o sucesso parcial que estes dois agentes obtiveram durante o período de 1991-1994 também coincidiu com a conquista da administração municipal de Tocantínia e da administração estadual do Tocantins pelas forças político-partidárias ligadas ao PMDB. É evidente que o efêmero controle da máquina do Estado e de Tocantínia pelo PMDB, nesse período, não fez com que cessasse a influência das forças partidárias vinculadas a Siqueira Campos no campo político da esfera local. O fato de Eduardo Siqueira Campos, filho de Siqueira Campos, ocupar a prefeitura de Palmas durante o mandato de Moisés Avelino demonstra a complexidade e a interdependência dos campos políticos em análise.

É importante assinalar que, nas descrições e análises que se seguem, não proponho novas abordagens teóricas e metodológicas sobre a participação indígena em espaços ditos “institucionais”. Apesar disso, temas como “representação” e “autonomia política” – e seu correlato mais evidente, a “auto-sustentabilidade econômica” - aparecem de maneira implícita na etnografia. Não obstante, a proposta aqui é bem mais humilde. Busco, tão somente, apresentar uma etnografia dos eventos selecionados, tentando mostrar de que maneira aqueles espaços institucionais foram apropriados e incorporados no idioma faccional Xerente. O objetivo principal deste capítulo é, assim, fornecer subsídios etnográficos para futuros trabalhos que busquem refletir sobre os temas indicados acima.

Feitas estas considerações preliminares, apresento e analiso, a partir de agora, cada um dos processos políticos selecionados.

### **6.1. A CONSTITUIÇÃO E O FIM DA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA XERENTE.**

A A.I.X (Associação Indígena Xerente), fundada em 1992<sup>208</sup>, nasceu no bojo de um processo de ocupação dos espaços institucionais que até então não haviam sido objeto de uma participação mais intensa dos Xerente. Afora poucas lideranças que já haviam participado de encontros promovidos pelo Cimi durante as décadas de 70 e 80 e a postulação de um Xerente ao cargo de vereador em Tocantínia, em 1988, as informações que recolhi durante a pesquisa de campo indicam uma participação bastante tímida, quase inexistente, dos Xerente nesses espaços institucionais. A sincronicidade existente entre a fundação da AIX e a eleição do primeiro vereador Xerente em Tocantínia, eventos que contaram com grande mobilização indígena, possibilitou uma inserção definitiva dos Xerente no campo político da esfera local, com desdobramentos em arenas mais amplas, inclusive aquelas com envolvimento de agentes e ramificações do sistema mundial. Esta sincronicidade não é casual. Esses eventos, tanto quanto os grupos ali envolvidos, estão imbricados de uma tal maneira que se torna impossível compreendê-los de maneira isolada.

No período da fundação da A.I.X, bem como durante quase todo o seu tempo de existência, o PMDB controlava os órgãos de poder fundamentais do estado do Tocantins.

<sup>208</sup> A sede da AIX foi construída exatamente no centro geográfico da T.I. Xerente – “Área Grande”. Simultaneamente fundou-se a aldeia Hespoherê ao seu lado. Segundo seu cacique, ele foi incumbido de “tomar conta da AIX”, pois se considera “o advogado do seu povo”. Ver localização no Mapa das aldeias, postos indígenas e atuais caciques. Capítulo 2. Item 2.2.2. –Os Xerente.

Estavam em curso os mandatos de Moisés Avelino, como governador do Estado, e Maria da Luz, prefeita de Tocantínia, ambos filiados a esse partido. O primeiro presidente da AIX, não sem motivo, seria o filho do vereador Xerente eleito, também pelo PMDB, em 1992. A hegemonia das forças políticas representadas por Siqueira Campos nos campos políticos da esfera local e regional era colocada em cheque pela primeira vez, desde a criação do estado do Tocantins (1989)<sup>209</sup>.

O Cimi, a ADR-Funai/GR e o PMDB (os dois últimos, de modo menos intenso) dariam suporte às atividades da AIX durante, pelo menos, cerca de três anos. A crise instaurada pela construção da ponte sobre o Rio Sono, em 1994, entre o PMDB e a Funai (na verdade, a regional de Gurupi), levaria essa aliança a um estremecimento incontornável. O Cimi, em consequência, passaria a ser o único agente a continuar a apostar no sucesso da AIX.

É importante ressaltar que, via de regra, nas propostas estatutárias que contam com assessoria do Cimi, bem como nos infundáveis “projetos de desenvolvimento comunitário” propostos por outros agentes governamentais e não-governamentais, está posto – implícita ou explicitamente – um já conhecido dilema: os índios são manipulados politicamente por não terem autonomia econômica, ou são manipulados economicamente por não terem autonomia política? A AIX, todavia, independentemente do fato de ter sido uma experiência localizada - e, na verdade, ser utilizada nessa dissertação para fins do estudo do facciosismo político indígena - insere-se no mesmo registro, qual seja, o da tese, bastante difundida, de que o auto-gerenciamento de recursos econômicos é uma das condições básicas para uma maior autonomia das populações indígenas frente às relações de contato interétnico<sup>210</sup>.

Lembremos, ainda, que os municípios pertencentes ao sub-campo geográfico da esfera local tem, como principal base econômica, a agropecuária de corte (ver Cap. II), e que a demanda pela posse de gado bovino é uma presença constante das listas de “indenização” que as lideranças Xerente apresentam, seja nas propostas de acordo com os governos estaduais, seja nos pedidos de “projeto” para as aldeias. Esse desejo dos

---

<sup>209</sup> Como já sabemos, o papel central desempenhado por Siqueira Campos nessa criação do novo estado acabou fazendo com que o governo e a maioria das prefeituras de Tocantins, inclusive Tocantínia, fossem, nestes primeiros anos, controlados institucionalmente por ele e por seus aliados políticos.

<sup>210</sup> Segundo Ortolan Matos (1992), “... no movimento indígena, autodeterminação refere-se ao direito, reivindicado pelas populações indígenas, de autogerirem suas vidas no interior do Estado Nacional. Neste caso, o conceito não seria usado para reivindicar a formação de um Estado indígena independente, mas sim para reivindicar a autonomia de organização dos povos indígenas, tanto internamente como também frente ao contato interétnico” (1992:263).

Xerente - a meu ver, fruto da longa convivência com fazendeiros que sempre detiveram esse “bem precioso” (o gado) – é continuamente frustrado, tanto pela recusa das ONGs em bancar projetos de criação de gado (no provável registro do “ecologicamente correto”) como pela inviabilização dos “acordos” com os governos estaduais.

Diante desse quadro, não é de surpreender que a criação de gado não tenha sido incluída no rol dos projetos econômicos implementados pela AIX, avaliados pelo Cimi como auto-sustentáveis: distribuição de mudas de laranja e mandioca, compra de ferramentas e transporte a tração animal.

Essa digressão destina-se a dizer que o “sucesso” de alguns desses projetos parece poder ser aferido muito mais em termos de reforço momentâneo da autonomia política dos Xerente no campo político da esfera local do que, como seria de se esperar, em termos de avanços na conquista da independência econômica indígena. Apesar de a análise que se segue não apresentar uma resposta “satisfatória” a este que, como já foi dito, é um dilema do indigenismo, acredito que a experiência da AIX nos permitirá refletir sobre ele e, sem juízos precipitados, tentar revelar alguns dos fatores responsáveis pelos momentos, na trajetória desta Associação, de sucesso econômico e fracasso político ou, de maneira inversa, de sucesso político e fracasso econômico. Ou, ainda, as duas coisas juntas.

### **6.1.1. O Estatuto da AIX: algumas considerações.**

Nos itens abaixo, apresento uma síntese sumária dos critérios ideais propostos nos artigos do Estatuto da Associação Indígena Xerente.

a) “Nação” ou “comunidade” versus “associados”. Os Xerente são denominados em princípio como “nação indígena Xerente” (art.1). Em outros momentos, como “comunidade Xerente” (art.2 – item b) e “povo Xerente”(art.3 – item b). É bastante visível, por todo o documento, a distinção entre “os associados” e a “comunidade Xerente” como um todo.

b) Auto-sustentabilidade. Aparece, explicitamente, no art. 2 – item f : “promover a sua auto-sustentabilidade econômica e contribuir para a sustentação econômica do movimento das lutas indígenas nacionais.” A auto-sustentabilidade passa pelo “incentivo à produção, a comercialização” (art.2 -item d), baseada numa “agricultura que respeite o meio-ambiente” (art.2-item e). O artigo 3 – item d - aprofunda um pouco mais este última tema: são direitos dos associados “realizar a comercialização dos produtos dos

associados e a compra de mercadorias para os mesmos”. Nota-se que o Estatuto propõe que a auto-sustentabilidade local seja também utilizada como suporte para a “sustentação econômica das lutas indígenas nacionais.”, causando provavelmente um “arrepio” nos diversos segmentos anti-indígenas que tiveram acesso ao estatuto da Associação<sup>211</sup>.

c)Autonomia política. Passa pela “organização” dos Xerente “para sua melhor proteção econômica, social e política” (Capítulo 1 – art. 2 – item a). “Organizar” o “povo Xerente” implica, entre outras coisas, no dever dos “associados” Xerente de “votar conscientemente” ao eleger a Diretoria da AIX. (Cap.III-art.7 – item g). Ressalta-se o potencial de decisão e de autonomia da Associação: “representar, defender e proteger os direitos dos associados e da comunidade Xerente perante as autoridades administrativas e judiciárias.” (Capítulo II – art.4 – item a). Interessante, também, é observar as “regras rígidas” de independência que deveriam ser seguidas pelos diretores, particularmente pelo presidente da Associação: “evitar compromissos com partidos políticos, com políticos, com religiões ou com qualquer organização que possa trazer problemas para a Associação, ou para o povo Xerente.” (Capítulo 7 – art.20 – item e). Nas Disposições Gerais (Capítulo IX – art.30) esse “compromisso ético” abarca também a própria Associação: “é proibido à Associação envolver-se em atividades político-partidárias ou de qualquer outro tipo que possam causar desunião entre os associados.”

d) Representação. Para que a Associação possa funcionar plenamente é necessário que se encontrem filiados a ela, no mínimo, 25 associados. (art. 5 –item a). “A maior autoridade na Associação é a Reunião Geral”.(art. 9), entendendo-se, pois, que a diretoria deva a ela subordinação. As eleições das Diretorias, uma das atribuições da Reunião Geral, obedecem ao critério da maioria simples: “serão decididas por maioria simples, desde que haja a metade mais um dos associados com direito a voto.” (art. 14). Ressalte-se que, para ocorrer a “Reunião Geral”, é necessário, corroborando o mesmo critério das eleições, que “esteja presente 50 por cento mais um dos associados em pleno gozo de seus direitos sociais”.(art. 9). Por fim, a Associação pode se dissolver “pelo voto secreto da maioria dos associados em pleno gozo de seus direitos em reunião especialmente convocada para esta finalidade.” (art. 28)

---

<sup>211</sup> Cópias do Estatuto da AIX são encontradas junto aos Xerente, a funcionários da Funai e do Cimi, além do ex-prefeito Raimundo “Xuxu” Bucar.

e) Cargos e responsabilidades. É ao presidente e ao tesoureiro que recaem as maiores responsabilidades. Ao primeiro compete “representar e defender os direitos e interesses dos associados e da comunidade indígena perante os poderes públicos, a sociedade envolvente e as empresas” (art.20-item a). Ao segundo compete “tomar conta e responsabilizar-se pelos bens e dinheiro da Associação”, além de fazer “prestação de contas mensal”. (art.23 – itens a e b). Ao “Conselho Fiscal” caberia “fiscalizar todas as atividades financeiras e administrativas da Diretoria”(art.19 - item a) além de “propor a reunião geral , em caso grave de má administração ou uso indevido dos bens da Associação, a destituição do principal responsável ou de toda a Diretoria.” (art. 19 – item c). Os cargos de vice-presidente e de secretário, em contraste com os demais, têm pouca relevância nessa forma organizacional. Os cargos eletivos são funções não remuneradas, exceto em casos excepcionais, quando algum dos eleitos exerciam atividades remuneradas antes de sua escolha: “neste caso deverá receber uma gratificação a ser estabelecida pela reunião geral”.(art.5 – item b). No artigo 16, é explicitamente proibida a reeleição “para os mesmos cargos.”. Todos os filiados – subentende-se inclusive os diretores – devem “pagar pontualmente as contribuições estabelecidas pela reunião geral da Associação.” (art. 7 – item d). “Associados” ou não, todas as lideranças mais expressivas Xerente, independentemente da facção de qual façam parte, assinam o Estatuto.

No decorrer da análise, pretendo explicitar os contrastes existentes entre a dinâmica faccional Xerente e os conceitos ideais do Estatuto, que acabam de ser destacados.

### **6.1.2. A fundação da Associação Indígena Xerente: centralizando o facciosismo.**

Em 5 de julho de 1992, reuniram-se, na recém-criada aldeia Hêspohurê, todos os caciques, lideranças e grande parte da população Xerente. Contando com a assessoria do Cimi, em parceria com a ONG luxemburguesa BRIDDERLECH DEELEN, fundar-se-ia, então, a Associação Indígena Xerente - AIX. Em todos os depoimentos que recolhi sobre esse momento, como será visto mais adiante, são enfatizados o apoio não só do Cimi, mas também da Funai e do PMDB.



É interessante notar, antes de mais nada, o quanto o evento de fundação da AIX contou com a participação de lideranças Xerente em articulações muito além da esfera local. Observe-se o depoimento abaixo:

“(Pesquisador)<sup>212</sup>- Você é presidente da Associação e candidato a vereador aqui em Tocantínia. Quem é que trouxe esta idéia de fundar uma associação e em que época foi?

Ma. (“Facção Pró-estado”) - Isto foi em 1992 ... isto veio da idéia do próprio cacique que teve uma reunião quando a gente foi na ECO-92 no Rio. Eu e o Sro.[um dos diretores da AIX] , meu companheiro de luta... quando nós chegamos nós tivemos reunião mais o pessoal... nós tínhamos informação como e o que era a Associação.”

P.- Em outros lugares...

Ma.- É em outros lugares, outras nações. Então eles acharam [os caciques] melhor que a gente fizesse também nos Xerente... nós tivemos reunião e daí que a gente fundou a Associação, tivemos reunião dia 5 de julho de 1992 e os caciques concordaram... na época quem estava apoiando era o Cimi... o Patrick [missionário de Luxemburgo] ajudou muito nessa parte.” (julho/1996).

Um cacique Xerente revela, no depoimento abaixo, a concomitância da fundação da AIX, da conquista das administrações municipal e estadual pelo PMDB e do apoio da Administração Regional da Funai:

"Até a prefeita Da Luz apoiou [prefeita eleita pelo PMDB em Tocantínia]. Através dessa associação o Dak. ganhou [índio Xerente, o cargo de vereador pelo PMDB em Tocantínia] , muito forte, através do Dak. a Da Luz ganhou, e também, através dessa associação, ganhou o chefe de posto [índio Xerente]. Mas desses três que foram apoiados em primeiro lugar, não estão ajudando não, só trabalham contra, a gente sente muito esse negócio. Devia orientar o Akwě, fazer reunião....." ( Sop. liderança não-alinhada, julho de 1996).

<sup>212</sup> A partir daqui , passo a escrever a inicial P. para indicar o pesquisador. Por outro lado, os Xerente são identificados através de abreviações de seus nomes nativos.

Em outro depoimento, a participação direta do vereador Xerente - recém-eleito pelo PMDB em Tocantínia - na articulação da AIX é negada por uma das principais lideranças da “Facção Pró-Estado”. Entretanto, o fato de um dos filhos do vereador ter sido o primeiro presidente da AIX indica sua participação indireta no processo.

"( P.) O Dak. . [vereador Xerente] participou da fundação da AIX?

(Ma.) Não.

( P.) Ele nunca teve nada a ver com a AIX?

(Ma.) - Não, só o filho dele.. o Sro.”

Por outro lado, a tentativa de incorporar o facciosismo Xerente numa forma organizativa burocrática e centralizadora, como é o caso de uma Associação, teve, num primeiro momento, um aparente “sucesso”:

"Num tempo, os Akwë foram reunidos, tinha um branco<sup>213</sup> no meio... No começo da AIX, todas as lideranças se reuniram, a comunidade se reuniu. Ajuntou mais de 500 pessoas. Akwë , aí, estavam fortes.”

(Sop., liderança não-alinhada, julho,1996)

Imbuídos da conhecida crença de que a autonomia do grupo é fundamental para a viabilização da organização indígena, a equipe do Cimi<sup>214</sup>, apesar de impor uma organização burocrática ao funcionamento da AIX (presidente; diretores e conselho fiscal) - que viria a ser um dos maiores obstáculos para o sucesso da entidade - delegou às próprias facções Xerente o critério de escolha dos seus representantes.

"(P.) - Na primeira direção da AIX, como é que vocês montaram, tinha gente de varias aldeias, dos clãs, como é que era esta organização, como é que vocês escolheram quem fez parte da diretoria ?

<sup>213</sup> O referido “branco” é um dos missionários da ONG de Luxemburgo.

<sup>214</sup> Sempre que me referir a participação da equipe do Cimi até 1994 no campo político da esfera local e regional estará subtendida a atuação direta de dois missionários da ONG BRIDDERLECH DEELEN de Luxemburgo. A partir de 1995, após campanhas contrárias a suas permanências na esfera local, ambos missionários, mesmo de volta ao país de origem, continuariam a dar apoio indireto ao Cimi GO/TO.

(Ma. - "Facção Pró-estado" ) - Isso ai foram os próprios caciques que tiveram parte, quando a gente começou mesmo eram... todos os caciques tiveram a presença, naquele tempo parece que eram doze , todos dos dois clãs.

(P.) – Quais eram os clãs ?

(Ma.) - Doí e Krozaké<sup>215</sup>, e aí os velhos escolheram: eles escolhiam assim, pegavam um Doí, um Krozaké. Eu acho que depois disso mudou. "( julho/1996).

O depoimento acima indica dois fatores bastante contraditórios, que marcariam todo o período de funcionamento da Associação: uma estrutura de funcionamento burocrática e, portanto, verticalizada (presidente e diretores), por um lado, e, por outro, uma tentativa de incorporar, nessa estrutura, de maneira horizontal, as divisões faccionais e as concepções "nativas" de autoridade<sup>216</sup>. Por outro lado, apesar dos conflitos que viriam a ocorrer posteriormente, o processo de composição da primeira diretoria da AIX seria marcado tanto por uma relativa participação autônoma e conjunta dos Xerente como pela escolha estratégica de cada um de seus diretores entre as facções Xerente mais poderosas. Lideranças de facções não-alinhadas, nessa primeira diretoria, ocupariam apenas cargos do "segundo escalão" (conselheiros fiscais)<sup>217</sup>.

É importante um esclarecimento. O fato de o vereador Xerente ter pertencido aos quadros do PMDB não é contraditório a sua filiação à "Facção Pró-estado", que tenho definido como vinculada ao governador Siqueira Campos. Na verdade, a mudança de siglas (PMDB de Moisés Avelino x U.T. de Siqueira Campos) no governo do Estado tem menos importância para os Xerente Xerente do que a oposição - esta sim, fundamental – entre a ADR Funai de Gurupi e o Cimi versus os sucessivos governos estaduais do Tocantins.

Um cacique Xerente da "Facção Pró-estado" confirma a participação consensual e autônoma da maioria das facções Xerente nesse momento inicial da AIX:

<sup>215</sup> A contraposição esperada entre Doí e Wahirê – consideradas na literatura Xerente como suas duas metades – é substituída nessa fala (de um Kritó) pela oposição Doí x Krozaké.

<sup>216</sup> Alcida Ramos (1995), ao discutir a relação de ONGs e associações indígenas, é precisa ao assinalar o base dessa contradição: "*Criam-se estruturas quase-cartoriais destinadas a gerir recursos muitas vezes vultosos que permitem produzir e manter esse simulacro que é o índio hiper-real: dependente, sofredor, vítima do sistema, inocente das mazelas burguesas, íntegro em suas ações e intenções e de preferência exótico. Os índios assim criados são como clones de fantasia, feitos à imagem do que os brancos gostariam de ser, eles mesmos.*" (Ramos, 1995:11)

<sup>217</sup> O "pessoal do Funil", mantendo a tradição de isolamento, não teria qualquer participação em nenhuma das diretorias da AIX.

"(P.) O senhor ajudou a fundar a AIX?

(Kra.) - Ajudei a fundar.

(P.) - E o senhor participou de alguma diretoria?

(Kra.) - Não. Cheguei a participar dando o meu apoio como cacique.

(P.) - E como eram escolhidos os diretores?

(Kra.) - Pelas lideranças..."

O sucesso da AIX dependia, antes de mais nada, de uma escolha política acertada que incorporasse e contemplasse as diversas facções Xerente, ou, como foi o caso, aquelas mais poderosas. A questão a ser resolvida era, então, como centralizar o processo de decisão política numa sociedade marcada justamente pela ausência de uma instância centralizada de poder decisório. As etapas de fundação, funcionamento e término da AIX demonstraram de maneira clara a impossibilidade deste casamento.

A tentativa de concretizar um contrato capaz de viabilizar a convivência entre as facções Xerente é verificada na composição da primeira diretoria, conforme apresento no quadro abaixo. Apesar da divisão estratégica dos cargos, os principais pertenceram à "Facção Pró-estado".

Nas três colunas, indico, pela ordem, o clã ao qual pertence cada uma das lideranças que participaram da composição da diretoria; a facção à qual pertencem; e sua principal ocupação. A escolha dessas três variáveis busca ilustrar o argumento desenvolvido nesta dissertação: a interconexão entre a dinâmica faccional Xerente e a ampliada.

1ª Diretoria – 05 de julho de 1992 a 30 de abril de 1993			
	Clã	Facção	Atividade
Presidente	Krozaké	"Facção Pró-estado"	Enfermeiro
Vice-Presidente	Kritó	"Facção Pró-estado"	Professor indígena
Secretário	Kuzâ	"Facção Pró-Funai"	Cacique, funcionário da Funai

Tesoureiro	Krozaké	"Facção Pró-estado"	Cacique
Conselheiros	Kreprenhí	?	Funcionário da Funai
	Kbazi	"Facção Pró-Funai"	Cacique
	Kreprenhi	Não-alinhada	Cacique
	Kuzâ	"Facção Pró-Funai"	Cacique

Através da assessoria dos missionários do Cimi, consolidou-se, durante um curto período, a coalizão de forças faccionais absolutamente rivais. Isto foi conseguido pela sagaz percepção, por parte dos Xerente, da possibilidade de a AIX lhes proporcionar um canal de recursos (uma ONG internacional) até então inédito na esfera local.

### 6.1.3. A Segunda Diretoria: a dinâmica faccional Xerente de volta.

A tendência de verticalização da AIX, após sua fundação - talvez o único momento em que houve uma participação efetiva da totalidade da "comunidade Xerente" -, viria a ser uma constante até o fim de suas atividades em julho de 1995. De maneira paralela ao descrédito e desinteresse que a "comunidade Xerente" passou a manifestar em relação à Associação – veremos, abaixo, alguns motivos para isso -, as sucessivas diretorias que viriam a ser eleitas refletiriam as disputas faccionais "de bastidores" que haviam ficado parcialmente abafadas durante grande parte do período em que funcionou a primeira diretoria.

Segundo relatos de lideranças Xerente e de outros atores não-indígenas, começou a haver denúncias sobre supostos desvios de dinheiro por parte das lideranças da "Facção Pró-estado" que detinham os cargos mais estratégicos da AIX. Tais denúncias nunca foram comprovadas<sup>218</sup>, mas este tipo de suspeita - direcionada sempre ao presidente e tesoureiro, o que demonstra novamente a sagacidade política Xerente - transformou-se numa arma poderosíssima no jogo político faccional, que apenas começava a se desenrolar, pelo controle da associação<sup>219</sup>.

<sup>218</sup> Aliás, é bom dizer, sempre tive a impressão de que grande parte das denúncias recíprocas veiculadas por todos os atores envolvidos no campo político focalizado, têm um certo grau de exagero, para não dizer, de ficção. O que não implica que parte delas sejam verdadeiras.

<sup>219</sup> A utilização deste tipo de "arma", disseminada cotidianamente através de mexericos e intrigas, remete-nos, diretamente, às famosas acusações de feitiçaria que, em outros contextos, são freqüentemente utilizadas como instrumento para "queimar" lideranças influentes. Ver Maybury-Lewis (1984:245).

" Nessa primeira associação, eu não conheço direito. É muito pelo que o pessoal conta, verdade ou mentira, eu não sei. Mas começou a associação, se reuniram lá em Palmas, com a assinatura dos caciques , os projetos, aí, leva e aprova, para dar de comer, para as despesas, para aprovar os projetos, e, aí, dava dinheiro... quem estava administrando, aí, ficou difícil para dividir tudo no meio .... e eu gosto de falar o que eu vi, como eu ouvi pelos outros, eu posso passar por mentiroso"<sup>220</sup> ( Sop./ "Facção não-alinhada", julho de 1996)

Esses depoimentos deveriam, em tese, indicar que a primeira diretoria da AIX poderia Ter sido deposta, já que motivos parecem não ter faltado para isso. Entretanto, pelo que fui informado, a primeira diretoria cumpriu seu mandato até o fim.

No dia da eleição da segunda diretoria, as lideranças da "Facção Pró-estado" não compareceram à "assembléia". A nova diretoria, ao que tudo indica, surgiu como consequência de um acordo firmado entre a "Facção Pró-Funai " e facções que não haviam sido contempladas na primeira diretoria com os cargos principais. Esse acordo contou, evidentemente, com o suporte do Cimi. O caciques Sop. narra como foi formada esta nova coalizão faccional:

(P.) - Quando foi para fazer a nova diretoria, o Sro. e o Ma. [respectivamente, presidente e vice-presidente da primeira diretoria] não vieram?

(Sop.- "Facção não-alinhada" ) - Não veio...

(P.) - Isso por que ...

(Sop.) - Por que eles não gostaram da outra...

(P. ) – Aí, vocês elegeram esta?

<sup>220</sup> Este depoimento revela uma das várias sutilezas dos discursos e ações políticas Xerente: quando em depoimentos gravados, o sujeito das acusações é sempre um terceiro desconhecido - *eu ouvi pelos outros; não quero passar por mentiroso*. Nos relatos sem a presença do gravador, os Xerente assumem claramente suas responsabilidades individuais no que concerne às acusações.

(Sop.) - Foi...Você sabe , eleição é política de um contra o outro e no final a gente conseguiu sentar com o Waiz. e conseguiu costurar..." (julho/1996)

Waiz. viria a ocupar sucessivamente cargos na segunda e terceira diretorias da AIX. É interessante notar que foi, justamente, durante as atividades dessas duas diretorias que se elaboraram os projetos de maior sucesso assinados pela AIX: mudas de laranja e rádios-amadores movidos a energia solar, dos quais falarei mais baixo. Além disso, Waiz. é tido como uma das principais lideranças aliadas tanto ao Cimi quanto à Funai.

2ª Diretoria - julho de 1993 a abril de 1994			
Presidente	Wahirê	"Facção não-alinhada"	Professor indígena
Vice-Presidente	Kuzââ	"Facção Pró-Funai"	Professor indígena
Secretário	Wahirê	"Facção não-alinhada"	Professor indígena
Tesoureiro	Krozaké	"Facção Pró-Funai"	Professor indígena, funcionário da Funai
Conselheiros	Wahirê	?	?
	Wahirê	"Facção não-alinhada"	Cacique
	Kreprenhi	"Facção não-alinhada"	Cacique
	Wahirê	"Facção não-alinhada"	Cacique

É consenso, nos relatos Xerente, que, a partir desta segunda diretoria, as disputas faccionais pelo controle da AIX passaram a se acirrar, ganhando contornos mais nítidos .

Ma., diretor da primeira gestão da Associação em 1992, liderança da "Facção Pró-estado", diz que, após o término desse seu primeiro mandato:

"...Entraram umas pessoas [da "Facção Pró-Funai"] que traíram nossos planos, o que nós estávamos pensando. ..e dai que até hoje tá um pouco bagunçada nossa associação ..."  
( julho/1996)

O cacique Sop. , que não havia participado da primeira diretoria da AIX, apresenta o outro lado da “moeda”:

"Já começou a divisão, um pouco. Quando começou, estavam todos reunidos. Eu não estava participando. Só entrei no meio, quando mudou...aí, quando eu comecei, ficou difícil.. parece que foi o outro presidente [da "Facção Pró-estado"] que não ajudou.... a gente ficou contra aquele resto ... " (Sop.- "Facção não-alinhada"- julho/1996)

As duas facções mais poderosas – "Facção Pró-estado" e "Facção Pró-Funai" - seriam as protagonistas deste drama até seu final. A equipe do Cimi, apesar de tentar ficar afastada das disputas faccionais – fato este verificado até o fim da AIX –, acabaria por dar um maior suporte para as duas diretorias que se sucederam à primeira, ambas controladas pela "Facção Pró-Funai" em aliança com lideranças e facções, até aquele momento, não-alinhadas. Nessas duas diretorias, a "Facção Pró-estado", com a exceção do filho de uma de suas lideranças mais expressivas<sup>221</sup>, ficou alijada do controle da Associação.

Foi justamente nesse período, entre 1993 e o final de 1994, que a Associação atraiu contra si forças político-partidárias rivais ao PMDB, à Funai e, principalmente, ao Cimi. Parte das lideranças da "Facção Pró-estado", excluídas momentaneamente do controle da Associação, passaram a reforçar suas articulações com forças político-partidárias vinculadas ao ex-governador Siqueira Campos, que já preparava sua volta ao comando do governo do Estado. Essa articulação encontraria seu auge durante o período que precedeu as eleições municipais de 1996 em Tocantínia, como veremos mais abaixo.

#### **6.1.4. A Terceira diretoria: hegemonia da "Facção Pró-Funai".**

A eleição da terceira diretoria da AIX, mesmo apresentando uma nova recomposição faccional, reforçaria a hegemonia da "Facção Pró-Funai", principalmente pelo fato de dois dos cargos mais estratégicos da associação terem ficado nas mãos de Waiz., durante a segunda e terceira gestão, com o apoio total da equipe do Cimi. Essa nova coalizão faccional, além de reafirmar a aliança entre a "Facção Pró-Funai" e de facções não-alinhadas, passaria a contar com lideranças circunstancialmente dissidentes

<sup>221</sup> O que já demonstra dissensos faccionais.



da "Facção Pró-estado". Esses constantes rearranjos faccionais só vêm reafirmar a dificuldade de previsão da dinâmica faccional Xerente, indicada no início desta dissertação.

Vejam alguns dos projetos patrocinados pela AIX:

Projetos	Data	Agência financiadora	Valor (US\$)	Aprovaçã o
Mudas de Laranja	04/05/1993	IBAMA/CNPT	4.300	SIM <sup>222</sup>
Conserto de Caminhão	29/12/1993	Governo do Estado (PMDB)	?	?
Aquisição de um caminhão e manutenção das atividades da AIX	22/03/1994	ONG LUXEMBURGO	27.000	?
Tração animal para plantação	04/04/1994	CNPT <sup>223</sup>	19.826	?
Instalação de rádios – energia solar	Início 1993	ONG LUXEMBURGO	34.000 <sup>224</sup>	SIM

FONTE: diretores da AIX.

Os projetos de mudas de laranja e de tração animal tiveram como objetivo possibilitar às famílias Xerente alternativas para a agricultura de subsistência, e não para produção de excedente.

No primeiro – assinado por um técnico agrícola - é dito o seguinte:

“ Nesta época do ano se repararmos ao redor de algumas casas nas aldeias Xerente , as vezes somos surpreendidos com a existência de abacateiro carregado de frutos, ou com bananeiras viçosas...Infelizmente em nome da ‘modernidade brasileira’... pouca atenção se dá aos pequenos pomares de fundo de quintal.”

Segue uma relação das dezessete aldeias existentes na época, que deveriam ser contempladas em caso de aprovação do projeto (o que realmente aconteceu).

<sup>222</sup> Segundo um missionário do Cimi, o IBAMA teria solicitado a órgãos competentes (Receita Federal?) à suspensão das atividades AIX devido a não quitação desse financiamento, em julho de 1995.

<sup>223</sup> Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais/IBAMA.

<sup>224</sup> Esse valor é uma aproximação. **Waiz.** disse-me que o valor da compra e instalação de um rádio gira em torno de US\$ 2.000. Não consegui nenhum documento sobre o projeto de rádio amador nas áreas Xerente.

O segundo projeto – assinado por diretores da AIX - referente ao uso de tração animal, tinha, em linhas gerais, o mesmo objetivo do primeiro, qual seja, o abastecimento interno.

“Trabalhamos somente com roças de toco que é um serviço manual de enxada, machado e foice. Nossa colheita nunca foi suficiente para o nosso sustento durante talvez 6 meses do abastecimento. Os brancos que moram perto, nos chamam de preguiçosos, que temos terra, mas não temos condições de fazer grande produção de alimentos capaz de abastecer nossas necessidades.(...) Queríamos que nos descessem os bovinos e equipamentos completos que estamos solicitando.”

Na relação que se segue, nota-se que as aldeias contempladas são limitadas a apenas quatro, diferentemente do projeto de mudas de laranja, que contemplava todas as aldeias.

O mais significativo projeto patrocinado pela AIX, de rádios amadores utilizando energia solar, caminhava paralelamente aos dois anteriores. De maneira idêntica ao projeto de tração animal, a implementação de rádios amadores nas aldeias Xerente seria realizada por etapas. Tal mudança de estratégia sugere que o processo de implementação dos projetos pela AIX, a partir, principalmente, da terceira diretoria, já estava devidamente incorporado à dinâmica faccional Xerente. Em outras palavras, não se contemplava mais a totalidade das aldeias, mas sim, aquelas que mantivessem relações políticas diretas com os diretores da AIX. Voltarei a esse tema.

Vejamos o que um dos diretores da AIX, da "Facção Pró-estado", tem a dizer sobre os projetos:

"(P.) - O que vocês mais fizeram nestes anos na direção da AIX ?

(Ma.) - Nas primeiras foram projetos de agricultura, para que a gente tivesse o alimento, até hoje nós lutamos para isto.. Vamos ver se a gente consegue manter. Hoje em dia tem que ter alimentação para evitar a doença .."

(P.) - Os recursos que vinham , vinham de onde?

(Ma.)- Na primeira veio do Estado, na segunda veio do Patrick [missionário do Cimi] que fez o projeto para aprovar...

(P.) - E o dinheiro venho lá de fora?

(Ma.) - Veio lá de fora, e só. O restante não veio mais não” (julho/1996)

Só obtive informações consensuais sobre o sucesso dos projetos de mudas de laranja e de rádios amadores, devido, provavelmente, ao fato de que eles contemplaram a quase totalidade das aldeias Xerente. Quanto aos demais, as versões coletadas junto às lideranças Xerente variam de acordo com a posição de cada uma delas dentro da dinâmica faccional: algumas me disseram desconhecer por completo sua existência, enquanto outras revelaram que, apesar de terem sido encaminhados, não obtiveram aprovação.

3ª Diretoria - 5 de julho de 1994 a abril de 1995 <sup>225</sup>			
Presidente	Krozaké	"Facção Pró-Funai"	Professor indígena, funcionário da Funai e tesoureiro da segunda diretoria da AIX.
Vice-Presidente	Wahirê	"Facção não-alinhada"	Agente de saúde e ex-membro da GRIN <sup>226</sup> .
Secretário	Kuzâã	"Facção Pró-Funai"	Professor indígena, filho do cacique Sim.(secretário da primeira diretoria da AIX)
Tesoureiro	Krozaké	"Facção Pró-estado"	Professor Indígena, filho do cacique Kra.

O controle faccional sobre o processo de elaboração e encaminhamento dos projetos da AIX , que certamente possibilitava uma margem de manobra para a coalizão faccional que ocupava os cargos principais da diretoria, foi um dos motivos das acusações de desvio de recursos feitas pelas facções que ficaram à margem da AIX.

A implementação em etapas dos rádios-amadores nas aldeias Xerente é bastante ilustrativa do controle faccional sobre os projetos patrocinados pela AIX. Vejamos. O responsável pelo controle do encaminhamento e da instalação dos rádios nas aldeias

<sup>225</sup> Não consegui obter informações sobre os conselheiros fiscais dessa diretoria e da seguinte.

<sup>226</sup> Guarda Indígena Rural, criada durante o regime militar.

Xerente, até 1997, era Waiz. Esse controle propiciou à "Facção Pró-Funai" uma margem de ação bastante decisiva dentro da dinâmica faccional Xerente. Não por acaso, as aldeias que foram contempladas com a instalação dos rádios eram, ou repentinamente passavam a ser, aliadas da "Facção Pró-Funai", da qual Waiz. foi, durante o período de funcionamento da AIX, a liderança Xerente mais expressiva.

Segundo depoimento de Waiz. , na primeira fase de instalação dos rádios, em 1993, foram contempladas as seguintes aldeias: Porteira, Vão Grande, Cercadinho, Bela Vista, Karehû e Centro. A segunda fase, realizada entre 1995 e 1996, contemplou as aldeias Traíras, Zé Brito, Novo Horizonte, Lageado, da Ponte, Jenipapo e Mirassol. Todas essas aldeias, durante certo tempo, compuseram a coalizão afinada politicamente com a Funai e o Cimi.

Apenas em 1997 os rádios amadores passaram a ser instalados em aldeias sob influência da "Facção Pró-estado": Bom Jardim e Kâ Wahâ . Durante essa etapa, também foi instalado um rádio-amador na aldeia Rio Sono, aparentemente, de maneira um tanto quanto tardia, já que esta é uma aldeia que costuma manter-se em aliança com a "Facção Pró-Funai"<sup>227</sup>. Mas, aqui, o fato mais surpreendente é a instalação do rádio na aldeia Kâ Wahâ . Durante todo o período de funcionamento da AIX , afora a época da primeira diretoria, as lideranças dessa aldeia mantiveram-se em oposição à "Facção Pró-Funai". Além disso, foram as lideranças da aldeia Kâ Wahâ , entre outras, que participaram ativamente da campanha contra as equipes do Cimi na área Xerente no final de 1995. Não tenho claro se a instalação desses últimos rádios deveu-se a dissidências ocorridas na "Facção Pró-Estado" ou ao início da cisão da "Facção Pró-Funai", da qual Waiz., o responsável pelo controle da instalação dos rádios, foi uma das lideranças cessionárias. Paralelamente, esse ato "generoso" de Waiz. e do Cimi pode estar ligada ao rompimento político circunstancial das lideranças da aldeia Kâ Wahâ com fortes lideranças da "Facção Pró-Estado", após o processo eleitoral de 1996, do qual falarei posteriormente.

O bom funcionamento da AIX quando esteve sob o controle de Waiz. por certo período chega a ser consensual, até mesmo entre as facções oponentes da "Facção Pró-Funai". Do mesmo modo, é consensual - de maneira contraditória - a acusação de desvios de verba no mesmo período. Vejamos um dos trechos dos depoimentos que confirmam estas versões.

---

<sup>227</sup> Apesar de algumas idas e vindas, certamente relacionadas à lealdade do cacique Sremtowě, sempre dividida entre seu sogro da "Facção Pró-estado" e seu tio paterno da "Facção Pró-Funai".

"Existe um filho dum branco<sup>228</sup>, o Waiz., o senhor já deve estar informado. Um cara muito inteligente , mas não chegou a liderar a coisa direito. A gente começou a achar bom o trabalho dele no momento, mas ai começou a ajudar mais o povo dele, que é o sogro dele, ai começou a bagunçar..." (cacique -"Facção Pró-estado" julho/1996)

" Aí ele [Waiz.] não fez o trabalho muito bem , os outros ficaram sem ajuda...queriam dinheiro.. ai no fim o Waiz. tirou o resto do dinheiro e acabou o negócio" (cacique – "Facção não-alinhada" -julho/1996)

Waiz. me contou sua versão da história: como diretor da AIX, ele reuniu alguns caciques que estavam apoiando sua gestão e dirigiu-se à sede da ADR da Funai, em Gurupi, visando denunciar ao administrador que uma grande parcela de caciques e lideranças Xerente estava em Palmas, sendo comprada pelo governo do Estado, com vistas a aprovar a construção de uma ponte sobre o Rio do Sono<sup>229</sup>.

"Peguei emprestado R\$300,00 da AIX para pagar o gasto com comida e transporte para Gurupi. Devolvi depois tudo. Deixei a AIX com um saldo de R\$19.000,00 para os outros. Aí, eles acabaram com tudo..." (Waiz., julho de 1996).

Segundo um dos missionários do Cimi, as principais lideranças e caciques da "Facção Pró-estado", ao saberem deste episódio, solicitaram à equipe uma nova assembléia para destituir Waiz. da presidência da AIX. O missionário relatou-me o episódio da seguinte maneira:

" Chegaram aqui em frente [da sede do Cimi] , um monte de caciques e lideranças Xerente pedindo a cabeça do

<sup>228</sup> "*Filho de branco*" – expressão utilizada contextualmente por algumas lideranças Xerente para deslegitimar outras. É interessante notar que o cacique Kra. , que utiliza a expressão nesse caso, é filho de "mãe branca". Provavelmente, a questão de fundo, seja a patrilinearidade Xerente.

<sup>229</sup> O evento da tentativa de construção da ponte sobre o rio do Sono também ilustra as disputas faccionais entre os Xerente diante de projetos não-indígenas. Por não dispor de depoimentos e documentos mais confiáveis sobre ele, resolvi não analisá-lo em maior profundidade nesta dissertação. De qualquer forma, a lógica que perpassa as disputas faccionais que tenho descrito parece ser a mesma que envolveu a tentativa de construção da ponte. Ver referência a esse tema no capítulo 3.

Waiz.. A gente tentou convencê-los de que deviam ouvir primeiro o Waiz., mas não teve jeito. Eles estavam muito revoltados" ( janeiro de 1996).

É interessante notar que, a esta altura, o principal cargo da AIX aparecia, aos olhos dos Xerente, mais como o de um cacique do que, propriamente, o de dirigente de uma instituição. A AIX, no limite, já se tinha transformado simbolicamente numa aldeia Xerente, com todas as suas disputas faccionais.

Foi marcada uma nova "eleição" para todos os cargos de diretores da AIX, que, enfim, seria a última.

#### **6.1.5. A ultima diretoria da AIX: a hegemonia da "Facção Pró-estado"**

A eleição da quarta diretoria foi realizada já num contexto bem diferente das anteriores. A primeira equipe do Cimi, mentora e financiadora direta da AIX, já estava de volta a Luxemburgo, depois de uma violenta campanha contra ela movida por forças político-partidárias locais vinculadas ao governador Siqueira Campos. Mais abaixo, veremos um fax enviado pelo governo de Luxemburgo ao seu cônsul no Brasil, em que Siqueira Campos é nominalmente identificado como um dos responsáveis pela campanha contra os missionários de Luxemburgo.

O contexto político de então era absolutamente desfavorável à equipe do Cimi. A gestão do PMDB à frente da prefeitura de Tocantínia estava chegando ao fim, e se iniciava o processo eleitoral municipal de 1996<sup>230</sup>. Na esfera regional, Siqueira Campos, desde 1995, havia reconquistado o mandato de governador, demonstrando a força de sua coligação partidária (U.T.) e a derrocada do PMDB em todo o estado. Somava-se a isso o rompimento ocorrido entre a administração regional da Funai e o governo de Moisés Avelino do PMDB, em virtude da construção da ponte sobre o Rio Sono, no final de 1993. A segunda equipe do Cimi, isolada politicamente, ainda tentou assessorar a última diretoria da AIX, mesmo sabendo, conforme relato de um dos membros da equipe, que a maioria da nova diretoria pertencia à "Facção Pró-estado".

---

<sup>230</sup> O fato do PMDB deter o mandato de prefeito em Tocantínia não deve ser visto com um fator positivo para a atuação das equipes do Cimi junto aos Xerente. Pelo contrário, as queixas das equipes do Cimi contra os prefeitos de Tocantínia, independente da filiação partidária, são bastante parecidas. Na verdade, o diferencial nesse caso parece estar relacionado à atuação mais "democrática" do PMDB em nível regional, através do mandato de Moisés Avelino como governador entre 1991 e 1994, o que possibilitou, aparentemente, um freio ao mandonismo local.

4ª Diretoria - julho de 1995 ao final de novembro do mesmo ano.			
Presidente	Kritó	"Facção Pró-estado"	Vice-presidente da 1ª diretoria da AIX, viria a ser um dos candidatos a vereador pelo PFL (U.T) em 1996 .
Vice-Presidente	Wahirê	"Facção Pró-estado"	Enfermeiro, é publicamente reconhecido como um dos assessores de Siqueira Campos para assuntos indígenas do estado <sup>231</sup> .
Secretário	Kuzââ	"Facção Pró-Funai"	Professor Indígena , secretário da terceira diretoria, filho do cacique Sim.
Tesoureiro	Krozaké	"Facção Pró-estado"	Professor indígena, tesoureiro na terceira diretoria, filho do cacique Kra. que viria a ser candidato a vereador em 1996 pelo PFL. (U.T)

Através da observação da composição da última diretoria, e, principalmente, das trajetórias políticas posteriores de dois de seus diretores , fica claramente comprovada a ligação existente entre a maioria da diretoria e o grupo político do governador Siqueira Campos<sup>232</sup>. Nota-se também que membros do que tenho identificado como pertencentes a facções não-alinhadas são excluídos dessa última diretoria. A única exceção nessa composição ficava por conta de um de seus diretores, liderança sempre vinculada à "Facção Pró-Funai". Muito provavelmente, apesar de não ter conseguido depoimentos a esse respeito, o fato de essa liderança estar “perdida” em meio a tal coalizão, já indicava uma cisão na "Facção Pró-FUNAI" e uma tentativa de composição dessa dissidência com

<sup>231</sup> Bartolomé (1996), ao analisar as relações entre organizações indígenas mexicanas e o P.R.I, assinala o mesmo tipo de ação política oficial que o autor denomina *participación simbólica* "...es aquella que se establece a través del nombramiento de funcionarios y legisladores indígenas , tanto en los ámbitos regionales como federales. Dichos individuos, designados por la burocracia política, aparecen como símbolos de la presencia indígena en las instituciones republicanas." (Bartolomé, op.cit. pag:9). São os famosos "agenciamentos" dos quais nos fala Balandier (1993).

<sup>232</sup> Miguel Dias Bartolomé chama a atenção para esse tipo de estratégia política quando afirma que *"La estrategia básica continúa siendo intonces intentar la cooptación partidaria de las autoridades y líderes indios, pero sin contar con un mecanismo de control político generalizado de las organizaciones indígenas"*(Bartolomé, 1996: 8). O contrário também é verdadeiro no caso Xerente: a cooptação dos “brancos” em sua dinâmica faccional.

a "Facção Pró-estado"<sup>233</sup>. Tal composição não duraria muito. Menos de três meses após a posse da última diretoria da AIX, a liderança da "Facção Pró-estado", além de pedir demissão do cargo que ali ocupava, passou a denunciar junto à equipe do Cimi, conforme relato de um membro desta última, o suposto arranjo político entre os demais diretores da AIX e as forças políticas-partidárias vinculadas ao governador Siqueira Campos.

Ao falar da eleição da última diretoria, uma das lideranças da "Facção Pró-estado" ilustra com clareza todo o processo conturbado de funcionamento da AIX, identificando seus aliados e rivais faccionais:

"Aí, nós escolhemos o Ma. Ele já tinha trabalhado: antes era ele e meu sobrinho [filho do vereador Xerente]. Aí, mudaram para cá [alusão à localização espacial da "Facção Pró-Funai" ] e botaram o Waiz. como presidente da Associação. E aí vem vindo esse rolo desta Associação, nunca mais se acertou. Aí entrou o Sim. como funcionário junto com Waiz., e todo aquele rolo danado. Aí, achamos por bem, vamos derrubar esse...nunca vamos unir. É desse jeito: nós estamos querendo uma coisa, chega lá é outra e então vamos tentar até chegar um momento do acordo... Mas tem esse grupinho que é o Waiz., o Sim. e mais o irmão dele que bagunça todos os planos." (julho,1996 [grifo meu]).

Ma., da "Facção Pró-estado" e um dos diretores da última gestão da AIX, viu o insucesso da associação da seguinte maneira:

"Acho que tudo isto que aconteceu é porque tem muita idéia diferente, não é unido. Cada um puxa pro outro, não dá certo" (julho,1996)

Diferentemente dos depoimentos das lideranças da "Facção Pró-estado" - que salientaram, estritamente, as intrigas faccionais como motivo para o insucesso da AIX -, Waiz., liderança da "Facção Pró-Funai", indica como fator de inviabilização da AIX a participação ativa de agentes não-indígenas:

"Durante o governo do Moisés [do PMDB] , houve muita ajuda para a AIX. O Siqueira entrou e começou a acabar

<sup>233</sup> Dissensos observados também na composição da terceira diretoria. (VER Nota 19).



com a associação...a AIX ficou do governo quando entrou o Ma.” (janeiro,1996)

O cacique Sop., de uma facção não-alinhada, aponta as intervenções de “políticos” entre os Xerente como fator de insucesso da AIX:

" Quando estava forte [a associação], o político pôs em pedaço, tirou um do outro, vai e vem , vai e vem, até que quebrou de novo." (julho,1996).

Como deve ter ficado implícito, a verticalização da AIX foi reforçada pela atração de novas forças políticas, contrárias ao seu sucesso. Com o fim do suporte que a administração do PMDB estadual vinha proporcionando às atividades da AIX até 1994, contando com a mediação local e circunstancial do vereador Xerente – uma das lideranças mais influentes da "Facção Pró-estado" -, as equipes do Cimi se viram diante de uma situação delicada. A essa altura, o PMDB e a ADR Funai de Gurupi já tinham “tirado seus times de campo”. Esse processo abriu a brecha que faltava para que as forças político-partidárias vinculadas a Siqueira Campos se recompusessem e passassem a articular, junto com facções Xerente contrárias à ação do Cimi na área, a inviabilização da AIX. Somado a isto, o descrédito da “comunidade Xerente” em relação à Associação, com o conseqüente distanciamento entre as lideranças e as “bases”, veio a se tornar, gradativamente, mais um obstáculo para a continuidade da Associação no tempo.

O depoimento da mulher de um cacique Xerente é bastante revelador dessa descrença:

“Associação é reunião para cacique comer carne. As mulheres e a criançada nada. Presidente pegava e dava para a família.” (outubro de 1998).

Afora a assembléia de fundação da AIX, as demais diretorias foram praticamente eleitas através de conchavos faccionais. Se o conchavo contava com o suporte de um dos agentes não-indígenas envolvidos no campo político da esfera local, aumentava a possibilidade de os diretores obterem prestígio, já que a AIX dependia de financiamentos constantes de recursos para sobreviver. A última diretoria revela isto de maneira clara. Sem o apoio financeiro da ADR de Gurupi ou do Cimi – que apenas assessorou-a durante o início do mandato -, não conseguiu implementar nenhum projeto; além do que, não durou mais do que 5 meses.

Após a primeira e a segunda equipe do Cimi ter sido “perseguida” politicamente em 1994, a terceira, que já não mais assessorava a AIX, passou a sofrer o mesmo tipo de campanha, seja na cidade de Tocantínia, seja na área Xerente, levada a cabo pela “Facção Pró-estado” (ironicamente, aquela que controlou a última diretoria da AIX).

O relato a seguir é de um dos membros da segunda equipe do Cimi. Trata de uma tentativa de seqüestro de sua caminhonete, ocorrida em janeiro de 1996, pelas lideranças da aldeia Kawrukurerêkrãinidu.

“Estávamos indo para a aldeia Ktekakâ quando um grupo de Xerente liderados pelo Ma. e pelo Kra. impediram nossa passagem. Queriam ficar com a toyota e falaram que a gente não podia entrar mais na área Xerente e que isto era o último aviso.” (julho/1996)

Tanto Kra. quanto Ma. confirmaram para mim que não iriam deixar a equipe do Cimi passar na região em que ficam suas aldeias, porque estavam com muita raiva deles e que só trabalhavam para outro pessoal. (Evidentemente, para a “Facção Pró-Funai”).

A AIX teve um final melancólico. A última diretoria, mantendo a “tradição” Xerente, saiu acusada de desviar dinheiro da AIX em benefício próprio. Não tive acesso à documentação fiscal da AIX para poder comprovar todas as acusações de desvio de dinheiro contra as sucessivas diretorias que foram a mim relatadas pelas coalizões faccionais. Na verdade, não importa tal verificação. O mais interessante é percebermos que, independentemente de seu grau de veracidade, as acusações de desvio de dinheiro serviram como instrumento político para deslegitimar todas as diretorias da AIX, numa forma de estratégia semelhante às acusações de feitiçaria em conflitos “tribais”.

A AIX permaneceu com suas portas abertas durante cerca de quatro anos: entre julho de 1992 e agosto de 1995. Foi possível perceber alguns fatores que, permeando todo este processo, colaboraram bastante para o seu insucesso.

A impossibilidade de convivência entre as facções Xerente numa organização política altamente burocrática, fundada em moldes ocidentais - ou num “modelo sindical”, para usar a expressão cunhada por Ricardo (1995) -, é a mais evidente. Ao invés de

possibilitar canais eficazes de diálogo entre as facções (e quais seriam eles?)<sup>234</sup>, os cargos de diretores passaram a ser um fim em si mesmos, o que contribuiu decididamente para acirrar as disputas faccionais e inviabilizar o “centralismo democrático” que a moldura da AIX se propunha ativar.

Os moldes organizacionais que presidiram a estruturação da entidade possibilitaram, assim, que as lideranças Xerente, quando de posse da máquina administrativa da Associação, detivessem um controle excessivo sobre a aprovação, encaminhamento e administração dos projetos conquistados junto a distintas agências de financiamento<sup>235</sup>. Os conselheiros Xerente da Associação, que deveriam, em tese, fiscalizar a aplicação dos recursos obtidos, apenas detiveram esses cargos de maneira formal. As equipes do Cimi, com o intuito de “ensinar” aos Xerente os caminhos para a autonomia política e econômica, delegaram às suas facções o controle sobre a aplicação dos recursos. Tais fatores propiciaram um incentivo à prática tradicional Xerente de manipular e conquistar quaisquer que sejam os recursos obtidos para benefício do próprio grupo político, seja faccional, ou, muitas vezes, familiar.

Por outro lado, a inexperiência política e administrativa das lideranças Xerente em lidar com a necessária prestação de contas que o “modelo sindical” exige - manifestada pelas sucessivas acusações de “desvio de verba” – tornou-se uma “boa desculpa” tanto para a manipulação dos recursos em benefício das próprias facções como também, de maneira inversa, para deslegitimá-las.

Por fim, a dependência dos suportes oferecidos pelos distintos agentes políticos e econômicos não-índios, absolutamente rivais, demonstrou que a questão da autonomia econômica Xerente passa, necessariamente, pelas articulações de interesses políticos que estão muito além do controle exercido apenas localmente, seja pelas suas lideranças, seja pelos aliados da “causa indígena”.

Infelizmente, apesar das “boas intenções”, as sucessivas equipes do Cimi tomaram atitudes extremamente equivocadas perante as demandas colocadas pelos Xerente. Presas que estavam a uma concepção teórica ultrapassada - que vê a identidade indígena como algo “puro”, degradada apenas devido às influências

---

<sup>234</sup> Os Xerente parecem estar descobrindo tais canais por si próprios. Prova disso, é a fundação de três novas associações durante o ano de 1998, compostas, cada uma delas, por lideranças que possuem laços políticos (faccionais e ampliados) e de parentesco mais próximos.

<sup>235</sup> Que inclusive contava com uma conta corrente aberta em nome dos respectivos presidentes e tesoureiros em um banco de Miracema do Tocantins.

econômicas e políticas externas –, as equipes do Cimi identificaram a divisão Xerente através de rótulos como “o grupo da resistência” (quando referiam-se, é claro, aos seus circunstanciais aliados indígenas) versus aqueles que lhes faziam oposição<sup>236</sup>. O reducionismo implícito nessa diferenciação entre “os do bem” e os “do mal” implicou num desconhecimento das alianças e estratégias de cada um destes grupos Xerente diante das relações com os atores não-indígenas envolvidos nesta arena política<sup>237</sup>. A equipe do Cimi só veio a perceber que o grupo a ela vinculado - até então visto como “grupo da resistência” - manipulava a seu favor as regras do jogo, da mesma forma que os demais, tardiamente: depois de terem sido expulsos da área e de Tocantins, com o silêncio tácito desse grupo no qual depositavam tanta confiança.

Vejamos trechos da carta da primeira equipe do Cimi, que subscreve a decepção com a “infidelidade” Xerente, sua manipulação pelos “coronéis” do Tocantins e a dificuldade em continuar a obter recursos junto as ONGs internacionais:

“Não nos esquecemos das pressões sob as quais saímos do Tocantins e que pressionavam tanto a equipe em Tocantins ... Queríamos sentar com os Xerente sem este esquema montado de pedidos, venda de artesanato e reuniões enormes com certeza manipuladas por Siqueira, Xuxu e outros coronéis...A atual confusão e divisão da AIX, toda a discussão do projeto está impossível; as Organizações [suprimo os nomes e locais] só estão dispostas a financiar projetos deles se não tiver um mínimo de organização e de garantia de realização com prestação de contas e tudo mais.”. (mimeo.1995).

Mais recentemente, no primeiro semestre de 1998, devido a uma viagem que o missionário da BRIDDERLECHEN DELEN planejava fazer ao estado do Tocantins, o seguinte fax foi enviado pelo governo de Luxemburgo ao seu cônsul honorário no Brasil.

<sup>236</sup> Alcida Ramos sintetiza a questão: “*Quanto mais estóico e resistente as tentações for o índio, mais merecedor ele será da solidariedade dos brancos. Cooptação, assim como poder, não é programa de índio.(...) O contraste entre o índio-mártir e o índio-vendido é, no fundo, o reflexo do contraste entre branco-honrado e o branco-corrupto.*” (Ramos,1995:10/11)

<sup>237</sup> Bartolomé, ao criticar as parcerias de organizações indígenas mexicanas com ONGs, afirma: “*Quizás la mayor debilidad de estas alianzas se encuentra en la idealización del mundo indígena*”(Bartolomé, 1996: 10)

Nele, encontramos a confirmação da articulação da ONG de Luxemburgo com o Cimi Nacional, além das denúncias sobre as ameaças das forças político-partidárias vinculadas ao governador Siqueira Campos (citado nominalmente) contra o missionário Patrick Goddard, membro da ONG:

“En 1994, M. Godard a terminé son engagement de coopérant au développement auprès du peuple indigène Xerente. Des contacts ont été faits en ce temps avec le Consulat Général du Luxembourg à Rio de Janeiro et avec l’Ambassade de Suisse à Brasília pour demander une intervention dans un cas de menaces perpétrées par des politiciens locaux en relation avec le travail de conscientisation et de développement auprès des indigènes xerente. Une plainte a été déposée et enregistrée auprès du Departamento Policia Federal , Delegacia Araguaina-TO à la date du 04.03.94. M. le Consul R. Heuwert de Rio de Janeiro était intervenu avec succès. En septembre 1998, M. Patrick Godard va visiter certains projets de développement de l’ œuvre “Bridderlech Delen Luxembourg ( ) au Tocantins. M. Godard demande au Consulat de bien vouloir garder le dossier en mains pour que le Consulat puisse intervenir – le cas échéant – durant le séjour à Miracema do Tocantins et dans la Reserve indigène. En effet, les tensions entre la communauté indigène xerente, les politiciens et le gouvernement local (Siqueira Campos) ont augmenté à cause d’un conflit autour de la construction d’une route et d’un barrage (hidroelétrica) près de la capitale de Palmas. Dans un cas d’urgence, l’œuvre Bridderlech Delen demande au Consulat de bien vouloir contacter le Secretariado Nacional du Cimi pour voir la possibilité d’une intervention.”

Ultimamente (1998), a segunda equipe do Cimi tem estabelecido relações pontuais com algumas aldeias Xerente. No processo recente de fundação de 3 novas associações Xerente, o nome “AIX” foi disputado pelas lideranças indígenas mais

expressivas, sendo conquistado por aquelas com as quais o Cimi não teve tantos conflitos.

## **6.2. A TENTATIVA DE DEPOSIÇÃO DO ADMINISTRADOR DA FUNAI**

Entre o final de 1995 e o primeiro semestre de 1996, o campo político das esferas local e regional pode ser apresentado do modo como se segue. Estavam em curso as articulações visando as eleições municipais de 1996. Em Tocantínia, as disputas pela sucessão municipal colocavam frente à frente, novamente, o PMDB, que tentava manter a continuidade de sua administração, e a U.T. (União do Tocantins), que buscava retomar o poder municipal. Na esfera regional, a U.T. de Siqueira Campos já havia reconquistado a máquina administrativa do estado, em 1995, desbancando o candidato do PMDB apoiado pelo ex-governador Moisés Avelino. A equipe do Cimi encontrava-se com suas atividades suspensas junto aos Xerente; e a AIX já havia praticamente encerrado as suas portas.

Nesse contexto absolutamente favorável às forças político-partidárias vinculadas ao governador Siqueira Campos, ainda restava, como obstáculo à sua hegemonia, a Administração Regional da Funai em Gurupi, sob o comando de Edson Beiriz.

Se as sucessivas equipes do Cimi foram bombardeadas por uma campanha de desmoralização durante quase todos os anos de existência da Associação Indígena Xerente, no momento específico a que ora me refiro, a mesma estratégia seria endereçada à ADR de Gurupi, particularmente, contra seu administrador regional.

Diferentemente do evento em que as coalizões faccionais Xerente envolvidas na Associação, mesmo aquelas já alinhadas às forças político-partidárias vinculadas ao governador Siqueira Campos, mantiveram-se, estrategicamente, num posicionamento bastante ambíguo em relação ao Cimi – ora apoiando-os, ora fazendo-lhe oposição -, a tentativa de deposição do Administrador Regional da Funai acabou por envolver não só a "Facção Pró-estado", mas também a quase totalidade dos caciques, lideranças e facções Xerente. A exceção ficou por conta do cacique Sim. e de Waiz., duas das lideranças mais expressivas da "Facção Pró-Funai", e, como afirmado anteriormente, a maior base de apoio das ações da ADR de Gurupi entre os Xerente.

Foram, justamente, a articulação dessas duas lideranças com o administrador regional de Gurupi na área Xerente e o suporte propiciado ao administrador pela presidência da Funai em Brasília que viriam a postergar sua derrubada da ADR Funai.

Além disso, esse embate viria a ganhar publicidade, através dos meios de comunicação do Tocantins (rádios, televisão e jornais), fato que ajudaria a causar, de maneira enviesada, um certo constrangimento à estratégia do governador Siqueira Campos.<sup>238</sup>

### **6.2.1. Um Xerente “desaldeado” entra em ação: a versão da ADR Funai.**

As informações que se seguem foram coletadas através de vários depoimentos e, portanto, diferentes versões do caso. Alguns documentos, obtidos junto à imprensa local e regional e à ADR da Funai em Gurupi, corroboram grande parte do enredo central desse evento.

No documento abaixo, endereçado ao MPF, é apresentada a versão da Administração Regional da Funai de Gurupi sobre o episódio:

“ A ADR da Funai em Gurupi vem perante esse Ministério prestar informações detalhadas sobre o recente episódio envolvendo o povo Indígena Xerente (...), informações estas que consideramos relevantes pela evidente agressão a direitos essenciais, principalmente em relação à integridade do seu território e bem estar-social, conforme relato a seguir. Há pouco mais de um mês fomos consultados acerca do interesse de um servidor da Funai, lotado na ADR-Curitiba, em transferir para Gurupi, alegando ser descendente dos Xerente e que queria voltar para o seu povo ao que procuramos informações sobre o desempenho profissional do interessado, a fim de nos posicionarmos quanto à solicitação. Não foi-nos possível outro parecer senão o indeferimento, face ao histórico comprometimento do mesmo em movimentos de desestabilização de Administrações pelas quais passou... No dia 17/04/1996, fomos surpreendidos por informações dos funcionários de campo, de que o servidor acima mencionado estava transitando pelas aldeias Xerente convidando caciques para uma reunião em que organizariam um deslocamento coletivo à Palmas, a pretexto de fazerem cobranças ao Governador de várias promessas feitas, mas que, na realidade (segundo informantes índios que não quiseram identificar-se) visava a destituição do atual Administrador da Funai em Gurupi. Para substituí-lo, indicariam o nome do articulador, Skrawen Sompré.... o senhor Sompré visitava as Aldeias em uma caminhoneta oficial do Governo do Estado (com motorista)....No dia seguinte 18/04, o grupo dissidente foi

---

<sup>238</sup> De maneira absolutamente contrária ao evento da AIX, sobre o qual não se encontra nenhuma referência nos meios de comunicação locais e regionais.

conduzido à Palmas em ônibus cedido pelo Governo do Estado, onde foram recebidos pelo Senhor Governador e assessores numa reunião que anunciaram como comemorativa ao “Dia do Índio”. Em noticiário de TV (Anhanguera), no dia seguinte, a reunião como o Governador foi noticiada, aparecendo um índio, que anunciou a ida do grupo à Brasília para exigirem a colocação de Administrador Índio, seguindo-se a declaração do porta-voz do Governador de que o Governo daria total apoio ao movimento, o que efetivamente aconteceu. No Sábado, dia 20/04, o grupo dissidente foi conduzido à Brasília em ônibus fretado pela representação do Governo do Estado do Tocantins. Todas as notas fiscais das despesas de hotéis e restaurantes por um período de 4 dias foram emitidas em nome da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social. No dia 22/04, o grupo foi recebido pelo Senhor Presidente da Funai, que diante das manifestas intenções já mencionadas, afirmou que necessitaria de 20 dias para analisar a situação. Depois da generalizada revolta da população Xerente, que resultou da imediata destituição da maioria dos caciques envolvidos no movimento, o líder da articulação, senhor Sompré, retornou a terra Xerente, desta vez servido por vários veículos do Governo do Tocantins, onde tentou novamente inflamar os índios contra a Funai, contrariando determinação da Presidência para o seu imediato retorno à Curitiba, seu local de lotação...Outro fato significativo foi a publicação repetida, pela televisão (várias emissoras), de matérias onde o pequeno grupo de dissidentes teve amplo espaço para declarações agressivas e difamatórias contra o atual Administrador e todos os servidores da ADR. Os fatos acima, a nosso ver, indicam a execução de um plano bem urdido, e destacam a pública participação do governo do Tocantins. O movimento não alcançou seus objetivos porque o Presidente da Funai acompanha de perto as atividades da ADR de Gurupi, e considerou totalmente improcedentes as exigências feitas.” (11/05/1996).

### **6.2.2. A versão do Estado**

Em matéria publicada no Jornal do Tocantins, em 10/11 de maio de 1996, o governo do Tocantins, através de sua assessoria, nega qualquer envolvimento com o episódio. Vejamos.

“ ‘Esta acusação de que o governo esteja interferindo na Funai não faz nenhum sentido. Não há nenhum interesse do governador em afastar quem quer que seja’ . Esta foi a reação do secretário de Governo, Brito Miranda, à nota paga veiculada pela



imprensa goiana acusando setores do governo do Estado de estarem patrocinando o movimento de lideranças Xerente pelo afastamento do administrador da Funai. ‘Nós temos três senadores, cinco deputados federais, você acha que se o governador por algum motivo tivesse interesse em afastar um administrador ele teria problemas nisso’, perguntou o secretário.” [grifos meus].

### 6.2.3. As versões Xerente.

Na maioria dos depoimentos e versões coletadas entre os Xerente, o enredo do episódio assemelha-se, em grande parte, ao apresentado pela ADR da Funai. Não obstante, dois dos principais argumentos ali arrolados são contestados: o movimento não teria estado circunscrito a uma minoria de dissidentes Xerente, mas, ao contrário, contado com a participação da maioria de seus caciques e lideranças; em segundo lugar, o processo de destituição dos caciques Xerente que haviam participado do movimento limitou-se a três aldeias da zona do P.I. Xerente, além de ter sido articulado, numa provável estratégia defensiva, pela ADR da Funai junto com as duas lideranças do “pessoal do P.I. Xerente” que lhe davam apoio.

Sõpré, um Xerente desaldeado há mais de 20 anos, com formação em agronomia e funcionário da Administração Regional da Funai no Paraná, reapareceu na área Xerente em abril de 1996. Visitou, primeiramente, seu “tio”, o cacique Soi., de uma linhagem do clã Krozaké. Até o desenlace final deste evento, o cacique Soi. era um dos maiores aliados da "Facção Pró-Funai".

"Acho que ele [Sõpré] veio, ele era técnico, estudou bastante, nasceu aqui, parente do Soi., parente do Wahirê, Krozaké<sup>239</sup>. Ai, ele estava sabendo que a Funai não trabalha bem aqui nessa área do Tocantins. Aí, ele veio aqui jogando um jogo de proposta. Ele veio falar diretamente com o tio dele, o Soi., conversou com ele, explicou tudo para ele e aí o Soi. ... É esperto também esse Soi.: o Akwě certo ele entende, o Akwě errado ele também entende. Aí ele saiu da aldeia, foi de aldeia

<sup>239</sup> Interessante notar como um índio tido como “desaldeado” foi rapidamente identificado pelo informante através dos seus laços de parentesco e clânico.

em aldeia. Parece que dois dias ele andou nas aldeias. O pessoal todo apoiou tudo.” (cacique "Facção não-alinhada" , julho de 1996).

Sôpré, junto com Soi., passou a visitar outras aldeias, propondo assessorar projetos que ajudassem a “comunidade Xerente” a se desenvolver economicamente. Convenceu quase todos os caciques Xerente a encamparem sua proposta. Para que este objetivo fosse alcançado, reivindicou o apoio dos caciques para sua indicação a um cargo de assessor da ADR Gurupi ou, ainda, para o cargo de administrador. Junto com o tio, foi solicitar o cargo ao administrador da ADR, legitimado, então, pela maioria dos caciques das aldeias Xerente, mas o pedido foi rechaçado.

Antes disso, em 15.03.1996, a seguinte solicitação de transferência, assinada por Sôpré , fôra encaminhada; o destinatário era o responsável pela Administração Regional da Funai onde o servidor Xerente estava lotado (Curitiba), que não colocou nenhum empecilho para a liberação<sup>240</sup>.

“Senhor administrador: Consciente de ter cumprido, nesta Administração, com minhas obrigações de servidor público e, tendo por outro lado, recebido o apoio desta ADR para a conclusão do curso de Engenharia Florestal na UFPR, volto-me porém aos objetivos que tenho a cumprir, a partir de agora, com o meu povo, Xerente-TO, o que sempre foi do conhecimento dos que de uma forma ou de outra contribuíram para minha formação acadêmica. Baseado no exposto, venho solicitar de Vsa. , minha liberação para pleitear junto a ADR da Funai em Brasília minha transferência ex-ofício para o Posto Indígena Xerente, jurisdicionado à ADR de Gurupi. Sem mais esperamos contar com vossa compreensão e apoio neste pedido.”

Outras versões afirmam que foram os caciques “revoltosos” que pediram para que Sôpré reivindicasse o cargo de administrador, alegando-lhe que o atual não exercia “direito” a sua função.

---

<sup>240</sup> Resposta do Administrador da ADR Paraná “Considerando a consciência do cumprimento das obrigações do servidor Scrawen Sompre, nada temos à opor ao pleito.”

"Já veio com essa proposta. Disse que eles [Sõpré e alguns caciques] foram conversar com o administrador para arrumar um serviço para ele [Sõpré] em Gurupi. Mas disseram que o homem [o administrador] não aceitava, não aceitava, deram três ou quatro documentos..." (Cacique "Facção não-alinhada" . /julho de 1996).

Dias depois, os caciques que haviam aceitado a sua proposta, se organizaram numa caravana a Brasília visando pedir ao presidente da Funai a deposição do administrador da ADR de Gurupi, pela sua recusa em dar o cargo a Sõpré.

Em um documento enviado ao Administrador Regional da Funai em 23.04.1996, assinado por 26 caciques Xerente, o afastamento de todos os funcionários da Funai em atividade na Área Xerente é solicitado:

"Tendo em vista a reunião realizada no dia 22.04.1996 com o Presidente da Funai em Brasília , onde fizemos algumas denúncias e mostramos nosso descontentamento com a atuação da Administração junto ao nosso povo, bem como a apuração dos fatos e uma decisão final do Presidente em vinte dias, a contar da data da reunião, vimos pedir que mande tirar os funcionários não-índios da Funai de nossa área Xerente, até que a decisão do Presidente seja confirmada. Durante o período de apuração dos fatos só iremos aceitar, em nossa área, os componentes da Comissão formada em Brasília e que não conste funcionários da ADR de Gurupi. Não nos responsabilizaremos por desobediência a esse pedido."

Durante o período em que estiveram em Brasília (4 dias), houve uma "rebelião" das "comunidades" de três aldeias do P.I. Xerente: Porteiras, Bela Vista e Varjão. Seus caciques, ainda em Brasília, foram destituídos "simbolicamente", entre eles Soi., o tio de Sõpré, cacique de uma aldeia há quase 20 anos. Só dois deles não foram a Brasília: Sim., "o braço direito" da ADR Funai e o da aldeia Funil.

Segundo algumas das versões, o administrador da ADR teria articulado a deposição dos três caciques junto com Sim. e Waiz..

"Devia ter feito documento, todo mundo assinava e aí era outra coisa, justificava ( o pedido) com esse documento... Mas aí deu confusão, né. O administrador veio, tirou três caciques e aí deu essa confusão.." (Liderança Xerente "Facção não-alinhada" , julho de 1996).

"O administrador se organizou com aquele pessoal ["Facção Pró-Funai" ] e distribuiu alimentos para as comunidades..." (Cacique da "Facção Pró-estado", julho de 1996).

Um dos caciques destituído de suas funções fez o seguinte relato:

"Fui para Brasília porque a gente estava precisando de ajuda. Aí, voltei. O Waiz. começou a por na cabeça do povo que eu tinha que sair e colocou [na função de cacique] até o cunhado dele lá na outra aldeia. [aldeia do então ex-cacique Soi., que fôra deposto).

Em telegrama enviado pelo chefe de posto à ADR da Funai, em 02.05.1996, é comunicada a destituição dos caciques de três aldeias do P.I. Xerente, em versão significativamente distinta daquela apresentada nos depoimentos acima:

"Cumpre-nos informar V.S.a, que devido participação isolada caciques aldeias B.V., P. e V. , em movimento governo do estado comunidades extremamente revoltadas decidiram destituí-los posição cacique empossando novos caciques nas respectivas aldeias devido sentimento terem sido enganadas por caciques que deslocaram-se a brasilia cremos que outras comunidades estarão por adotar medida semelhante"

De volta à área, todos os caciques (cerca de 22) que foram a Brasília reassumiram suas funções sem grandes dificuldades, à exceção dos três citados acima.

"Mas quando eles foram pra lá, o Waiz. e o Sim. já estavam preparando aqui o pessoal para tirar os três caciques . Aí, quando chegaram foram retirados. Se tivesse ficado só o Sim. e o Waiz., ficavam totalmente caídos. Mas como ele é esperto [o administrador] para fazer o jogo, ele tirou três caciques para ter mais força: segurou trezentas pessoas. Mas se alguém tivesse pensado certo tinha derrubado totalmente [o administrador]" (Liderança Xerente,"Facção não-alinhada" julho de 1996)

Um dos caciques que participou da caravana a Brasília, relatou-me que a maioria daqueles que nela ingressaram não sabiam "direito" a causa da viagem. Quando perceberam que estavam à frente do Presidente da Funai pedindo "a cabeça" do administrador regional, compreenderam a confusão na qual tinham se colocado. Voltaram rapidamente e explicaram-se às suas respectivas comunidades. Segundo esse interlocutor, o argumento "eu não sabia direito" foi amplamente utilizado nessa ocasião.

Por fim, esse evento acabou por envolver as populações indígenas da Ilha do Bananal, conforme carta de denúncia enviada à Procuradoria da República, assinada por parte de caciques e lideranças Xerente e Javaé<sup>241</sup>.

"As comunidades Indígenas Xerente e as Comunidades Indígenas Javaés da Ilha do bananal, via seus legítimos (representantes) caciques e lideranças vem respeitosamente em, denúncia, expor e requerer a intervenção desse Ministério Público para os fatos adiante aduzidos: O Excelentíssimo Senhor Dr. José Wilson Siqueira Campos – Governador do estado do Tocantins vem promovendo um fruto político irresponsável, entre os povos Xerente e entre os povos Javaés, karajás, através dos indígenas – Idjarruri Karajá (assessor Governo do Tocantins) e Carlos Sôpré (servidor da FUNAI ADR Gurupi/PR, na tentativa de realizar construções e projetos de

<sup>241</sup> O Cimi GO/TO também enviaria seu protesto ao presidente da Funai, Júlio Gaiger: "*Temos deparado junto aos Xerente um movimento surgido com a finalidade de destituir o administrador regional da Funai de Gurupi-TO, sr. Edson Beiriz. (...) Diante desse quadro a ADR tem tido a postura de defender a não invasão das terras indígenas do estado. Somos testemunhas de outras manobras, além desta atual, em que o governo do estado vem manipulando lideranças indígenas e contribuindo com o fluxo permanente destes índios a Palmas na busca de benefícios individuais...*" (mimeo. 6/maio/1996).

interesses do Governo Estadual em nossas reservas.. (...). na Reserva Indígena Xerente , o Governador está patrocinando o Senhor Carlos Sõpre desconhecido na Reserva para seus benefícios próprios a criação de um complô político, onde os índios se auto intitulam caciques iludidos com propinas tendo a disposição: veículos, hotéis, restaurantes, cestas básicas, etc., tudo por conta do Governo do Estado, que em troca pede o afastamento de todos os servidores da Funai, índios e não índios da Reserva , inclusive dos Administrador Regional da Funai de Gurupi...”

#### **6.2.4. O desenlace final.**

O então administrador da ADR Funai conseguiu manter-se no cargo até o segundo semestre de 1998, ou seja, dois anos após essa tentativa de “motim” por parte da maioria dos caciques Xerente. Mudanças na hierarquia da Funai, somadas à continuidade das articulações de Carlos Sõpré e de lideranças Xerente da "Facção Pró-estado" a ele aliadas, além dos novos interesses de agentes econômicos envolvidos nos grandes projetos em curso na esfera local, foram alguns dos fatores que, finalmente, levaram o administrador a ser transferido “compulsoriamente” da ADR de Gurupi para fora do estado do Tocantins. Um das questões-chave que o desenlace final desse drama coloca – ao menos, por enquanto- é que, no embate desses dois agentes rivais – ADR Gurupi sob a administração de Edson Beiriz e o governo estadual –, o último acabou por levar a melhor. A transferência do administrador da ADR de Gurupi para fora do Estado do Tocantins implicou na retirada do campo político local e regional de um dos mais fortes rivais do governo estadual <sup>242</sup>.

Em nenhum dos relatos que ouvi das lideranças e caciques Xerente a respeito do papel desempenhado pela administração regional de Funai ou em relação ao do governador Siqueira Campos na área Xerente, houve qualquer indício de uma posição fervorosamente ideológica “a favor” ou “contra” um dos lados da contenda. A "Facção Pró-

<sup>242</sup> As implicações sociais, econômicas, geográficas e políticas desse fato histórico junto aos Xerente já começam a ser sentidas: o governador Siqueira Campos se reuniu com todos os caciques e lideranças Xerente em outubro de 1999, na sede do governo em Palmas. O tema da “conversa”: a retomada das negociações sobre a pavimentação das estradas que cortam as T.I.s Xerente e sobre o término da construção da ponte sobre o Rio Sono.

estado" parecia querer a independência econômica, criticando, constantemente, uma suposta malversação de recursos por parte da Funai. A "Facção Pró-Funai", mesmo tendo críticas à administração, temia, aparentemente, o rompimento dos laços que os vinculava à ADR de Gurupi. Não só estes dois grupos, mas outros, com menor expressão, criticaram a falta de autonomia dos índios em relação ao uso dos recursos que chegam à área. Entretanto, todos eles mantinham formas de dependência, tanto em relação à Funai, a missionários e ao Cimi, como em relação ao Estado.

Os três depoimentos que seguem, são bastante reveladores do atual contexto vivenciado pelos Xerente:

" A Funai não quer reunir com o Estado. Eu não sei o que o Estado quer. Mas sempre a gente tem a liberdade de falar na frente para se reunir. E no fundo a Funai quer sempre tratar o Akwě como de menor. Isso é muito chato. Eu falo chato porque eu estou enxergando. E aí, tem todo aquele jogo todo tempo. Desde que assumiu a Funai tomar conta do Akwě até hoje vem funcionando assim. Os Akwě não

querem viver assim soltos. Querem ficar com a cabeça amarrada com

um pano para não enxergar para frente. E isso aí a Funai quer mesmo. Ela não deixa garimpo, a madeireira, a própria terra.. sempre segurando as coisas do índio... só eles querem mandar no índio. Querem ser dono do índio. Mas não são." (Liderança Xerente, "Facção não-alinhada" julho de 1996)

"No papel a Funai promete tudo, quando a gente vai cobrar a verdade , não cumpre. É só promessa. A Funai sempre foi só para enganar, tem hora que a gente consegue, mas tem que ficar no pé, cobrando, é difícil demais." ( Liderança da "Facção Pró-estado" julho de 1996)

“O Governo dá o dinheiro na hora. Já a Funai, a gente tem que fazer pedido, que além de demorar, sempre desaparece.” (Liderança da "Facção Pró-estado" , julho de 1996)

O conflito entre a "Facção Pró-estado" e a ADR de Gurupi possibilitou duas conseqüências permeadas de paradoxos. Por um lado, a possibilidade do rompimento dos laços de dependência junto à Funai pode ser considerado uma atitude bastante positiva. Entretanto, tal rompimento não deve mascarar o fato de que as negociações diretas dessas mesmas lideranças com o Governo Estadual e seus agentes em Tocantínia – que disponibilizam, freqüentemente, dinheiro “em cash” - acaba por reificar a mesma lógica, apenas mudando o agente da dependência. Nessa relação contraditória, a "Facção Pró-estado", apesar da suposta dependência que mantém com os agentes dos governos estaduais e municipais, manipula com muita propriedade as regras desse jogo, obtendo, em muitos momentos, uma série de benefícios que outras facções não conseguem. Ao mesmo tempo, não há como negar que esse vínculo também a torna, muitas vezes, servil aos interesses das forças político-partidárias locais. É sobre esse paradoxo que se assenta a análise do próximo item.

### **6.3. A PARTICIPAÇÃO INDÍGENA EM PROCESSOS ELEITORAIS.**

Antes de analisar o envolvimento dos Xerente nos processo eleitorais de 1996 e 1998, é importante considerar, brevemente, algumas reflexões levadas a cabo por Oliveira Filho (1983) sobre a participação indígena no processo eleitoral de 1982.

Em linhas gerais, o autor assinala que, dos 15 candidatos índios (um a vice-prefeito, outro a deputado federal – Mário Juruna – e os demais ao cargo de vereador), poucos tinham tido participação ativa em movimentos indígenas e, portanto, a maioria estaria distante de “uma consciência étnica e política mais delineada.” (Oliveira Filho,1983:96).

“A opção principal parece ter sido participar ao nível da política local, representando interesses específicos de certo grupo étnico (ou mesmo de uma de suas divisões internas) em uma determinada situação histórica, abrindo espaço para alianças táticas com outras forças políticas, de modo a criar



condições de defender-se de intuitos espoliativos de outros grupos sociais.” (1983:96).

Dos 13 candidatos indígenas ao cargo de vereador, apenas um se lançou pelo Partido dos Trabalhadores. Os demais, dividiram-se entre o PDS e o PMDB.

“Tal estratégia de atuação política transparece nas preferências partidárias dos candidatos, que se nortearam mais pelas forças políticas em disputa pelo poder estadual do que pelos conteúdos ideológicos ou programas partidários.” (Oliveira Filho, 1983:96).

Nesse pequeno, mas instigante, artigo, Oliveira Filho chama a atenção para as “interpretações generalizantes” em que uma análise sobre esse tema pode redundar, como, por exemplo, a dedução de que um índio quando candidato por um partido de “oposição” indicaria automaticamente um

“avanço no processo de mobilização e conscientização” indígena, rompendo, por seu turno, com as conhecidas “políticas de clientela.” (1983:97).

E Oliveira Filho, por fim, assinala a importância de uma análise das micro-estratégias contidas em tais eventos:

“Qualquer análise que pretenda chegar a resultados assim tão conclusivos não pode trabalhar abstratamente com princípios partidários, mas precisa detectar os grupos sociais em presença e seus respectivos engates a partidos e forças políticas.” (1983:97).

Como veremos, as candidaturas Xerente seguem o mesmo tipo de estratégia indígena verificada pelo autor - a escolha das forças políticas estaduais com maior prestígio -, em detrimento de escolhas programáticas e/ou ideológicas. Por outro lado, como causa, e não como consequência dessa estratégia, veremos que os interesses específicos acionados no processo eleitoral de 1996 foram, primordialmente, aqueles oriundos de determinadas facções Xerente (e não do “grupo étnico”). É, justamente, na dinâmica faccional Xerente que podemos encontrar pistas que nos ajudam a apreender os motivos que têm orientado suas escolhas na “sopa de letras” das legendas partidárias presentes no campo político regional e local. Ao que tudo parece indicar, trata-se, aos

olhos dos Xerente, de “legendas de aluguel”. Mais interessante ainda, é notar que um dos candidatos Xerente consegue, ao mesmo tempo, enredar-se pela “política de clientela” – e pagar um preço por isso – e ser uma das lideranças mais ativas no processo de “resgate” das tradições indígenas e da reafirmação da condição étnica, não só de seu clã, como de seu povo como um todo. Ou seja, sair candidato pelo PFL e, ao mesmo tempo, ser um ativista da etnicidade Xerente, são atitudes que parecem contraditórias aos olhos do antropólogo-militante (ou do Cimi!), mas não à própria liderança Xerente em questão.

### **6. 3.1. A participação Xerente nos processos eleitorais de 1988 e 1992.**

Segundo vários informantes índios e não-índios, até a eleição de 1992, os Xerente se envolviam timidamente nas eleições municipais. Por participação tímida, deve ficar entendido o não envolvimento das lideranças indígenas como candidatos a vereador em Tocantínia.

Obtive pouquíssimas informações sobre a participação dos Xerente nas eleições de 1988. Nesse ano, apenas uma liderança Xerente se candidatou ao cargo de vereador em Tocantínia: o cacique Sim<sup>243</sup>. teria sido, segundo informações, candidato a vereador pelo PMDB, obtendo cerca de 10 votos. Um dos interlocutores Xerente disse-me sobre a candidatura do cacique Sim.: “Nem a família votou nele.” Durante o processo eleitoral, Sim. teria sido deposto do cargo que exercia como cacique de uma das maiores aldeias Xerente. Dentre os supostos motivos que me foram apresentados por seus opositores para o fracasso eleitoral de Sim., dois se sobressaem: constantes desvios de recursos para sua “família” - quando no exercício da função de cacique - e o abuso de bebidas alcoólicas<sup>244</sup>.

As eleições municipais de 1992 já são vistas, pelos Xerente, com outros olhos. Segundo vários relatos, ocorreram comícios com grande participação indígena, tanto nas T.I.s como na cidade; foram, pela primeira vez, colocadas urnas dentro da área indígena;

<sup>243</sup> Deve ter sido notado que faço referências constantes ao cacique Sim, o que demonstra sua forte ascendência política entre os Xerente. Infelizmente, após minha primeira ida aos Xerente (em 1994) - quando fiquei em sua aldeia, e fui muito bem recebido - o cacique Sim. passou a evitar contatos mais longos comigo. O fato de não ter conseguido um único depoimento seu sobre tantos litígios que envolveram sua participação direta, é uma das maiores frustrações dessa pesquisa.

<sup>244</sup> É interessante notar que esse argumento – o excesso de alcoolismo por parte de algum índios – aparece tanto na fala de detratores não-índios da região contra os Xerente, como também nas intrigas que envolvem internamente os próprios Xerente.

houve um acompanhamento intenso dos Xerente de todo o processo eleitoral, desde a apuração dos votos até as comemorações finais da eleição do primeiro vereador indígena em Tocantínia pelo PMDB. Dentre os 9 vereadores eleitos, o candidato Xerente foi o mais votado, com cerca de 135 votos, sendo, automaticamente, eleito para presidência da câmara. Apesar de ser uma das maiores lideranças da "Facção Pró-estado" e de, muitas vezes, ser acusado pelo Cimi como um dos articuladores das campanhas contrárias à suas atividades na área Xerente, o atualmente ex-vereador, é um dos poucos Xerente a ocupar um cargo (de enfermeiro) junto à Funai<sup>245</sup>. Após quatro anos de mandato, a avaliação comum entre os Xerente, inclusive seus parentes mais próximos, é a de que a atuação do vereador foi decepcionante.

" Nós, todos os índios, votamos nele, com esperança de que ele melhorasse um pouco a situação dos índios. Mas não fez nada até agora. Até eu tive uma conversa bem dura com ele. Até o filho mais novo chamou a atenção dele e ele não gostou. Em todo o lugar que ele chegava dizia que os índios eram preguiçosos. E então eu não agüentei, e eu falei para ele: ' - Rapaz, o que você se importa com a vida do índio? Nós somos índios. Você está falando que nós somos preguiçosos , mas você também é. Você está prejudicando os outros e acha que não está sendo prejudicado? Está sendo prejudicado, sim! Primeira coisa é que você é índio, você se acha que é melhor do que todo mundo. A gente te conhece. Você tem as coisas, você ganha da Funai [em provável referência ao cargo de enfermeiro] e está sendo vereador. Então ganha das duas partes. Por isso que você tem as coisas. Mas se você for trabalhar de roça, mal vai dar para você se alimentar junto com seus filhos." (liderança Xerente – "Facção Pró-estado", julho/1996 )

No depoimento abaixo, da mesma forma que o primeiro, aparece novamente a idéia do distanciamento do vereador em relação ao "povo" Xerente, além da sua responsabilidade "individual".

---

<sup>245</sup> Apesar de não encontrar explicações claras a respeito dessa aparente contradição, tudo indica que não se trata de contradição, mas apenas, que esse arranjo é fruto da complexidade do facciosismo Xerente.

(P.) - O que você acha que não deu certo na época do vereador Xerente?

(Xerente) - Acho que a boa-vontade dele. Porque eu acho que tudo depende da boa vontade da pessoa, se a gente for autorizar... Eu acho que é a pessoa que depende do povo...Ele deixou totalmente os Xerente, não ligou mais..” ( Liderança da "Facção Pró-estado", julho, 1996

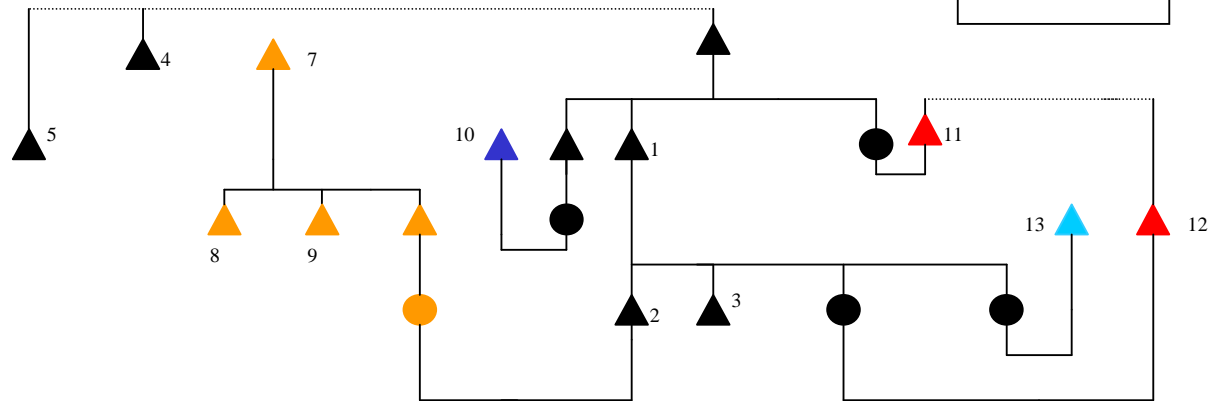
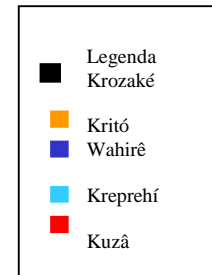
Só consegui conversar com o ex-vereador Xerente de modo muito breve, em minha última pesquisa de campo (outubro de 1998). Em seu breve comentário, destaca-se a confirmação da articulação que existiu na época entre o PMDB e a Funai, além da decepção com a “política do branco”.

“ Eu fui isca do R. C. [um dos administradores da Funai] . Servi de isca mesmo. A Funai disse que eu era o mais preparado. Tenho muita mágoa dele. Os índios têm que sair da política.”

Atualmente, o ex-vereador Xerente reside numa região isolada da T.I. Xerente junto com sua família. É, segundo opinião corrente entre vários Xerente, um dos poucos índios a possuir uma criação de gado considerável. Também é um dos raros a possuir carro próprio. Parte de seus muitos filhos – que dizem chegar ao número de 20 – detém uma formação escolar bastante diferenciada em relação à maior parte da população Xerente, que os gabarita a ocupar cargos de professor, agentes de saúde ou, ainda, a trabalhar no comércio de Miracema. Afora o “ciúme” – palavra muito utilizada pelos Xerente para expressarem suas rivalidades – que esta situação provoca em grande parte dos

Xerente

FACÇÃO PRÓ-ESTADO - JULHO/1995 A FEVEREIRO DE 1997



- 1 - Kra. - cacique
- 2 - Was. - professor e ex-diretor de associação
- 3 - Suw. - professor
- 4 - Sakr. - conselheiro clânico
- 5 - Dar. - cacique
- 7 - Kasuw. - conselheiro clânico
- 8 - Ma. - professor, ex- diretor de associação
- 9 - Sam. - cacique

- 10 - Sapa. - agente de saúde
- 11 - Vi. - pajé
- 12 - Sro. - cacique
- 13 - Waik. - funcionário da Funai

por mim ouvidos, o ex-vereador parece ter um papel considerável nos conflitos que emergem das disputas faccionais de seu povo. Infelizmente, apesar de várias tentativas, nunca consegui – afora o breve contato já relatado – conversar com o ex-vereador mais profundamente. Ressalto que esse tipo de acusação – acúmulo de “capital” – é endereçado a qualquer liderança Xerente que passe a tornar demasiadamente visível os seus bens. Portanto, o caso do ex-vereador é apenas um exemplo dentre muitos que existem entre os Xerente. Além disso, tais acusações, como de praxe, são bastante exageradas. De certa forma, essas acusações – que rapidamente conquistam a “opinião pública”- são um instrumento bastante eficaz para evitar a constituição de grupos economicamente privilegiados em excesso entre os Xerente.

### 6.3.2. O processo eleitoral de 1996 e a cisão da "Facção Pró-estado”.

Duas das mais expressivas lideranças da "Facção Pró-estado", Ma. e Kra., tiveram suas candidaturas lançadas pela frente partidária U.T. (União do Tocantins) – o primeiro, pelo PFL e o segundo, pelo P.V. – em 1996, corroborando a ligação destas lideranças com as forças político-partidárias vinculadas ao governador Siqueira Campos. Ma. , além de ter ocupado o cargo de diretor em duas gestões da AIX, foi um dos artífices confesso, junto com Kra., das articulações para expulsar a segunda equipe do Cimi da área Xerente, no final de 1995. Ao mesmo tempo, reafirmando a rivalidade entre as duas maiores forças político-partidárias regionais e as disputas faccionais Xerente, o cacique da aldeia do Funil teve sua candidatura lançada pelo PMDB.

Candidato	Partido	Clã	Agrupamento	Funções
Ma.	PFL (U.T.)	Kritó	"Facção Pró-estado"	Professor e diretor de associação
Kra.	PV (U.T)	Krozaké	"Facção Pró-estado"	Cacique
Sap.	PMDB	Kbazi/Kritó	"Facção não-alinhada"	Cacique

Uma série de estratégias – desde a desqualificação de um dos candidatos indígena no período pré-eleitoral até possíveis fraudes na apuração de votos – foi

desencadeada por agentes políticos não-indígenas contrários às candidaturas dos Xerente à vereança, levando as três ao fracasso. Por conta disso, ainda no período pré-eleitoral, de maneira um tanto quanto “inesperada”, Ma. e Kra. romperam politicamente, provocando uma forte cisão na "Facção Pró-estado". Cabe ressaltar que, independentemente desse “racha”, os vínculos de cada um deles com as forças políticas aliadas de Siqueira Campos não sofreram nenhum tipo de estremecimento.

Quando da minha chegada, no início de julho de 1996, eram dadas como certas as candidaturas destas três lideranças Xerente ao cargo de vereador em Tocantínia. Pude acompanhar o desenrolar deste processo atentamente, já que os três candidatos Xerente me procuravam constantemente, em busca de “orientações” sobre aspectos do legislativo por eles desconhecidos. Nas falas dos entrevistados, como veremos, aparecem expressões grandiosas - , como, por exemplo, "é o povo que quis"; "defender o direito dos Xerente" -, que possuem muita semelhança como os discursos tradicionais de candidatos não-indígenas.

Vejamos alguns trechos selecionados de entrevistas que fiz com dois candidatos Xerente ao cargo de vereador em Tocantínia pela coligação da U.T., lideranças expressivas da "Facção Pró-estado", às vésperas das eleições municipais de 1996:

" Estou me dando bem, e agora, com essa política toda, no meio do branco, como a gente vê a situação de nós, a gente pretendeu, mais o Ma., se candidatar pra ver se a gente puxa alguma coisa para o benefício do nosso povo. Essa é nossa idéia." (Kra., "Facção Pró-estado" julho/1996)

" (P.) - Por que você resolveu se candidatar a vereador?

(Ma.) - Isso ai é o pessoal, o povo. Esse pessoal sempre falando para mim. Não é por minha vontade não, eu tive que aceitar a vontade do povo. O povo sempre teve confiança em mim. Alguns são contra, mais a maioria está comigo e então eu aceitei, para ver o que é política, o que nós temos direito. Se a gente for eleito, a gente tem como defender,

acho que a gente tem como defender o direito dos Xerente”  
(Ma., "Facção Pró-estado" julho/1996).

O trecho abaixo é de um outro cacique Xerente que, ao comentar o processo eleitoral em curso naquela época como alguém que está “fora” dele, corrobora o mesmo ideário dos dois candidatos acima, já que afirma a necessidade de um representante (vereador, no caso) elaborar os famosos projetos para o povo. Mas, ao mesmo tempo, sua fala deixa transparecer uma distinção entre o que é, na prática, o cargo de vereador (benefício próprio) e o que, em termos ideais, deveria ser (beneficiar a “comunidade”; “o branco também”):

"Eu sou índio, se eu for eleito para vereador, prefeito, aí, eu ganho o meu gabinete interessa para o pessoal trabalhar. Não é nem de mestiço, nem do índio - se eu trabalhar num gabinete, na prefeitura - os projetos que a gente vai fazer. Eu até expliquei isto para os próprios índios, para outros caciques... Quando recebe uma coisa fica totalmente sem entregar para o outro: o problema é esse também. Recebe o recurso, recebe o projeto, para os Akwë , para o povo, para o branco também... Quem é besta dá para o povo, quem é sabido não dá não, porque aquilo é de quem ganhou o gabinete da prefeitura. Mas tudo errado, não quer trabalhar para o povo: só na época da política é que sobra dinheiro para comprar advogado, para comprar juiz, esses coisos aí, para prejudicar. Ninguém defende nosso coração, nosso pensamento." (Liderança Xerente, "Facção não-alinhada" julho de 1996).

As candidaturas de Ma. e Kra., como já foi dito, puderam ser bem melhor acompanhados durante a pesquisa. Além de entrevistá-los no momento em que a aliança entre ambos estava no auge, pude participar de dois encontros entre eles e outras lideranças que faziam parte da "Facção Pró-estado". "Na mesma caminhada" era o mote repetidamente explicitado por Ma. e Kra., quando explicavam suas boas relações.



"Se Deus nos ajudar, dentro do nosso trabalho como cacique, nós vamos trabalhar juntos e ele [Ma.] tem o maior respeito por mim, por ser mais velho, e a gente tem por ele também, devido aos nossos planos, nos damos bem"(Kra. , julho/1996).

As duas lideranças encontravam-se em campanha eleitoral pela coligação partidária liderada por Siqueira Campos (U.T.-PFL, PV). Através de cotidianos relatos dos dois pré-candidatos Xerente, fui percebendo que as forças políticas com as quais eles estavam articulados armavam uma estratégia para tirar um deles da disputa. Kra., que viria a ser o candidato oficialmente escolhido, adiantou-me, numa conversa informal, que a candidatura de Ma. "poderia" ser impugnada devido ao fato de este não ter cumprido o prazo oficial de filiação partidária. Imediatamente, souu-me estranho que Kra. soubesse dessa possibilidade, já que Ma., algumas horas antes, havia relatado que estava muito empolgado com sua campanha, inclusive dando-me um "santinho" de sua candidatura e apresentando um documento do P.F.L. regional, datado de 17/07/ 1996, no qual se confirmava a sua filiação a este partido.

Quatro dias após esses encontros, Ma. relatou-me, bastante desconsolado, que sua candidatura tinha sido impugnada pelo T.R.E. do Tocantins, conforme documento a seguir, com a alegação de que ele não seria filiado a nenhum partido político.

Apesar desse estremecimento da relação entre as duas lideranças, Ma. continuou engajado na campanha de Kra., o candidato oficialmente legitimado. Conforme relato de Ma., o então candidato ao cargo de prefeito pela U.T., ter-lhe-ia garantido que, se eleito, reservaria para ele um "cargo importante" em sua futura administração. Ma., demonstrando muita dúvida, perguntou-me o que eu achava desta proposta. Disse-lhe que tal promessa não deveria ser levada muito a sério, pois, se realmente concretizada, haveria de referir-se a um "cargo de confiança", muito suscetível a mudanças do "humor" do prefeito. O cargo de vereador, ao contrário, proporcionar-lhe-ia uma certa segurança, pelo menos durante os quatro anos de mandato.

### 6.3.3. A participação de um cacique não alinhado.

Acompanhei muito pouco a trajetória de Sap. como candidato a vereador em Tocantínia. Por mais de uma vez, procurei-o para conversar sobre essa questão. Só na última etapa de campo, dois anos após o processo eleitoral de 1996, é que pude falar um pouco mais com Sap., que me revelou alguns indícios de fraude no processo de apuração dos votos.

Nos dois trechos abaixo, retirados das entrevistas realizadas com os dois pré-candidatos pela U.T., destacam-se alguns comentários sobre a participação do referido cacique no processo eleitoral de 1996. É interessante notar, logo no depoimento abaixo, a importância que os Xerente dão à sua língua materna, um instrumento político bastante utilizado para impedir uma imersão muito profunda de “estranhos” em seu universo sociocultural.

"Eu disse assim para ele [para Sap.] - Olha rapaz, não é por causa que você tá dum lado e nós do outro [alusão à disputa U.T. x PMDB], é que nós vamos ser um contra o outro. Lá dentro [na câmara], eles não vão entender qual é nossa língua e então nós vamos puxar o que a gente puder puxar." (Kra., julho/1996 [grifo meu]) .

Logo em seguida, respondendo-me sobre a possibilidade de os três candidatos se elegerem, Kra. responde de maneira um tanto ambígua:

"Eu não sei. Eu estou assim, um pouco com medo do Sap. não passar, porque ele é do PMDB... Naquela época da ponte, o governador era do PMDB e mandou quase arrasar com todos os índios. Então a conversa que a gente vê dos índios lá dentro é que ninguém vai dar seu voto para o PMDB. Então eu estou com medo, estou rezando que dê certo para os três, porque é mais uma força." ( julho/1996)

Em meio ao processo eleitoral, ocorreu um conflito que envolveu o então candidato Sap. e Waik., funcionário Xerente da Funai. Só obtive versões deste acontecimento tempos depois. O relato a seguir é uma síntese que faço dessas versões.

Numa das aldeias Xerente da zona do Mirassol, o PMDB promoveu uma festa destinada a divulgar a campanha de seu candidato à prefeitura de Tocantínia, assim como a de Sap., postulante ao cargo de vereador. Sap. havia convidado Waik. para a festa, tentando conquistar seu apoio. Depois de muita bebedeira, segundo Sap., uma briga envolveu dois moradores de sua aldeia e Waik., que teria sido atingido por seus algozes quase que mortalmente, ficando cerca de 4 semanas “acamado” em virtude dos ferimentos sofridos.

Alguns dos wawës de maior prestígio em seus respectivos clãs - Sim. , (Kuzâ) ; Kasu.(Kritó); Sakr. (Krozaké) reuniram-se na aldeia de Sap. na tentativa de solucionar o conflito. Decidiram, então, cobrar do wawë da aldeia (um outro Kritó), pai adotivo de Sap., um pagamento indenizatório pelos danos físicos causados pelos dois membros daquela aldeia a Waik.. O conselho dos wawës decidiu que Sap. era o responsável pelo incidente. "Isso foi coisa da política do branco", disse-me, tempos depois, um dos velhos envolvidos na resolução do conflito. Foram doadas por Sap. duas cabeças de gado para Waik., evitando, assim, a ameaça de retaliação por parte dos “parentes” (ou da facção?) do último.

O incidente ajuda a mostrar que o conselho dos wawës continua a ter um papel vital na mediação e resolução dos conflitos que emergem das disputas faccionais Xerente. Como já havia assinalado nos Capítulos 4 e 5, apesar de as disputas faccionais Xerente serem, de certa forma, o fundamento no qual se assenta sua organização social, qualquer conflito que implique em risco de morte - ou seja, que possa levar as facções a uma vendeta interminável – requer, automaticamente, a mobilização pacificadora dos wawës. Esse acontecimento também demonstra o quanto os conflitos oriundos da participação dos Xerente nas dinâmicas faccionais ampliadas são contornados com sucesso pelos seus dispositivos socioculturais hierárquicos, no caso, o conselho dos velhos.

### 6. 3.4. O desfecho do processo eleitoral de 1996: um aprendizado para os Xerente

Nenhum dos dois candidatos oficializados pela U.T. e pelo PMDB – Kra. e Sap., respectivamente - conseguiu os votos necessários para se eleger. No quadro abaixo, são apresentados os números finais da eleição municipal de 1996 em Tocantínia.

<u>Cargo : Prefeito</u>			
Candidato	Partido	Situação	Votos
Rubens Pereira de Araújo	PFL (U.T.)	Eleito	1.170
Sebastião A. Souza	PMDB	Não eleito	797
João Falcão de Souza	PTB (U.T.)	Não eleito	267
Votos brancos	-	-	33
Votos Nulos	-	-	54
Total	-	-	2.321
<u>Cargo: Vereador</u>			
<u>Enaldo Rodrigues da Costa</u>	PSDB	Eleito	241
Ireni Xavier	PFL	Eleito	187
Lucimar Brandão	PPB	Eleito	177
Luso Castro	PFL	Eleito	161
Edney Reis	PMDB	Eleito	149
Meirivaldo Miranda	PSDB	Eleito	145
Antonio Lima	PMDB	Eleito	110
Valdenor Machado	PMDB	Eleito	99
Josemilio Leão	PFL	Eleito	87
Raimundo Reis	PPB	Suplente	86
<u>Xerente</u>	<u>PMDB</u>	<u>Suplente</u>	<u>75</u>
<u>Xerente</u>	<u>U.T.(PV)</u>	<u>Suplente</u>	<u>65</u>

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins – 1998.

Tive a oportunidade de conversar com os dois candidatos Xerente em minha última pesquisa de campo. Sap. foi bastante enfático ao me dizer que “os brancos” o haviam supostamente “roubado” no processo de apuração eleitoral das eleições de 1996.

“Um branco pegou todos os meus votos para ele. Todo mundo disse isso para mim. Ninguém conhecia esse tal de Renaldo. ” [ se referindo ao vereador eleito com a maior votação em Tocantínia, Enaldo Rodrigues da Costa]

Quanto ao outro candidato, Kra., a situação foi ainda mais grave. No dia da eleição, teria havido um conflito entre um fiscal do PMDB e algumas lideranças Xerente do P.I. Brejo Comprido, onde estava colocada a urna eleitoral. Um dos filhos do ex-vereador Xerente, que participava como mesário na eleição, relatou-me o fato da seguinte maneira:

“Na aldeia Brejo Comprido prenderam a urna que o Kra. ia ganhar estourado. Falaram que faltou a assinatura do fiscal do PMDB. Os índios tentaram segurar a urna e os policiais entraram no meio e teve muita confusão. O juiz prendeu a urna e disse que ela não valia mais.”

Kra. disse-me que muitos “políticos enganaram ele”; que, no Brejo Comprido, era onde votavam todos os parentes mais próximos dele e, por isso, ele realmente iria “ganhar estourado”, sendo o “vereador mais votado”. Disse-me, ainda, que foi a Palmas, atrás da urna impugnada. Chegando lá, as “autoridades” disseram-lhe que a urna já teria ido para Brasília e que não se podia fazer mais nada a esse respeito. Mesmo assim, Kra. obteve 75 votos!

Ainda que não tivesse conseguido conquistar o cargo de vereador, Kra. foi agraciado pela coligação partidária que conquistou a prefeitura de Tocantínia (a U.T.) com alguns cargos “administrativos” para ele e membros de sua família, conforme relato dele

mesmo. Em contrapartida, Ma., como ele próprio já havia intuído, não recebeu o “cargo importante” que o prefeito eleito havia-lhe prometido<sup>246</sup> durante a campanha.

Esse longo processo teve sérias conseqüências para a “Facção Pró-estado”. A impugnação da candidatura de Ma. e as benesses conquistadas por Kra. propiciaram o início da cisão desta facção.

A facção da aldeia de Ma., inconformada com o fato de sua liderança mais expressiva ter sido “passada para trás” no processo eleitoral, começou a mover uma campanha de “queimação” de Kra., conforme pude observar in loco. Na última etapa de minha pesquisa de campo, essas duas lideranças, que até o processo eleitoral de 1996 estavam “na mesma caminhada”, referiram-se, reciprocamente, como “meu inimigo”.

É importante ressaltar que, segundo um funcionário da administração regional da Funai, os Xerente possuem cerca de 700 eleitores aptos a participar das eleições. Se as disputas faccionais têm sido um obstáculo para a eleição de vereadores Xerente, parece bastante evidente, pelos relatos acima, que a hipótese de manipulação de todo o processo eleitoral pelas forças político-partidárias locais não deve ser descartada. Raciocinando em termos puramente numéricos, é possível dizer que, apesar da dependência do quociente eleitoral obtido pelo partido de cada candidato, os Xerente elegeriam, com certa facilidade, 4 ou mais vereadores em Tocantínia. Essa “ameaça” tende, com o passar do tempo, a se tornar cada vez mais incontornável, devido ao alto crescimento populacional dos Xerente e à estagnação, ou mesmo decréscimo, da população não-índia em Tocantínia. Mais do que isso, por detrás de todos esses conflitos faccionais - que nos passam a impressão de ser um fator a inviabilizar as candidaturas Xerente em Tocantínia -, a ótima e bem distribuída votação dos dois candidatos Xerente em 1996 leva-nos, ao contrário, a supor que existe uma certa articulação e acordos entre as suas lideranças e facções. Sob o manto do facciosismo - a “divisão” Xerente -, parecem esconder-se estratégias políticas de atuação conjunta inimagináveis.

#### **6.4. O PROCESSO ELEITORAL DE 1998 E SEUS REFLEXOS NA ESFERA LOCAL**

Pude acompanhar os momentos finais da grande mobilização ocorrida na esfera local em virtude do processo eleitoral de 1998. Nesse último “tempo da política”

<sup>246</sup> “O proferimento da promessa é reconhecido como um ato necessário da política, mesmo que se realize em detrimento da veracidade e coerência da ação. (...) A promessa é um ato eficaz, pois cria fatos políticos ao estabelecer um elo ritualizado entre o político e o eleitor durante o ‘tempo da política’.” (Chaves,1996:139).

observado, as articulações e arranjos existentes em algumas aldeias Xerente com as duas grandes forças político-partidárias do Tocantins revelaram-se repletas de micro-estratégias locais e supra-locais. A competição pelos votos Xerente na esfera local, mantendo a tradição, ficou polarizada entre as forças político-partidárias vinculados à U.T. de Siqueira Campos e, de maneira não tão surpreendente, pelas equipes de funcionários da Funai articuladas àquelas vinculadas ao PMDB.

A equipe do Cimi, apesar de não estar presente nos dias da eleição, teve uma certa participação durante o período pré-eleitoral. Refletindo as orientações do Cimi Nacional, foi distribuída e discutida com algumas lideranças Xerente a cartilha “Tem aldeia na política”. Não vou me deter na análise completa desse material, mas um trecho que ilustra bem esse ato de “esclarecimento” proporcionado pelo Cimi às populações indígenas do Brasil pode ser encontrado pelo quadrinho a seguir, retirado da cartilha.

Tal atitude demonstra, de certa forma, a importância gradativa que o Cimi tem dado às disputas eleitorais que envolvem populações indígenas, acontecimento que, até há pouco tempo, era muito pouco explorado por este organismo indigenista. De qualquer forma, o quadrinho apresentado revela que os espaços de atuação mudam, mas a lógica do Cimi continua a ser a mesma: “os do bem” e os “do mal” .

Devido ao grande número de tarefas a que tinha me proposto nessa última etapa de pesquisa de campo, acabei por coletar dados, a respeito da performance eleitoral entre os Xerente, apenas de alguns candidatos a deputados estadual e federal e também ao governo do estado. A escolha desses candidatos, afora aqueles ao governo do Estado, pautou-se pelo meu conhecimento prévio de que eles, de uma maneira ou de outra, tinham algum tipo de vínculo com os Xerente.

Quando do exercício do voto, os Xerente, desde as eleições municipais de 1992, têm três urnas à sua disposição, que são colocadas em P.I.s de mais fácil acesso: sessão 54<sup>a</sup>, na aldeia Rio Sono (P.I. Rio Sono); sessão 55<sup>a</sup>, na aldeia Porteira (P.I. Xerente) e sessão 56<sup>a</sup>, na aldeia Brejo Comprido (P.I. Brejo Comprido). Uma parte dos Xerente, incluindo todos aqueles que residem na aldeia Funil – conforme relato de seu cacique -, de modo um pouco “inexplicável” (para usar um eufemismo), vota em sessões localizadas no município de Tocantínia<sup>247</sup>.

---

<sup>247</sup> Devido aos incidentes ocorridos na aldeia Brejo Comprido em 1996, a Justiça Eleitoral recomendou que militares do Exército ocupassem a área Xerente no dia da eleição (4 de outubro), o que de fato aconteceu. Não foi permitida a entrada na Área Xerente de nenhum “estranho” – quer dizer, políticos locais – a não ser o pessoal responsável pelo processo eleitoral. Tive sorte de já me encontrar na aldeia Rio Sono um dia antes. Não obstante, por recomendação do

Os dados sobre a performance eleitoral dos candidatos ao governo entre a população Xerente corroboraram o padrão geral da votação conquistados pelos dois principais candidatos ao governo do Estado, Siqueira Campos pela U.T. e Moisés Avelino, pelo PMDB<sup>248</sup>.

**Tabela 1: Eleição para Governador do Estado do Tocantins – 1998**

Seção eleitoral	Siqueira Campos UT		Moisés Avelino PMDB		Total
	Votos	%	Votos	%	
P.I. Rio Sono (54 <sup>a</sup> )	9	45	11	55	20
P.I. Porteira (55 <sup>a</sup> )	66	85	12	15	78
P.I. B.Comprido - (56 <sup>a</sup> )	10	77	3	23	13
Total	85	77	26	23	111

Observando a porcentagem de votação em cada um dos P.I.s na área Xerente, é possível arriscar algumas considerações. Devido à atuação firme dos funcionários da Funai, o candidato do PMDB Moisés Avelino só conseguiu bater Siqueira Campos no P.I. Rio Sono, padrão que não se repetiu na votação para o senado, conforme tabela abaixo.

**Tabela 2: Eleição para Senador**

Seção eleitoral	Eduardo Siqueira Campos – U.T.		Derval Batista PMDB		Total
	Votos	%	Votos	%	
P.I. Rio Sono (54 <sup>a</sup> )	12	70	5	30	17
P.I. Porteira (55 <sup>a</sup> )	66	95	4	5	70
P.I. B.Comprido - (56 <sup>a</sup> )	12	100	0	0	12
Total	90	91	9	9	99

---

presidente da sessão eleitoral – o ex-vereador Xerente -, acabei por ficar praticamente “enjaulado” durante todo o dia da eleição na sede do P.I. , junto com o chefe de posto, sendo impossibilitado de fotografar o evento.

<sup>248</sup> Foi-me negado pelo TRE-TO obter a votação para o cargo de Presidente da República. É uma pena pois, alguns Xerente me disseram estar “com raiva” do presidente FHC pois ele teria “acabado” com a Funai e que, portanto, votaria no Lula , porque ele é “pobre”, “defende os índios” e que não iria mais “tomar a terra dos índios”.



O P.I. Brejo Comprido confirmou a simpatia explícita pelos candidatos da U.T. O P.I. Xerente votou pesadamente tanto em Siqueira Campos como também em seu filho e herdeiro político, Eduardo, o que vem reforçar a tendência manifesta, desde 1996 – quando ocorreu o evento da tentativa de deposição do Administrador Regional e a construção das “casas populares” na aldeia Salto -, de perda de influência do órgão indigenista nessa zona.

Logo que cheguei à área Xerente, observei uma intensa participação de funcionários da Funai, dando apoio ao candidato a deputado federal pelo PMDB, José Freire Junior, cujo pai, ao lado de Siqueira Campos, foi um dos artífices do processo de emancipação do estado do Tocantins . Percebe-se, novamente, a influência do PMDB no P.I. Brejo Comprido: dos vinte votos Xerente, 15 foram para Freire Junior. O mesmo candidato também conseguiu, de maneira novamente surpreendente, uma grande quantidade de votos nos outros dois P.I.s.

Talvez essa ambigüidade da tendência de votos entre os Xerente, verificável a partir da maciça votação do candidato a deputado federal pelo PMDB, tenha uma explicação. Segundo informações de funcionários da Funai, o hoje deputado federal Freire Junior articulou, às vésperas das eleições de 1998, junto a diversas regionais da Funai, um projeto de reestruturação do órgão tutor, fato que deve ter contribuído decididamente para o apoio de seus funcionários. Por outro lado, o acirramento das críticas à Funai nos últimos anos por parte da maioria das lideranças Xerente parece ter ido ao encontro da propaganda de reestruturação do órgão tutor propagandeada por Freire Junior. Tal sintonia parece demonstrar a já conhecida tese indigenista de que determinados grupos indígenas – particularmente, aqueles mais contemplados com cargos na Funai – discursivamente pregam o fim do órgão, mas, na prática, o temem.

**Tabela 3: Voto para Deputado Federal – Freire Junior (PMDB)**

	P.I. Rio Sono	P.I. Porteira	P.I. B. Comprido	Total P.I. s
Freire Júnior (PMDB)	15	40	8	63
%	24	64	12	100

Do outro lado, as forças político-partidárias e as facções Xerente vinculadas a Siqueira Campos deram total apoio a Idijarruri Karajá, candidato a deputado estadual e a primeira liderança indígena a se lançar candidato nessa esfera do poder legislativo no Tocantins<sup>249</sup>. O último presidente da AIX, e também pré-candidato pelo PFL (que não teve sua candidatura homologada, como vimos) nas eleições municipais de 1996, foi o mediador principal de Idijarruri entre os Xerente. Vários Xerente me disseram que Ma. estava “andando pra cima e pra baixo” com o candidato Karajá.

A performance do candidato Karajá, tanto nas urnas Xerente, como nos principais municípios do Tocantins, nos quais ele obteve suas votações mais expressivas, é apresentada no quadro baixo:

**Tabela 4: Votação de Idijarruri Karajá entre os Xerente**

	P.I. Rio Sono	P.I Porteira	P.I. B. Comprido	Total P.I. s
Idijarruri Karajá U.T. (PPB)	12	23	9	44
%	28	52	20	100

**Tabela 5: Votação de Idijarruri Karajá no Estado do Tocantins**

Municípios	Votos	%	Povo Indígena da região
Formoso do Araguaia	427	58	Karajá
Tocantinia	77	11	Xerente
Palmas	42	6	-
Tocantinópolis	22	4	Apinayé
Paraíso	20	3	-
Gurupi	18	2	-
Alvorada	17	2	Karajá
Maurilandia	15	2	Apinayé
Goiatins	13	1	Krahô
Araguaina	12	1	-
Outros municípios	69	9	-
Total no Estado	732	100	-

<sup>249</sup> Com o lema “Índio Goiano na Constituinte”, Idijarruri Karajá já havia disputado uma vaga a deputado federal pelo PMDB goiano, em 1986. (Revista Tempo e Presença, número 212 – setembro/1986).

A razoável votação conquistada pelo candidato Karajá nas urnas na área Xerente (independente dos P.I.s) –, além do fato de Tocantínia ter sido o município do estado no qual ele obteve sua segunda mais expressiva votação – poderia indicar uma tendência ao “voto étnico” (“índio genérico”, convenhamos). Entretanto, a expressiva votação de Idijarruri Karajá também foi, sem dúvida alguma, alavancada pelo fato de contar com o apoio da máquina do governo estadual em mãos do governador Siqueira Campos.

Como deve ter ficado claro, é impossível encontrar um padrão geral e logicamente demonstrável subjacente à votação obtida entre os Xerente pelos candidatos aqui selecionados. Não poderia ser diferente. A variedade de articulações, interesses e estratégias que são colocadas em movimento num evento dessa magnitude torna impossível a obtenção de padrões e tendências seguras e definitivas.

Como vimos, a participação dos Xerente nas eleições de 1998 apenas expressam o que, acredito, tenha sido demonstrado na análise dos demais eventos: um dinamismo intenso, repleto de conflitos e contradições, que tem reinado na esfera local desde que os Xerente passaram a participar ativamente do espaços institucionais disponíveis no campo político da esfera local e regional. Por outro lado, tais alianças múltiplas, contraditórias e diversificadas - deflagradas cotidianamente pelas facções indígenas - apontam indícios de uma estratégia de vivência social e política imemorial dos Xerente junto aos diversos segmentos não-indígenas que se envolveram (e continuam a se envolver) no campo político local e regional.

Enfim, paralelamente à tentativa de deposição do administrador da ADR de Gurupi e aos momentos finais de funcionamento da AIX, esteve em curso, no campo político da esfera local, o processo eleitoral visando as eleições municipais de 1996.

Esse novo evento demonstrou, por um lado, que a falta de um domínio mais profundo sobre as “regras do jogo” que constituem a “política dos brancos” tem levado as lideranças indígenas mais expressivas, em diversos momentos, a uma condição de subordinação a interesses contrários à sua autonomia política. Ao mesmo tempo, demonstrou que, apesar da “política de clientela” que emaranha todo o campo político da esfera local, a participação cada vez mais ativa dos Xerente nos processos eleitorais, bem como nos demais processos políticos analisados nessa dissertação, tem exigido dos mesmos agentes contrários a sua autodeterminação política, estratégias de ação anti-indígenas cada vez mais evidentes aos olhos dos Xerente.

Nessa longa trajetória, além dos benefícios e recursos pontuais que determinadas lideranças e facções alcançam, os Xerente vão adquirindo, paulatinamente, um domínio também cada vez mais profundo sobre as táticas e estratégias políticas presentes na esfera local, em um processo educacional no amplo sentido do termo, que implica na compreensão cada vez mais precisa do “mundo dos brancos” e, ao mesmo tempo, num aprendizado profundo de si próprios.

## Conclusão

Devido à estratégia de construção dos capítulos, acredito que grande parte das possíveis conclusões desta dissertação já tenha sido apresentada. Portanto, o que faço a seguir é tecer algumas breves considerações finais.

Como vimos, embora o foco da dissertação tenha sido as facções, a visão, as noções e as práticas políticas Xerente, a pesquisa abrangeu um universo muito maior de campos sociais que aquele circunscrito ao interior das terras indígenas. Os Xerente fazem política nesses campos ampliados, que incluem, entre outros planos, as políticas municipais e regionais e o envolvimento de órgãos federais e organizações não governamentais de escopo nacional e internacional. Indiretamente, as agências financiadoras das ações governamentais e seus grandes projetos desenvolvimentistas entram no campo da política Xerente na medida em que afetam diretamente a situação social, econômica e política local.

A amplitude do campo da política dos Xerente exigiu, assim, uma pesquisa detalhada sobre a multiplicidade de processos e atores não-indígenas, o que se refletiu nesta dissertação em seus vários capítulos contextualizadores, dedicados a situações extra-aldeia. Busquei, assim, contribuir para a superação da oposição estabelecida entre as análises 'internalistas' e 'externalistas', já que o caso Xerente traz à reflexão antropológica uma oportunidade singular para o exame de processos políticos indígenas que se realizam em contextos sociais mais amplos. Daí o recurso conceitual que chamei aqui de facciosismo indígena ampliado. Com este recurso, procurei criar um instrumento que permitisse trabalhar com o fato de que a compreensão antropológica da política feita pelos Xerente exigia necessariamente um conhecimento sociológico e político extra-aldeia. O mundo da política Xerente se constrói na articulação com esses outros atores e processos, daí também o recurso ao conceito de esfera local, que é o universo mais imediato onde os Xerente exercitam sua política. A esfera local, como deve ter sido evidenciado, inclui as aldeias e seu facciosismo interno que, porém, não pode ser vivenciado e conhecido senão em sua relação com os demais elementos que compõem essa mesma esfera, distinguidos analiticamente no decorrer dessa dissertação como não-indígenas e supra-aldeias.

Uma análise que se queira produtora da dinâmica propiciada pela interação entre as facções Xerente e segmentos não-indígenas, que vem ocorrendo há mais de duzentos anos na esfera local, não permite que se aplique assim - principalmente no campo da política - o esquema dualista presente em diversos estudos sobre o contato interétnico que buscam (ou constroem) oposições e tensões entre o “tradicional” e o “moderno” sobre qualquer plano da vida social indígena.

Indo ao encontro dessa assertiva, devido à dificuldade em delimitar as fronteiras entre os múltiplos universos socioculturais em interação nos campos políticos focalizados nessa dissertação, as definições conceituais de poder, política e facção, caudatárias da escola processualista inglesa, tiveram como objetivo ter em mãos um instrumental teórico e metodológico que propiciasse uma apreensão mais eficaz sobre a dinâmica política aqui focalizada<sup>250</sup>.

O fato de ter distinguido analiticamente certos dispositivos e arranjos políticos mais propriamente constitutivos do universo sociocultural Xerente – por exemplo, a atuação de sua gerontocracia (o conselho dos wawes) em conflitos faccionais e as relações de subordinação entre tio materno/filho da irmã e entre sogro/genro, utilizadas como suporte para o ‘fazer político’ Xerente - não implica a reificação do esquema dual, pelo motivo de que é impossível afirmar de modo taxativo a distinção entre os critérios e atributos mais ou menos “tradicionais”, ou mais ou menos “modernos”, que se interpenetram constantemente em tais arranjos.

Esse raciocínio pode ser comprovado, entre outros casos, pela observação da condição de liderança máxima conquistada durante muito tempo pelo cacique Sim.: sua forte ascendência política é explicada, pelos próprios Xerente, simultaneamente pelo fato de Sim. “ter parente em todo lugar”, como também pelo seu vínculo político (e econômico) estabelecido junto ao antigo SPI, e que continua até os dias de hoje junto à FUNAI. A quase totalidade dos cargos conquistados junto à FUNAI pertencem aos parentes (filhos das irmãs e genros) mais próximos de Sim., não por acaso, os mesmos indivíduos que compuseram, durante um longo período, a “Facção Pró-FUNAI”.

As atribuições de Sim. não cessam por aí: além de possuir “cadeira cativa” no conselho dos velhos<sup>251</sup>, ocupou cargos nas duas primeiras diretorias da AIX. Estamos

<sup>250</sup> Evitando pois debates mais, digamos, “filosóficos”, em torno da distinção entre poder “ indígena” e “poder ocidental”, como aquele travado por J.P. Lapierre e Pierre Clastres. (Ver Cardoso, 1989).

<sup>251</sup> Aliás, cabe ressaltar: todos os atuais wawes que fazem parte do conselho dos velhos – em tese, o locus privilegiado da “chefia tradicional” Xerente - “caminharam entre os dois mundos” (M.Brown,1988:312) durante toda as suas vidas,

pois diante de um caso – que não é único entre os Xerente – de uma justaposição de papéis sociais considerados como “novos” e “antigos”<sup>252</sup>.

No mesmo registro, foi interessante observar também que atualmente, como visto particularmente no capítulo 5, uma tendência de que parte dos caciques Xerente atuais, além do tradicional, e cada vez mais intenso, “trânsito entre dois mundos”, tenha realizado a seguinte trajetória de “ascensão” política: professor indígena, diretor de associação e cacique, sendo que, em alguns casos, algumas lideranças mais jovens justaponham esses papéis sociais.<sup>253</sup>

Foi possível ainda observar no decorrer da pesquisa que por detrás das recíprocas acusações manifestas cotidianamente entre as novas lideranças (incluindo aqui grande parte dos atuais caciques) e os Xerente mais velhos, esconde-se um variedade de estratégias e de articulações entre tais lideranças “geracionais” que escapam aos olhos mais desavisados<sup>254</sup>. Trata-se, arrisco-me a dizer, de “retórica para branco ver”, já que os conflitos no campo da política Xerente são, como visto, deflagrados pela dinâmica faccional e não pela geracional.

Uma outra variável que complica ainda mais as distinções entre o “tradicional” e o “moderno” diz respeito aos famosos atributos da “chefia tradicional” – generosidade, apaziguamento, dom da oratória etc..<sup>255</sup> Como vimos, de maneira detalhada no capítulo 6, a exigência pelos Xerente do atributo da generosidade – ou a acusação de sua ausência

sendo que, em muitos casos, são eles que “orientam” os mais novos nas estratégias da “política do branco” sendo, portanto, profundos conhecedores de “códigos não-nativos”.

<sup>252</sup> Que para alguns autores, como M. Brown (1988), são ainda considerados como contraditórios: “*The headman whose authority is founded on a multi-faceted network of kin relations, often buttressed by ritual knowledge, is eclipsed by leaders drawing upon more focussed expertise: the bilingual schoolteacher, the elected presidente who brokers relations with civil authorities, the Christian pastor, the health worker, or the manager of a community cooperative.*” (M.Brown,1988:312)

<sup>253</sup> Revivendo pois, de certa forma, as atribuições levadas a cabo pelo antigo capitão Xerente, como assinala Nimuendajú: “*In dealing with the State government the local authorities and the bishop of Porto Nacional, the chief represents his village, trying to secure for his people the greatest benefits possible.(...) Coming from the Timbira, one almost felt being among civilized people! Brue acted uniformly as peace-maker, monitor, scolder, adviser.(...)* (Nimuendajú,1942:15).

<sup>254</sup> É bastante comum que sejam os wawes - agindo nos bastidores – os responsáveis pelos processos de indicação e de derrubada dos novos caciques Xerente. Mais do que isso, os wawes parecem assumir, em determinados momentos, o papel de “intelectuais orgânicos” do grupo, como pôde ser verificado no caso da constituição da Associação Indígena Xerente.

<sup>255</sup> Na etnologia sul-americana, são constantes as referências ao fato de que um chefe ou cacique deve possuir, entre outras características e atribuições: prestígio para manter a ordem, a harmonia e a cooperação na comunidade; paciência, pois detém o papel de apaziguador; eloquência, pois seus discursos devem ter sempre conteúdo - sejam eles de ordem prática (organização de grupos de cooperação, de repreensão a deslizes dos mais jovens etc.) - ou de mensagens sagradas (estas entendidas como sínteses da reafirmação dos códigos éticos que regem a comunidade); a generosidade e o exemplo do trabalho; a mediação com o mundo externo etc. (Santos Granero,1988; Michael F. Brown, 1988; Maybury-Lewis,1984; Clastres, 1990 [1974])

no exercício da função de diretor - foi um dos instrumentos mais utilizados para derrubar os presidentes da Associação Indígena.

Parece-me que tais atributos detêm características atemporais, componentes muito mais de um devir moral que é sempre projetado pela “comunidade” sobre suas lideranças, sejam elas quais forem: chefes, caciques, capitães, presidentes de associação etc.. Em outras palavras, a generosidade, o apaziguamento e o dom da oratória, de um lado; o trânsito entre dois mundos e o domínio de códigos não-nativos, de outro, não devem ser vistos em oposição, como características que supostamente distinguiriam as “chefias tradicionais” das “modernas”, mas, sim, como critérios normativos que têm orientado a escolha e a legitimação (ou não) pelos Xerente, de várias de suas conformações de liderança desde tempos imemoriais.

A reinvenção da tradição é propiciada cotidianamente pela própria população indígena: são eles, os Xerente, que falam que, antigamente, tinham “a lei”: cunhado se dava com cunhado; havia mais respeito entre os clãs; os capitães eram mais generosos etc.. Essas remissões a uma “época de ouro” que os Xerente atuais costumam fazer não são, como poderíamos entrever, tão distantes no tempo. Pelo contrário, essa época quase mítica parece ter terminado há menos de 20 anos.

Entre os Xerente, são bastante comuns os comentários de que essa suposta época de ouro tenha sido comandada por alguns “capitães” falecidos recentemente, durante a década de 80 – Jovino, Caetano e Anselmo, por exemplo. Ora, quando lemos as etnografias de Nimuendajú e de Maybury-Lewis, os relatos dos Xerente ali apresentados remetem-nos novamente a épocas de ouro mais antigas. Os mundos vividos ali estão, quase sempre, “à beira do colapso”. E, novamente, os Xerente iniciam o ciclo da reinvenção.

Gostaria de que a análise proposta nesta dissertação fosse capaz de demonstrar que a organização multifaccional Xerente tem se chocado frontalmente com as tentativas de centralização política<sup>256</sup>. Tais tentativas de centralização ou de atenuamento do facciosismo Xerente não faltam. O caso da Associação Indígena Xerente foi, como vimos, o exemplo mais cabal disso.

---

<sup>256</sup> Aliás, pelo menos atualmente, entre os Xerente nota-se que o controle sobre recursos humanos, materiais e normativos, ou seja, um poder centrado unicamente na figura de um chefe não tem sentido algum: as facções indígenas e as ampliadas; as linhagens e suas segmentações; os 33 caciques atuais, com destaque para suas lideranças mais poderosas; os pajés e o “parlamento clânico”; os professores indígenas e diretores de associação; constituem distintos e interdependentes planos decisórios que demonstram essa afirmação.



Outros dois casos ilustram essa incessante negação do UM, como diria Clastres (1990:150). Até os dias atuais, a aldeia do Funil é uma das poucas aldeias que não tiveram rádios-amadores instalados. Perguntei ao seu cacique se ele gostaria de conseguir um destes rádios. A resposta foi a seguinte: “Eu não, esses rádios aí, a gente chama de Fuchiqueiro”, alusão ao fato de que qualquer Xerente que utilize esse meio de comunicação terá sua conversa escutada por todas as outras aldeias. Parece que o mesmo ideal congregacionista do Cimi, manifesto pela tentativa de transformar a Associação num órgão central de decisão política, desconsiderando a intensidade do facciosismo Xerente, esteve presente na instalação desses rádios: tudo que se fala num desses rádios é escutado por todos os que os possuem. Ora, num ambiente marcadamente faccional, no qual o “conchavo de bastidores” é um dos pressupostos da atividade política, a publicidade proporcionada pelos rádios amadores é bastante constrangedora<sup>257</sup>.

Por outro lado, tais ações congregacionistas – AIX e rádios-amadores - assemelham-se, de certa forma, à ação levada a cabo pelos batistas quando da elaboração do Dicionário Xerente. Estes últimos, ao colocarem os nomes próprios Xerente em ordem alfabética e não por conjunto clânico, tentaram, da mesma forma que o Cimi, dissimular ou apagar a centrifugalidade que é, visivelmente, o fundamento no qual e pelo qual o “ser” Xerente tem se manifestado historicamente. Não custa lembrar que é por conta dessa centrifugalidade marcante que os litígios que envolvem as T.I.s Xerente – construção da ponte sobre Rios Sono, pavimentação do trecho da TO-010, a proposta de implementação da hidrovia etc. - nunca são objeto de consenso entre as facções Xerente<sup>258</sup>.

A partir da fundação do estado do Tocantins, foram apresentadas - para alívio dos Xerente, eu diria - distintas alternativas de alianças faccionais ampliadas com os novos atores sociais que passaram a se envolver no campo político da esfera local. Apesar de um tanto quanto taxativa, sugiro que as tentativas de entendimento da vida política Xerente, consideram a seguinte fórmula: quanto mais se fragmenta o campo político local e regional, mais sucesso e eficácia os Xerente encontram em direção à autonomia política.

<sup>257</sup> O que não implica em desconsiderar a utilidade estratégica dos rádios-amadores para diversos momentos da vida cotidiana Xerente.

<sup>258</sup> Minha experiência da elaboração dos relatórios de impacto ambiental – Plano de Manejo Ambiental sobre a TO-010 e a Hidrovia Araguaia-Tocantins – foi também marcada pela contradição entre o ideal congregacionista do antropólogo e os processos concretos multifacetados Xerente.

É como se estivéssemos diante de uma “estrutura da conjuntura”, no dizer de Sahlins (1990). Os Xerente parecem, a todo tempo, enviar um sinal ao “mundo dos brancos”: “Queremos, de fato, muitas Administrações Regionais da FUNAI trabalhando com a gente”. Ou, quem sabe, muitos “governos estaduais e municipais”. Ou, ainda, muitos “CIMIs”, “Procuradorias da República.”, “Partidos Políticos” e - porque não? - muitos antropólogos!

O contrário disso também pode ser verdadeiro. Apesar de toda essa dinâmica multifacetada e fragmentária - expressa entre outras coisas pelo facciosismo político e seu correlato espacial, a fragmentação de suas aldeias - há aspectos que indicam um alto grau de “coesão” Xerente. O conselho dos velhos funciona quase como um “Parlamento Geroncrático”, a conter os excessos centrifugais proporcionados pela dinâmica faccional Xerente. Além do mais, a denominação XERENTE, seu território e sua cosmovisão – apesar de os dois últimos estarem também clivados pelas disputas faccionais e rixas clânicas – apresentam-se como elementos que fornecem uma configuração única a esse grupo indígena.

Por fim, vale ressaltar que a vitalidade da língua Xerente talvez possa ser colocada como um dos elementos mais definidores de sua condição de sujeitos históricos.

Na análise elaborada por Suzana Guimarães (1996), a autora apresenta o conceito de diglossia formulado por Hamel, “que incorpora o fator político na análise dos usos lingüísticos considerando a relação de poder entre os grupos sociais” (Guimarães, 1996:56) envolvidos em um campo interétnico: ou ocorre um deslocamento ou substituição da língua nativa ou então a sua consolidação. A decisão e a escolha dos Xerente em utilizar a própria língua (oral e escrita) aparece como uma estratégia que tem raízes no projeto sócio-político do grupo, em que

“... o processo de aquisição da lecto-escritura manifesta, no contexto do conflito interétnico, escolhas e preferências de caráter nitidamente político, face à natureza de dominação do contato. Escolhas que se dão no uso estratégico das línguas, com sentido ideológico, dentro de um projeto social.” (Guimarães, 1996:105).

De uma suposta sociedade envolvida, os Xerente cada vez mais dão mostras de que se vêm constituindo, a passos curtos mas eficazes, uma poderosa sociedade histórica envolvente.

**BIBLIOGRAFIA.**

ALENCASTRE, J.M.P

(1979) Anais da Província de Goiás. Brasília: Gráfica Ipiranga, Convênio SUDECO/Governo de Goiás.

AZANHA, Gilberto

(1991) "Tocantins: o novo Estado e os Índios". in: Povos Indígenas no Brasil-1987/1988/1989/1990. São Paulo: CEDI. pp. 481-482.

AZANHA, Gilberto. & LADEIRA, Maria E.

(1998) "Componente Indígena sobre os Krahô, Apinajé e Krikati". in: EIA/RIMA Hidrovia Araguaia-Tocantins. Belém: FADESP-PA/AHITAR/Cia das Docas do Pará.

(1996) "Componente Indígena sobre os Xerente". in: EIA/RIMA Hidrelétrica do Lageado. São Paulo: THEMAG Engenharia AS.

AUDRIN, J.M.

(1947) Entre Sertanejos e Índios do Norte – O Bispo/Missionário Dom Domingos Carrérot. Rio de Janeiro: Livraria AGIR Editora.

BALANDIER, Georges

(1993) "A Noção de Situação Colonial". in: Cadernos de Campo, n.3. São Paulo: Departamento de Antropologia Social/USP.

(1987) Antropologia Política. Lisboa: Editora Presença.

BARATA, Maria Helena

(1993) A Antropóloga entre as Facções Políticas Indígenas: um drama do contato interétnico. In: Coleção Eduardo Galvão. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.

BARBOSA, Ycarim Melgaço

(1997) Conflitos Sociais na Fronteira Amazônica - O Projeto Rio Formoso. Campinas: Editora Papyrus.

(1999) As Políticas Territoriais e a Criação do Estado do Tocantins. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Geografia/USP.

BARTOLOMÉ, Miguel A.

(1996) Movimientos Etnopolíticos y Autonomias Indígenas en Mexico. Série Antropologia, n.209. UnB.

BLOCK, Anton

(1973) "Coalition in Sicilian peasant society". in: BOISSEVAIN, Jeremy & MITCHELL, J.C. (eds.). Network Analysis: Studies in Human Interaction. Paris: Mouton-The Plague.

BRASIL, Americano

(1924) "Cunha Mattos em Goyaz, 1824-1826". In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 96, vol.150. pp. 182-205.

BRASIL. Estado do Tocantins

(1991) Projeto de Educação Indígena para o Estado do Tocantins. \_FUNAI/Governo do Tocantins/Universidade Federal de Goiás.

BROW, James

(1988) "In pursuit of hegemony: representations of authority and justice in a Sri Lankan village". in: American Ethnologist, volume 15 – número 2. pp.311-327.

BROWN, Michael F.

(1988) "Facing the State, Facing the Word: Amazonia's Native Leaders and the New Politics of Identity". in: L'Homme, vol.126-128. pp. 307-326.

CARDOSO, SÉRGIO

(1989) A crítica da Antropologia Política na Obra de Pierre Clastres. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Filosofia/USP.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto

(1996) O Índio e o Mundo dos Brancos. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação.

(1991) "Povos Indígenas no Brasil –1987-1990" . São Paulo: CEDI.

CHAIM, Marivone M.

(1983) Aldeamentos Indígenas - GOIÁS 1749-1811. São Paulo: Nobel.

CLASTRES, Pierre.

(1990) A Sociedade contra o Estado. São Paulo: Francisco Alves.

CORRÊA, Mariza

(1989) "Os índios do Brasil Elegante & a Professora Leolinda Daltro". in: Revista Brasileira de História, volume 9- nº18, agosto/setembro.pp.43-65.

DE PAULA, L.R.

(1998) "COMPONENTE INDÍGENA SOBRE OS XERENTE". IN: EIA/RIMA HIDROVIA ARAGUAIA-TOCANTINS\_ BELÉM:FADESP/AHITAR/ CIA DAS DOCAS DO PARÁ.

FARIAS, Agenor

(1990) Fluxos Sociais Xerente: Organização Social e Dinâmica das Relações entre Aldeias. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia Social/ USP.

(1994) "Notícia Histórica sobre os Akwen-Xerente". in: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Série Antropologia – volume 10(1), julho. pp.21-41.

(1994) "Ritual e Parentesco na sociedade xerente contemporânea". in: Revista de Antropologia, volume 37. Departamento de Antropologia Social/ USP. pp.309-331.

FRIEDRICH, Paul.

(1968) " The Legitimacy of a cacique". In: SWARTZ, M.(org.) Local-Level Politics. Chicago, Illinois: Aldine Publishing Company. pp.243-269.

FORTES, M. & EVANS-PRITCHARD.

(1940) Sistemas Políticos Africanos. Lisboa: Fundação Clouste Gulbenkian.

GAGLIARDI, J.M.

(1989) O Indígena e a República. São Paulo: Ed. Hucitec.

GONÇALVES, Marco Antônio

(1990) "Trabalhando a endogamia". in: Revista Brasileira de Ciências Sociais. n. 14, outubro. São Paulo: ANPOCS/Vértice. pp.32-45.

GORDON, Cesar.

(1996) Aspectos da organização social Jê: De Nimuendajú à década de 90. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia Social/ Museu Nacional do Rio de Janeiro.

GRAHAM, B.D.

(1968) "The succession of Factional Systems in the Uttar Pradesh Congress Party, 1937-1966". in: SWARTZ, M. (org.) Local-Level Politics. Chicago, Illinois : Aldine Publishing Company. pp.323-360.

GRAMSCI, A .

(1979) Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GUIMARÃES, Suzana.

(1996) A aquisição da escrita e diversidade cultural - A prática de professores Xerente. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia Social/ UnB.

HANNERZ, U.

(1997) "Fluxos, Fronteiras, Híbridos: Palavras-Chave da Antropologia Transnacional". in: Revista Mana, volume 3 – Número 1.

LEVI-STRAUSS, Claude

(1975) "As estruturas sociais no Brasil Central e Oriental". in: Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro. pp. 141-154.

LOPES DA SILVA, Aracy

(1986) Nomes e Amigos: da prática Xavante a uma reflexão sobre os Jê. (Coleção Antropologia, volume 6). São Paulo: FFLCH/USP.

(1992) "Dois séculos e meio de história Xavante". in: CARNEIRO DA CUNHA, M. (org.) História dos Índios no Brasil. São Paulo: Editora Cia. Das Letras. pp. 357-378.

LOPES DA SILVA, Aracy & FARIAS, Agenor

(1992) "Pintura corporal e sociedade, os partidos Xerente". in: VIDAL, Lux (org.) Grafismo Indígena. São Paulo: Nobel/EDUSP. pp.89-116.

MAYBURY-LEWIS, David

(1990) O Selvagem e o Inocente. Campinas: Ed. UNICAMP.

(1986) "Conferência: Estruturas e Estratégias". in: Anuário Antropológico. UnB.pp.116-129.

(1984) A sociedade Xavante. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves.

(1979) Dialectical Societies. The Gê and Bororo of Central Brazil. Cambridge: Harvard University Press.

MELATTI, Julio C.

(1978) Ritos de uma Tribo Timbira. São Paulo: Editora Ática.

MONTERO, Paula

(1993) "Introdução: A Questão Colonial Revisitada". in: Cadernos de Campo, n.3, São Paulo: Departamento de Antropologia/USP.

MONSERRAT, Ruth

(1994) "Línguas Indígenas no Brasil Contemporâneo". In: GRUPIONI, Luís Donizete B. (org.) Índios no Brasil. Brasília: Ministério da Educação e Desporto. pp.93-104.

NICHOLAS, Ralf

(1966) "Segmentary Factional Political Systems". in: SWARTZ,M., V. TURNER & TUDEN (eds.) Political Anthropology. Chicago,Illinois: Aldine Publishing Company. pp. 49-60.

(1968) "Rules, Resources, and Political Activity". in: SWARTZ, M. Local-Level Politics. Chicago, Illinois: Aldine Publishing Company. pp. 295-322.

NICHOLAS R. & BAILEY, F.G.

(1968) "Part IV: Rules, resources, and groups in political contests". In: SWARTZ, M. Local-Level Politics. Chicago, Illinois: Aldine Publishing Company. pp.271-280.

NIMUENDAJU, Curt

(1942) The Serent. Los Angeles: Publications of the Frederick Webb Hodge, Vol. IV.

(1981) Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú. Rio de Janeiro: FIBGE.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco

(1995) "Muita terra para pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito." in: LOPES DA SILVA A.& GRUPIONI. L. D. A Temática Indígena na Escola . Brasília: MEC/MARI/UNESCO. pp. 61-86.

(1988) "O Nosso Governo"- Os Ticuna e o Regime Tutelar. São Paulo: Editora Marco Zero.

(1983) "Índios, Eleições e Partidos". in: Aconteceu - Povos Indígenas no Brasil. CEDI, especial 12, abril. pp. 96-98.

(1977) As facções e a ordem política em uma reserva Tikuna. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia/UnB.

OLIVEIRA, A .F.

(1915) "Os Cherentes Aborígenes do Brasil Central". in: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. tomo 20/21. pp.13-25.

ORTOLAN MATOS, M.H.

(1992) O processo de criação e consolidação do movimento pan-indígena no Brasil (1970-1980). Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia Social/ UnB.

PALACIN, Luiz

(1990) Coronelismo no Extremo Norte de Goiás, Goiânia: Editora da UFG/Edições Loyola.

PALMEIRA, Moacir. & GOLDMAN, Márcio (orgs.)

(1996) Antropologia, voto e representação política. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda.

POHL, J.E.

(1976) Viagem no interior do Brasil (1817-1821).(Coleção Reconquista do Brasil) São Paulo, EDUSP/Livraria Itatiaia.

QUEIROZ, Maria Izaura P.

(1953) "A noção de arcaísmo em etnologia e a organização social dos Xerente". in: Revista de Antropologia, volume I, USP. pp.99-108.

RAMOS, Alcida R.



(1995) “O Índio Hiper-Real”. in: Revista Brasileira de Ciências Sociais. nº 28 – Ano 10 – junho. pp. 5-14.

RAVAGNANI, Oswaldo M.

(1991) A experiência Xavânte com o mundo dos brancos. São Paulo: Textos - Publicação da UNESP/Campus Araraquara.

(1989) “Aldeamentos Goianos em 1750 – os Jesuítas e a Mineração”. in: Revista de Antropologia, volumes 30/31/32 . São Paulo: FFLCH/USP. pp. 111-132.

REVISTA TEMPO E PRESENÇA

(1986) ‘Será possível algum índio se eleger?’. setembro. São Paulo:CEDI. pp. 7-9.

RIBEIRO, Darcy

(1996) Os Índios e a Civilização: a Integração das populações Indígenas no Brasil Moderno. Rio de Janeiro: Vozes.

RICARDO, Carlos Alberto

(1995) “ ‘Os Índios’ e a Sociodiversidade Nativa Contemporânea no Brasil”. in: LOPES DA SILVA A. & GRUIONI. Luís D. (orgs.) A Temática Indígena na Escola . Brasília: MEC/MARI/UNESCO. pp. 29-60.

RICARDO, Carlos Alberto (editor)

(1996) “ Povos Indígenas no Brasil-1991-1995”. São Paulo: Instituto Socioambiental  
SAMPAIO SILVA, ORLANDO

(1974) “TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO TOCANTINS”. IN: CADERNOS DO CERU–  
CENTRO DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS – Nº 7, OUTUBRO. PP. 99-116.

SAHLINS, Marshal

(1990) Ilhas de História. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

SANTOS, ANA FLÁVIA M.

(1997) Do terreno dos caboclos do Sr. São João à Terra Indígena Xacriabá: as circunstâncias das formação de um povo. Um estudo sobre a construção social de fronteiras. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia/ UNB.

SANTOS, João Agostinho.

(1980) "Gramsci: ideologia, intelectuais orgânicos e hegemonia". in: Revista Temas de Ciências Humanas. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, Volume 9. pp.39-64.

SANTOS GRANERO, Fernando

(1988) "From Prisoner of The Group to Darling of the Gods: na approach to the Issue of Power in Lowland South America". in: L'Homme, vol.106-108. pp.213-230.

SIEGELS B.J. & BEALS, A.R.-

(1960) "Pervasive factionalism". in: American Anthropologist, volume 62 - nº 3 – junho. pp. 395-417.

SILVA, Otávio de Barros

(1997) Breve História do Tocantins e de sua Gente – uma luta secular. Araguaína/TO: Solo Editores.

SILVA NEIVA, ANTONIO T.

(1986) Introdução à Antropologia Goiana. Goiânia: Editora O Popular.

SOUZA LIMA, Antonio C.

(1995) Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do estado no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes.

SWARTZ, Marc

(1968) "Introduction". in: SWARTZ, M. (org.) Local-Level Politics. Chicago, Illinois: Aldine Publishing Company . pp. 1-46

SWARTZ, M. , TURNER, V. & TUDEN, A.

(1966) "Introduction". in: SWARTZ, M., V. TURNER & TUDEN (edits.) Political Anthropology, Chicago, Illinois: Aldine Publishing Company. pp. 1-42.

(1966) "Part IV : "Political Fields and Their Boundaries" in: SWARTZ, M., V. TURNER & TUDEN (edits.) Political Anthropology, Chicago, Illinois: Aldine Publishing Company. pp. 247-254.

TAGGIA, Frei Rafael

(1856) "Mappa dos índios Cherentes e Chavantes na nova povoação de Teresa Cristina do Rio Tocantins, aldeados em 24/06/1851". in: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 19, 1856. pp. 119-123.

TORAL, André A.

(1992) Cosmologia e Sociedade Karajá. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia Social - Museu Nacional/URFJ.

(1991) "A Ilha do Bananal e o Estado do Tocantins". in: Povos Indígenas no Brasil 1987/1988,1989,1990. São Paulo: CEDI. pp. 483-484.

URBAN, Greg

(1992) "A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas". in: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.) História dos Índios no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras/FAPESP/SMC. pp. 87-101.

VASCONCELOS, Américo

(1991) Retalhos de um passado: Miracema do Tocantins. Goiânia: Gráfica e Editora Kelpes.

VIANNA, Urbino

(1927) "Akuen ou Xerente". in: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 101, vol. 155. pp.06-48.

VIDAL, Lux

(1976) "As categorias de Idade como sistema de Classificação e Controle Demográfico de Grupos entre os Xikrin do Cateté e de como são manipuladas em diferentes contextos." in : Revista do Museu Paulista (Separata), São Paulo. pp. 129-142.

VIVEIROS DE CASTRO, E.

(1999) "Etnologia Brasileira". in: MICELI, Sérgio (org.) O que ler na Ciência social brasileira (1970-1995) – Vol. 1- Antropologia. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF:CAPES. pp. 109-224.

YADAVA, J.S.

(1968) "Factionalism in a Haryana Village". in: American Anthropologist – volume 70. pp. 899-910.

## ANEXOS

## CAPÍTULO 2

## TABELAS SÓCIO-ECONÔMICAS

Tabela 6 - Esfera local: Utilização de terras para pastagem (natural e plantada) por tamanho dos estabelecimentos

Tocantínia		Grupos de Área por tamanho de estabelecimento (Hectares)						
	0 - 99	100 - 500	500 - 2000	2000 - 5000	10.000-100.000	+ 100.000	Total	
Natural	1.421	5.056	9.869	2.353	0	0	18.699	
Plantada	658	2.199	7.392	1.452	0	0	11.701	
Total por grupo	2.079	7.255	17.261	3.805	0	0	30.400	
Porcentagem	7%	24%	57%	12%	0	0	100%	
Miracema		Grupos de Área por tamanho de estabelecimento (Hectares)						
	0 - 99	100 - 500	500 - 2000	2000 - 5000	10.000-100.000	+ 100.000	Total	
Natural	1.539	12.083	27.416	6.007	0	0	47.045	
Plantada	2.577	18.342	27.698	10.647	0	0	59.264	
Total por grupo	4.116	30.425	55.114	16.654	0	0	106.309	
Porcentagem	4%	30%	52%	14%	0	0	100%	
Rio Sono		Grupos de Área por tamanho de estabelecimento (Hectares)						
	0 - 99	100 - 500	500 - 2000	2000 - 5000	10.000-100.000	+ 100.000	Total	
Natural	5.998	45.773	66.414	35.732	0	0	153.917	
Plantada	1.915	6.945	5.939	459	0	0	15.258	
Total por Grupo	7.913	52.718	72.353	36.191	0	0	169.175	
Porcentagem	5%	31%	43%	21%	0	0	100%	
Aparecida		Grupos de Área por tamanho de estabelecimento (Hectares)						
	0 - 99	100 - 500	500 - 2000	2000 - 5000	10.000-100.000	+ 100.000	Total	
Natural	2.268	9.106	10.642	11.136	0	0	33.152	
Plantada	1.948	4.833	11.733	18.769	0	0	37.283	
Total por grupo	4.216	13.939	22.375	29.905	0	0	70.435	
Porcentagem	6%	20%	32%	42%	0	0	100%	
Rio dos Bois		Grupos de Área por tamanho de estabelecimento (Hectares)						
	0 - 99	100 - 500	500 - 2000	2000 - 5000	10.000-	+ 100.000	Total	

		500		5000	100.000		
Natural	430	3.932	3.696	10.161	0	0	18.219
Plantada	779	1.821	3.693	11.088	0	0	17.381
Total por grupo	1.209	5.753	7.389	21.249	0	0	35.600
Porcentagem	3%	16%	20%	61%	0	0	100%
Esfera Local	5%	25%	40%	30%	0	0	100%
Palmas	Grupos de Área por tamanho de estabelecimento (Hectares)						
	0 – 99	100 – 500	500 - 2000	2000 – 5000	10.000-100.000	+ 100.000	Total
Natural	4.412	9.323	14.314	11.237	4.065	0	43.351
Plantada	2.956	4.829	7.620	11.377	4.840	0	31.622
Total por grupo	7.368	14.152	21.934	22.614	8.905	0	74.973
Porcentagem	10%	19%	30%	30%	11%	0	100%
Tocantins	Grupos de Área por tamanho de estabelecimento (Hectares)						
	0 - 99	100 – 500	500 - 2000	2000 – 5000	10.000-100.000	+ 100.000	Total
Natural	218.579	1.318.699	1.997.572	1.770.250	495.843	0	5.800.943
Plantada	315.351	1.109.197	1.668.700	1.605.391	502.249	76.310	5.277.198
Total por Grupo	533.930	2.427.896	3.666.272	3.375.641	998.092	76.310	11.078.141
Porcentagem	5%	22%	33%	30%	9%	1%	100%

FONTE: Censo Agropecuário – IBGE - 1996

**TABELA 7: POPULAÇÃO RESIDENTE – ESFERA LOCAL E REGIONAL**

Municípios / Estado	População Residente			
	Ano	Rural	Urbana	Total
Tocantina	1996	2.377	2.792	5.169
	1991	3.332	3.031	6.363
Miracema	1996	2.863	14.621	17.484
	1991	5.092	15.723	20.815
Pedro Afonso	1996	2.027	6.624	8.651
	1991	6.513	6.919	13.432
Rio Sono	1996	4.612	1.919	6.531
	1991	5.384	1.610	6.994
Aparecida	1996	1.017	2.632	3.649
	1991	1.235	2.031	3.266

Lajeado	1996	688	713	1.401
	1991	-	-	-
Rio dos Bois	1996	978	1.068	2.046
	1991	-	-	-
Palmas	1996	3.581	82.535	86.116
	1991	5.088	19.246	24.334
Tocantins	1996	307.930	741.008	1.048.938
	1991	387.022	531.372	918.394

*Tabela 8: Produção Agropecuária da Esfera Local e do Estado do Tocantins – Produtos Principais*

		Tocantinia	Miracema	Pedro Afonso	Rio Sono	Aparecida	Lajeado	Rio dos Bois	Palmas	Tocantins
Produto	Anos									
Abacaxi (mil frutos)	1998 *	-	-	-	-	-	-	-	-	31.566
	1996	1	2.144	9	5	0	0	187	140	6.265
	1993	0	2.400	0	0	0	0	0	0	4.085
	1990	0	980	0	0	0	0	0	0	4.320
Banana (mil cachos)	1998	-	-	-	-	-	-	-	-	4.060
	1996	4	45	18	7	35	30	18	13	3.491
	1993	15	120	220	52	63	9	7	91	7.172
	1990	60	440	20	190	220	0	0	130	12.370
CANA DE AÇÚCAR (T)	1998	-	-	-	-	-	-	-	-	281.000
	1996	0	0	242	26	24	0	160	31	89.685
	1993	0	0	0	0	0	0	0	190	172.914
	1990	0	0	0	0	0	0	0	220	238.100
ARROZ EM CASCA (T)	1998	-	-	-	-	-	-	-	-	347.565
	1996	333	1.168	2.254	1.235	939	174	246	2.270	261.169
	1993	15	3.801	690	792	984	70	480	1.250	305.766
	1990	60	2.300	6.600	1.190	1.760	0	0	900	260.850
Feijão (T)	1998	-	-	-	-	-	-	-	-	1.661
	1996	3	30	9	14	10	7	0	10	1.309
	1993	10	51	610	0	9	0	0	15	5.775
	1990	20	21	40	1	15	0	0	20	3.610
Mandioca (T)	1998	-	-	-	-	-	-	-	-	198.500
	1996	63	840	1.672	826	91	27	567	271	130.537
	1993	510	800	1.200	3.400	800	340	480	640	139.004
	1990	560	1.440	2.400	3.500	1.120	0	0	600	115.430

Milho em grãos (T)	1998	-	-	-	-	-	-	-	-	102.870
	1996	173	310	1.942	228	286	98	107	324	69.726
	1993	122	1.334	70	266	156	26	156	625	81.829
	1990	60	1.260	1.650	250	190	0	0	400	69.590
Soja (T)	1998	-	-	-	-	-	-	-	-	92.881
	1996	0	6	3.822	0	108	0	0	6	14.105
	1993	0	0	1.280	0	15	0	0	0	26.506
	1990	0	0	800	0	0	0	0	0	35.140
Efetivos de Rebanho / Gado Bovino (cabeças)	1998	-	-	-	-	-	-	-	-	6.000.000 *
	1996	14.197	71.246	19.848	31.477	27.310	4.623	14.500	26.400	5.218.142
	1993	11.210	61.490	13.100	30.930	14.430	4.790	5.220	22.998	5.138.904
	1990	19.380	57.110	34.500	34.320	12.480	0	0	18.000	4.309.160
		Tocantinia	Miracema	Pedro Afonso	Rio Sono	Aparecida	Lajeado	Rio dos Bois	Palmas	Tocantins

- Estimado pelo Governo do Tocantins
- FONTE: Censo Agropecuário – IBGE – 1991 a 1995 – 1996 – 1998 ( Tocantins)

TABELA 9 - Áreas Totais por Utilização de Terras –há – Esfera local.

MUNICÍPIOS	Lavoura (temporária e permanente)	%	Pastagem (plantada e natural)	%	Terras Produtivas não utilizadas	%	Remanescentes (matas e florestas naturais e artificiais + terras inproveitáveis)	%	ÁREA TOTAL Agropecuária
Tocantinia	1.734	4	30.400	63	1.636	3	15.123	30	48.893
Miracema	3.862	2	106.309	60	14.200	10	54.057	28	178.428
Pedro Afonso	4.729	6	43.934	49	16.322	18	26.000	27	90.985
Rio Sono	6.229	2	169.175	65	65.688	25	19.743	8	260.835
Aparecida	4.258	4	70.435	62	8.322	7	31.538	27	114.553
Lajeado	354	2	8.006	50	4.739	30	2.993	18	16.146
Rio dos Bois	1.200	2	35.600.	73	170	1	11.905	24	48.875
Esfera Local	3%		60%		13%		24%		100 %
Palmas	5.964	5	74.973	65	3.956	4	30.350	27	115.243
Total do Estado	626.000	4	11.078.154	65	1.304.000	8	3.757.227	23	15.865.387

TABELA 10 – COMPARAÇÃO ENTRE A ÁREA TOTAL DO MUNICÍPIO E A ÁREA TOTAL DE “UTILIZAÇÃO DE TERRAS”

Municípios	ÁREA TOTAL do Município ha	ÁREA TOTAL Utilização de Terras ha	Porcentagem de Utilização de Terras por Município
Tocantinia	75.900	48.900	65%
Miracema	282.100	178.400	63%
Pedro Afonso	205.500	90.900	45%
Rio Sono	638.400	260.800	40%
Aparecida	117.500	114.500	97%
Lajeado	31.100	16.100	51%
Rio dos Bois	68.900	48.900	70%
Esfera Local	1.419.400	758.500	61%
Palmas	247.500	115.200	46%
Tocantins	27.842.000	15.865.387	57%